

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA KARINA BRENNER

Militância de jovens em partidos políticos: um
estudo de caso com universitários

São Paulo
2011

ANA KARINA BRENNER

Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Orientadora: Prof^a Titular Marília Pontes Spósito

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

378.8 Brenner, Ana Karina
B837m Militância de jovens em partidos políticos : um estudo de caso com universitários / Ana Karina Brenner ; orientação Marília Pontes Spósito São Paulo : s.n., 2011.
309 p. : il.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

1. Engajamento - Política 2. Jovens –Política 3. Partidos políticos 4. Movimento estudantil 5. Socialização - Política. I. Spósito, Marília Pontes, orient.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de doutor em Educação.

Área de concentração: Sociologia da Educação

Aprovado em: _____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

A meus pais, que sempre acreditaram e
investiram na educação de seus filhos,
trazendo-me até aqui.

Agradecimentos

A escrita da tese é, essencialmente, um processo solitário; mas ao longo do tempo de realização do doutorado recebi apoio de muitas pessoas que tornaram a tarefa, sob um certo aspecto, coletiva. A essas pessoas agradeço e com elas compartilho com especial carinho este trabalho.

Agradeço, inicialmente à Marília (Prof^a Titular Marília Pontes Sposito) pela competente, rigorosa e carinhosa orientação, mas também pela acolhida carinhosa nos dias de estada em São Paulo.

Agradeço aos 21 jovens que entrevistei. Eles abriram espaço em suas agitadas agendas de militantes-estudantes e compartilharam riquíssimas experiências de vida, onde o engajamento militante é apenas um dos aspectos.

Agradeço especialmente ao Marcelo Ribeiro, do Serviço de Pós-Graduação, pelo apoio em momentos cruciais e pelas respostas sempre rápidas e precisas.

Ao amigo Miguel, agradeço, por ser amigo, por fazer a competente e desprendida revisão da tese e me brindar com boas risadas com seus comentários quando para mim a tese parecia perdida. Agradeço também à Jessica por dispor de seu tempo revisando minha precária tradução do Abstract.

Ao prof. Dr. José Machado Pais, dedico especial agradecimento pela acolhida e orientação durante o estágio de doutorado realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal.

Ao longo da caminhada do doutorado participei de dois grupos de estudos e pesquisas que proporcionaram discussões, leituras, compartilhamento de idéias e trocas de experiências fundamentais ao desenvolvimento do trabalho e também a “sociabilidade doutoranda”. Acho que só os pares de mestrado e doutorado realmente compreendem alguns dos *tormentos* enfrentados nessa caminhada e liberam os amigos das queixas de uma doutoranda. Agradeço à convivência com o pessoal do Getese (Grupo de Estudos de Temas em Sociologia da Educação) que, sempre acolheu e compartilhou, mesmo que a distância impedisse, em vários momentos, a presença física. E à turma do Observatório Jovem agradeço pela possibilidade de debater e consolidar idéias em torno do campo de estudos de Juventude desde os tempos do mestrado.

Às amigas Monica P., Monica S., Lili e Patricia agradeço especialmente, por compartilharem comigo momentos de reflexão, diversão e descontração.

Ao Paulo, companheiro de trabalho e de vida, agradeço por ter estado a meu lado durante todos esses anos, sempre divertindo e ensinando.

À Capes agradeço pela concessão da bolsa de estágio doutoral que permitiu 4 meses de estudos, realizados no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal.

RESUMO

BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. *Tese de doutorado*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Essa tese se insere no emergente campo dos estudos sobre a juventude no Brasil. Seu problema de investigação está orientado para a busca de compreensão sobre a experiência de jovens militantes de partidos políticos. Encontram-se em transformação as formas e modos de agir político; novos grupos e demandas políticas engendram maneiras alternativas de mobilização em relação ao que ocorre em espaços tradicionais de engajamento, tais como partidos, sindicatos, etc. Contudo, os partidos continuam arregimentando jovens para seus quadros. Em linhas gerais, investigou-se as experiências militantes, os caminhos percorridos até o engajamento em um partido, as práticas dos jovens nos partidos e sua relação com o tempo. Buscou-se compreender, ainda, a maneira como as experiências partidárias incidem sobre os demais aspectos da vida desses jovens. O estudo foi desenvolvido adotando a perspectiva de investigação qualitativa baseada na realização de entrevistas individuais com jovens universitários que revelaram, através de um questionário inicial, seu engajamento em partidos políticos. Foram realizadas entrevistas com 21 jovens, sendo 10 deles entrevistados em uma segunda etapa, cerca de um ano depois da realização da primeira entrevista. Os jovens estavam engajados em 5 diferentes partidos, todos do espectro político de esquerda: PT, PSOL, PSTU, PCdoB e PDT. A escolha por jovens universitários se deu pela necessidade de realização de recorte que permitisse a entrada em um campo que tivesse alguma delimitação espacial e temporal. Além disso, a militância partidária juvenil é tradicionalmente iniciada no âmbito da escola. A elaboração de critérios de seleção dos jovens a serem entrevistados, que considerou o grau de seletividade dos cursos universitários cursados pelos jovens, permitiu reunir um grupo bastante diverso sob o ponto de vista das origens sociais; jovens de elites intelectuais, de camadas médias e populares estão presentes entre os 21 militantes entrevistados. Os jovens militantes se inserem em diferentes espaços de militância – Movimento estudantil, movimentos populares, organizações sociais, espaços internos do partido, etc; e as experiências incidem de maneiras variadas sobre amizades, relacionamentos afetivos, família, escolhas profissionais e inserção no mercado de trabalho. O tempo de engajamento, as variações de investimento militante e os trânsitos por diferentes espaços de militância partidária compõe um mosaico de experiências que, em alguns casos, permite uma análise do engajamento sob a perspectiva de *carreiras militantes*.

Palavras-chave: Engajamento – Política; Jovens – Política; Partidos políticos; Movimento Estudantil; Socialização - Política

ABSTRACT

BRENNER, Ana Karina. Youth activism in political parties: a case study with university students. PhD thesis. Faculty of Education, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Part of the emerging field of youth studies in Brazil, this thesis explores and analyzes the experience of young political party activists. These activists are changing how we understand political action. They are creating new groups and political demands engendering alternative ways of mobilizing political activism and transforming what occurs in traditional politically engaged civic practices, such as political parties, trade unions, etc. Interestingly however, the parties continue to rally the support of these young people. This research focuses on the experience of the young activists, the paths they took in joining the political parties, their actual experience in the parties, the time invested and how the party experiences relate to other aspects of their lives. The study was developed by adopting the perspective of qualitative research based on individual interviews with university students that revealed, through an initial questionnaire, their engagement in political parties. Interviews were conducted with 21 young people, 10 of which were interviewed a second time about a year after the completion of the first interview. The young people were engaged in five different parties, all left of center: PT, PSOL, PSTU, PCdoB e PDT. The choice of university students was based on the necessity to limit the field of research, given spatial and temporal boundaries. Moreover, most youth political party activism is traditionally engaged in during university years. A range of selection criteria was developed that enabled bringing together a very diverse group drawing from all social backgrounds; young people of the intellectual elite, the middle and lower classes were among the 21 activists interviewed. The young militants fall into different categories of activism – Student Movement, grassroots organizations, social organizations, internal workings of the party, etc. They also relate their experiences: friendships, romantic relationships, family, career choices and labor market. The thesis tracks the political engagement of these young activists, changes in their investment and mobility through various aspects of party activism composing a mosaic of experiences that, in some cases, allows an analysis of political engagement from the perspective of an activist *career*.

Key-words: Political activism; Young people – Politics; Political party; Political socialization

Lista de quadros

Quadro 1	Filiação partidária total, Brasil e Rio de Janeiro, novembro de 2010
Quadro 2	Seletividade dos cursos universitários
Quadro 3	Jovens de cursos de seletividade A
Quadro 4	Jovens de cursos de seletividade B
Quadro 5	Jovens de cursos de seletividade C
Quadro 6	Jovem que não está na universidade

Lista de Partidos

DEM	Democratas
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde

Lista de Siglas

AMES	Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas
CA	Centro Acadêmico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CACO	Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Curso de Direito da UFRJ
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DS	Democracia Socialista
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GETESE	Grupo de Estudos de Temas em Sociologia da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICS	Instituto de Ciências Sociais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
ME	Movimento Estudantil
ONG	Organização Não Governamental
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UEE	União Estadual de Estudantes
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFFRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UL	Universidade de Lisboa
UMES	União Municipal de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNES	União Niteroiense dos Estudantes Secundaristas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

Índice

INTRODUÇÃO	16
Considerações metodológicas	23
CAPÍTULO 1 – MILITÂNCIA DE JOVENS	38
1.1 Socialização política	38
1.2 Militantismo: disposições e interações	41
1.3 Experiência social	49
1.4 Por que e para que as pessoas militam?	52
1.5 O que dizem as pesquisas sobre engajamento no Brasil	54
Os jovens militantes	57
Jovens engajados no Brasil	62
CAPÍTULO 2 – JOVENS E PARTIDOS POLÍTICOS	67
2.1 Partidos políticos: algumas definições	67
2.2 Filiação partidária	70
2.3 Partidos no Brasil	72
2.4 Espectro político e composição social: onde se situam PDT, PT, PSTU, PSOL e PCdoB no cenário político nacional	74
Brevíssimo recorrido sobre os partidos dos jovens militantes	78
2.5 Elementos da organização dos partidos em que militam os jovens: o caso do Rio de Janeiro	80
Instâncias partidárias	84
Filiados e militantes	86
Escolha de lideranças	89
Setoriais: a juventude nos partidos	90
CAPÍTULO 3 – FAMÍLIA E ESCOLA: CONTEXTOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	96
3.1 Os jovens entrevistados	96

Jovens de cursos de Seletividade A	101
Jovens de cursos de Seletividade B	102
Jovens de cursos de Seletividade C	105
3.2 Socialização familiar	106
Jovens filhos de pais engajados	107
Jovens de famílias que manifestavam algum interesse político	110
Jovens de famílias não-engajadas	113
Os pais (homens) como referência predominante para os filhos e as filhas	114
3.3 Escola: socialização e redes de relacionamento	115
Experiências escolares em continuidade com a socialização familiar	116
Experiências escolares associadas à pouca socialização política familiar	119
Experiências escolares que socializaram para a política	123
3.4 Outros espaços de socialização política	129
CAPÍTULO 4 –TORNAR-SE MILITANTE: A EXPERIÊNCIA MILITANTE E O TEMPO	136
4.1 Percursos militantes de longa duração	137
4.2 Percursos militantes recentes	145
4.3 Adesão partidária e socialização familiar	150
4.4 Investimento militante e variações ao longo do tempo	151
4.5 Deslocamentos e permanências nos partidos ao longo do engajamento	156
A experiência militante em um único partido	157
Permanecer no PT: uma decisão difícil e refletida	158
Deslocamentos de jovens: novos partidos	162
4.6 Profissionalização no partido e pelo partido	171
CAPÍTULO 5 – A EXPERIÊNCIA MILITANTE NO PARTIDO	182
5.1 Os jovens e seus partidos	182
5.2 Vida militante: atividades, rotinas, funções	195
Múltiplos engajamentos: movimento estudantil e LGBT	200
Mobilidades proporcionadas pela militância	204

A noção de carreira na análise de alguns percursos	206
5.3 Militância, experimentação e ciclo de vida: é coisa de jovem?	208
5.4 As clivagens entre homens e mulheres em um espaço tradicionalmente masculino	212
A experiência de mulheres na vida militante partidária	218
As práticas militantes de jovens mães	226
CAPÍTULO 6 – EXPERIÊNCIA MILITANTE E REPERCUSSÕES NA VIDA	232
6.1 Convivência familiar e repercussões do engajamento	233
Aprendizados na família e aprendizados na militância	234
Hábitos de consumo e a estética militante	239
Repercussões da militância na esfera privada	242
6.2 Amizades, vida afetiva e militância	244
Mudança de partido e repercussões entre os amigos	247
Relações afetivas: relacionar-se com militantes ou não?	248
6.3 Trabalho, formação profissional e militância	251
Militância e prolongamento dos percursos estudantis	252
Escolhas profissionais influenciadas pela militância	262
Militância projetada no tempo	264
Militância e formação profissional: ser professor e militar em sindicato	266
Carreira política no horizonte dos militantes	269
CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283
APÊNDICES	289

Introdução

Dizem por aí que os jovens estão cada vez mais individualistas, não se interessam por nada nessa vida e, de política, querem distância. Quase sempre, quem diz isso, o faz em referência à “geração 1960” e a lembrança geralmente é acompanhada por um suspiro saudoso. Mas há quem insista em dizer que as coisas não são bem assim, que os jovens apenas mudaram o jeito como demonstram seus interesses pela política.

Pesa, sobre os jovens, essa crítica, dirigida a eles pelo mundo adulto, de que a atual geração tende ao egoísmo, à indiferença ao outro, à apatia cívica. Essa idéia foi construída, segundo Cicchelli (2009), a partir da experiência da geração anterior, para quem a militância e o engajamento significavam estabilidade, duração e devoção a algum grupo de interesse. Na medida em que são “os mais velhos”, ou as gerações anteriores, as responsáveis pela construção dos discursos sobre os jovens de hoje, é sobre as experiências passadas que se fundamentam para avaliar as ações de seus sucessores geracionais. Assim, a distância entre a *percepção dos adultos* sobre o que fazem os jovens e as *vivências concretas dos jovens* contemporâneos, se deve ao fato de que os adultos se baseiam em suas próprias experiências de engajamento e, por isso, têm dificuldades em reconhecer as novas formas criadas pelas novas gerações.

Müxel (2005) afirma que o engajamento partidário da geração anterior aos jovens contemporâneos, se dava sob fortes marcadores ideológicos que definiam direita e esquerda e estabelecia claras distinções entre os dois “lados” do espectro político. Atualmente, tais marcadores teriam se diluído, borrando as fronteiras entre as diferentes ideologias políticas. Os jovens de hoje expressam seus interesses e realizam engajamentos políticos através de grupos culturais, em torno de questões pontuais, usam as redes virtuais de comunicação, elaboram outras estratégias além dos protestos de ruas, que foram uma das marcas das gerações anteriores. Os jovens contemporâneos também dedicam seu tempo de maneira distinta ao engajamento em comparação com o que ocorria com os jovens de antigamente. Devido às novas estratégias e formas de mobilização podem ficar menos visíveis para aqueles

que esperam ver as conhecidas estratégias em ação, mas nem por isso estão ausentes dos processos de transformação da sociedade.

É neste cenário de mudanças nos modos de agir e de viver a política, que se insere a presente pesquisa. Os clássicos estudos de juventude no Brasil, especialmente representados pelas investigações de Marialice Foracchi, centravam as indagações e campo de pesquisa nos jovens dos movimentos estudantis e os atravessamentos dos partidos nos anos 1960 e 1970. Os estudos mais recentes sobre a juventude brasileira deslocaram suas preocupações de pesquisa para o campo dos estudos sobre as identidades e os grupos juvenis. Assim sendo, o engajamento de jovens em espaços tradicionais de mobilização – partidos políticos, sindicatos, etc – perdeu espaço e visibilidade na academia e entre o senso comum. Mas as mobilizações estudantis e partidárias continuam ocupando a cena pública.

Foi justamente a percepção de que cresciam as pesquisas sobre os grupos culturais juvenis e inexistiam estudos sobre o engajamento de jovens em partidos políticos, que motivou a realização desta tese de doutorado sobre *jovens militantes em partidos políticos*. Quem são e o que fazem os jovens que, apesar do deslocamento do *agir político* para outros espaços, insistem em ocupar esta tradicional instituição? Quais os sentidos e práticas produzidos por esses jovens e as consequências individuais e coletivas de seu engajamento político? No cenário de transformações das práticas políticas, pergunta-se se houve redefinição dos modos de agir na militância partidária jovem. Ou seja, se os jovens nos partidos agem de modo diferente, talvez inspirados nos novos modelos de militância, que nascem dos movimentos sociais, como os ambientalistas, anti-globalização, etc. E, em havendo mudanças, como convivem as novas e velhas formas de militar, ou seja, quais as possíveis tensões criadas pelas práticas de adultos e de jovens nos partidos.

Sobre os jovens, historicamente, recaem sentidos sociais ambíguos: eles foram historicamente assumidos como força latente de revitalização social cujo sentido progressista ou conservador seria dado pelas forças atuantes em determinadas conjunturas históricas (Mannheim, 1968). Para outros foram considerados “ameaça civilizatória” e fonte de instabilidade social. As sociedades projetam as expectativas de continuidade das tradições ou transformações sociais, conforme aquilo que se valoriza no jogo entre conservação e modernização social, cultural e política. Nessa perspectiva os jovens se situam entre a execução de pautas externamente concebidas e a possibilidade de construção de campo de autonomia pessoal e coletiva.

A juventude é uma condição da modernidade. No debate sobre as gerações está suficientemente evidenciado que a institucionalização dos ciclos de vida “inventou” socialmente os conceitos de infância e juventude (ARIÈS, 1978; FEIXA, 1998). Margareth Mead, em seus estudos sobre os jovens de Samoa, foi pioneira, ao evidenciar que a adolescência não era uma determinação universal da cultura (Hall, 2006), porém, uma construção histórica e culturalmente situada. Neste sentido se relativizou e demonstrou a impropriedade de uma noção de adolescência/juventude como transição vivida igualmente por todas as sociedades e culturas.

O surgimento da juventude como categoria social coincide com o surgimento da sociedade industrial e a conseqüente institucionalização do tempo daqueles sujeitos que deveriam se preparar para a vida adulta e reproduzir as determinações de classe. O descobrimento da adolescência ocorreu nas décadas de 1880 e 1890, a princípio com a elevação dos níveis de escolaridade dos filhos da burguesia. No começo do século XX, teorias psicológicas e sociológicas, fundamentadas nas noções de vulnerabilidade e instabilidade do período de vida juvenil, justificarão leis e procedimentos pedagógicos orientados para a proteção desses instáveis sujeitos. É neste momento que podem ser encontradas as bases justificadoras de um pensamento tutelar e limitador da independência desses sujeitos que, não sendo mais crianças, ainda não são adultos.

Autores como Pais (1993), Sposito (1994), Margulis e Urresti (1998) enfatizam a importância de não se considerar a juventude como uma categoria homogênea e una, mesmo ao se considerar os jovens de um mesmo contexto histórico. Há distintas maneiras de ser jovem na grande heterogeneidade que se observa no plano econômico, cultural e social das sociedades contemporâneas. Nas cidades modernas os jovens se constituem como sujeitos múltiplos, variando de acordo com a origem de classe, o lugar onde vivem e a geração a que pertencem. Juventude é uma condição complexa que contém as múltiplas modalidades de processamento social da condição etária, tendo em consideração as diferenças sociais, a inserção na família e em outras instituições; as questões de gênero, classe, território e os grupos de inserção cultural (MARGULIS e URRESTI, 1998).

Poncela (2003) afirma que não se pode compartilhar com algumas definições de juventude que a consideram como momento de transição ou de provisoriedade que leva à vida adulta. Como atores sociais, os jovens são frutos de uma série de relações, configuram um universo social descontínuo e em constante transformação, e suas características são definidas por

relações e tensões entre a categoria sócio-cultural definida pela sociedade e as atualizações feitas pelos sujeitos concretos, que interiorizam os esquemas culturais vigentes de formas distintas.

Além das diferenças biológicas entre jovens, adultos e velhos, há quem considere a juventude condição existencial que identifica as pessoas e prevalece sobre outras características sociais (PONCELA, 2003). A *condição juvenil* – definida histórica e culturalmente – é vivida de forma diferenciada, conforme as diversas situações sociais, culturais e políticas dos jovens e suas diferentes formas de inserção social – *situação juvenil* (ABAD, 2003). A condição juvenil também pode ser tomada como o modo pelo qual a sociedade representa o ciclo de vida.

Da mesma forma que se estabelecem diferenças entre *condição* e *situação juvenil*, também é preciso diferenciar a noção de jovem (sujeitos concretos da condição juvenil e historicamente situados) e de juventude (categoria analítica que agrega características mais gerais de um dado momento do ciclo de vida) (ATTIAS-DONFUT, 1996).

A juventude pode ser situada, no curso do processo social e vital, entre a condição de dependência da criança e a autonomia relativa dos adultos. Tal autonomia é construída e conquistada através das experiências sociais de diferenciação e identificação inter e intra-geracionais ocorridas durante a fase de vida (DUBET, 1996) da juventude. Mannheim (1968), por sua vez, estabelece uma definição de *geração*, que relaciona a vivência de fenômenos mais amplos de mudanças históricas e sociais nos tempos modernos, ou seja, relaciona-se mais à contemporaneidade dos sujeitos que à coetaneidade (mesma idade). Os sujeitos que constituem uma geração são aqueles que vivem numa mesma época e sob signos e características culturais similares.

Desta forma, ser jovem nas sociedades complexas significa viver uma multiplicidade de experiências sociais e culturais, inclusive temporais, e uma pluralidade de espaços e dimensões de socialização, formação e participação (MELUCCI, 1997).

A complexificação das sociedades, das relações e dos sentidos da vida produziu a perda de unidade do mundo social, expondo uma crise das instituições em sua capacidade de manter a agregação social. Dubet (2002) afirma que, apesar da crise das instituições, não é possível prescindir delas na constituição dos indivíduos, mas deve-se estar atento para as possibilidades de novas formas institucionais (novos programas institucionais) serem forjadas no interior das instituições, como respostas às transformações sociais.

As instituições engendram formas específicas de socialização. Dubet (2002) cunha o termo *declínio das instituições* como melhor expressão explicativa do processo que está em curso. Segundo o autor, há uma crise do *programa institucional* que, na verdade, deve ser entendido como um processo de grande mutação e não apenas uma crise como muitas vezes têm sido vivido e relatado. A perda da unidade do mundo social não significa que este tenha desaparecido, o que ocorre é uma busca por novas respostas necessárias a esta desagregação.

O termo *programa institucional* designa um tipo particular de socialização, característico de cada instituição. “Puede definirse el programa institucional como el proceso social que transforma valores y principios en acción y en subjetividad” (DUBET, 2002: 32).

Diante da complexificação das sociedades e da complexidade dos fenômenos sociais era de se esperar que os jovens, sobre quem recaem as expectativas de, ao mesmo tempo, dar continuidade e produzir transformações na sociedade, criassem novas modalidades de agir político. Contudo, pouco se sabe sobre as atuais estratégias juvenis no que se refere ao engajamento político. Há um certo acúmulo de estudos sobre as novas estratégias, mas praticamente inexitem pesquisas que abordem o agir político de jovens em espaços tradicionais da política. Mesmo os estudos realizados na área da Ciência Política, que se dedicam ao tema dos partidos, não têm se ocupado do estudo das estratégias de mobilização. Seus estudos estão, principalmente, referidos às preferências políticas dos eleitores e seu comportamento eleitoral, abordando, indistintamente, eleitores jovens e adultos.

Dado este cenário, o estudo aqui proposto refere-se ao comportamento de um grupo numericamente pequeno que, no entanto, tem forte presença na esfera pública, em mobilizações ou nas instâncias institucionais que interagem com os segmentos juvenis. Nos momentos em que jovens são solicitados a opinar, ou que se apresentam publicamente para reivindicar todo tipo de pauta, os jovens de partidos estão sempre presentes e têm voz ativa entre os demais, mesmo que o caráter de sua representatividade política seja, ele mesmo, problemático. Estudo de Castro e Abramovay (2009) sobre os participantes da 1ª Conferência Nacional de Juventude mostra que, entre os mais de 1500 delegados participantes, representantes do movimento estudantil, movimentos rurais, de negros e indígenas, organizações da sociedade civil com diversos tipos de atividades, juventudes partidárias, entre outros, 50% fazia parte de algum partido político¹. Esse dado ilustra os múltiplos

¹ A Conferência Nacional de Juventude foi convocada a fim de debater as políticas nacionais de juventude e recolher sugestões e opiniões dos jovens a respeito de sua execução.

engajamentos e a forte presença dos partidos nas esferas de participação, decisão e formação de opinião entre jovens.

O engajamento partidário é pouco frequente entre jovens e, embora não configure, numericamente, a situação juvenil contemporânea dominante, o estudo é significativo para a constituição dos sujeitos que militam em partidos e, deste ponto de vista, é também significativa para a pesquisa acadêmica. A opção pela militância partidária não é excludente de outras formas de construção da vida juvenil, mas é, sem dúvida, uma experiência importante a ser estudada.

No Brasil, não foram encontrados estudos sobre a militância partidária de jovens. Também são poucos os estudos que perguntam sobre o engajamento entre adultos ou em formas não partidárias de engajamento. A pesquisa *Juventude e escolarização. Estado do conhecimento (1980-1998)*², que levantou e analisou a produção discente da área de Educação, não encontrou trabalhos referidos à militância em partidos; as preocupações com militância de jovens se relacionavam com o movimento estudantil e em organizações não-governamentais e, ainda assim, com poucos trabalhos. Na nova edição do Estado do Conhecimento (1999-2006)³, que levantou a produção discente no período de 1999 a 2006 nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, não há, igualmente, trabalhos que se referem à presença de jovens em partidos políticos. A produção discente encontrada sobre o engajamento está novamente relacionada à militância estudantil e alguns poucos trabalhos buscam compreender os engajamentos de jovens em espaços não escolares. Além disso, os trabalhos sobre a militância estudantil pouco consideram a significativa mudança no perfil socioeconômico dos estudantes universitários no Brasil, especialmente na última década. Políticas de cotas para negros e estudantes de escolas públicas, além da ampliação do financiamento do ensino superior para as camadas populares, levou para as universidades uma população até então desconhecida dos bancos universitários. A quantidade de estudantes universitários aumentou significativamente – se não passavam de 1% nos anos 1960 chegaram a 13% no ano de 2009⁴ somando-se as matrículas em universidades públicas e privadas – e alterou-se o perfil desses estudantes.

² SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Juventude e escolarização: 1980-1998**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

³ SPÓSITO, Marília Pontes (coordenação). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. 2 v. Disponível em: www.observatoriojovem.org

⁴ Dados do INEP, divulgados em dezembro de 2009 e disponíveis em www.inep.gov.br

Pesquisas sobre juventude no Brasil (Perfil da Juventude Brasileira⁵, 2003; Juventude Brasileira e Democracia, 2004; Santos Junior, 2004) apontam que a presença dos jovens em entidades, associações e agremiações é baixa, acompanhando uma tendência participativa do conjunto da população brasileira. O Perfil da Juventude Brasileira (2003) aponta que, dos jovens entrevistados, apenas 15% participa de algum tipo de grupo juvenil. Quase a metade desses jovens participa de grupos culturais, 4% deles de grupos religiosos e a participação em partidos políticos não chegou a ser diferenciada em números relativos, ficando agregada à categoria “outros”. Santos Junior (2004), analisando a participação sociopolítica nas regiões metropolitanas do país, observou que apenas 3% dos jovens de 18 anos estão filiados⁶ a partidos políticos. Poucos são os dados de pesquisas com jovens que indicam a participação específica em partidos políticos. A preocupação com a participação dos jovens foi abordada de forma genérica, reunindo na mesma pergunta e no mesmo dado a participação institucionalizada, tal como em partidos, movimentos, organizações e a não-institucionalizada, como em grupos culturais e mobilizações pontuais. A maioria dos jovens que participou da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia (2004), demonstrou uma percepção de que a participação institucional em partidos políticos ou organizações similares é a forma mais eficaz para resolver os problemas do país, não apenas os ligados aos jovens; entretanto, os partidos também são percebidos como espaços pouco permeáveis à participação de jovens e onde eles sentem a maior possibilidade de haver manipulações e corrupção. Por outro lado, os jovens pesquisados afirmaram que se enxergariam mais facilmente engajados em formas menos institucionalizadas de participação, ainda que percebam estas como meios menos eficazes de resolver os problemas sociais, culturais e políticos do Brasil se comparadas com formas mais institucionalizadas, tais como os partidos políticos. Veremos que os jovens militantes de partidos políticos compartilham da idéia de que são os partidos os espaços mais eficientes para produzir mudanças na sociedade e são importante ferramenta de conquista e consolidação de direitos.

A publicação “Quebrando Mitos: Juventude, participação e políticas”, de Castro e Abramovay (2009) apresenta resultados de pesquisa realizada com jovens participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Por ter sido realizada com jovens engajados em algum tipo de mobilização⁷ – partido político, movimento estudantil ou sindical,

⁵ Resultados da pesquisa podem ser acessados em www.ibase.br

⁶ Deve-se ter em conta que a filiação não significa necessariamente militância no partido.

⁷ Apenas 8% dos participantes declararam não participar de qualquer tipo de organização ou forma de mobilização.

organização da sociedade civil, etc – seus resultados não podem ser comparados com as pesquisas acima referidas, mas trazem algumas questões importantes. A maioria dos jovens entrevistados considera haver poucas oportunidades de participação para jovens “via poderes constituídos” e “36,5% consideram que instituições da sociedade civil mais que partidos políticos dão oportunidade de participação política para os jovens” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2009: 38, resumo executivo).

Informações do TSE, divulgadas pelo TRE de Santa Catarina⁸, dão conta de que os jovens de 15 a 24 anos representam 4,52% dos filiados em partidos no Brasil. Os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 20% da população brasileira ao passo que 4,52% estão inscritos em algum partido político, ainda assim, através de suas estratégias de ação e de mobilização conseguem fazer-se notar na cena pública.

Considerações metodológicas

A pesquisa sobre militância exige a articulação de diferentes níveis de análise sobre a configuração dos comportamentos, valores, atitudes e engajamentos políticos. A preocupação metodológica é a de que a coleta de dados permita o levantamento das informações necessárias para isso. É preciso conhecer diferentes aspectos da vida dos sujeitos, levando-os a narrar fatos, experiências, espaços e pessoas significativas em sua vida que possam explicar o modo de socialização política e o engajamento partidário.

Em pesquisas sobre militância, quer de jovens ou de adultos, pesquisadores (FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKY, 2001; GAXIE, 2002; CICCHELLI, 2009) são entusiastas do uso de abordagens longitudinais nos estudos sobre a construção de disposições para o engajamento e das carreiras militantes. Nesta perspectiva, seria possível acompanhar militantes e perceber, “em tempo real”, as inflexões, rupturas, mudanças e variações de investimentos na militância. Desta forma, a reconstrução das experiências de militância ocorreria através das diversas narrativas recolhidas ao longo do tempo, narrativas que se referem sempre a um tempo vivido mais próximo ao tempo presente e não àquilo que se passou há muito tempo.

A pesquisa qualitativa, com estudos aprofundados de casos específicos, que usa as narrativas dos sujeitos através de entrevistas, permite chegar a uma construção possível dos

⁸ Dados nacionais divulgados pelo TRE de Santa Catarina. As informações datam de 28.02.2007 e foram coletadas no site www.tre-sc.gov.br/site/noticias em 20.11.2007.

engajamentos. Pode-se, dessa forma, estabelecer marcos fundamentais dos engajamentos, momentos cruciais, inflexões, diferentes valorações atribuídas pelos sujeitos às diferentes experiências vividas, e remontar o mosaico de motivações que foi construído e reconstruído ao longo de sua história. Assim, também é possível perceber as articulações estabelecidas entre a militância e os demais momentos da vida juvenil.

As entrevistas biográficas são o instrumento primordial para levantar a rede contínua de interpretações subjetivas que guiam as condutas do indivíduo, desde que o pesquisador interprete as maneiras como são ditas pelo entrevistado. Os modos como os motivos são formulados no momento da entrevista são produtos das regras do jogo em vigor no contexto em que se manifestam. A conjuntura social do momento da entrevista pode, por exemplo, influenciar a lista de motivos de engajamento do sujeito entrevistado e o pesquisador deve ter o trabalho de interpretar tais interferências sem prejuízo, entretanto, daquilo que o sujeito narra (FILLIEULE, 2001).

A obtenção de dados biográficos através da realização da entrevista coloca o interrogado diante de um duplo constrangimento: suas habilidades comunicativas e as perguntas dirigidas pelo entrevistador. Dubar (2005) sugere que, apesar dos constrangimentos relativos às habilidades lexicais do entrevistado e das perguntas do entrevistador, o conjunto de entrevistas e informações coletadas permite revelar, de forma indutiva, tipos de argumentação, categorias específicas de mobilizações, agenciamentos típicos.

Essas questões refletem aquilo que Bourdieu (1996) chamou de *ilusão biográfica*, afirmando que o sujeito narra os fatos de sua vida de acordo com aquilo que parece mais adequado ser dito no momento em que é dito, com as expectativas de seu interlocutor e com aquilo que lhe é mais conveniente no momento da entrevista. Fillieule (2001) aponta que as maneiras como os motivos são formulados no quadro e momento de entrevista são produtos das regras do jogo em vigor no contexto em que se manifestam. Portanto, todas as razões não são igualmente invocadas dependendo do contexto de sua enunciação. A conjuntura social do momento da entrevista pode influenciar a lista de razões de engajamento do sujeito entrevistado, por exemplo. Nem toda a narrativa de razões, portanto, seria produto da *ilusão biográfica*, há elaborações e reelaborações subjetivas ao longo da vida militante que podem deixar para trás as motivações iniciais do engajamento.

De acordo com Pudal (2009) as análises biográficas das trajetórias militantes são complexas. É preciso associar “*biografias coletivas, ‘famílias de trajetória’, com o ‘singular’, no qual*

podemos considerar tipos de investimentos sociais e psicológicos variáveis segundo os indivíduos” (pág. 133). Difícil é encontrar o equilíbrio entre as duas linhas, especialmente porque a informação sobre o ‘singular’ é muito difícil de ser obtida e analisada.

A memória é artilosa, e pode “recordar” diferente daquilo que aconteceu no passado. Parte das entrevistas realizadas com os jovens refere-se a um momento biográfico anterior ao tempo presente (a formação básica, o tempo da adolescência) e isso significa que há um trabalho de reconstrução sobre os sentidos e as vivências do passado. No entanto, se nos casos de Oliveira (2005) e Seidl (2003), os entrevistados remontavam a 20 ou 30 anos atrás, no caso dos jovens a memória viaja 5 ou 10 anos em direção ao passado. Impossível saber quanto de reformulações e transformações são produzidas por nossa memória, mas há, possivelmente, menos “filtros” de tempo e de sobreposição de experiências nas narrativas dos jovens.

Oliveira (2005) refere que os relatos, mais do que recuperar uma biografia e construí-la de acordo com as “idealizações de si” que faz o entrevistado, também apontam para os tipos de concepções de política que estão envolvidos nesse militância. Ou seja, o sujeito reconstrói sua história de acordo com o que suas concepções de política lhe levam a pensar que seja um “início adequado” para sua trajetória militante.

Ter a subjetividade como base de análise significa, pois, procurar as múltiplas razões que levam os atores a agir de determinado modo, a fim de satisfazer suas necessidades, interesses e expectativas (TARTUCE, 2007: 137).

Para Bertaux (1974) a entrevista deve ser pouco estruturada, com roteiro aberto e permitir que os sujeitos expliquem, comentem, além de falar das razões de determinadas decisões e ações. É possível que, no ato da entrevista, o jovem militante reflita, pela primeira vez, sobre aspectos de sua vida, faça relações e encontre explicações que não eram percebidas por ele até então.

Dumazière e Dubar (2004) consideram que, numa entrevista, as pessoas que falam ao pesquisador são sujeitos que expressam, num diálogo marcado pela confiança, suas experiências e convicções, seu ponto de vista e suas definições sobre sua situação de vida. As palavras exprimem o que o sujeito viu ou viveu, o seu ponto de vista sobre *o mundo* que é o *seu mundo* e que ele define à sua maneira. O discurso, no entanto, não é transparente, mas constitui uma construção dialógica complexa. Reconstruir as entrevistas transcritas não é suficiente para reconstruir o “universo de crenças”, expressos durante a entrevista e que são, ao mesmo tempo, “construídos” na interação com o pesquisador.

Compreender o significado do que é dito não implica somente prestar atenção, escutar e “endossar” o discurso ouvido, é também analisar os mecanismos de produção dos significados, comparar os diferentes discursos, expor as oposições e correlações mais estruturantes. (DUMAZIÈRE e DUBAR, 2004: 7, tradução nossa)

Os autores acima referidos, afirmam que é preciso teorizar a partir daquilo que é obtido no campo, a partir daquilo que é coletado através do trabalho de pesquisa. Mas tal teorização, a partir do campo, requer uma atenção especial à maneira como as informações são colhidas, escritas e apresentadas pelo pesquisador. Para produzir teorizações é também preciso realizar comparações progressivas e permanentes com outros “dados” diferentes mas similares, distintos mas comparáveis. A comparação permite “descobrir” – sempre indutivamente – as “categorias e propriedades formais” que são os produtos da teorização sociológica. Traduzir o conteúdo das entrevistas em palavras é o primeiro passo para começar o trabalho de aproximação comparativa das várias histórias coletadas. Primeiro cria-se um esquema particular que represente o universo de cada entrevistado para, em seguida, construir um esquema comum que permita comparações entre as histórias.

É preciso, portanto, para reconstruir as histórias e os esquemas de análise, ouvir os entrevistados naquilo que dizem, mas também naquilo que escondem ou dissimulam. Prestar atenção ao modo como verbalizam suas experiências, bem como suas reações ao relato.

No caso específico dos engajamentos políticos de jovens, havia preocupação em garantir que, ao longo da entrevista, a conversa girasse em torno das experiências de socialização deles e não das ideologias e modos de agir dos partidos políticos. Este foi um dos grandes desafios da pesquisa, na medida em que foi necessário encontrar estratégias de entrevista e conversa que permitissem extrapolar os discursos formatados pelas lideranças partidárias e captar os sentidos dos jovens para a sua experiência particular de militância. Neste sentido, a pergunta inicial da entrevista foi importante para apontar o caminho que se desejava percorrer. Tal pergunta foi alterada depois da realização das duas primeiras entrevistas por perceber-se que ela tinha levado os jovens entrevistados a falar sobre o partido específico em que militavam. Ao perguntar “*em que momento da vida iniciou a sua militância política?*” os jovens falaram do partido em que militavam e das pautas políticas de sua organização, quando o que se pretendia era que falassem mais sobre as experiências vividas, o momento de vida no qual a militância se tornou ação efetiva num partido e, ainda, as experiências que antecederam a

militância ativa, pois sabe-se que é difícil estabelecer um momento claro de início da militância. Mudar a pergunta inicial para “*fale um pouco sobre sua vida até o momento em que iniciou a militância partidária*” produziu narrativas mais interessantes do ponto de vista dos interesses da pesquisa. Os jovens falavam de suas escolas, professores e matérias marcantes no ensino fundamental ou médio, sobre familiares engajados ou desinteressados, dinâmicas familiares e, em geral, falavam do engajamento político e, seguiam falando de suas experiências até o momento atual. As narrativas dos jovens seguiram, dessa forma, em geral, mais fluidas, com interrupções eventuais para perguntas complementares em um momento ou outro da entrevista. O roteiro ia sendo seguido de acordo com a linha narrativa do entrevistado sem que a ordem dos temas fosse determinada pelo roteiro.

A universidade como campo de pesquisa

A universidade é um lugar importante de recrutamento de jovens militantes de partidos. Através do movimento estudantil e de outras formas de mobilização de estudantes, os partidos têm, tradicionalmente, angariado jovens para suas bases militantes. O Ensino Médio também é um espaço importante de recrutamento de jovens, mas os estudantes universitários, em geral, são aqueles que estão consolidando uma atividade militante iniciada no ensino médio ou estão iniciando tal atividade, por influencia ou pela possibilidade oferecida pelo espaço universitário. Os universitários, normalmente, são mais autônomos frente aos possíveis constrangimentos familiares na comparação com os estudantes secundaristas e, por isso, podem estar mais disponíveis para o engajamento político.

Os CAs (Centros Acadêmicos) e os DCEs (Diretório Central de Estudantes) muitas vezes são disputados por forças estudantis que se organizam em torno de partidos políticos. É notória a articulação do movimento estudantil universitário com os mais diversos partidos políticos. As plenárias dos Congressos da UNE (União Nacional de Estudantes) estão sempre coloridas pelas bandeiras de partidos que agrupam estudantes de diversos estados do país e das mais variadas universidades. O PT e o PCdoB são partidos que, notadamente, disputam há anos a liderança nacional dos estudantes brasileiros, apesar de outros partidos aparecerem isolados ou “coligados” a essas duas forças nas disputas bienais.

Na universidade que se constituiu como campo de pesquisa para esta tese, é possível identificar grupos de jovens universitários do PMDB, PT, PCdoB, PSOL e PSTU, além de

alguns grupos independentes⁹, que se orientam por tendências marxistas ou anarquistas. O DEM, partido anteriormente denominado PFL e identificado como de direita, não apresenta núcleos organizados nesta universidade e, de acordo com informações fornecidas por alunos ligados ao DCE, este partido só encontra representação em uma universidade privada do Rio de Janeiro e em nenhuma das 5 universidades públicas da cidade e região metropolitana fluminense.

Movimento estudantil e militância partidária podem se confundir e ser tomadas como sinônimos, mas guardam particularidades, e seus militantes reconhecem diferenças claras entre os dois espaços de engajamento. Não é dado que um militantes estudantil seja militante de partido e vice-versa. Ainda que sejam espaços complementares de militância para alguns jovens, são claramente diferenciados, produzem experiências distintas e ocorrem em tempos e espaços também distintos. O engajamento partidário é que está em questão na tese e a universidade constituiu-se em porta de entrada para o encontro com jovens dada a facilidade de encontrá-los nesse espaço. O movimento estudantil aparecerá aqui apenas na medida em que for uma das formas de engajamento dos jovens militantes de partidos, mas não se configura como objeto de análise.

Primeiros procedimentos de pesquisa: aplicação de questionários

Para um primeiro mapeamento dos jovens universitários militantes de partidos políticos na universidade, que se configurou como campo privilegiado da pesquisa, foi realizado um estudo exploratório, com aplicação de questionários, durante a realização de Congresso Estudantil, em 2008. Foram respondidos 25 questionários por jovens que responderam positivamente à pergunta sobre se eram engajados em algum partido político.

A maioria dos respondentes era militante do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e a grande parte desses militantes mais velhos (mais de 22 anos) tiveram passagem anterior pelo PT. Dos 25 questionários coletados 4 foram descartados da base de dados por não serem mais jovens (um dos entrevistados nasceu no ano de 1975). Ficaram registrados, portanto, 21 questionários. Destes apenas 3 eram de mulheres, sendo 18 homens. Uma das explicações possíveis, baseadas na observação feita ao longo do congresso, é a de que as mulheres

⁹ Ainda que os grupos se auto denominem independentes, seria preciso investigar melhor tais agrupamentos, pois os partidos políticos têm suas estratégias de aproximação e influência sobre tais grupos. Na medida em que o objeto de estudo são os jovens militantes de partidos, não se tratará aqui de aprofundar a discussão sobre a verdadeira autonomia desses grupos.

estavam muito mais envolvidas na organização das oficinas e na panfletagem que os homens; talvez por isso eles tenham estado mais disponíveis e visíveis no momento de aplicação do questionário.

Dos questionários, alguns jovens foram selecionados para a realização das entrevistas, outros não foram entrevistados, especialmente devido à superrepresentação do PSOL e também pela necessidade de buscar maior diversidade sociocultural e equilíbrio entre os sexos¹⁰.

Para encontrar as mulheres militantes e jovens de diferentes cursos e partidos políticos, solicitava-se, ao final de cada entrevista, que o jovem indicasse outros jovens para serem entrevistados, afirmando que estava especialmente interessada nas mulheres militantes, uma vez que elas estavam subrepresentadas nos questionários aplicados no Congresso Estudantil. Alguns jovens não conseguiram indicar jovens mulheres, mas a maioria sabia de, pelo menos, uma moça em seu grupo partidário. O jovem militante do PCdoB afirmou que não havia mulheres militantes em seu núcleo universitário. Anotava-se telefone e/ou e-mail e entrava-se em contato com a jovem. Nas entrevistas com essas jovens solicitava novas indicações, o que garantiu a presença significativa de mulheres ao final das entrevistas. Foram as jovens mulheres que indicaram uma jovem do PDT, e foi assim que esse partido foi introduzido na pesquisa, uma vez que não há núcleos do partido na universidade que foi base da pesquisa. Depois de entrevistada, a jovem pedetista indicou outros colegas de militância e, assim, estão presentes 3 militantes do PDT, incluídos no grupo de jovens engajados em partidos políticos.

O grupo de jovens foi composto apenas por militantes que não ocupavam cargos legislativos (vereadores ou deputados). Desejava-se conhecer as práticas e experiências dos *militantes* dos partidos e não dos *políticos profissionais*, pois esses estão implicados em outros tipos de ações no partido, que devem ser contemplados em outras chaves de análise, que não apenas a do engajamento. Desejava-se buscar os sentidos e experiências construídos por militantes da base partidária, que têm militância regular e constante no interior do partido, mas que não construíram carreiras legislativas ou mesmo no poder executivo.

¹⁰ No capítulo 3 estarão explicitados os critérios de seleção dos jovens de acordo com os cursos universitários que frequentam e partidos políticos aos quais são filiados.

A realização das entrevistas

Como explicitado acima, os resultados do questionário foram fontes para a realização das primeiras entrevistas que, por sua vez, permitiram a localização de novos entrevistados, de modo a constituir um quadro que atendesse aos critérios estabelecidos.

Os contatos com os jovens militantes eram feitos, em geral, por telefone. Os que haviam respondido ao questionário no Congresso Estudantil geralmente lembravam logo do que se tratava e a conversa fluía com facilidade. Aos jovens indicados pelos colegas militantes sempre era dito quem havia indicado seu nome e dado seus contatos, passando-se a explicar as razões do contato e da pesquisa. A maioria dos jovens indicados já sabia da indicação, os colegas se comunicavam, deixando avisado que alguém ligaria para marcar uma entrevista sobre sua militância no partido. Essa comunicação entre pares facilitou bastante o primeiro contato com os militantes, reduzindo a esperada desconfiança inicial diante do telefonema de uma pessoa desconhecida. Depois do contato inicial era enviado um e-mail confirmando dia, horário e local da entrevista agendada por telefone, além de esclarecer novamente os objetivos da pesquisa realizada. O e-mail servia como registro mais concreto para os jovens que, ao falarem por telefone, geralmente estavam sem agenda ou caneta para anotar o compromisso que estavam marcando. O e-mail foi usado como primeira forma de contato quando os telefones anotados no questionário não estavam mais em uso.

Apesar de vivermos na “era digital”, muitos jovens não respondiam aos e-mails. Mais do que isso, depois da realização (ou não) de algumas entrevistas, percebeu-se que muitos não viam seus e-mails com frequência. Isso foi verificado pela ausência dos jovens a várias entrevistas agendadas; quando o contato era retomado por telefone, respondiam que tinham se esquecido do agendamento e que não haviam verificado seus e-mails.

O esforço sempre foi o de agendar as entrevistas dentro do período de uma semana após o contato telefônico, para tentar diminuir os riscos de esquecimento por parte dos jovens. Se um jovem afirmasse que estava sem tempo para agendar a entrevista naquela semana, propunha-se retomar o contato na semana seguinte, para tentar agendar novamente. Na verdade, em geral, os próprios jovens solicitavam que ligasse na semana seguinte porque eles ainda não tinham como dizer qual o tempo que teriam disponível.

Percebendo a baixa frequência de acesso à internet e depois de várias ausências dos jovens às entrevistas, passou-se a telefonar no dia anterior ao encontro, para confirmar o agendamento. Por fim, as ligações passaram a ser feitas algumas horas antes da entrevista, pois as ligações

com um dia de antecedência ainda não eram suficientes para lembrar aos jovens do compromisso no dia seguinte. Muitas das ligações na véspera ou horas antes da entrevista serviram para o jovem dizer que teria que adiar o encontro. Nesses casos, as ligações evitavam o deslocamento desnecessário da pesquisadora aos locais das entrevistas e garantiam o reagendamento imediato da mesma.

Em geral, foram necessários 3 agendamentos para a realização de cada entrevista. Os locais marcados para os encontros eram variados. Muitos encontros aconteceram na universidade, em diversas unidades e espaços – em salas de aula, em sala de um grupo de pesquisa, em alguns pátios – outros ocorreram na casa da pesquisadora, alguns ocorreram em bares frequentados pelos jovens em fins de tarde com os colegas de militância ou, ainda, na sede dos partidos na cidade. Os lugares eram sempre escolhidos pelos jovens; nas vezes em que ocorreram na casa da pesquisadora também foi por escolha deles, pois achavam desconfortável ficar na universidade e preferiam não receber a pesquisadora em suas casas¹¹. Várias vezes apresentou-se um leque de possibilidades, para que o entrevistado escolhesse o local mais adequado, considerando sua disponibilidade de tempo e de deslocamento.

O roteiro de entrevista buscava conhecer aspectos diversos da vida dos jovens – suas experiências de vida antes do início da militância no partido, a vida em família e na escola, personagens marcantes nesses espaços, as amizades na escola e em outros espaços, a militância e seus impactos na vida escolar, familiar e de amizades, os demais espaços de participação dos jovens para além do partido, as mudanças e permanências sentidas em relação ao início da militância e, ainda, aquilo de que mais gostavam e menos gostavam na militância partidária, além das diferenças percebidas em relação a raça ou gênero na militância dos jovens nos partidos. Esse extenso roteiro produziu longas entrevistas, muitas vezes com mais de 2 horas de duração. Várias entrevistas tiveram que ser divididas em duas sessões. Tal divisão se fazia necessária pelo cansaço produzido por período tão longo de conversa e também pelo tempo exíguo de alguns jovens para as entrevistas – muitos encontravam tempo num intervalo entre uma aula e outra, ou nos intervalos para almoço ou jantar, o que não garantia 2 horas de tempo. Alguns dos jovens optaram, no entanto, por prolongar a entrevista para não interromper suas próprias reflexões. Se por um lado a divisão

¹¹ Uma das jovens entrevistada na casa da pesquisadora deixava o filho em uma creche próxima e, assim, preferiu ir até lá enquanto aguardava a saída do filho da creche. O outro jovem foi inicialmente entrevistado na universidade, mas só podia continuar a entrevista em algum fim de semana, quando a instituição está fechada; ele, então, pediu se a pesquisadora se importaria de ele ir à sua casa porque a casa dele era muito movimentada e achava algum outro lugar público muito barulhento. Esta entrevista ocorreu num sábado à tarde.

das entrevistas em dois momentos distintos permitiu esgotar o roteiro de entrevista, coletando o maior número possível de informações e dando mais conforto ao entrevistado, por outro, agravava o problema dos agendamentos que eram sucessivamente adiados.

Um jovem contatado a partir de indicação de um colega afirmou, no primeiro contato telefônico, que falaria com o grupo partidário para saber se participaria ou não da pesquisa. Depois do contato inicial, o jovem não atendeu mais às ligações nem respondeu aos e-mails enviados. Foi escolhido outro jovem do mesmo partido, indicado por um colega que alertou ser este jovem muito ocupado e morar longe do centro da cidade; depois de 3 agendamentos com sucessivas faltas – ainda que os encontros tivessem sido confirmados sempre com uma hora de antecedência – tornou-se inviável entrevistá-lo.

Foram entrevistados 21 jovens (11 homens e 10 mulheres). Houve um segundo momento no trabalho de campo, voltado para captar possíveis mudanças no engajamento dos jovens entrevistados com o passar do tempo. Assim, algumas entrevistas foram retomadas a partir de maio de 2010, cerca de 8 meses após a realização da primeira entrevista.

O momento da vida juvenil pode ser de muitas e rápidas transformações, especialmente para os jovens universitários aqui investigados – finalização do curso universitário, início da carreira profissional, retorno aos bancos universitários para continuidade da formação acadêmica, mudança de curso e escolha profissional, etc. Assim, mesmo decorrido pouco tempo, foi possível perceber mudanças e nuances nas experiências de engajamento desses jovens.

A realização de novas entrevistas, com alguns dos jovens entrevistados em 2009, permitiu perceber a existência ou não dessas mudanças; os investimentos maiores ou menores no engajamento; as interseções entre militância, vida acadêmica, afetiva e familiar; influências sobre a situação universitária e influências da prática profissional no engajamento militante. Buscou-se encontrar traços que evidenciassem tendências da evolução da militância.

Para a realização dessas novas entrevistas foi elaborado novo roteiro, que garantisse o aprofundamento de temas que emergiram nas primeiras entrevistas, além de perceber as variações do engajamento. A pergunta inicial se referia aos principais acontecimentos da militância nos últimos meses. Mas, além dos últimos acontecimentos, que buscavam perceber mudanças e permanências, também indagou-se sobre questões que permitissem aprofundar o conhecimento sobre o partido político em que cada jovem militava, modos de escolha de representantes e de tomadas de decisão, hierarquias e dinâmicas de organização. Esse

conjunto de perguntas visou a descrição dos grupos partidários dos quais participam os jovens entrevistados, a fim de explicitar o contexto de militância em que estão inseridos.

Optou-se por selecionar apenas alguns jovens para esta segunda etapa, e não realizar novas entrevistas com todos os 21 inicialmente entrevistados, por compreender que os dados levantados nas primeiras entrevistas eram bastante ricos e os aprofundamentos demandados não precisavam ser feitos com o grupo todo.

As tensões relativas à presença das mulheres e as relações entre homens e mulheres na militância política emergiram mais fortemente nas últimas entrevistas realizadas na primeira fase, e foram especialmente referidas pelas mulheres, por isso o tema foi retomado. Foi abordado, na segunda fase, tanto com os jovens homens quanto com as jovens mulheres, a fim de levantar as possíveis especificidades do universo masculino e feminino na militância política e as tensões e dificuldades de ambos se inserirem nesta arena política de engajamento. Além disso, também foi preservada a diversidade de partidos políticos, selecionando-se ao menos um representante de cada partido já contemplado na primeira fase de entrevistas.

Para a retomada das entrevistas, realizadas ainda em 2009 com os dois jovens entrevistados em 2008, não havia um roteiro estabelecido, apenas uma pergunta geradora. “*O que aconteceu nos últimos meses em relação à sua militância no partido?*” era a questão que iniciava o diálogo. A resposta do jovem fazia surgir novas indagações referidas àquilo que era narrado, desenvolvendo-se uma conversa em torno daquilo que ia sendo narrado pelo jovem. A estratégia mostrou-se efetiva para observar mudanças no engajamento e diferenças no investimento militante, contudo, para as demais entrevistas, realizadas em 2010, o roteiro foi ampliado.

A ampliação do roteiro final de entrevistas da segunda fase permitiu ir além, captando fatos e acontecimentos que não foram narrados na primeira entrevista, mas que já estavam em andamento, ou seja, alguns processos relativos ao engajamento já estavam em curso durante a primeira entrevista mas só foram relatados na segunda. Um exemplo disso são algumas tensões com colegas de militância, relativos a escolhas de lideranças ou opções políticas do partido, que foram relatadas na segunda entrevista, mas, já estavam presentes há mais de um ano. Em algumas entrevistas realizadas em 2010 os jovens narraram, como fato novo, acontecimentos do início de 2009, ou seja, que já tinham ocorrido quando da realização da primeira entrevista, mas que não haviam sido relatados naquela ocasião. Foi apontado a eles, algumas vezes, que o fato já havia ocorrido quando a primeira entrevista foi realizada; a

maioria se espantou com isso, com afirmações “*que engraçado, porque será que não contei da outra vez?*” ou “*nossa, mas parece que isso é tão recente*”.

Uma possível explicação para este fato é a de que, para narrar alguns fatos e experiências de vida, o sujeito precisa tomar algum distanciamento temporal dos acontecimentos. Alguns processos parecem precisar se consolidar para que possam ser descritos e narrados por aqueles que os vivenciaram. A percepção de “vazios” e “preenchimentos” das narrativas só ocorre pela realização de entrevistas em sucessivas etapas, com um intervalo de tempo entre elas. A entrevista, como uma fotografia, ainda que capte histórias, experiências do presente e do passado e projeções de futuro, é um retrato do momento. O sujeito entrevistado relata as experiências vividas de acordo com o momento presente. A realização da segunda entrevista, nesta pesquisa, permitiu ver um segundo momento da vida dos jovens e perceber mudanças, nuances, vazios que foram preenchido entre os dois momentos, permitindo perceber algum movimento entre os dois pontos de realização de cada entrevista.

Os contatos foram retomados por telefone, e todos os jovens lembravam-se da entrevista realizada no ano anterior e de que o novo contato havia sido combinado já naquela época. Isso facilitou bastante o agendamento das entrevistas. A impressão é de que todos esperavam por este contato e estavam dispostos a encontrar tempo em suas agendas para a nova conversa.

Por telefone, os jovens eram informados de que receberiam um e-mail com a transcrição da primeira entrevista, dando chance de ler e lembrar o que foi dito naquela ocasião. Apenas um jovem havia mudado de número telefônico e teve que ser contatado por e-mail. A maioria dos jovens leu a transcrição antes da entrevista e teceu comentários sobre seu conteúdo. Todos ficaram admirados com a quantidade de páginas dos arquivos que receberam e alguns se mostraram impressionados com os acontecimentos passados, afirmaram não lembrar que já tinham feito tudo aquilo, ou que já tivesse passado tanto tempo desde um determinado acontecimento. Uma moça, na impossibilidade de ler a transcrição até o dia marcado para a entrevista, pediu para adiar a mesma para o dia seguinte, a fim de ter tempo para ler. Um jovem informou que, só depois da leitura da transcrição, percebeu que citou nomes de colegas e companheiros de partido e narrou fatos pessoais que não deveriam ser registrados na tese, sob risco de expor indevidamente as pessoas. O jovem ficou mais tranquilo quando informado de que os entrevistados seriam renomeados e que as narrativas seriam tratadas de modo a não submeter qualquer pessoa a constrangimento. Esse jovem informou que lia novamente a transcrição e mandaria um e-mail anotando pontos críticos, mas, tal mensagem nunca chegou.

Contatos posteriores foram feitos por e-mail, para sanar algumas dúvidas e para a assinatura do Termo de Consentimento de uso do conteúdos das entrevistas, e o assunto não voltou à pauta. Na medida em que os nomes reais foram substituídos por fictícios e nenhum nome de companheiros de militância foi revelado, não houve interesse, por parte da pesquisadora, em saber quais as partes que o jovem considerava críticas.

O roteiro de entrevista era, como o primeiro, extenso e exigiu duas sessões para dois entrevistados. As demais foram feitas em apenas uma sessão com duração média de uma hora e meia. Novamente todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Alguns encontros ocorreram em unidades da universidade em que os jovens estudavam, como nas primeiras vezes; duas entrevistas ocorreram em bares da cidade e duas nas casas dos jovens – uma delas porque a jovem estava convalescendo de uma cirurgia e imaginava que não encontraria tempo para a entrevista depois que voltasse às atividades normais; a outra entrevista foi com um jovem que, na primeira etapa, foi à casa da pesquisadora porque só tinha tempo aos finais de semana e não queria que a pesquisadora fosse à sua casa “por causa da bagunça”; dessa vez, novamente com tempo apenas no final de semana, recebeu em sua casa, uma república de estudantes, onde vive com a namorada militante – também entrevistada na pesquisa – e outros dois estudantes universitários.

Quase todos os entrevistados falaram abertamente sobre conflitos e tensões, mas com cautela para não se exceder nas críticas evitando a exposição pessoal, ou de companheiros e colegas de militância, ou do partido. Exceção à regra foi um jovem que afirmou várias vezes que gostaria que nomes e fatos fossem citados explicitamente e creditados a ele para que ficasse clara sua posição e para que todos em seu partido soubessem que ele, de fato, se mantém fiel às posturas que tem defendido no interior do partido. Na medida em que este é um trabalho de pesquisa sobre as experiências de militância dos jovens e não sobre os partidos, não interessava fazer tais críticas, que se referiam a modos de organização e de tomada de decisões nos partidos. Sendo assim, os nomes e conflitos pessoais, foram omitidos.

No **primeiro capítulo** da tese desenvolve-se, teoricamente, os principais conceitos que permeiam a tese. A socialização política – especialmente familiar e escolar, mas também em outros espaços de socialização – oferece elementos para se compreender a construção de

disposições ao engajamento. A *experiência social* e a *militância* também são conceitos-chave para a análise do engajamento dos jovens nos partidos políticos. Análises sincrônicas e diacrônicas se associam para a compreensão da construção de disposições e a transformação destas em ação prática, através do engajamento militante. Apresenta-se breve levantamento de pesquisas realizadas sobre engajamento e engajamento de jovens, notadamente no Brasil e em países europeus.

O **segundo capítulo** aborda o tema dos partidos, suas características e funções no âmbito da organização da vida política nacional. É apresentado breve histórico dos partidos nos quais os jovens entrevistados estão engajados: PT, PSOL, PCdoB, PSTU e PDT. A organização, ou não, dos partidos em correntes internas, os processos de tomada de decisões, os espaços próprios de engajamento dos jovens, entre outros, são elementos da organização partidária que incidem sobre as práticas militantes. As peculiaridades dos partidos também influenciam a escolha dos jovens em relação ao partido ao qual se engajaram, e sua permanência, ou não, no partido em que se engajaram inicialmente.

O **terceiro capítulo** apresenta os entrevistados e a seguir aborda o tema da socialização política e da construção de disposições ao engajamento a partir das narrativas dos jovens sobre suas famílias, experiências escolares e outras experiências que produziram a internalização de princípios, valores e comportamentos políticos, que contribuíram para a construção de disposições ao engajamento. Famílias engajadas e famílias não engajadas transmitiram diferentes valores aos seus filhos e a experiência escolar incidiu de maneira diferente sobre os jovens que tiveram uma socialização familiar de forte transmissão de valores políticos daqueles jovens cujas famílias eram pouco porosas ao tema. Além da família e da escola, práticas religiosas e o trabalho também foram significativos, para alguns jovens, na construção de disposições ao engajamento.

O **quarto capítulo** aborda a militância dos jovens na sua relação com o tempo de engajamento. O início da militância, a relação com o movimento estudantil e a passagem para o engajamento partidário em percursos militantes recentes e mais longevos. Oscilações do investimento militante ao longo do tempo, variações de intensidade e trocas de partidos são também contemplados nesse capítulo.

O **quinto capítulo** aponta como a militância ocupa o tempo dos jovens, ou seja, as rotinas e dinâmicas partidárias, as tensões produzidas pelo engajamento no que se refere à dinâmica dos partidos e seus espaços de militância. Na abordagem sobre as dinâmicas internas ao

partido, a clivagem de gênero aponta para questões significativas no que se refere ao engajamento partidário. As mulheres se deparam com desafios específicos para a realização de sua militância, se considerada a relação entre jovens e adultos nos partidos, ou seja, jovens encontram dificuldades para ocupar os espaços nos partidos, mas, as jovens mulheres enfrentam dificuldades adicionais para tal. Percebe-se que os partidos absorveram temas das novas formas de engajamento ao criar setoriais de mulheres, jovens, meio ambiente, questões étnicas e raciais, etc, e têm agregado jovens em torno desses temas. Entre os jovens entrevistados, os grupos de organização e discussão das questões de gênero são os mais frequentados.

O **sexto e último capítulo** trata das repercussões da militância nos demais aspectos da vida dos jovens: família, relacionamentos afetivos e amizades, formação e escolhas profissionais e projeções da militância no tempo. A socialização familiar e escolar é ressignificada a partir da socialização partidária. O círculo de amizades se altera em função dos novos colegas e amigos feitos no âmbito da militância, mas também se restringe nos casos de jovens que passam a ter em colegas de militância os únicos amigos. Os projetos profissionais se associam com projetos de militância e os espaços de trabalho são pensados de maneira articulada com a possibilidade de realização da militância partidária: tornar-se funcionário público e militar em sindicatos, seguir carreira acadêmica e igualmente militar no sindicato de classe ou atuar em setores públicos de implementação de políticas sociais são projetos frequentes.

As **Considerações Finais** apresentam sínteses – sempre provisórias porque em constante transformação – que dizem respeito às experiências militantes, os percursos dos jovens pela militância e as repercussões dessa nos demais aspectos de suas vidas.

Em anexo encontram-se breves perfis dos jovens militantes, o modelo de questionário aplicado, os roteiros de entrevistas da primeira e segunda fase da pesquisa bem como o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado pelos jovens.

Capítulo 1 – Militância de jovens

1.1 Socialização política

O tema da socialização política se mostra fundamental para compreender o engajamento militante, as experiências vividas e os fatos e acontecimentos que levam os jovens a se engajar politicamente. A militância é espaço onde se produzem sentidos, valores, condutas políticas que se distinguem, por exemplo, daqueles produzidos na convivência familiar, com a escola ou com o grupo de pares de amizade.

A socialização constitui-se na introdução do indivíduo no social e é um dos princípios da formação da identidade. O primeiro espaço de socialização é a família ou sua substituta. Na relação com os pais, ou seus substitutos, a criança imita, se identifica e recria as regras da convivência social. É pela interação com o outro e pelo reconhecimento recíproco dos sujeitos que nos fazemos capazes de nos autorreconhecer, diferenciando o que é particular do que é universal (DUBAR, 2005). A família, entretanto, não é a única agência socializadora. A escola, assim como outras instituições com as quais nos relacionamos ao longo da vida, também exerce papel na tarefa da socialização infantil, juvenil e nas demais fases da vida. Além dessas instituições clássicas de socialização – família e escola –, outros coletivos culturais e sociais, como os grupos juvenis, têm adquirido centralidade nesta função e na construção das identidades individuais e coletivas de jovens.

Em sentido mais amplo, a socialização ocorre por processos e mecanismos que permitem a uma pessoa desenvolver relações sociais, se adaptar e se integrar à vida social.

A socialização política poderia ser traduzida como a transmissão de atitudes, escolhas, preferências, símbolos, comportamentos políticos e representações do mundo. A transmissão entre pais e filhos foi considerada, ao longo das décadas de 1960 e 1970, especialmente nos estudos norte-americanos, como única ou mais importante forma de produzir socialização política. Sophie Maurer (2000) considera que a família e a escola são duas instâncias privilegiadas para o estudo da socialização, por serem responsáveis pela formação e pela educação de crianças e jovens, razão pela qual teriam mais importância que os meios de comunicação, os pares ou o contexto de inserção do indivíduo. Entretanto, segundo a mesma autora, família e escola ganhariam centralidade também pela dificuldade de se medir o efeito

cognitivo da mídia e do contexto na formação de atitudes, comportamentos políticos e representações de mundo.

O fato de a família constituir o primeiro lugar de construção de referências políticas (ou falta delas), segundo Müxel (2008), pode parecer paradoxal, “dado que assistimos por un lado a una verdadera individualización de la vivencia familiar y, por otro, a una crisis relativamente profunda de la representación política” (pág. 32).

Nos Estados Unidos, a centralidade da família na transmissão de valores e comportamentos políticos esteve em pauta até os chamados “anos Kennedy”. Com a eclosão dos protestos de 1968, houve necessidade de mudar o enfoque, visto que a centralidade da família na socialização dos indivíduos não produzia mais explicações possíveis. As primeiras pesquisas francesas sobre socialização política foram realizadas por Annick Percheron nos anos 1970, com aprofundamentos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1964, 1970) e influências da Psicologia Cognitiva. O conceito de *disposições* (DUBAR, 2005; LAHIRE, 2002) ajudou a reorganizar conceitualmente as pesquisas sobre o tema. Coloca-se em debate que nem tudo, em termos de socialização, acontece nos primeiros anos de vida. Os acontecimentos ao longo da vida também são fundamentais para se compreender as práticas políticas na idade adulta.

Estudo de Passeron e Singly (1984) verificou claras distinções no grau de interesse por política, de acordo com a classe social. Os filhos das classes superiores tinham maior interesse pela política e os pesquisadores atribuíam tal fato à influência do sistema escolar. Também foram percebidas distinções por sexo – meninos eram mais interessados pela política que meninas. Mas, se a explicação para o maior interesse masculino pela política poderia estar na tradicional divisão de tarefas – que reserva o mundo da política aos homens –, os dados sobre o interesse político dos estratos inferiores não sustenta a justificativa; nestes estratos, a diferença entre os sexos diminui significativamente. A variável sexo poderia, então, ser explicada pelo contexto em que se realiza a socialização. Tournier (1997)¹² repetiu a pesquisa de Passeron e Singly e encontrou resultados semelhantes no que diz respeito a classe e sexo, mas inseriu uma “variável-filtro”: verificou que os pares da escola exercem influência muito importante na construção dos valores, atitudes políticas e práticas, mas, na medida em que são os pais que orientam a escolaridade dos filhos, estes potencializam seus valores específicos e ampliam, pela escola, os contextos de socialização dos filhos. Não se pode deixar de assinalar

¹² TOURNIER, V. La politique en héritage. Socialisation, famille et politique: bilan critique et analyse empirique. Th. Science Politique. IEP Grenoble, 1997, citado por Maurer (2000).

que a margem de manobra dos pais na condução da escolarização dos filhos encontra limites, segundo as possibilidades de classe.

Ao distinguir as pesquisas de Lahire (2002, 2004) como marcos que demonstram a impossibilidade de manutenção de um determinismo radical das estruturas nos processos de socialização, Maurer (2000) afirma que não se pode prescindir do estudo dos cenários sociais, mas tais estudos precisam ser enriquecidos com novas variáveis, que considerem as múltiplas e heterogêneas influências sofridas pelos indivíduos e suas formas singulares de incorporação.

As pesquisas apontam, portanto, para uma forte influência familiar na construção de disposições para o engajamento e tomada de posições políticas, mas também afirmam que esta não é a única influência, nem necessariamente a mais importante. Os processos de socialização que têm lugar na escola e nas relações de amizade são também importantes e podem ser mais fortes e determinantes do comportamento político que a “herança” dos pais, em determinados casos.

A geração dos pais dos jovens de hoje formou sua experiência política num contexto social em que “os marcadores ideológicos, a separação entre direita e esquerda e as grandes referências da relação de formas políticas em âmbito internacional estavam claramente estabelecidos” (MÜXEL, 2008: 34). Para os jovens de hoje, estes marcadores não são mais assim claros. Domina, portanto, uma *experimentação*, na medida em que sua *socialização política* se processa mais pela *experimentação da política* do que propriamente pela transmissão dos modos de fazer política da geração anterior para a atual, uma vez que estas formas já não dão respostas adequadas à nova conjuntura política (MÜXEL, 2008).

Várias características que marcavam as famílias de esquerda e de direita se tornaram comuns aos dois lados, o que também dificulta a diferenciação do campo ideológico e de atuação política: a defesa dos direitos humanos, a solidariedade, a democracia, a luta contra o desemprego, o tema da insegurança são hoje temas transversais que perpassam as agendas políticas tanto da esquerda quanto da direita (MÜXEL, 2008; CICHELLI, 2009).

Em última instância, a socialização política pode ser considerada um processo educativo que coloca os sujeitos em contato consigo e com o outro, identificando-se e diferenciando-se, produzindo motivos e sentidos para a participação social e política (SCHMIDT, 2001).

1.2 Militantismo: disposições e interações

A palavra *engajamento* foi utilizada para definir um amplo espectro de fenômenos sociais. Uma de suas origens está ligada à tentativa de explicar as *linhas de comportamentos coerentes*. Howard Becker (1960) buscou qualificar o *engajamento* a partir da percepção de que a noção havia sido usada por sociólogos para fins tão variados que já não permitia explicar fenômenos sociais específicos. Ainda que perceba limites em sua proposta de construção do conceito, especialmente pela falta de pesquisas empíricas sobre o tema, delinea alguns fatores primordiais para a definição do termo¹³. O *comportamento coerente* pode ser o ativador do engajamento, bem como pode ser alcançado a partir dos engajamentos. A *coerência do comportamento* estaria ligada à manutenção de determinadas práticas, como no exemplo dado por Becker: a escolha de uma profissão e a sequência nela ao longo da vida. O *engajamento* na profissão garantiria a coerência, ou seja, manter-se na profissão inicialmente escolhida seria o elemento de coerência do comportamento. Considera, no entanto, que há perdas e ganhos que devem ser levados em conta nessa escolha; mudar de profissão pode gerar desconfiâncias em relação às habilidades e confiabilidade do sujeito, mas manter-se em uma profissão na qual já não se satisfaz também não é coerente com a necessidade de satisfação pessoal. Por isso, as *apostas adjacentes* fazem parte do engajamento, o que significa dizer que se pode apostar em determinados ganhos colaterais que pareceriam desviar o sujeito da *linha de comportamento coerente* – a expectativa de ganhar ou de não perder motiva o engajamento – mas, na verdade, mantém um determinado tipo de coerência¹⁴.

O ganho obtido com as apostas adjacentes pode ser maior do que o ganho obtido com a manutenção do comportamento que era coerente sob um determinado ponto de vista. Tais apostas situam-se num *sistema de valores* relativo ao meio onde o sujeito está situado e os ganhos ou as não-perdas se relacionam objetivamente com este sistema.

O engajamento pode ser resultado de uma ação racional ou tornar-se consciente apenas após ocorrerem mudanças tão significativas que deixem claro para o sujeito o que ganhou ou deixou de perder ao se engajar em determinada ação que, até então, não era consciente. Um indivíduo se coloca sozinho em uma situação de engajamento através de suas próprias ações

¹³ Machado Pais (informação verbal, 2010) aponta que a *noção* de engajamento foi intensamente usada na sociologia, mas não se construiu um *conceito* de engajamento, como instrumento analítico.

¹⁴ Becker reconhece que a definição de comportamento coerente também é complexa e muitas vezes alvo de crítica. Considerando que a sociedade opera sobre um conjunto de valores minimamente conhecido por todos, os sujeitos escolheriam alternativas consistentes com e logicamente dedutíveis deste conjunto básico de valores. A possibilidade de ganhos colaterais é que levaria a rupturas no comportamento.

anteriores. A pessoa engajada deve ter consciência de que foi ela que fez a aposta adjacente, que sua ação é gerada por um interesse, o qual deve ser percebido como necessário, pois o indivíduo não agirá para realizar um interesse se não o perceber como necessário. Em outras palavras, o interesse, por si só, não é suficiente para criar o engajamento. É preciso sentir que este interesse é necessário (BECKER, 1960). A percepção da necessidade será importante para o julgamento sobre os investimentos e retribuições do engajamento, conforme veremos adiante. Os engajamentos podem ser de diversos tipos, desde os vícios¹⁵, passando por engajamentos em grupos de identidades até os engajamentos políticos. No caso específico deste trabalho, o engajamento estará circunscrito ao espectro do ativismo político.

Para além de definir o conceito de engajamento, a sociologia busca compreender as razões e os motivos que levam um sujeito a se engajar em associações, grupos e movimentos sociais. Uma primeira tradição configurou-se em torno da construção de disposições ligadas ao conceito de *habitus*, de Bourdieu (1983, 1989), para quem as disposições para o engajamento político estariam ligadas às desigualdades das condições de origem e dos capitais sociais, econômicos, culturais e políticos dos agentes sociais. A posição de classe de origem e a socialização familiar e escolar, que transmite ao sujeito valores, normas e regras, configuram um conjunto de capitais que o predispõem para o engajamento político. Para Bourdieu, os sujeitos situados nas posições inferiores de classe estariam mais predispostos ao engajamento, devido à busca por diminuir a desigualdade de acessos aos bens sociais e culturais disponíveis na sociedade. O engajamento serviria como forma de acesso aos capitais que estão interditados a essa camada da população. Assim, o engajamento político seria uma forma de tradução subjetiva da posição de classe e origem social (OLIVEIRA, 2005). Para Oliveira (2005), os limites desta explicação residem no determinismo da estrutura – ao atribuir excessivo valor à posição de origem dos sujeitos –, desconsiderando a relativa autonomia de cada um em relação à sua origem e as reelaborações produzidas pelos sujeitos nessas disposições, a partir dos diversos pertencimentos sociais ao longo da vida. Outro limite da análise diacrônica do engajamento, segundo Oliveira, reside na impossibilidade de explicar de que forma tais disposições se transformam em ação efetiva em determinado momento da vida e por que razão, dentre sujeitos que partilham de características comuns, alguns se tornam engajados e outros se mantêm inativos.

¹⁵ O vício em drogas, álcool, jogo, sexo etc. é também considerado uma forma de engajamento.

Diante da crítica ao determinismo do *habitus*, Bourdieu, em suas *Meditações Pascalianas* (2001), revisita o conceito, introduzindo a possibilidade de um *habitus clivado*. As clivagens ocorrem na relação com o campo onde o sujeito se situa e as diferentes experiências que ocorrem. Bourdieu admite que as disposições podem se “desgastar” e que o *habitus* pode se “atualizar” na relação com um determinado campo e reconhece que, desta maneira, um mesmo *habitus* poderia dar origem a práticas e posições muito diferentes, de acordo com o campo em que cada sujeito se insere.

Ainda assim, para Fillieule (2001), as tensões e contradições do ator têm suas origens nas modificações que ocorrem no âmbito das práticas sociais e a reelaboração conceitual de Bourdieu ainda não consegue explicar de que forma uma disposição adquirida se transforma em ação efetiva.

A tradição sociológica do interacionismo simbólico da Escola de Chicago torna central o papel das redes de interações anteriores ao engajamento. As redes de interações estabelecidas pelo sujeito no momento presente, significando contato com espaços e grupos com os quais se identifica e é capaz de construir algum tipo de reciprocidade, é que tornariam possível o seu engajamento. Estaria presente, além da identificação com o grupo, um cálculo que equacionaria positivamente a relação entre o investimento realizado na militância e as compensações materiais e pessoais produzidas por ela, ou, ainda, o prestígio que poderia angariar através desse engajamento.

Os limites desta explicação residem no fato de não se levar em conta a socialização precedente e as disposições adquiridas, tomando o momento presente como único determinante das disposições e competências necessárias para o engajamento (FILLIEULE, 2001; MCADAM e PAULSEN, 1993; OLIVEIRA, 2005). A decisão pelo engajamento estaria ligada à identificação do sujeito com determinados grupos com os quais interage no presente e as motivações se relacionariam com um cálculo utilitarista, mas também com ganhos simbólicos e afetivos. O conjunto de regras, normas, valores internalizados através da socialização primária e os pertencimentos sociais precedentes não estariam relacionados com a tomada de decisão de se engajar.

A clássica dicotomia que situa as razões do engajamento entre a estrutura e a estratégia – ou, dito de outra forma, entre uma análise diacrônica e outra sincrônica dos sujeitos – não dá conta da complexidade dos fenômenos sociais que produzem o engajamento e devem se articular numa nova possibilidade analítica, que permita esclarecer os modos como se

constroem as disposições, competências e possibilidades de engajamento (FILLIEULE, 2001; OLIVEIRA, 2005; SEIDL, 2009). Tal articulação entre análise sincrônica e diacrônica também permite compreender a maneira pela qual uma disposição se transforma em ação concreta e as razões para uns se engajarem e outros não, além de perceber o que leva os sujeitos a se engajarem em um e não outro grupo (AGRIKOLIANSKI, 2001). É preciso considerar um mosaico de fatores que contemplem a rede de interações do presente e os processos de socialização precedentes.

Para Klandermans (1984), o envolvimento em algum tipo de movimento seria o resultado de processos de decisão racional, através dos quais os sujeitos pesam custos e benefícios da participação (p. 583). A relação entre custos e benefícios do engajamento é fundamental para explicá-lo, mas a relação entre os sujeitos também exerce papel decisivo. Ainda segundo o autor, uma pessoa se engajará se conhecer oportunidades para fazê-lo, se for capaz de lançar mão de uma ou mais oportunidades e estiver disposta a isso. Em estudo posterior, Klandermans e Oegema (1987) afirmaram haver 4 aspectos distintos para a concretização do engajamento: (i) formação de potenciais disposições para o engajamento; (ii) formação e ativação de redes de mobilização; (iii) ativação das motivação para o engajamento e (iv) remoção das barreiras à participação. Os dois primeiros aspectos precisam estar presentes para que o terceiro seja ativado e, quanto mais motivado estiver o sujeito, maiores as barreiras que ele será capaz de transpor para concretizar seu engajamento.

Os mesmos autores afirmam que os movimentos sociais ou grupos precisam acessar redes para que as pessoas possam se tornar alvo do potencial mobilizador desses grupos ou movimentos. No caso do recrutamento de jovens para os partidos políticos, as redes escolares e universitárias se apresentam como instâncias privilegiadas de recrutamento de militantes.

Mídia de massa, correspondência direta, vínculo com organizações e laços de amizade são formas de acessar possíveis recrutas aos movimentos e grupos de engajamento. Os dois primeiros mostram-se menos efetivos, o terceiro permite o recrutamento coletivo e os laços de amizade se mostram importantes (KLANDERMANS E OEGEMA, 1987), mas, segundo McAdam (1993), foram pouco estudados. Para McAdam, as pesquisas mostram que os laços sociais são importantes para o ativismo, porém não explicam porque e como tais laços operam na realização do engajamento. Mostra, com exemplo na pesquisa de Klandermans e Oegema (1987), que há muito mais pessoas com *disposições* ao engajamento do que pessoas efetivamente engajadas. Relaciona, então, a influência de fatores estruturais para o

engajamento; se não houver estruturas que exponham os sujeitos à participação (espaços, grupos organizados localizáveis), as disposições terão pouca importância porque permanecerão inativas.

McAdam e Paulsen reforçam, assim como Klandermans e Oegema, a importância dos vínculos interpessoais e a associação a outras organizações: “*Redes interpessoais densas encorajam a extensão de um convite à participação e reduzem a insegurança sobre ela*” (MCADAM E PAULSEN, 1993: 644, tradução nossa). Isso parece fato para o recrutamento realizado pelos partidos políticos no movimento estudantil: não há, necessariamente, laços interpessoais fortes, mas a rede escolar parece dar suporte e segurança aos alunos para a participação em algo que ocorre dentro do espaço escolar ou universitário.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as redes sociais encorajam ou dão suporte ao engajamento, elas também podem operar no sentido contrário, desencorajando-o. Por estarmos envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos – alguns poucos institucionalizados em organizações e a maioria identificada como relacionamentos interpessoais informais que envolvem uma ou mais pessoas –, é preciso levar em conta os diversos aspectos que caracterizam a vida das pessoas. Assim sendo, McAdam e Paulsen resgatam o conceito de identidade proeminente de Stryker, para melhor explicar a influência dos laços interpessoais no engajamento. Segundo a definição de Stryker, as identidades estariam organizadas em uma hierarquia com proeminências definidas pela probabilidade de as várias identidades serem evocadas em uma determinada situação. Seria, então, a centralidade ou importância atribuída a cada relacionamento que definiria ou sustentaria as proeminências das várias identidades.

Quando aplicada ao processo de recrutamento, essa perspectiva sugere que a decisão de juntar-se ou não a um movimento será mediada pela proeminência da identidade invocada pelo movimento (ou grupo) e pelo suporte, ou ausência dele, que o possível recruta recebe das pessoas que normalmente lhe servem de apoio ou que reforçam a identidade em questão. (MCADAM E PAULSEN, 1993: 647, tradução nossa)

Deve haver, portanto, identificação com o movimento ou grupo pelo qual está sendo recrutado e ausência de fortes oposições a esse engajamento por parte dos outros espaços ou laços de relacionamento. Havendo fortes oposições, se estabelecerá um conflito que exigirá do sujeito a mediação entre suas disposições ao engajamento e as oposições enfrentadas junto a seus amigos, familiares, colegas de trabalho etc.

Fillieule (2001) afirma que as variáveis de *duração* e *intensidade* devem ser consideradas na análise do fenômeno do engajamento articulando os vários contextos e situações vivenciadas. Segundo o autor, o engajamento é uma atividade social, individual e dinâmica e é a noção de *processo* que articula as dimensões de estrutura com as interações em sua análise. Para integrar as perspectivas de análise diacrônica e sincrônica, buscando um modelo explicativo mais adequado àquilo que se observa entre os militantes, o autor sugere a utilização da noção de *carreira*. O termo foi inicialmente utilizado por E. Hughes (apud FILLIEULE, 2001), a partir de uma reflexão sobre itinerários e biografias profissionais; foi posteriormente reelaborado por Howard Becker para a análise dos engajamentos, a partir de suas elaborações sobre comportamento desviante. Na definição de Hughes, a carreira compõe-se de, por exemplo, etapas de acesso e exercício de uma profissão, com uma sequência de mobilizações de uma posição a outra no sistema ocupacional. Contempla, também, a noção de *contingenciamentos da carreira*, referidos tanto aos fatores objetivos das estruturas sociais quanto às mudanças de perspectivas, de motivações e desejos do sujeito. Associam-se a esta definição duas dimensões, uma objetiva, visto que cada profissão é regida por estatutos específicos e definidos, sucessão de posições bem marcadas, responsabilidades, e outra subjetiva, na medida em que ocorrem mudanças de perspectiva e de interpretação do sujeito em relação aos diversos momentos de sua vida¹⁶.

Becker (2009) redefine o conceito, ampliando sua aplicação à análise dos engajamentos como *um modelo sequencial de análise de comportamentos sociais*. Insere-se assim a dimensão temporal na análise, sem perder de vista tanto as socializações precedentes como as diversas inserções sociais dos sujeitos (engajados ou não). O interessante do conceito é considerar as ações humanas como um processo, ou seja, como atividades que se desenvolvem no tempo e possuem dinâmicas próprias, com intensidades variadas e não como simples reflexo de restrições estruturais ou de um cálculo utilitário. Assim, é possível perceber como uma fase do engajamento político é influenciada pelas fases anteriores. Para Becker, o engajamento se constrói numa sucessão de etapas em que cada uma é parte da explicação da conduta

¹⁶ Ainda que o mundo do trabalho se modifique, e com isso se altere o modo de definir e realizar a carreira profissional, a ilustração de Hughes ajuda a interpretar os engajamentos do ponto de vista de um processo.

resultante¹⁷. Cada fase requer uma explicação e uma causa que pode ter importância para outra fase subsequente¹⁸.

A variável que predispõe um indivíduo a dar o passo em direção a uma fase pode não atuar porque o sujeito ainda não chegou à etapa do processo em que é possível dar este passo. (BECKER, 2009: 32)

No caso dos jovens militantes, veremos que ocorrem transições e passagens para novos espaços de engajamento. Se a porta de entrada para o engajamento partidário para a quase totalidade dos jovens entrevistados foi o movimento estudantil, o modo e o momento de inserção no partido político deram-se por processos peculiares a cada jovem. O aprofundamento da militância e os tipos de espaços partidários onde os jovens se engajam – grupos temáticos, espaços de decisão do partido, cargos em executivos e legislativos locais – dependem das experiências vividas anteriormente, dos gostos dos militantes, bem como da existência de espaços de um ou outro tipo para seu engajamento.

Abordar o tema em perspectiva integrada de análise também implica considerar que as redes de relações e os espaços de inserção só produzirão efeitos para fins de engajamento se já encontrarem no sujeito as disposições para tal. O pertencimento anterior a redes formais ou informais de participação também contribui para o início ou a manutenção do engajamento, na medida em que “acumulam experiências” e servem como espaços de socialização, agregando-se às socializações anteriores, aumentando os esquemas de ação dos sujeitos e as disposições para a ação.

Pudal (2009) afirma que tornar-se militante

é um processo extremamente complexo, no qual se combinam diferentes histórias: a história das origens sociais e das socializações específicas daqueles que militam; do sistema escolar e de seu lugar na sociedade; dos próprios recursos físicos, intelectuais e psicológicos desses sujeitos; também dos contextos de investimentos militantes; e, finalmente, a história dos riscos e das etapas de uma carreira militante (p. 133)

¹⁷ Becker desenvolveu o conceito a partir do estudo dos comportamentos desviantes e apontava que cada etapa do processo que levava à conduta desviante era parte da explicação da própria conduta.

¹⁸ Deve-se ter em atenção que a sucessão de etapas não significa que o presente seja absolutamente dependente do que aconteceu no passado. Pode haver acontecimentos no presente que influenciam mudanças e sucessões também no presente.

Numa perspectiva que integra a noção sincrônica e a diacrônica das análises sobre o engajamento individual, podemos dizer que ele é produto dos processos de socialização que constroem disposições e capitais para o engajamento e das experiências da vida pessoal – os contextos interacionais e a biografia dos sujeitos. Pertencimentos sociais, capitais culturais, valores e crenças compõem um conjunto importante de fatores que tornam determinados sujeitos particularmente receptivos a determinados tipos, formas ou temas de militância e engajamento. Além disso, é preciso considerar fatores contextuais e uma constelação de fatores objetivos que tornam o engajamento possível (OLIVEIRA, 2005).

A propósito das possibilidades do engajamento, Fillieule (2001) ilustra os condicionantes do contexto, apontando para o fato de que a “oferta” de espaços de militância de extrema esquerda na França, especialmente após a vitória socialista nas eleições presidenciais de 1981, escasseou; teria havido um deslocamento do “sujeito revolucionário” e isso explicaria as razões de o militantismo político radical de jovens ter se deslocado das organizações políticas clássicas em direção a um investimento espontaneísta contracultural (PÉCCHU, 2001). Esse exemplo demonstra que as disposições, as biografias, os capitais diversos podem ser constringidos por um contexto que condiciona as escolhas dos sujeitos.

A diversidade e a variabilidade de pertencimentos sociais são características da vida moderna e delas decorrem tensões e conflitos. Isto significa que os sujeitos respondem simultaneamente a diferentes regras, normas e lógicas de ação referidas a esses diferentes espaços, que podem entrar em conflito. Aliás, conflitos também podem surgir das diferenças entre a socialização familiar e as socializações posteriores, decorrentes das múltiplas inserções (GAXIE, 2002). A relação com os diferentes espaços, normas e lógicas de ação, os conflitos e as diversas valorações atribuídas pelos sujeitos a essas experiências configuram um repertório de esquemas de ação e atitudes que os ajudam a lidar com tais tensões.

As diferentes inserções produzem “camadas de experiências” simultâneas e sucessivas, que têm importâncias distintas em cada carreira. Em seu estudo sobre a militância contra a AIDS, Fillieule (2001) demonstra que várias carreiras operam na construção dessa militância: a carreira militante propriamente dita (atual e anterior), a carreira profissional (entrada na vida produtiva, mobilidade profissional), a carreira sexual e afetiva (início da vida sexual, vida amorosa, rupturas biográficas, lutos) e a carreira da doença (contaminação, diagnóstico, desenvolvimento da síndrome).

Agrikoliansky (2001) estudou os militantes da Liga dos Direitos do Homem e percebeu que a maioria era oriunda de algum outro grupo de militância, que, muitas vezes, ocorria simultaneamente e em concomitância com a carreira profissional. Essas experiências sucessivas e simultâneas se dão pelas diversas inserções sociais, profissionais, familiares, escolares. É muito difícil perceber de que maneira cada camada influencia no início e na permanência na militância e qual tem peso maior nas escolhas relativas aos espaços e tempos de engajamento.

1.3 Experiência social

O engajamento militante produz experiências singulares para quem se engaja, seja em partidos – como é o caso dos jovens em questão –, seja em outros espaços e formas de engajamento. Aquilo que foi vivido antes do engajamento se associa com as novas experiências e produz novos códigos e significados. A experiência é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, na medida em que incide sobre os sujeitos, mas é determinada também pelas estruturas sociais nas quais ocorre.

Dubet (1994)¹⁹ define a experiência social como noção “*que designa as condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela actividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade*” (p. 15). O autor afirma ter lançado mão do termo *experiência social* por considerá-lo o mais adequado, ainda que ambíguo e impreciso, para explicar processos sociais que ele observou ao longo de suas pesquisas empíricas. Observou condutas sociais que não são explicáveis por meio de códigos interiorizados ou da sequência de opções estratégicas que fazem da ação uma série de decisões racionais: “*Essas condutas não estão diluídas no fluxo contínuo de uma vida cotidiana feita de interações sucessivas; elas são organizadas por princípios estáveis mais heterogêneos*” (p. 93).

De acordo com Dubet e Martucceli (2000), a experiência social advém de um duplo mecanismo:

por um lado, é uma maneira de sentir o mundo social, de recebê-lo, de defini-lo através de um conjunto de situações, de imagens e de condicionamentos já existentes. É a versão subjetiva da vida social. Por

¹⁹ Foi utilizada a versão portuguesa da obra, que pode, eventualmente, apresentar algumas imprecisões de tradução.

outro lado, na medida em que não há mais unidade nem coerência no mundo, a experiência social é uma maneira de construir o mundo social e construir-se a si mesmo. (p. 75, tradução nossa)

Dubet (1994) afirma que a *experiência social* ocorre no momento em que a representação “clássica” de sociedade já não é mais suficiente para explicar os acontecimentos. Para o pensamento sociológico clássico – Durkheim, Parsons e Elias seriam alguns representantes de tal pensamento –, a sociedade existe como noção central e é uma realidade altamente integrada e integradora: “*a sociedade existe como um sistema integrado e identificado com a modernidade, com um Estado-nação e com uma divisão do trabalho elaborada e racional. Ela existe igualmente porque produz indivíduos que interiorizam os seus valores e realizam as suas variadas funções*” (p. 21). Já Wautier (2003), em sua leitura da obra de Dubet, afirma que “*numa sociedade que se caracteriza pela diversidade cultural, pela multiplicidade das formas de conflito e de ação social, os atores não podem mais ser reduzidos a um só tipo de papel programado, não podem atuar segundo uma lógica única e determinada: o ator e o sistema se separam*” (p. 179). Assim sendo, os atores precisam “gerenciar” várias lógicas da ação “*que remetem para diversas lógicas do sistema social*” (DUBET, 1994: 94).

Para Wautier (2003), a experiência aparece como uma “*maneira de construir o mundo ao mesmo tempo subjetiva (é uma ‘representação do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem)*” (p. 181).

Três características centrais envolvem a experiência social, segundo Dubet. A primeira refere-se à *heterogeneidade dos princípios culturais e sociais que organizam as condutas* (DUBET, 1994: 16) – os papéis, as condutas e a cultura já não bastariam para definir os elementos estáveis da ação. Isso ocorre porque os indivíduos não cumprem um programa único, mas buscam construir uma unidade do mundo a partir da multiplicidade de elementos existentes na vida social e das significações que tais elementos trazem consigo²⁰. Wautier, sobre isso, afirma que “a identidade social não é um ser (posição social), mas um trabalho, uma ‘experiência’” (WAUTIER, 2003: 180). A segunda se relaciona com a *distância subjetiva que os indivíduos mantêm em relação ao sistema* (DUBET, 1994: 16) – a pluralidade das experiências vividas produz um certo mal-estar, porque exige dos sujeitos explicações de suas

²⁰ Dubet (1994) usa os professores para exemplificar sua acertiva: apesar das definições sobre o papel a ser desempenhado nesta profissão, os professores relatam suas práticas como uma reinterpretação pessoal desse papel, como “uma construção individual realizada a partir de elementos esparsos: o respeito pelos programas, a busca dos desempenhos e da justiça” (p. 16).

adesões (relativas) a papéis e valores aos quais eles próprios não conseguem aderir completamente. “*Esta distância crítica (reflexividade), quando ocorre, define a autonomia dos atores, torna-os sujeitos, já que os atores não podem ser enclausurados nos seus papéis*” (WAUTIER, 2003: 181). A terceira característica da experiência social assente que a *construção da experiência coletiva recoloca a noção de alienação no cerne da análise sociológica* (p. 17)²¹ – com a afirmação de Dubet sobre o declínio da ideia clássica de sociedade, não haveria mais um “conflito central” ou um único movimento social capaz de agregar indivíduos em uma experiência comum. Haveria, sim, “explosões” sociais localizadas e a alienação ocorreria quando as relações de dominação impedissem os indivíduos de terem domínio sobre sua experiência social (WAUTIER, 2003: 181).

Assim, para Wautier

a experiência social aparece como uma maneira de construir o mundo ao mesmo tempo subjetiva (é uma “representação” do mundo vivido, individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem). Experiência não alheia à alienação. (p. 181)

Ainda de acordo com Wautier (2003)

a experiência social é o resultado de uma articulação aleatória entre essas três lógicas: a integração – o ator é definido pelos seus vínculos na comunidade; a estratégia – o ator é definido por seus interesses num mercado; a subjetivação – o ator é um sujeito crítico frente a uma sistemática de produção/dominação, de alienação. (p. 182)

Assim, temos que a experiência social constitui uma maneira de construir o mundo (DUBET, 1994: 95), não é apenas uma espécie de esponja que incorpora o mundo por meio das emoções e sensações. Para isso, deve-se ter como princípio que o homem não está totalmente socializado, ou seja, as normas, valores e comportamentos não estão completa e definitivamente internalizados, havendo espaços para reformulações e ressignificações que ocorrem a partir das experiências sociais.

Um uso semelhante ao empreendido neste estudo se encontra no trabalho de Gilberto Moreno (2010), que faz uma leitura do conceito de experiência social a partir dos escritos de

²¹ Aqui foi utilizada a tradução de Wautier (2003), pois apresenta termos mais precisos em relação ao original francês.

Thompson. De acordo com Thompson (1981), a experiência é uma elaboração consciente dos sujeitos, mediada pelas condições sociais em que estes se inserem, principalmente as condições de classe. Para o autor, “*a experiência surge espontaneamente no interior do ser social, mas não surge prescindindo do pensamento; surge porque os homens e as mulheres são racionais e pensam sobre o que acontece a eles e a seu mundo*” (p. 19). O que o autor quer dizer com isso é que o sujeito social é passível de mudanças que dão lugar à “*experiência transformada*” (p. 20), que é determinante no sentido de “*estabelecer pressões sobre a consciência social existente, estabelece novas questões e proporciona grande parte do material de base para os exercícios intelectuais mais elaborados*” (p. 20, tradução nossa).

Em seu uso do termo, Thompson aponta que

[...] os homens e as mulheres retornam como sujeitos; não como sujeitos autônomos ou “*indivíduos livres*”, mas como pessoas que experimentam as situações produtivas e as relações em que se encontram enquanto necessidades e interesses e enquanto antagonismos, “*elaborando*” assim sua experiência dentro de coordenadas de sua *consciência* e sua *cultura* pelas vias mais complexas (essas vias sim, relativamente autônomas) e atuando sobre sua própria situação (frequentemente, mas nem sempre, através das estruturas de classe em que ocorrem). (p. 253)

A experiência social, assim, é elaborada no nível individual, mas também determinada por condicionantes sociais, notadamente pela situação de classe. Leva em conta que os sujeitos não estão completamente socializados, havendo, assim, espaços para transformações e ressignificações sobre o mundo social em que o sujeito se insere.

1.4 Por que e para que as pessoas militam?

Conhecer os motivos expressos pelos militantes auxilia na compreensão do processo de engajamento, dos diferentes investimentos, os deslocamentos e os desengajamentos. Cabe, no entanto, ressaltar as diferenças entre os *motivos para* militar e os *motivos por que* se milita (SCHUTZ, 1972). Os *motivos para* explicam o ato em termos do seu projeto, estão situados no mundo subjetivo do sujeito e referem-se ao fim pelo qual se realiza a ação. Aquilo que é verbalizado pelo sujeito refere-se aos *motivos para*. Os *motivos por que* explicam a realização do projeto como o produto das experiências passadas. “Os *motivos para* emanam de um projeto de ação; os *motivos por que* justificam o projeto. Os primeiros projetam-se no futuro, os segundos, enraizam-se no passado” (PAIS, 2005: 91).

Analisar as carreiras militantes é um processo complexo, que exige apreender os sentidos que são atribuídos pelos indivíduos à atividade específica da militância em todos os seus aspectos – o investimento realizado, as retribuições, os limites estabelecidos pelo coletivo às vontades individuais, as diferentes valorações atribuídas aos diversos espaços e atividades da carreira militante. A noção de carreira implica, no entanto, uma dimensão temporal que ainda não pode ser plenamente considerada no caso dos jovens militantes. O engajamento do conjunto desses jovens ainda é significativamente curto para que se possa falar em carreiras militantes. Ainda assim, a noção não perde seu potencial heurístico de análise, tal como o próprio conceito sugere. Para não haver imprecisões, a análise do engajamento dos jovens usará o termo *percursos militantes* como noção mais adequada ao momento da vida em que se encontram os jovens militantes.

Compreender os motivos por que militam permite perceber como se formam as preferências e as escolhas por determinados espaços de militância e temas de interesse. Sawicki (2003) chama a atenção para a importância, muitas vezes negligenciada, do grupo de pares na elaboração dos motivos do engajamento. A participação prolongada em um grupo modifica as maneiras como seus membros definem seu engajamento, modifica valores, visões de mundo e até mesmo posições sociais. Assim, ao pesquisar o engajamento, não se pode perder de vista que os motivos são reconstruídos e atualizados em função da experiência vivida ao longo desse mesmo engajamento.

O contexto relacional interage com a subjetividade do sujeito, reconfigurando suas motivações. Também operam filtros referidos ao momento em que as motivações são verbalizadas.

Fillieule (2001) concentra a análise nas condições coletivas da ação e nos sentidos atribuídos pelos sujeitos. Assim, se a unidade pertinente de análise é o indivíduo, ele não pode ser dissociado das lógicas sociais coletivas que se impõem a ele e das condições pelas quais se vincula com os outros indivíduos das relações sociais determinantes de seus engajamentos. Esse ponto em que individual e coletivo se encontram e se conectam é fundamental, pois é a partir daí que se podem relacionar as possibilidades disponíveis, ou a “oferta”, com as dinâmicas por meio das quais os indivíduos tomam a decisão de se engajar. As razões individuais se conectam com o coletivo, ao mesmo tempo em que são reformuladas e constringidas pelas possibilidades oferecidas por este coletivo e vice-versa.

1.5 O que dizem as pesquisas sobre engajamento no Brasil

No Brasil, é relativamente recente a emergência de estudos sobre o engajamento militante. Há um conjunto de trabalhos, desenvolvidos principalmente a partir do final dos anos 1990 nas áreas de Ciências Sociais e Educação que, se não permite traçar um panorama aprofundado da situação das variadas formas de engajamento no país, permite levantar, desde já, algumas características importantes. Mesmo que com recortes teóricos e metodológicos distintos, com foco maior ou menor no tema específico do engajamento, todos os trabalhos consideram, em suas análises, a articulação das abordagens diacrônica e sincrônica dos engajamentos, fundamentando-se nas noções de *habitus* e capitais para a formação de disposições e as redes de relações que permitem transformar tais disposições em ação (SEIDL, 2003; TOMIZAKI, 2005; OLIVEIRA, 2005; REIS, 2007).

Seidl (2003) investiga, em sua tese de doutorado, a formação de elites eclesiais no Rio Grande do Sul. Toma o conceito de campo de Bourdieu para situar os atores engajados, bem como o conceito de *habitus* e capital social e cultural para explicar o modo como são recrutados os clérigos que compõem as hierarquias superiores da Igreja Católica no estado do Rio Grande do Sul. O autor percebe a posição de classe de origem e a carreira como princípios fundamentais para compreender os modos de recrutamento dessa elite. Ainda que neste caso o engajamento seja fortemente condicionado pelo “outro” – os clérigos que já compõem a elite da Igreja decidem, em última instância, sobre quem ocupa os cargos, fundamentados, obviamente, na carreira dos possíveis candidatos – não deixa de revelar os investimentos realizados pelos clérigos para ter a possibilidade de ascender na hierarquia da igreja. Pesquisa posterior, realizada por Seidl com dirigentes e ex-dirigentes de instituições associativas, apresenta a noção de carreira como central para a análise dos engajamentos e desengajamentos dos militantes pesquisados e a necessidade de integração das disposições adquiridas com as redes de interação para explicar a militância. As análises revelaram que, no percurso individual que produz o engajamento associativo

dá-se a conjugação de elementos de socialização familiar e escolar na formação dos anos da juventude que combinam fatores ideológicos e uma propensão ao ativismo; presença de políticos no grupo familiar e/ou de familiares *interessados* em política (candidatos, por exemplo) ligada a forte integração social e a uma relação localista e *concreta* com o político, pais de profissão docente, forte socialização religiosa, ligação com movimentos católicos. (SEIDL, 2009: 23)

A predominância de filhos de profissionais médios confirma, no estudo de Seidl, a “ligação privilegiada entre capital cultural e competência política”. Seidl afirma, ainda, que a escolarização superior tem adquirido importância no sucesso das carreiras profissionais e militantes, na medida em que produz novas formas de sociabilidade e formação de bases de “interconhecimento e interdependência” e permite formas diversificadas de “mobilização dos títulos, experiências e saberes reconhecidos como ‘acadêmicos’, ‘científicos’ ou, mais geralmente, ‘intelectuais’, na composição das carreiras militantes” (p. 25).

O estudo de Reis (2007) também se situa no campo da formação de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul. Busca definir e diferenciar os conceitos de *contestação*, *militantismo* e *engajamento*, em que contestação seria o mais conjuntural e situacional dos conceitos acima e estaria ligado à oposição a algo definido. Os outros dois conceitos estariam ligados a processos mais contínuos no tempo e no espaço, sendo o engajamento definido como “a disposição dos agentes para tomar posição sobre ‘temas’ e ‘problemas’ variados a partir de domínios igualmente diversos” (p. 10). O militantismo, embora englobe o engajamento, dele se distinguiria, pelo fato de ampliá-lo, ganhando a dimensão de dedicação sistemática a uma causa ou ação. A pesquisadora investigou o movimento de contestação do regime militar nos anos 1960 no Rio Grande do Sul através dos sujeitos engajados no movimento estudantil, que, em sua maioria, migraram posteriormente ou que, simultaneamente, atuavam em organizações políticas de esquerda.

A tese de Oliveira (2005) revela inflexão nos fatores preponderantes que constituíam as disposições para entrada e permanência na militância ambiental; em décadas passadas, estava ligada à bagagem cultural e política do grupo familiar, mas, a partir do fim da década de 1980 e do início dos anos 1990, houve um deslocamento para as inserções anteriores em outras redes e formas de engajamento. Os militantes remetiam-se, muitas vezes, a experiências práticas vividas em relação ao meio ambiente e à natureza para explicar as razões de seus engajamentos. Além de outras razões para isso, o pesquisador afirma que, dessa forma, os sujeitos têm a intenção de afastar suas motivações para o engajamento de qualquer interesse ou vantagem material.

O estudo desenvolvido por Tomizaki (2005), sobre gerações de metalúrgicos, analisa a transmissão geracional profissional (metalúrgicos) e sindical (o engajamento no sindicato dos metalúrgicos do ABC). Sua tese tem como ponto central a *geração*, mas não passa ao largo, a partir dessa análise, de carreiras, modos de engajamento e transmissão de valores e de práticas

de mobilização para as novas gerações. No estudo das duas diferentes gerações, percebe diferenças em relação aos modos de “aprender” a fazer política e de mobilização. A primeira geração aprendia “na prática”, considerava que a disposição para a mobilização era algo intrínseco ao sujeito, “não se fabrica militante... militante nasce feito” (TOMIZAKI e ROMBALDI, 2009: 94); a segunda geração valoriza os aprendizados escolares e lança mão do conhecimento formal obtido na escola para aumentar suas habilidades de negociação, de elaboração de projetos e propostas para os sindicalizados.

A escolaridade dos militantes aparece como um dos eixos centrais de análise em todos os trabalhos. A escola se configura como espaço de socialização, mas também de realização e atualização das disposições para o engajamento. Formação especificamente religiosa, no caso de Seidl (2003), e formação de nível superior entre os dirigentes e ex-dirigentes de instituições associativas (SEIDL, 2009), formação escolar de nível superior (Reis, 2007) e em áreas relacionadas à questão ambiental (OLIVEIRA, 2005), formação escolar ou “na prática”, dependendo da geração em questão (TOMIZAKI, 2005). Os atores atribuem sentidos distintos à formação escolar recebida, mas, em geral, remetem à escola como espaço de *qualificação para* ou mesmo de *início da* militância. A maior escolaridade dos sujeitos engajados em relação aos pais é traço marcante, bem como a realização de investimentos escolares relativamente intensos ao longo da carreira militante.

Todas as pesquisas citadas lançaram mão das entrevistas biográficas como instrumento principal do levantamento de dados e da observação, em maior ou menor grau. Nenhum estudo utilizou instrumentos quantitativos, como questionários e análises estatísticas, tal como fazem pesquisadores europeus, por exemplo. Estes pesquisadores (GAXIE, 2002; FILLIEULE, 2001; AGRIKOLIANSKI, 2001) defendem que os estudos sobre as carreiras no engajamento devem associar a dimensão quantitativa com os estudos aprofundados, para melhor compreender as razões do engajamento e seus deslocamentos ou desengajamentos. Apoiam-se, também, em estudos de caráter longitudinal. No caso dos estudos brasileiros citados, trata-se, em quase todos os casos, de teses de doutoramento, defrontados, por isso mesmo, com limitações de tempo e recursos (humanos e materiais), além de serem pesquisas desenvolvidas num momento específico de formação dos pesquisadores. Além disso, o Brasil não tem, no campo das ciências sociais, tradição na realização de estudos logitudinais, nem mesmo na aplicação de *surveys* associados a análises fundadas em estudos de caso. Mas os estudos de caso realizados, quando tomados em seu conjunto, mostram aproximações e particularidades entre os diversos tipos de militantes estudados, possibilitando inferir

características mais gerais da militância no país. Cada novo estudo realizado se agrega a este conjunto, complementando e ampliando o conhecimento sobre este fenômeno social.

Os jovens militantes

Sobre os jovens pesa a crítica de que a atual geração tende ao egoísmo, à indiferença ao outro, à apatia cívica; seriam menos engajados e participantes que as gerações anteriores. O aumento do absenteísmo eleitoral e a significativa diminuição da identificação partidária têm dado base à argumentação de que os jovens estão despolitizados, alienados e desinteressados da vida política. Para Müxel (2002), o absenteísmo nas eleições é produto de uma profunda crise de representação, que afasta os cidadãos – não apenas os jovens – dos mecanismos de escolha de seus representantes.

Segundo Cicchelli (2009), o discurso da apatia política dos jovens foi construído a partir da experiência da geração anterior, para a qual a militância e o engajamento significava estabilidade, duração e devoção a algum grupo de interesse. No entanto, pesquisas realizadas com jovens (CICCHELLI, 2009; MÜXEL, 2008, 2005, 2002; ESTANQUE e NUNES, 2001; MOREIRA, 2000; PAULA, 2004; HAMMES, 2005), sobre seus engajamentos e militâncias, têm mostrado que esta construção não se confirma. O que se observa, na verdade, são profundas transformações nas práticas de engajamento dos jovens e nos modos de construir a militância.

Müxel (2008) afirma que os jovens são confrontados, ao mesmo tempo, com a necessidade de identificar-se com os adultos e de inovar e, por isso, sua relação com a política se constrói através de uma tensão identitária entre a herança dos recursos familiares e a experimentação. A herança permite identificar-se e sentir-se pertencente a algum tipo de filiação política; a experimentação permite a ruptura com padrões e modela as práticas, a partir das singularidades de cada geração e de cada indivíduo. A interação entre herança e experimentação produz aprendizagens que modelam opiniões e saberes que orientam as escolhas políticas, eleitorais e partidárias.

A partir de pesquisa realizada com jovens franceses, Cicchelli (2009) afirma que, para compreender o significado dos novos engajamentos de jovens, devem-se compreender as experiências que estão sendo construídas por eles, além das condições sociais que fazem emergir os atuais engajamentos de jovens.

O Livro Branco da Juventude constituiu-se em um marco para a discussão e implementação de políticas de participação e engajamento de jovens na União Europeia. Após inquirir jovens de toda Europa, o livro recomenda políticas que promovam a participação destes na sociedade civil. A ideia de que os jovens devem ter suportes institucionais para participarem é produzida por uma novidade apontada por Cicchelli (2009), que se refere ao fato de governantes e líderes institucionais encorajarem jovens a serem os portadores de projetos pessoais e associativos. A preocupação do mundo adulto com os jovens poderia ser traduzida por quatro palavras-chave: autonomia, projetos, engajamento e responsabilidade. Essas palavras têm se transformado em prática, por meio de inúmeros programas institucionais que colocam os jovens no papel de executores de projetos e realizadores de ações individuais e coletivas que visam seu engajamento, ao mesmo tempo em que pretendem produzir impactos sobre a realidade social na qual se inserem estes jovens. Tais programas, no entanto, ao serem ocupados pelos jovens destinatários das ações, têm sido ressignificados por eles, que criam novas formas de agrupamentos, menos institucionais e menos associadas com a tradição de militância.

O investimento multifacetado de governos e organizações na esfera pública, a fim de oferecer programas variados de participação para jovens, nasce do declínio das esferas tradicionais de engajamento – partidos políticos, sindicatos e “grupos de interesses universais” (CICCHELLI, 2009). O interesse dos jovens por esse tipo de engajamento institucional caiu e essas esferas de socialização não foram substituídas por outras. O referido investimento multifacetado constitui uma busca de substituição e ampliação dessas esferas.

Em pesquisa realizada sobre a participação política de jovens franceses, Müxel, Riou e Lehay (2005)²² afirmam que a cultura de protesto, especialmente por meio de petições e manifestações de rua, tem crescido na França. A ação de protesto mais difundida entre os jovens franceses é a assinatura de petições públicas – 36% dos jovens entrevistados já assinaram alguma. Em seguida, aparecem as greves (25%) e os boicotes (17%). As formas violentas de protesto são menos frequentes: 6% dos jovens afirmaram já ter interrompido vias públicas e apenas 2% já participaram de manifestações que produziram danos durante sua realização. Somente 1% dos jovens entrevistados declarou fazer parte de algum partido político, 1% faz parte de sindicato, 2% de associações de defesa de Direitos Humanos.

²² Foram entrevistados 1010 jovens de 15 a 25 anos de idade, entre novembro e dezembro de 2004.

Organizações de jovens (10%), culturais (11%) e esportivas (31%) são mais atrativas aos jovens.

A pesquisa confirma a queda da militância tradicional. Partidos políticos e sindicatos não são mais atrativos, e os jovens têm mais desconfiança sobre eles. Eles não querem ser prisioneiros de uma organização, não querem mais adotar todas as suas obrigações e objetivos políticos. Eles provavelmente querem se manter mais livres, inclusive para participar de acordo com suas próprias visões, ideias e métodos. Há uma certa forma de privatização da participação política. Mas isso não significa que não participem. (MÚXEL, RIOU e LEHAY, 2005: 36, tradução nossa)

O que parece ter mudado, de fato, não é o engajamento em si, mas a forma como as pessoas se conectam com essas agências de socialização e regulação. A tradicional militância estável, duradoura, quase exclusivamente dedicada a um único tema de interesse vem sendo substituída por um engajamento mais efêmero, pontual e eletivo (CICCHELLI, 2009). A presença dos jovens nas ruas, em manifestações e protestos, mostra, contudo, que a presença no espaço público continua sendo uma característica marcante da juventude.

Jovens são provavelmente mais parecidos com os adultos em relação à esfera política do que se possa imaginar, mas eles desenvolvem uma atitude menos conformista, mas crítica e talvez mais instrumental em relação a ela. O modo de engajamento dos jovens é, certamente, mais pragmático. (CICCHELLI, 2009: 106, tradução nossa)

As novas formas de engajamento e mobilização, que se dirigem a interesses mais específicos e pontuais, estariam ligadas à emergência de uma nova concepção de democracia, na qual os indivíduos usam todos os meios disponíveis para obter reconhecimento de novos direitos, reforçar os já existentes e lutar por respeito social (CICCHELLI, 2009).

Os programas voltados para a participação e o engajamento de jovens estariam sendo desenvolvidos para dar respostas ao “desejo de participar” dos jovens e para dar vazão a iniciativas individuais e/ou coletivas de jovens, mantendo tais iniciativas sob algum tipo de controle do mundo adulto.

Um conselheiro do Ministério de Juventude francês, citado por Cicchelli (2009), afirmou que os jovens teriam boas iniciativas, mas precisariam de algum controle que só o mundo adulto poderia oferecer, pois suas ações são dispersas e carecem de consistência e visibilidade.

Assim, seria tarefa do governo desenvolver ações que dessem chance à expressão dos jovens, mas pudessem canalizar (controlar) suas ações e resultados.

Cicchelli (2009) apresenta uma interessante “coletânea” de discursos de diversas figuras políticas francesas que ilustram a representação dos diferentes espectros políticos em relação ao engajamento dos jovens. Os partidos da extrema-direita considerariam os jovens absolutamente incapazes de exercer qualquer tipo de poder, mesmo como consultores: “se os jovens devem realmente participar da vida política, devem primeiro mostrar respeito por valores como a pátria, a nação e a bandeira nacional” (op. cit.: 120). A direita tradicional teria como princípio introduzir os jovens no cotidiano das ações políticas, ensinando-lhes “na prática”, mas considerando que devem praticar muito antes de estarem aptos a assumir “verdadeiras” responsabilidades. Políticos com pouca inserção em partidos políticos afirmam que reconhecem nos jovens uma certa capacidade de intervenção política, mas em assuntos concernentes especificamente a jovens, ainda que raramente tomem sua opinião como fundamento para as decisões; a opinião dos jovens serviria, tão somente, para fornecer conhecimento adicional aos políticos profissionais. Por fim, a tendência da esquerda seria considerar os jovens como parceiros, nos quais se reconhece uma capacidade de intervenção em debates, bem como na realização de projetos; os jovens seriam os portadores de uma visão de mundo original, que os adultos não possuem.

A partir dessas posições coletadas, o autor pergunta se haveria sentido num espaço que permite que os jovens expressem suas opiniões, mas não têm o poder de fazê-las acontecer. Ao expressar este questionamento, não nomeia, contudo, espaços específicos onde isso ocorreria. Os espaços tradicionais da militância são vistos, em geral, como espaços pouco abertos ao diálogo com jovens – daí o abandono dessas formas de engajamento –, mas outras formas de participação institucionalizadas e dirigidas pelo mundo adulto podem produzir a mesma interdição ao diálogo.

Na pesquisa realizada por Müxel, Riou e Lehay (2005), aponta-se o fato de que a maioria dos jovens que revela ter alguma proximidade com partidos políticos identifica-se com partidos de esquerda²³.

Ainda que haja desconfiança crescente em relação à política e suas tradicionais formas de engajamento, expressa pela diminuição da presença de jovens em partidos, sindicatos e afins,

²³ Ainda que os marcadores que definem tradicionalmente o que é direita e esquerda política estejam cada vez mais diluídos e pouco claros, Müxel afirma que, na Europa, os termos ainda são pertinentes para analisar a realidade política mais ampla e para a compreensão da vida sociopolítica dos cidadãos.

eles ainda se fazem notar nesses espaços. Se as clássicas formas de associação continuam a angariar jovens é porque se transformaram, deixando cada vez mais espaço para as implicações pessoais, integrando indivíduos em coletivos, mas permitindo a expressão de suas indentedades.

Pesquisas sobre os valores compartilhados pelos franceses (ROUDET, 2005; LAPEYRONNIE, 2005; ION, 2005) mostram que prevalecem os associativismos que permitem a realização pessoal; a mobilização privilegia metas claramente delimitadas, que permitem atingir resultados imediatos. A realização pessoal indica que o envolvimento incondicional está sendo abandonado em prol de uma participação eletiva, pontual e com gratificações imediatas. As utopias não desapareceram, mas são mantidas à parte, como inspiradoras de ações no presente. Além disso, os sujeitos engajados têm dado preferência a redes horizontais de mobilização, em detrimento das verticais e hierarquizadas. De acordo com Cicchelli (2009), estes achados de pesquisa se encaixam na tendência observada de rejeitar a delegação da palavra e falar por si próprio.

Estudo realizado em 2004²⁴, sobre a participação política de jovens da Comunidade Europeia, aponta para a forte influência da socialização familiar no comportamento político dos jovens. A pesquisa mostrou que cerca de 70% dos entrevistados seguem a mesma orientação política dos pais – seja de direita, de esquerda ou de não-escolha partidária. Em todos os países investigados²⁵ foi observada estreita ligação do nível de politização dos pais e de seus filhos. Jovens que crescem em ambientes familiares mais politizados desenvolvem atitudes mais positivas em relação à política. Os filhos “herdeiros” de alguma filiação política dos pais, seja de esquerda ou de direita, têm afirmações e posicionamentos políticos mais firmes e bem estruturados que aqueles cujos pais não identificam uma preferência política. Quando herdeiros de uma filiação política de esquerda, os jovens são mais fortemente contestadores que aqueles que se vinculam com uma herança de direita.

A mesma pesquisa mostra que os índices de escolaridade e sexo fazem diferença no interesse de jovens pela política. Os jovens homens mais escolarizados são os mais interessados em política e as jovens mulheres pouco escolarizadas são as menos interessadas.

²⁴ MÜXEL, A; RIOU, Cécile; LEHAY, Viviane. **Political Participation of Young People in Europe** – Development of Indicators for Comparative Research in the European Union (EUYOUPART) WP8/ D15. National Report: France. FNSP (Fondation Nationale des Sciences Politiques) - CEVIPOF, March/ 2005. Pesquisa EUYOUPART financiada pela Comissão Europeia em 2004, sobre a participação política de jovens com idades entre 15 e 25 anos.

²⁵ Países que compuseram a pesquisa: França, Alemanha, Reino Unido, Itália, Finlândia, Áustria, Eslováquia e Estônia.

Foram identificadas 3 importantes clivagens no que diz respeito ao interesse e às práticas de engajamento político de jovens: (i) o tempo da juventude é momento importante de socialização política e o **avancar da idade** traz mais informações e experiências que fazem aumentar as competências e o interesse pela política; (ii) há um desequilíbrio em relação a **gênero**, “jovens homens têm sempre mais familiaridade e competência para a política e sentem-se mais implicados” (MÜXEL, RIOU e LEHAY, 2005: 13, tradução nossa); (iii) quanto maior a **escolaridade** dos jovens, também maior é o interesse em política. Jovens desempregados são os que menos se engajam e os jovens estudantes seguem sendo aqueles com maior engajamento e presença na esfera política.

Jovens engajados no Brasil

Os estudos sobre engajamentos de jovens no Brasil têm seu marco inicial nas pesquisas realizadas por Marialice Foracchi (1972, 1977, 1982), que investigou o engajamento político de jovens universitários nos movimentos estudantis nos anos 1960. O recente *Estado da Arte sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)* mostra que os estudos sobre os engajamentos de jovens brasileiros na atualidade são poucos e se referem, em grande maioria, à mobilização de jovens estudantes em espaços institucionais de participação (grêmios, centros acadêmicos, movimento estudantil). O balanço, que coletou teses e dissertações defendidas em todo o Brasil no período de 1999 e 2006, encontrou 35 trabalhos referidos à mobilização de jovens, estudantes ou não, mostrando o baixo interesse das ciências sociais no tema dos engajamentos políticos de jovens no país. Desses, 24 foram defendidos em programas da área de Educação.

O conceito de capital social (BOURDIEU, 1983, 1989, 1997; BAQUERO, 2001, 2004) tem posição central nos estudos realizados sobre o engajamento de jovens no Brasil (MOREIRA, 2000; PAULA, 2004; HAMMES, 2005 e MORENO, 2007), sejam os que se dedicam aos jovens estudantes, sejam os que pesquisaram jovens em outros espaços e formas de mobilização política.

Em sua dissertação de mestrado, Moreira (2000) realizou estudo sobre as trajetórias, características de mobilização e aspirações de estudantes secundaristas que participam do movimento estudantil, notadamente em grêmios, no Rio de Janeiro. A escola ganha centralidade no estudo sobre seu papel na formação política dos jovens. Ainda que o grêmio seja o espaço de pesquisa, o interesse não se dirige à instituição gremista, mas aos jovens que

vivenciam esse espaço de mobilização, suas práticas e experiências. A influência dos pais aparece de forma significativa para o engajamento dos jovens estudantes secundaristas: quase 50% dos alunos gremistas tinham pais militantes em algum tipo de grupo ou movimento.

Paula (2004) estudou os últimos 25 anos do movimento estudantil, através das ações do DCE de uma universidade do Rio de Janeiro. Ao entrevistar lideranças e ex-lideranças do movimento estudantil, reconstruiu uma história por meio da memória dos ex-estudantes e dos atuais. O foco central de sua pesquisa foram as vivências e experiências dos jovens no movimento estudantil. A pesquisadora relativiza, a partir do material empírico levantado, a influência da origem familiar e da trajetória escolar na formação de uma sociabilidade militante – sem descartar o peso desses diferenciais –, diante da importância maior da Universidade e do movimento estudantil na experiência social de alguns dos sujeitos pesquisados.

As pesquisas sobre o engajamento de jovens em espaços não-escolares são ainda menos frequentes do que aquelas que tomam os jovens estudantes como foco de investigação. A tese de doutorado de Hammes (2005) investiga os engajamentos de jovens em 3 diferentes grupos, todos localizados em cidades do interior do país, o que também representa uma novidade em relação aos estudos de juventude²⁶. O pesquisador teve como objetivo investigar os aprendizados desenvolvidos nos grupos juvenis de convivência, articulando-os com as experiências formais de educação; além disso, examinou a contribuição dos engajamentos para a formação de capital social. Os jovens investigados apresentam 3 tipos de motivações para seu engajamento: (i) razões pessoais, de cunho individual; (ii) razões familiares, relacionadas a um capital social acumulado e (iii) razões sociais, relacionadas ao compromisso com a coletividade (do social ao individual, em ordem decrescente).

Assim como afirmavam os militantes do movimento ambientalista investigados por Oliveira (2005), os jovens entrevistados por Hammes também afirmam que desejariam que os conteúdos ensinados na escola estivessem mais conectados com a realidade vivida por eles – partindo da vida comunitária, valorizando os diferentes conhecimentos circulantes – e que os conteúdos escolares pudessem se articular com a educação não-formal que ocorre nos grupos dos quais participam.

²⁶ O Estado da Arte sobre Juventude identificou menos de 4% de trabalhos que se referem ao meio rural. A grande maioria dos trabalhos toma os jovens dos grandes centros urbanos como sujeitos de suas pesquisas.

Como resposta à pergunta central de sua pesquisa – “A que leva à participação em grupos juvenis?” –, o pesquisador obteve as seguintes respostas:

a) A convivência em grupos juvenis melhora a confiança interpessoal e nas instituições, cultivada nas relações intra e intergrupos; b) A participação em ações de interesse social capacita para viver em sociedade: desenvolvendo ações coletivas, com a experiência de trabalho em equipe. Através dele, os jovens percebem o valor da união, o alcance dos direitos e a importância da participação de todos; ao mesmo tempo, a experiência no grupo, propicia conhecimento da realidade, muda a própria visão do jovem e facilita ações coletivas para alcançar objetivos comuns; c) O pertencimento a uma rede de cooperação possibilita acesso a recursos atuais ou potenciais: com participantes dos grupos, os jovens valorizam as relações horizontais, considerando-as importantes e adequadas, tornando-as uma regra de conduta em outros ambientes dos quais participam; d) A tolerância, o respeito mútuo e a solidariedade melhoram a vida em comunidade: a partir da experiência de grupo em que aprendem a valorizar a participação de todos, os jovens formam-se para acolher o diferente, construindo laços de solidariedade e redes de cooperação; e) A convivência possibilita o desenvolvimento de liderança e empowerment juvenil. Liderança e o protagonismo juvenil estão na base das propostas dos grupos estudados, constituindo-se em eixos centrais do processo educativo nele desenvolvido, contribuindo para a construção de capital social junto aos jovens. (HAMMES, 2005: 183)

Almeida (1999) investigou jovens universitários do ponto de vista de seus engajamentos, independente de os mesmos integrarem o movimento estudantil. Amplia o escopo da pesquisa para estudantes engajados e não-engajados e pergunta sobre os modos e formas de participação dos jovens universitários, “buscando estabelecer sua posição em relação às demais formas de mobilização e participação política atuais” (SPOSITO, BRENNER e FRANCO, 2009: 184). Afirma que as formas de mobilização são diversas e geralmente passam longe do engajamento partidário, ainda que alguns jovens mobilizados no movimento estudantil relatem alguma simpatia por partidos de esquerda.

Moreno (2007) investigou a formação de uma associação militante a partir de um grupo de *hip hop*, ou seja, como um grupo com interesses comuns se torna um grupo institucionalizado de militância política. Analisou jovens praticantes de *hip hop* na cidade de Campinas que se conheciam desde o início dos anos 1990, tinham uma série de demandas e reivindicações e se constituíram em uma associação voltada para as práticas do *hip hop* e com atenção a demandas comunitárias no início dos anos 2000. Segundo a pesquisadora, a criação da “Casa do *hip hop* de Campinas” foi resultado de um processo de aprendizagens pelos quais passaram os jovens *rappers*, bem como de um longo e estreito contato com políticos profissionais –

vereadores da cidade – mais velhos e mais experientes. Foi pela proximidade com um vereador da cidade – e na articulação entre demandas sociais do grupo e necessidades e disponibilidades políticas do vereador – que se constituiu aquele espaço de militância.

A família e a escola são importantes espaços de socialização – que não está, contudo, circunscrita a eles. Pesquisas demonstraram a impossibilidade de manutenção de um determinismo radical das estruturas no processo de socialização, mas também apontaram para a necessidade de enriquecer as análises com cenários que permitam levar em conta as variadas influências sofridas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, que permitem acrescentar elementos de socialização aos processos ocorridos no âmbito da família e da escola.

No campo da socialização política, pesquisadores como Müxel apontam para a emergência de novas formas de socialização, diante da diluição de marcadores político-ideológicos que caracterizaram a socialização política das gerações precedentes. A socialização política ocorreria, atualmente, muito mais pela *experimentação* política do que pela transmissão de modos de fazer política da geração anterior para a atual.

O engajamento militante se caracteriza pela disposição dos sujeitos de tomar parte na discussão de temas e na proposição de solução a problemas de ordens variadas, com manutenção do investimento ao longo do tempo, ou seja, implica em uma permanência do engajamento em torno do tema específico que produz a mobilização do sujeito. Duas correntes sociológicas se associam nesse estudo, para buscar compreender as razões e os motivos que levam um sujeito a se engajar. A primeira configurou-se em torno da construção de disposições ao engajamento que se relacionam com a socialização familiar e o conceito de *habitus*, de Bourdieu (1983, 1989). A segunda corrente é a do interacionismo simbólico, da Escola de Chicago, que torna central o papel das redes de interações nas quais os sujeitos se inserem antes de ocorrer o engajamento. Cada uma dessas correntes encontrava limites para a explicação do engajamento militante dos sujeitos. A associação da análise diacrônica e sincrônica permite compreender melhor como uma disposição adquirida se transforma em ação prática.

A militância produz experiências que se associam com aquilo que foi vivido pelos sujeitos antes do engajamento e produz novos códigos e significados para os militantes. É suposto que os sujeitos não estão completamente socializados e há espaço para a transformação de códigos e valores anteriormente internalizados, a partir das experiências vividas no presente.

Os jovens pesquisados militam em partidos políticos. Para melhor compreender as experiências que constroem a partir desse engajamento, é preciso conhecer tais espaços, os modos de recrutamento e engajamento, modos de organização e de tomada de decisão nos partidos. É o que veremos no capítulo a seguir.

Capítulo 2 – Jovens e partidos políticos

Como já indicado anteriormente, jovens engajados em partidos políticos são os sujeitos desta pesquisa, que tem como foco a experiência vivida por eles nas situações de militância no partido e suas repercussões para outros âmbitos da vida e busca compreender aspectos da origem e do funcionamento dos partidos.

A filiação partidária não se originou concomitantemente aos partidos, mas foi adotada pelos partidos socialistas surgidos na Europa pós-revolução industrial. Apesar de muitos adotarem a filiação de membros, não são todos os que realmente os engajam em suas atividades cotidianas. Esta continua sendo uma ação característica dos partidos considerados de esquerda²⁷.

Cada partido possui características próprias, que vão se consolidando por meio da implementação de seus objetivos e compromissos políticos e, em alguns casos, a partir de mobilização, debate e ação de seus membros ativos. Veremos que os partidos em que os 21 jovens pesquisados militam se aproximam em muitos aspectos, sendo o PDT o partido que mais se distancia de um grupo homogêneo – em termos de organização, origem, posição no espectro político ideológico e mobilização de seus membros – formado por PT, PSOL, PSTU e PCdoB.

2.1 Partidos políticos: algumas definições

Os partidos políticos são instituições surgidas como produto da atuação de atores políticos nas arenas decisórias e eleitorais. Promovem a organização do processo eleitoral e devem ser analisados tanto em sua capacidade de manter a governabilidade quanto em sua possibilidade de estruturar a competição eleitoral (KINZO, 2005).

Offerlé (2008) afirma, no entanto, não ser possível dar uma única definição para partido político. Pode-se falar de partido como uma *entidade* se o tratamos normativamente como um elemento chave da democracia ou juridicamente como uma instituição que é sujeito ou objeto de direito; pode-se abordar o partido como uma *relação social*, onde interessa, sobretudo, a

²⁷ Apesar das divergências conceituais em torno da definição de direita e esquerda, é nos partidos de esquerda – em suas diversas definições – que se encontram os militantes.

concorrência entre seus agentes em sistemas políticos competitivos e democráticos – nesse caso, não se trata o partido de maneira isolada, mas inserido em configurações sociais e políticas que criam constrangimentos à sua ação –; pode-se, ainda, tomar o partido como um *negócio* ou *empreendimento político* de tipo particular (op. cit: 4 e 5). Offerlé ressalta que o termo *negócio* é bastante reducionista para explicar um partido político, mas mantém seu uso associado ao conjunto lexical que o termo carrega consigo – bens, capitais, mercado, produtos –, devido ao seu potencial heurístico.

O autor ressalta que o uso que faz do termo *negócio* não se fundamenta, especificamente, nas noções de Weber e Schumpeter, para os quais o “negócio partidário” tomaria o empreendedor como *agente de inovação temporária* e não como capitalista. Em sua definição, usa o termo em francês – *entreprise* – em seus dois sentidos: negócio como produto de um compromisso e como resultado de uma atividade específica de produção. Seria, portanto, uma idéia próxima à de mercado, onde os agentes competem intercambiando bens políticos em troca de apoios ativos ou passivos.

Kinzo (2004) afirma que os partidos “têm papéis específicos em duas arenas do sistema político: a eleitoral e a decisória” (p. 24). Na arena eleitoral, está claro seu papel na organização do processo eleitoral e na escolha dos candidatos que participarão do processo de escolha popular. Na arena decisória, “sua atividade está associada à formulação, ao planejamento e à implementação de políticas públicas, participando como atores legítimos no jogo de poder e no processo de negociação política” (p. 25).

São agentes fundamentais no processo democrático representativo, pois estão respaldados no voto popular. De fato, somente com base neste critério – apoio eleitoral – é possível, no contexto das democracias de massa, falar de partidos como canais de expressão e representação de interesses, como um vínculo, ainda que frágil, entre a sociedade e o Estado. (KINZO, 2004: 25)

A disputa por vagas para concorrer a cargos eletivos – no executivo ou legislativo – seria apenas um dos “mercados” internos de cada partido, havendo, simultaneamente, vários outros tipos de “mercados”, realizados, por exemplo, entre grupos mais ou menos estruturados que entram em disputa pela direção do *negócio*. No campo dos bens políticos, ocorreriam, ainda, disputas pela autoridade política, ou seja, sobre quem tem legitimidade para falar pelo partido, bem como para identificar e propor soluções para problemas que se apresentem (OFFERLÉ, 2008).

O autor afirma que os partidos são formas historicamente determinadas de empreendimento político e estão, portanto, sob influência das mudanças que ocorrem nos contextos sociais, políticos e culturais em que se inserem. Esse *empreendimento político* reivindicou, na época moderna, o monopólio da atividade no mercado de bens eleitorais, mas está vendo aumentar a concorrência com outros atores que também têm produzido bens políticos – grupos de interesses corporativos, conselhos deliberativos ou outros grupos juridicamente delimitados etc.

Ainda segundo Offerlé (2008), numa *definição restritiva*, um partido é uma organização duradoura, ou seja, uma organização que tem esperança de vida superior à de seus dirigentes, uma organização local bem estabelecida, que mantém diálogo regular com o nível nacional e que tem dirigentes nacionais e locais com disposição voluntária de exercer o poder – e não somente a disposição de influenciar o poder. Essas características distinguiriam os partidos de outras organizações, tais como comitês de notáveis, grupos autonomistas ou grupos formados em torno de uma bandeira individual. Panebianco (2005:11)²⁸ afirma que os partidos “*se distinguem pelo ambiente específico no qual desenvolvem uma atividade específica*”, ou seja, são as únicas organizações que atuam na arena eleitoral disputando votos, ainda que possam guardar várias outras similaridades com outros tipos de organização.

Em uma *definição extensiva*, o partido é tomado como uma sociação que depende de um engajamento (formalmente feito) livre, que tem a finalidade de proporcionar o exercício de poder a seus líderes, bem como proporcionar a seus militantes ativos as chances – ideias ou materiais – de perseguir metas objetivas, alcançar vantagens pessoais ou realizar ambas (OFFERLÉ, 2008: 8-10).

Ao considerar o partido como uma relação social, analisam-se as interações que ocorrem entre seus membros, que se inserem num determinado espaço onde o jogo de relações se realiza, considerando-se os elos invisíveis que envolvem seus agentes em uma cooperação concorrencial. O partido seria, portanto, na definição de Offerlé, um campo de lutas, um espaço de competição entre os agentes, que estão dispostos a realizar tal competição, que lutam não apenas por espaços, mas também pela decisão sobre quem é a voz do partido e pela legitimidade de suas posições no partido.

²⁸ PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partidos: organizações e poder nos partidos políticos*. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Para Panebianco (2005), inspirado pelos clássicos estudos de Ostrogorski, Weber, Duverger e Michels, os partidos são organizações que reproduzem internamente as estruturas e, portanto, também as desigualdades sociais vividas na sociedade. Mas não são simples reprodutores. Suas estruturas internas de disputa por poder, modos de decisão – ou os diferentes mercados internos na acepção de Offerlé – produzem novas desigualdades. Assim, “*como organização, o partido político é, ao menos em parte, um sistema autônomo de desigualdades, e muitas vezes as tensões que o percorrem são essencialmente o produto de tal sistema*” (PANEBIANCO, 2005: 6).

O jogo eleitoral – intra e interpartidário – e a disputa pelo apoio eleitoral, na busca por ocupar espaços de poder, são mobilizadores dos membros dos partidos na construção de bens políticos, na construção de sua legitimidade interna e na constituição de grupos internos de disputa de poder. E, se os partidos são o coração das instituições políticas democráticas, os membros dos partidos são o coração de alguns deles (SCARROW, 2007).

2.2 Filiação partidária

A participação em partidos políticos surgiu na Europa, no final do século XIX e início do século XX, com a criação dos partidos socialistas, também identificados como *partidos de massa*. Até então, os partidos se mobilizavam apenas em momentos de organização de eleições, eram os chamados *partidos de elite*. Os partidos socialistas inauguraram a filiação partidária e o engajamento de seus filiados se dava em atividades durante todo o tempo decorrido entre uma eleição e outra. Segundo Scarrow (2007), o desafio para esses partidos era não apenas angariar membros, mas incrementar o nível de participação política individual desses membros, ou seja, fazer com que a filiação ao partido tivesse sentido nas experiências individuais de seus filiados, que fosse uma experiência significativa que incluísse a política, mas também fosse além dela. Para tal, eram oferecidas oportunidades educacionais, de lazer e também benefícios econômicos, como acesso a planos de seguros.

Os partidos tradicionais tentaram usar do mesmo mecanismo de filiação de membros, em busca dos benefícios trazidos por tal filiação, mas apenas depois da segunda guerra mundial, especialmente nos anos 1950 e 1960, a filiação partidária cresceu, tanto em partidos de direita quanto de esquerda, nas democracias ocidentais.

Os *partidos de elite* representavam interesses de uma pequena parcela da população e se tornavam visíveis apenas nos momentos que antecediam o processo eleitoral – são

“*protopartidos clientelistas, ‘clubes políticos episódicos’ ou grupos parlamentares*” (SEILER, 2000: 106). Por essas características, a filiação de membros não fazia sentido. Os partidos de massa surgem a partir da organização de operários e outros contingentes de trabalhadores que buscavam a ampliação de direitos civis e sociais²⁹. Outra diferenciação importante entre partidos de elite e de massa é que os primeiros se formavam dentro do sistema parlamentar e os partidos de massa tinham sua origem fora desse sistema, por pessoas que não compunham ainda o jogo eleitoral.

Os partidos de massa tinham uma relativa concentração, no que se refere à distribuição dos recursos políticos pertinentes – tal distribuição era muito concentrada nos partidos de elite –, e era a mobilização de seus membros sua principal estratégia de competição eleitoral. Segundo Blondel (1996), os partidos de massa eram

ostensivamente democráticos na medida em que seus programas de ação política eram oficialmente decididos por congressos que representavam os filiados; na prática, os líderes exerciam considerável poder e eram frequentemente acusados de praticar um controle burocrático. (p. 560)

Seiler (2000), fazendo uma síntese das definições de partidos elaboradas por diferentes estudiosos, levanta, ainda, uma diferenciação nos partidos de massa: partidos de militantes e partidos de eleitores. Citando Jean Charlot, aponta para a existência de partidos de massa que não organizam a sua existência em torno do papel fundamental do militante; são partidos voltados para os seus eleitores, têm grande número de membros filiados, mas estes não participam ativamente do cotidiano partidário.

A carência de pesquisas sobre filiação partidária, bem como a escassez de bases de dados sobre essas filiações até meados do século XX, torna difícil compreender como se davam o processo de filiação aos partidos e a participação de seus membros. As séries históricas produzidas a partir dos anos 1950 mostraram declínio contínuo da filiação partidária até o início dos anos 2000. Mesmo nos países escandinavos, onde partidos de massa tinham fortes raízes, o declínio era visível, dando mostras de ser um processo generalizado. Scarrow (2007) afirma, contudo, que há várias razões para tal declínio, uma delas direcionada ao surgimento de novos tipos de partidos políticos, tais como os “verdes”.

²⁹ Definição de partidos de quadros e partidos de massa está originalmente situada na obra de Maurice Duverger – *Les partis politiques* –, inspirada numa diferenciação entre um e outro que já se encontrava latente em Max Weber.

A pesquisadora afirma, também, que, nas democracias mais recentes – entre as quais se inclui o Brasil –, parece haver, ainda, um comprometimento mais forte com os princípios do partido. Segundo ela, apesar do número reduzido de filiados em relação ao contingente de eleitores, esses indivíduos conseguem exercer importante influência política. *“Na maioria das democracias contemporâneas, recentes ou estabilizadas, os partidos envolvem apenas uma minoria de cidadãos. Mas esses indivíduos podem exercer desproporcional, e aparentemente crescente, influência política”* (SCARROW, 2007: 639, tradução nossa).

No entanto, Scarrow afirma que, muitas vezes, a filiação a partidos mais se parece com uma transação similar à obtenção de um cartão de crédito, em que o candidato a membro do partido, frequentemente, precisa ser aprovado por um grupo partidário ou apadrinhado por algum membro influente. Para Panebianco (2005), quanto mais controlado o processo de filiação – entrevista com um dirigente, apresentação de si etc. –, mais o filiado será incentivado a participar, ou seja, a transformar-se em um militante. *“Nesses casos, a filiação é vivida e apresentada como uma honra; é um status symbol a se tornar válido nos seus locais de trabalho, perante os amigos etc.”* (p.51). Panebianco diferencia filiados de militantes, por meio de escalas de participação, apesar de considerar que os limites entre um e outro são, muitas vezes, de difícil diferenciação. Os militantes formam o núcleo duro do partido, *“a minoria restrita que tem participação real e contínua em todo o partido, embora com intensidade variável, e que com sua atividade faz funcionar a organização”* (p.53).

2.3 Partidos no Brasil

Pesquisas analisadas por Kinzo (2005) apontam para a fragilidade institucional dos partidos brasileiros e a baixa capacidade de sua interferência no voto dos eleitores, indícios revelados pela manutenção de altas taxas de volatilidade eleitoral ao longo da série histórica de eleições que sucederam o período de redemocratização do Brasil. Os partidos teriam, portanto, pouca influência na definição do voto dos eleitores, algo que seria uma de suas funções principais. Além disso, pesquisas de opinião mostram que um número significativo de eleitores afirma ter preferências partidárias específicas. Isto significaria dizer que, ainda que variem o voto, os eleitores se identificam com algum partido e isso os orienta no momento da escolha de seus candidatos.

Braga (2010) sustenta, contudo, que as análises observadas por Kinzo não se fundamentaram em pesquisas empíricas sobre os partidos brasileiros. A autora afirma que continuam em

aberto as questões fundamentais sobre o “*papel dos partidos políticos no sistema democrático brasileiro*” (p.44).

Schmitt (2005), da mesma forma que Braga, questiona as afirmações que atribuem fragilidade expressiva aos partidos e ao sistema partidário brasileiro. O Brasil viveu 5 ciclos políticos distintos e Schmitt fundamenta-se nas experiências políticas brasileiras vividas a partir da 3ª República (1945-64), para sua discussão sobre os partidos brasileiros. A Terceira República, inaugurada com o fim do Estado Novo, proporcionou a primeira experiência com a democracia representativa no Brasil. Esse período foi sucedido pelo regime militar, no qual um sistema bipartidário compulsório foi imposto à nação. A Quinta República retomou o sistema pluripartidário de livre organização política no país. De acordo com o autor, na Terceira República, mais de 30 partidos foram registrados e, na Quinta República, já seriam mais de 70 siglas partidárias. Mas o que poderia representar uma grande dispersão – e daí a avaliação de fragilidade do sistema feita por alguns pesquisadores – é analisado por Schmitt e Braga sob outro aspecto. Para ambos, o que efetivamente importa é a presença dos partidos nos processos eleitorais e sua influência sobre os resultados das eleições. Sob esse aspecto, o número de partidos com real influência no cenário político é bem menor. Há uma relativa concentração em um pequeno grupo de partidos no âmbito legislativo e grande concentração em torno do PT e do PSDB no âmbito presidencial³⁰. A permanência de um conjunto de partidos – com algumas alterações de nomenclatura ou fusões – ao longo dos últimos 25 anos e sua presença constante com candidatos em eleições proporcionais e majoritárias indicariam a consolidação gradativa de um sistema que não poderia mais ser definido como frágil.

Os dados revelam informações importantes a respeito da estabilidade dos padrões de competição e da interação entre os partidos políticos no contexto brasileiro. A verificação do grau de institucionalização do sistema partidário pela volatilidade eleitoral e ideológica identificou uma dinâmica gradativa de institucionalização do sistema de partidos no Brasil. Vimos que a volatilidade eleitoral já alcançou patamares muito próximos de países de democracias seculares, como os europeus, e está bem abaixo dos encontrados nos contextos latino-americanos e pós-soviéticos. Isso significa que mesmo a avaliação do grau de regularidade dos padrões de competição pelo indicador tradicionalmente usado pela literatura mais crítica à

³⁰ Segundo Braga (2010), “Entre o final de 1979 e o início de 1980, foram criados o PT, PDT e o PTB. O PMDB e o PDS/PP foram reorganizados, visando a atender as exigências da primeira reforma partidária, realizada em 1979. Mesmo o PFL, atual DEM, foi fundado durante as discussões em torno das eleições indiretas para a Presidência da República, em 1985. Dois anos depois, durante os debates na Constituinte, uma dissidência no PMDB levaria à criação do PSDB. Outros partidos com alguma relevância surgiriam ainda em meados dos anos 1980, como, por exemplo, PSB, PL/PR, PCB/PPS, PCdoB e PV” (p. 43).

viabilidade do sistema de partidos mostra uma evolução linear em direção a maior estabilidade sistêmica. (BRAGA, 2010: 68)

A redemocratização do país a partir de 1979, com a Anistia Política, a Reforma Partidária e, posteriormente, a realização de eleições livres, trouxe novamente para o cenário político partidos que tinham sido lançados à clandestinidade depois do golpe militar de 1964. Militar em partidos voltou a ser algo permitido do ponto de vista legal, tirando da clandestinidade inúmeros militantes de esquerda que tiveram que reinventar suas práticas a partir do novo cenário político e social.

2.4 Espectro político e composição social: onde se situam PDT, PT, PSTU, PSOL e PCdoB no cenário político nacional

As definições sobre o que significa ser de “esquerda” e de “direita” são muitas e baseiam-se em diferentes aspectos da vida política. Segundo Bobbio (1995: 31), “*‘direita’ e ‘esquerda’ são termos antitéticos (...) e como tal são excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda*”. Fazendo referência aos escritos de Cofrancesco³¹, Bobbio (1995) afirma que o homem de direita é aquele que guarda, acima de tudo, as tradições e o de esquerda pretende “*libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc*” (p. 81). Mas parece que a contraposição entre igualdade e desigualdade sejam os pontos fortes da distinção de Bobbio entre esquerda e direita. Sem fazer juízo de valor, Bobbio afirma que a direita é

inequalitária (...) porque considera que as desigualdades entre os homens são não apenas inelimináveis (ou são elimináveis apenas com o sufocamento da liberdade) como são também úteis, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade. (p.20)

O autor pontua não haver juízo de valor na associação da direita com a desigualdade e da esquerda com a igualdade, por considerar impossível afirmar que uma é melhor que a outra, especialmente porque esses são conceitos abstratos, que podem e têm sido interpretados de maneiras bastante diferentes. O conceito de igualdade é, segundo Bobbio, relativo a pelo

³¹ D. Cofrancesco. Per un uso critico dei termini ‘destra’ e ‘sinistra’. In La Cultura, nº 3-4, p.399, 1975.

menos 3 variáveis de distribuição de bens e ônus: entre quem, em relação a quê e com base em quais critérios (p. 97).

O uso do termo direita e esquerda nas pesquisas sobre os partidos brasileiros, contudo, parece se basear mais em critérios relativos ao mundo da economia e da intervenção do Estado e menos em critérios de igualdade e desigualdade, ainda que este último esteja presente nos discursos partidários e seja usado pelos membros de partidos como parte da definição de suas ideologias.

Em geral, os *surveys* aplicados a deputados estaduais e federais solicitam-lhes que se situem e a seus colegas de legislativo em uma escala de 0 a 10, em que 0 representa a direita e 10 a esquerda. Kinzo (1993) refere-se a pesquisa deste tipo e Zucco Jr (2009) apresenta análise que contempla uma série histórica de pesquisas semelhantes realizadas com parlamentares brasileiros.

Há, segundo Zucco Jr., uma estabilidade na maneira pela qual os parlamentares veem a si mesmos e aos seus pares, no que se refere à série histórica de *surveys* realizados com os seguidos mandatos de parlamentares desde a redemocratização do país. Esquerda e direita ainda estão claramente associadas a maior e menor intervenção do Estado na economia, respectivamente, mas houve uma considerável retração das posições mais à esquerda.

Segundo a PLIO³² de 2009, analisada por Zucco Jr., entre os partidos com representação no Congresso Nacional, o PSOL aparecia como o mais à esquerda e o DEM o mais à direita. O PPS teria caminhado significativamente para a direita, tendo “saltado” sobre o PDT e o PSB. O PSDB e o PMDB estariam estatisticamente na mesma posição ideológica, segundo a avaliação feita pelos parlamentares, nitidamente localizados no centro da escala. O PSDB e o PPS teriam caminhado significativamente para a direita em relação às posições ocupadas nos *surveys* anteriores, mas o que mais chamou a atenção do pesquisador foi a aproximação de todos os partidos rumo ao centro da escala: “*A sugestão, aqui, é que teria havido considerável convergência no posicionamento ideológico dos partidos no período estudado*” (p. 5).

Os diagramas apresentados por Zucco Jr. indicam que, nos *surveys* realizados em 1990, 1993, 1997, 2001 e 2005, o PCdoB era o partido localizado mais à esquerda na escala de valores

³² Pesquisa Legislativa realizada com parlamentares que são solicitados a indicar, em uma escala de 0 a 10, onde se situaria cada um dos partidos que compõem a Câmara Legislativa Federal. A indicação entre 4 e 6 representaria partidos de centro e as menores e maiores pontuações indicariam partidos de esquerda e de direita, respectivamente, sendo que, quanto mais próximo de 0 ou de 10, mais à esquerda ou à direita estaria situado o partido.

proposta aos parlamentares. O PSTU aparece com representação parlamentar apenas em 1993 e também se encontra à esquerda da escala, sem superar, contudo, a posição extrema do PCdoB. Em 2009, como dito acima, o PSOL assume a posição de partido mais à esquerda, entre aqueles com representação no parlamento federal brasileiro. Em toda a série histórica, o PDT aparece bastante próximo ao centro da escala, ligeiramente deslocado à esquerda, sempre à esquerda de partidos como o PMDB e o PSDB – que marcam o centro da escala. O PT apresentou gradativa aproximação ao centro da escala, mas sempre se manteve à esquerda do PDT.

Em termos substantivos (i.e, sem levar em consideração a escala ideológica), poderia-se definir arbitrariamente esquerda como o conjunto de parlamentares com maior probabilidade de preferir uma economia com estado dominante a qualquer outro tipo de arranjo. Similarmente, os de direita seriam caracterizados por uma preferência prevista maior em relação a um modelo de mercado puro, e os de centro seriam aqueles cuja maior probabilidade de resposta residiria na categoria de um modelo de equilíbrio entre Estado e mercado. (ZUCCO JR, 2009: 11)³³

Ainda que muitas das pesquisas existentes sobre partidos no Brasil tenham sido produzidas a partir de recortes territoriais e metodológicos distintos, é possível configurar um conjunto de análises, tomado como um mosaico – em que os pedaços compõem uma parte significativa do todo –, que permite inferir algumas conclusões gerais sobre a dinâmica política brasileira.

Rodrigues (2002) realizou pesquisa sobre a composição social dos ocupantes do Legislativo Federal, para acrescentar elementos à discussão sobre partidos, a partir de suas relações com grupos sociais e com a sociedade. O pesquisador constituiu uma amostra de pesquisa por meio da reunião dos partidos que, tendo eleito representantes para a Câmara dos Deputados em 1998, conquistaram número relativamente elevado de cadeiras e que tinham perfil programático-ideológico relativamente consistente: PFL, PSDB, PMDB, PPB³⁴, PT e PDT (o PTB, ainda que tenha eleito mais deputados que o PDT, não entrou na amostra pelo fato de o autor considerar que seu perfil ideológico não estava claro, em função de suas alianças políticas e da alta taxa de migração de parlamentares do partido)³⁵.

³³ Essa assertiva é fundamentada na pergunta realizada pela PLIO, que incitava os parlamentares a escolher, entre 4 diferentes sistemas econômicos, aquele que seria mais adequado para o Brasil.

³⁴ Em 2003, o PPB muda sua sigla para PP, passando a se denominar Partido Progressista.

³⁵ Após a pesquisa de Rodrigues, houve mudança no quadro partidário brasileiro, com a criação do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade. O partido constituiu-se formalmente em 2005, composto, principalmente, de dissidentes do PT.

O autor dividiu os partidos em 3 grupos: partidos de direita – PPB e PFL³⁶, de centro – PMDB e PSDB e de esquerda – PT e PDT. Ainda que considere haver distintas definições sobre direita e esquerda partidária (pesquisadores como Maria D’Alva Kinzo, Carlos Alberto Novaes e Olavo Brasil de Lima Jr. apresentam definições distintas³⁷), toma esta divisão para facilitar as análises e porque considera que as diferenças de conteúdo programático desses partidos são suficientes para diferenciá-los desta forma³⁸.

A hipótese de pesquisa de Leôncio Rodrigues (2002) é a de que as bancadas dos partidos teriam diferenças significativas na composição social de seus parlamentares e que essas distinções corresponderiam a posições políticas; infere, ainda, que os perfis similares se aglutinariam nos partidos que correspondessem a tal perfil. Esta hipótese não implica na afirmação de que os partidos sejam homogêneos e excludentes. Dados de outros estudos já apontaram que as origens sociais e ocupacionais são bastante variadas.

A hipótese da composição social dos partidos se confirmou, configurando a seguinte caracterização: partidos de direita possuem maior proporção de empresários e pessoas de alta renda; partidos de esquerda têm maior proporção de parlamentares oriundos de camadas médias, populares e trabalhadores e; partidos de centro têm menor proporção de empresários e trabalhadores e maior proporção de pessoas oriundas de estratos sociais intermediários.

Rodrigues (2002) utilizou dados primários obtidos junto à Câmara dos Deputados, sobre ocupação profissional, e junto aos TREs, sobre o patrimônio dos parlamentares. Sistematizou os dados e classificou os deputados em 4 segmentos sócio-ocupacionais principais: (1) Empresários (do setor urbano, principalmente); (2) Profissionais liberais (especialmente advogados, se a contagem ocorrer a partir do diploma, e médicos, se ocorrer pelo exercício

³⁶ À época da pesquisa, o partido ainda era assim designado, tendo mudado sua denominação no início de 2007.

³⁷ “Há, é certo, divergências laterais quanto a esse mapeamento ideológico. Para Maria D’Alva Gil Kinzo, o PT seria o único partido “realmente de esquerda”, observação que parece correta à luz não apenas de seu programa, como também da composição social da bancada petista. Para a autora, o PDT e o PSDB seriam de centro-esquerda; o PMDB (junto com o PTB) ocuparia o centro do espectro e o PFL seria de centro-direita (junto com outros partidos que não estão abrangidos nesta pesquisa) (1993, p. 79). Já Carlos Alberto Novaes classificou o PDT e o PSDB como centro-esquerda e o PMDB como centro-direita. Outra conceituação que foge da habitual é a de Olavo Brasil de Lima Jr. que, em 1993, colocou o PMDB entre os partidos de direita, junto com o PDS, o PFL e o PTB. O PSDB foi incluído entre os partidos de esquerda, ao lado do PCB e do PDT (1993, p. 61). Essas caracterizações foram feitas há um certo tempo. Os partidos são percebidos de modo diferente na medida em que o sistema partidário se institucionaliza e suas orientações políticas e programas mudam, especialmente quando confrontados com a realidade do governo ou com as possibilidades de alcançá-lo” (RODRIGUES, 2002).

³⁸ O autor não apresenta uma definição clara sobre direita e esquerda, limitando-se a usar aquilo que atribui ao “pensamento corrente”. “Não interessa aqui discutir o significado ‘intrínseco’ e a correção ‘científica’ dessa classificação. Para os fins desse trabalho, limito-me a acompanhar as avaliações expressas pela maior parte dos especialistas, meios de comunicação e pelos eleitores mais informados” (RODRIGUES, 2002: 32).

efetivo da profissão); (3) Funcionários do Estado (dos governos federal e estadual, principalmente); e (4) Professores. O segmento dos empresários é predominante, seguido pelos profissionais liberais e intelectuais.

Ainda que haja uma composição social bastante variada no interior dos partidos, há sempre um pequeno grupo ocupacional que abarca a maioria dos deputados da bancada. Esse grupo ocupacional majoritário é que determina o perfil do partido e localiza sua ideologia no cenário político.

Composição social dominante significa a “*composição de categorias socioeconômicas majoritárias nas bancadas (ou nas cúpulas partidárias) que têm papel decisivo na determinação da ideologia, do programa, das metas e das estratégias dos partidos*” (RODRIGUES, 2002: 40). Quando apenas uma categoria ocupacional é dominante, o perfil ideológico é mais claro. Quanto maior o equilíbrio na divisão de forças e poder, maiores as tensões e conflitos em torno das ideologias e dos programas.

Ainda que haja consenso sobre o excesso de agremiações partidárias no Brasil, seria mesmo de se esperar que, numa sociedade complexa como a nossa, as diferentes classes e frações de classe buscassem estar representadas no sistema partidário nacional.

Dentre os estudos pesquisados sobre os partidos políticos brasileiros e o impacto deles no cenário nacional, não foi possível encontrar qualquer análise que se referisse especificamente ao comportamento de jovens, sejam eleitores, parlamentares ou militantes.

Brevíssimo recorrido sobre os partidos dos jovens militantes

O PT surgiu no cenário nacional no contexto da redemocratização brasileira e foi o produto da reunião de dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação. Sua criação data de fevereiro de 1980, mas o registro oficial do TSE foi concedido em fevereiro de 1982. O PT organizou-se internamente em núcleos temáticos, alguns bastante heterogêneos, que formavam as tendências internas do partido. Esses grupos mantinham algumas pautas próprias, que tentavam levar para o conjunto do partido e disputavam o poder internamente. Algumas dessas tendências tiveram tamanho antagonismo com a maioria do partido que acabaram sendo expulsas, dando origem a outros partidos, notadamente o PCO, o PSTU e, mais recentemente, o PSOL.

O PSTU foi fundado em 1994, depois de a corrente Convergência Socialista ter sido expulsa do PT. O ápice da crise entre esta corrente e o campo majoritário petista deu-se na época do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, quando a CS defendia o movimento Fora Collor e o campo majoritário era contrário a tal tipo de manifestação. A CS foi expulsa do PT em 1992 e o PSTU recebeu seu registro no TSE no início de 1994. O PSTU não adotou a dinâmica de tendências internas institucionalizadas, tal como havia em seu partido de origem.

O PSOL é o mais recente partido no cenário nacional e, assim como o PSTU, surgiu de uma dissidência de correntes do PT. Em 2003, início do governo Lula, alguns parlamentares votaram contra a proposta de Reforma da Previdência encaminhada para votação pelo executivo federal. Os parlamentares dissidentes foram ameaçados de expulsão, caso não se adequassem às orientações dadas pelo partido nas votações do Congresso. A ameaça não surtiu efeito e 4 deputados foram expulsos por indisciplina. Diferentemente do que ocorreu com o PSTU, nesse caso não foi uma corrente a ser expulsa, mas filiados ligados a diferentes correntes. Sua expulsão levou as correntes a abrir processo de debate sobre seus próprios destinos no PT. A CST – Corrente Socialismo e Trabalho – saiu em bloco do PT; a DS – Democracia Socialista – viveu uma cisão interna, com parte de seus militantes saindo e parte ficando no PT. Em 2004, iniciou-se o processo de criação da nova sigla e, em setembro de 2005, o PSOL obteve seu registro oficial junto ao TSE. Ainda em 2005, nova crise se abriu no governo federal – o caso que ficou conhecido como Escândalo do Mensalão –, levando novos grupos petistas a migrar para o PSOL. Nessa segunda onda de saída do PT, a corrente Ação Popular Socialista migrou em bloco e outras saídas individuais foram registradas.

O PDT surgiu nos anos 1980, também no contexto da redemocratização do país e de seu retorno a um sistema político multipartidário. O grupo político liderado por Leonel Brizola pretendia refundar a sigla PTB, partido que representara o trabalhismo na era Vargas. Foram surpreendidos, no entanto, por uma disputa com o grupo liderado por Ivete Vargas – sobrinha-neta de Getúlio Vargas –, que também reivindicava a sigla. A sigla PTB acabou ficando com o grupo de Ivete Vargas e o grupo liderado por Brizola criou o PDT, que obteve registro em 1981. Segundo Schmitt (2005), o grupo capitaneado por Ivete Vargas era moderado e Leonel Brizola representava os reformistas. O resultado da disputa entre os dois grupos teria sido coincidente com as preferências do governo militar, que governou o país até 1985.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, surgiu em 1962, como dissidência do PCB, que, na época, ainda se encontrava na clandestinidade e cuja origem remonta a 1922. Após longos períodos de clandestinidade, ambos foram legalizados em 1985.

2.5 Elementos da organização dos partidos em que militam os jovens: o caso do Rio de Janeiro

As informações aqui contidas sobre as dinâmicas e modos de organização dos partidos foram reconstruídas a partir de documentos, artigos e ensaios disponibilizados nas páginas oficiais dos respectivos partidos, de notícias divulgadas na mídia eletrônica e impressa. Também foram contemplados os depoimentos dos próprios militantes, apresentando-se, assim, além de conteúdo documental, as narrativas e o modo como os jovens militantes se situam em seus partidos³⁹.

Os cinco partidos que aparecem nessa pesquisa como espaços de engajamento dos jovens situam-se à esquerda das escalas acima apresentadas, assim como são considerados de esquerda por seus próprios militantes. PT, PCdoB, PSTU e PSOL podem ser definidos como partidos de massa, na acepção anteriormente referida, que também inclui a definição de partido de militantes. Para Kinzo (1993), o PT seria o único partido efetivamente de massas no Brasil. Contudo, sua definição é anterior à própria criação do PSTU e, obviamente, anterior à criação do PSOL. Impossível dizer sobre as razões de exclusão do Partido Comunista dessa definição, uma vez que a pesquisadora só se referiu ao PT, mas, o PCdoB é também um partido que fundamenta sua ação em torno da atuação de seus militantes, embora tenha um número de filiados significativamente menor que o PT. O PDT, por sua vez, poderia ser definido como um partido de eleitores, ou seja, tem grande número de filiados – no caso específico do estado do Rio de Janeiro é o partido com o maior número de filiados –, mas não fundamenta sua ação na mobilização cotidiana dos mesmos.

Dados do TSE⁴⁰ mostram os percentuais de filiados em cada partido dentro do universo de eleitores filiados. Os filiados a partidos políticos no país representam 10,24% do total do eleitorado nacional e esse número cai significativamente no Rio de Janeiro, onde os filiados representam apenas 8,82% do eleitorado. Os partidos com maior número de filiados,

³⁹ Se outras lideranças partidárias e outros militantes fossem entrevistados, é possível que outros elementos fossem apontados.

⁴⁰ Dados obtidos junto ao TSE, referentes a novembro de 2010.

considerando o conjunto da nação, são: PMDB (16,67%), PT (10,04%), PP (9,86%) e PSDB (9,47%). O PDT aparece como o sexto maior partido, mas, no estado do Rio de Janeiro, ele é o que tem mais filiados, reunindo 18,16% dos eleitores filiados a algum partido político. Na sequência, no estado do Rio de Janeiro, aparecem PMDB (15,26%), PT (10,7%) e PSDB (10,08%). Percebe-se, assim, uma inversão da posição do PDT no estado fluminense e uma frequência relativamente estável do PMDB, do PT e do PSDB em relação à filiação do país todo. Os outros 3 partidos representados na pesquisa ocupam exatamente a mesma posição em nível nacional e estadual, aparecendo o PCdoB na 13ª posição, o PSOL na 24ª e o PSTU na 26ª posição, no que se refere ao número de filiados. O PCdoB tem 2,08% dos filiados em partidos no Rio de Janeiro, o PSOL 0,53% e o PSTU 0,12% dos filiados fluminenses.

Quadro 1 – Filiação partidária total, Brasil e Rio de Janeiro, novembro de 2010.

Consulta Filiação Partidária			Consulta Filiação Partidária			
Pesquisa Brasil - Todos os Partidos - Novembro / 2010			Pesquisa por UF - Rio de Janeiro - Todos os Partidos - Novembro / 2010			
Partido	Eleitores	%	UF	Partido	Eleitores	%
PMDB	2.315.651	16,677	RJ	PDT	185.273	18,167
PT	1.394.292	10,041	RJ	PMDB	155.684	15,266
PP	1.369.716	9,864	RJ	PT	109.183	10,706
PSDB	1.315.527	9,474	RJ	PSDB	102.796	10,08
PTB	1.159.871	8,353	RJ	PTB	54.982	5,391
PDT	1.129.867	8,137	RJ	PP	54.012	5,296
DEM	1.102.825	7,942	RJ	PR	52.513	5,149
PR	731.771	5,27	RJ	DEM	40.355	3,957
PSB	492.705	3,548	RJ	PSB	39.450	3,868
PPS	445.390	3,208	RJ	PT DO B	24.903	2,442
PSC	304.434	2,192	RJ	PSC	24.170	2,37
PV	273.875	1,972	RJ	PMN	23.203	2,275
PC DO B	270.745	1,95	RJ	PC DO B	21.211	2,08
PRB	222.140	1,6	RJ	PPS	20.527	2,013
PMN	194.099	1,398	RJ	PV	19.784	1,94
PRP	190.007	1,368	RJ	PTC	15.559	1,526
PSL	168.793	1,216	RJ	PRB	11.869	1,164
PTC	148.131	1,067	RJ	PRP	11.488	1,126
PSDC	140.687	1,013	RJ	PSDC	11.362	1,114
PT DO B	134.820	0,971	RJ	PTN	8.875	0,87
PHS	114.153	0,822	RJ	PHS	8.101	0,794
PTN	100.480	0,724	RJ	PSL	7.851	0,77
PRTB	92.951	0,669	RJ	PRTB	7.648	0,75
PSOL	41.247	0,297	RJ	PSOL	5.437	0,533
PCB	15.986	0,115	RJ	PCB	2.212	0,217
PSTU	12.541	0,09	RJ	PSTU	1.249	0,122
PCO	2.874	0,021	RJ	PCO	144	0,014
TOTAL	13.885.578		TOTAL	1.019.841		

Fonte: TSE. Dados obtidos em http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/quantitativo_eleitorado.htm, em 10.03.2011.

O PT se organiza como um partido de tendências internas, explicadas em documentos do partido como agrupamentos internos que se organizam para defender determinadas posições

políticas. As tendências seguem uma espécie de regimento específico do partido, que indica que as reuniões, debates e trabalhos devem ser transparentes ao partido e que suas atividades devem estar exclusivamente voltadas para o interior deste. As tendências não podem ter voz pública para fora do partido; fora do partido, só se fala em nome do partido e não em nome de tendências.

A *Resolução sobre Tendências*, publicada na página do PT na internet (www.pt.org.br), afirma, em seu ponto 4, que

Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incentivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio. (Resolução sobre Tendências, item 4)

Ou seja, a diversidade interna é aceita e bem-vinda, mas, na medida em que sejam encerrados os debates e tomadas as decisões, por consenso ou por voto da maioria, o conjunto do partido deve unificar discurso e ação em torno das decisões tomadas.

Em relação às tendências internas, o PT apresenta cerca de 15 diferentes grupos institucionalizados nacionalmente, mas é possível encontrar tendências locais e regionais, ampliando em muito o número de grupos no seu interior. Os jovens militantes do PT entrevistados para esta pesquisa fazem parte de 3 tendências distintas, todas nacionais.

A crise vivida pelo partido, que teve início com a expulsão dos dissidentes em 2003 e culminou com o Escândalo do Mensalão, levou à reorganização dos grupos que se mantiveram no PT. Algumas tendências se fundiram e outras mudaram de nome, na tentativa de reordenar o partido após a saída de dissidentes individuais ou de correntes inteiras que criaram o PSOL.

O PSOL foi criado mantendo a mesma forma de organização em tendências que tinha o PT. Atualmente, o partido registra 8 tendências e os militantes entrevistados participam de duas tendências distintas.

As partes dos estatutos que tratam das tendências no PT e no PSOL são bastante similares, apresentam definições semelhantes e condições de existência parecidas, ou seja, livre direito de expressão, desde que não se extrapolem os limites do partido e que, depois de tomada uma decisão, por consenso ou maioria, todos a sigam.

O PCdoB e o PSTU deixam claro o direito de livre expressão, mas afirmam ser partidos de unidade, sem a existência de correntes ou tendências internas. O PDT, da mesma forma, não reconhece a existência de correntes ou tendências internas.

Os partidos de tendências institucionalizam a diversidade interna do partido; as tendências são criadas a partir de grupos de maior afinidade e são registradas no partido. No “mercado” (OFFERLÉ, 2008) dos bens políticos e da disputa por poder interno, são as tendências que entram nas disputas e nas trocas. Os partidos que não se organizam por tendências também apresentam divergências e grupos de disputa de poder, mas essas diferenças não se consolidam em grupos organizados. O Estatuto do PCdoB diz que o partido se organiza como *“um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida”* (Art. 11) e que *“não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária”* (Art. 11, inciso II, item d).

A tomada de decisões no PCdoB ocorre depois de amplo debate – propalado nos documentos e informado por militantes – e, uma vez decidido por consenso ou voto da maioria, a minoria e o interesse individual se subordinam a essa decisão. Essa prática é conhecida como Centralismo Democrático e é também adotada pelo PSTU. Militantes de uma tendência do PSOL afirmaram que na tendência também opera o princípio do centralismo democrático, apesar de o mesmo não ocorrer no conjunto do partido. Essa é mais uma demonstração da autonomia interna das tendências nos partidos.

O estatuto do PSTU não faz referências a grupos internos, mas, em seu artigo 12º, afirma trabalhar para preservar a atuação unitária. Além disso, define que adota forma centralizada de discussão e encaminhamentos das deliberações, sob direção do Diretório Nacional. A centralização das decisões abre pouco espaço para a expressão de divergências, especialmente porque, segundo seus militantes, divergências são, em geral, resolvidas no plano em que ocorrem, ou seja, se ocorrerem no plano municipal, é lá que serão resolvidas, até que haja consenso para enviar ao plano estadual as propostas locais. Segundo os militantes, as divergências são apontadas nos documentos que relatam as reuniões e os debates do partido,

mas não ficam em aberto para serem debatidas em outras instâncias. O princípio estabelecido pelo PCdoB em seu estatuto e referido acima também opera no PSTU: debatidas as questões, se não houver consenso, coloca-se a questão em votação e a minoria deve se submeter à decisão da maioria.

Instâncias partidárias

Os 5 partidos aqui referidos – PT, PSOL, PSTU, PCdoB e PDT – apresentam estruturas organizativas e de deliberação, no geral, bastante similares. Mas é nos detalhes de implementação de seus órgãos e instâncias de deliberação que se apresentam as distinções. Nos cinco casos, há instâncias diretivas municipais, estaduais e nacionais, acompanhadas de instâncias executivas nesses mesmos níveis. O PT, o PSOL e o PDT adotam nomenclaturas semelhantes: Diretórios e Executivas Municipais, Estaduais e Nacionais. O PCdoB adota o nome de Comitês e o PSTU de Comissão Gestora.

No PT, no PSOL, no PSTU e no PDT os *núcleos de base* são a unidade mínima do partido e o PCdoB nomeia instâncias similares de *organizações de base*. Os núcleos ou organizações de base agregam militantes em grupos referidos a seus locais de trabalho, de moradia, de estudo etc. Os jovens militantes aqui em questão – à exceção dos pedetistas – militam, na maioria dos casos, em núcleos de base situados na universidade em que estudam.. Os que já deixaram a universidade participam de núcleos baseados nas proximidades de seus locais de moradia ou, ainda, em núcleos referidos a seu trabalho ou a algum tema específico – um grupo de mulheres, por exemplo, pode constituir um núcleo de base.

Os jovens pedetistas se destacam dos demais por não se organizarem em um núcleo de base, mas apenas no setorial de juventude. Veremos, no decorrer da tese, a explicação dada pelos jovens a esse fenômeno. Disseram que os núcleos de base funcionam em partidos de massa de militantes e que essa não seria a característica do PDT. Para alguns dos jovens, a nucleação não ocorre apenas em sua cidade, outros consideram que essa não é a marca do partido no país todo.

Em todos os partidos existe, ainda, uma instância *zonal*, para as grandes cidades – cada partido tem uma definição própria sobre número de eleitores ou de núcleos de base que determinam a criação de uma zonal. As zonais são instâncias intermediárias entre os núcleos e

os diretórios municipais e são formadas por coordenadores de núcleos de base que recebem e retransmitem orientações da gestão superior do partido aos núcleos e vice-versa.

Para reunir todos os militantes de um município e consolidar os debates que ocorrem de maneira dispersa nos diversos núcleos, são realizadas plenárias municipais, que, geralmente, antecedem os processos eleitorais do partido. Esse é um procedimento comum a todos os partidos, mas militantes do PSOL afirmaram que esse tem sido um espaço substituto dos núcleos de base, na medida em que o partido ainda não teria conseguido mobilizar suficientemente seus militantes para criar e manter a dinâmica dos núcleos. Todos os militantes do PSOL entrevistados participam de algum núcleo, mas afirmaram que nas universidades do estado do Rio de Janeiro há vários núcleos, mas poucos fora desse espaço.

Os documentos disponibilizados pelos partidos e os depoimentos dos jovens dão conta de uma autonomia dos núcleos e instâncias municipais para se organizarem, estabelecerem pautas e agendas de estudos e ação. Os estatutos do PT, do PSOL e do PCdoB estimulam a autonomia relativa das instâncias locais – relativa porque estas devem sempre se reportar ao estatuto e às deliberações de Congressos, Conferências e Convenções partidárias nacionais. O estatuto do PSTU, no entanto, estabelece, em seu artigo 21, que *“os órgãos do partido não são, em nenhuma hipótese, autônomos, devendo obediência, em primeiro lugar, às resoluções do Congresso Nacional; às decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional”*; ou seja, devem seguir as orientações que partem da cúpula federal do partido, ainda que seus militantes digam que as decisões dessa cúpula nacional são tomadas a partir de documentos de subsídio enviados pelas Comissões Gestoras municipais e estaduais, a partir de debates realizados com os militantes nos núcleos de base. Dessa maneira, os militantes não consideram que as decisões sejam centralizadas e afirmam não perceber forte hierarquia. Para os militantes, as relações no partido são bastante horizontais, ainda que o estatuto indique grande verticalização da instituição.

O PSTU é o único entre esses cinco partidos que permite a dissolução de instâncias estaduais ou municipais pelos órgãos nacionais sem que haja necessidade de procedimentos locais ou regionais para tal. Os outros partidos estabelecem que a dissolução de diretórios e executivas só pode ser feita por decisão daqueles que elegeram os responsáveis por esses órgãos.

Os militantes do PT e do PSOL – partidos que se organizam em tendências internas – afirmaram que os núcleos de base de ambos se organizam por meio das tendências. Assim, é possível haver mais de um núcleo do mesmo partido num mesmo lugar. No caso específico da

universidade investigada, há mais de um núcleo do PSOL organizado no campus onde se concentram os cursos de Ciências Sociais, Geografia, História e Psicologia. Portanto, além da diversidade de partidos organizados nesse espaço – há núcleos do PT, do PSOL e do PSTU –, existe também a diversidade de correntes. Não se registram relatos de disputas entre esses grupos pelo recrutamento de novos militantes, mas é de se pensar que os estudantes que chegam a cada ano na universidade sejam assediados por uns e por outros que buscam, constantemente, a renovação e a ampliação de seus grupos. Veremos, nos capítulos seguintes, que um jovem militante saiu em busca desses diferentes grupamentos até decidir qual se adequava mais a suas expectativas de militante. Uma jovem recém-iniciada no engajamento afirmou ter sido abordada por grupos do PT e do PSOL, mas não relatou abordagens de diferentes correntes desses partidos.

Além das instâncias partidárias permanentes – diretórios, comissões, executivas –, há instâncias nacionais episódicas. Apesar de episódicas, são consideradas as mais importantes instâncias de debate e decisão em todos os partidos. Trata-se dos Congressos e Convenções partidários. Os Congressos dos partidos são eventos que reúnem militantes, lideranças, parlamentares e convidados considerados importantes para o partido, para atualizar as linhas programáticas, estabelecer linhas de ação para o período que se seguirá à realização do Congresso; também servem para atualizar o estatuto do partido e outros documentos e diretrizes. O PT, o PSOL e o PSTU definem que seus Congressos devem ocorrer a cada dois anos; o PCdoB define um intervalo de 4 anos entre cada Congresso e os documentos do PDT afirmam que os Congressos serão convocados pela Executiva Nacional e pelas executivas estaduais, não estabelecendo periodicidade para tal.

Filiados e militantes

Em todos os partidos, a filiação se inicia com o preenchimento de uma ficha. A partir desse ponto há diferentes procedimentos. O PSOL, o PT, o PCdoB e o PDT deixam claro em seus estatutos que a filiação de um novo membro deve ser abonada por um membro já filiado ao partido. Um militante do PCdoB referiu-se a um colega que levou sua ficha de filiação ao partido; os militantes do PSOL que migraram do PT não passaram pelo mesmo procedimento, porque quase todos realizaram sua filiação em bloco ou já eram aguardados por antigos companheiros que migraram mais cedo. A maioria dos militantes do PT iniciou militância quando ainda era adolescente – alguns em esquemas extra-oficiais de militância, porque ainda

não tinham atingido a idade mínima para se filiar⁴¹ – e disse não recordar com precisão dos procedimentos de filiação. Uma jovem pedetista foi convidada a se filiar e outros dois se apresentaram ao partido e não se recordam de que alguém tenha abonado a filiação deles, mas todos se referem à necessidade de aprovação de suas filiações por algum tipo de comissão do partido.

O PSTU não se refere, em seus documentos, à necessidade de indicação ou abonamento de um pedido de filiação por um antigo filiado, nem os militantes se referiram à necessidade de que algum militante do partido “apadrinhasse” sua filiação, mas, a partir da entrega da ficha de filiação, todos os filiados passam pelo crivo do diretório ou comissão - local, estadual ou nacional - ao qual o postulante à filiação submeteu seu pedido.

Além de não deixar clara a necessidade de abonamento da filiação de um novo membro, o PSTU também deixa em aberto a instância na qual a ficha deve ser submetida, se local, estadual ou nacional. O PSOL, o PCdoB e o PT indicam que as fichas de filiação devem ser encaminhadas à instância local. A postura desses três partidos parece caminhar no sentido de reforçar as instâncias locais como espaços de organização e estruturação da militância partidária; na medida em que os núcleos de base são a unidade de mobilização de militantes e que ela se refere diretamente ao diretório municipal, a indicação de encaminhamento da ficha de filiação à instância local parece permitir, desde o princípio, maior proximidade entre o recém-filiado e o espaço em que se tornará um militante.

O PDT, apesar de indicar a existência de núcleos de base, indica que as fichas de filiação devem ser entregues nos diretórios municipais.

O PCdoB e o PSTU estabelecem diferenças entre filiados e militantes. Para ambos, o filiado é um indivíduo de menor presença no partido e, portanto, com menor capacidade de influência em processos decisórios. O filiado tem menos obrigações que um militante e, conseqüentemente, menos direitos – um exemplo é a restrição do direito ao voto nos processos eleitorais internos. Os principais critérios que caracterizam um militante são frequência e assiduidade às reuniões de organização ou núcleo de base e contribuição financeira para o partido. Os núcleos de base costumam reunir-se semanalmente e o militante deve participar de todas as reuniões, salvo justificativa plausível.

⁴¹ Podem filiar-se todos os cidadãos que estiverem em pleno gozo de seus direitos políticos (Res. TSE nº 23.117, de 20.8.2009, art. 1º), o que ocorre a partir dos 16 anos se o alistamento eleitoral for realizado. A legislação eleitoral foi modificada em 1995, quando se estabeleceu o alistamento e o voto facultativo entre 16 e 18 anos de idade e obrigatório a partir dos 18 anos. Antes dessa modificação, apenas os jovens com mais de 18 anos podiam se filiar oficialmente em partidos políticos.

A frequência semanal das reuniões dos núcleos de base é relativamente comum aos 4 partidos⁴², salvo em casos especiais, quando as reuniões podem se tornar mais espaçadas. Podem ocorrer reuniões mais frequentes, mas é fato mais raro, em geral ligado a momentos de eventos estudantis ou eleições partidárias para delegados ou eleições diretas de dirigentes, como é o caso do PT.

O PT e o PSOL não fazem distinção formal entre filiados e militantes. Apesar disso, os militantes reconhecem diferenças entre eles próprios – ter dedicação cotidiana a atividades do partido, ter participação em reuniões, manter-se informados sobre os acontecimentos partidários – e filiados que não participam ativamente da vida partidária. Ainda que percebam diferenças entre filiados e militantes, os jovens desses partidos não se mostraram interessados em formalizar tal diferença, afirmando que a prática mostra que, de fato, são os militantes que participam de maneira efetiva nos mais diversos processos de decisão do partido.

Em partidos como o PT e o PCdoB, a carteirinha de filiado e de militante, respectivamente, está estatutariamente regulamentada. Nos outros partidos, a carteirinha também existe, segundo relato dos jovens militantes, mas o processo de concessão não é regulamentado nem parece ser unificado. Os jovens militantes do PDT, por exemplo, criaram, por decisão própria, uma carteirinha da juventude da cidade. A carteirinha, seja a de militante dos comunistas, seja a de filiado dos petistas, é essencial para garantir uma série de direitos, como a possibilidade de votar e ser votado. No caso dos comunistas, o direito de votar e ser votado não é concedido aos filiados, mas apenas aos militantes.

Ponto comum a todos os partidos é a necessidade de o filiado/militante estar quite com suas contribuições financeiras para que seja considerado um filiado pleno. Para alguns partidos, como é o caso do PDT, isso é suficiente; para outros, essa é apenas uma das condições necessárias, havendo também a necessidade de frequência assídua às reuniões de núcleo do partido para ter todos os direitos garantidos.

No PCdoB, os jovens militantes encontram uma situação peculiar em relação a todos os outros partidos. Nesse partido, os jovens militam e se filiam à UJS, instância ligada ao PCdoB, mas que se organiza paralelamente a este, com estatuto próprio. Aprofundaremos a questão em sessão seguinte, a respeito das Juventudes partidárias.

⁴² Exclui-se aqui o PDT, pela falta de informações dos militantes sobre reuniões de núcleos de base.

Escolha de lideranças

Em relação aos processos de escolha dos indivíduos que ocuparão cargos executivos ou diretivos no partido, há diferentes níveis de informação nos partidos. O PT apresenta o estatuto mais extenso de todos os 5 partidos e nele apresenta detalhes de seu Processo de Eleições Diretas (PED). Esmiuça o processo eleitoral em todas as instâncias. Os demais partidos informam sobre a quantidade de cargos eletivos em cada órgão e instância partidária e o tempo dos mandatos, mas nem todos dão detalhes específicos sobre os procedimentos eleitorais, que acabam sendo divulgados em documentos à parte.

O PT é o único partido a realizar eleições diretas, com voto direto de todos os filiados ao partido, para a escolha dos componentes dos diretórios municipais, estaduais e nacional e de suas executivas.

Todos os outros partidos realizam processos eleitorais indiretos, com eleição de delegados nos organismos de base, nas instâncias municipais, estaduais e nacional. Os representantes dos núcleos reúnem-se para eleger o diretório e a executiva municipais, bem como os delegados para o congresso estadual. O Congresso estadual elege a executiva e o diretório estadual, além dos delegados que representarão o estado no Congresso Nacional, onde o diretório e a executiva nacionais são eleitos pelos delegados de todos os estados da federação.

O PED, processo inovador implementado pelo PT, é bastante elogiado, inclusive por militantes de partidos. O processo, em geral, é associado a maior democracia partidária, mas enfrenta também críticas – que vêm dos próprios militantes do PT. Segundo eles, os núcleos se fortaleciam em torno das reuniões, dos estudos e dos debates que eram produzidos pelo período eleitoral do partido. Esse momento, segundo relato de militantes, servia como um chamamento aos militantes e quem estava mais afastado voltava a se integrar às atividades cotidianas do partido. Com o PED, o processo passou a ser direto entre o filiado e o candidato a dirigente do partido, tirando do núcleo de base a responsabilidade de escolha de representantes para assembleias municipais, que escolhiam representantes para as assembleias estaduais e nacionais. Ainda que a possibilidade de debates locais continue existindo, ela não é mais parte necessária do processo.

Os jovens do PSTU, do PSOL e do PCdoB relataram a ocorrência de debates e escolha de representantes de seus núcleos para a eleição de delegados que escolhem seus dirigentes. Nenhum deles relatou insatisfações com o processo. Os jovens do PDT informaram que as eleições de dirigentes em seu partido ocorrem por meio de reunião do Diretório municipal,

que convoca todos os militantes a participar dela; nesse momento, são eleitos os dirigentes municipais, bem como delegados para a participação no congresso estadual. Na medida em que esses jovens pedetistas não se organizam em núcleo de base na cidade, não há um momento anterior ao congresso municipal de escolha de representantes, mas os 3 jovens afirmaram discutir as propostas das diferentes chapas que se candidatam nas reuniões da juventude do partido.

Setoriais: a juventude nos partidos

Os Setoriais ou secretarias são instâncias partidárias formadas por filiados que se mobilizam em torno de um tema específico. Os setoriais, geralmente, encontram equivalentes nos movimentos sociais – negros, mulheres, meio ambiente, LGBT, Saúde, Educação, entre outros.

Todos os 5 partidos dos militantes desta pesquisa têm algum tipo de secretaria ou setorial organizado. No PT, diferenciam-se as *secretarias setoriais* dos *setoriais*. Secretarias setoriais têm *status* diferenciado, maior visibilidade e poder de influência, porque são consideradas como órgãos específicos do partido. Os setoriais ficam vinculados a alguma outra secretaria e, por isso, têm menor autonomia e, na correlação de forças do partido, têm menos poder. A Juventude do PT era um setorial até 2009, quando, finalmente – nas palavras de seus militantes –, ganhou o *status* de secretaria setorial, sendo a mais recente de todas as secretarias do partido.

O PSOL não faz referências, em sua página oficial, a secretarias ou setoriais, mas as páginas das correntes mencionam alguns setoriais e os militantes do partido também informaram a existência, ainda pouco organizada, de alguns grupos específicos. Esses grupos, contudo, se organizam efetivamente nas correntes e, eventualmente, agregam mais de uma corrente, como parece ser o caso do Setorial de Mulheres, mas ainda não ganharam visibilidade ou organicidade no partido como um todo. Foram entrevistados jovens de duas correntes distintas do PSOL e, em uma delas, a juventude se organiza como se fosse um setorial, o que não ocorre na outra. O partido, segundo os militantes entrevistados, ainda carece de organismos e instâncias internas mais bem organizadas, orgânicas e com encontros

sistemáticos. Atribuem isso ao fato de o partido ser ainda muito recente⁴³, buscando no cotidiano e na prática de seus militantes delinear e contruir seus organismos internos.

No que se refere especificamente aos jovens nos partidos e suas institucionalidades internas, é preciso abordar a definição que cada partido utiliza para seus *jovens*. Inicialmente, para se filiar formalmente ao PT, ao PSOL, ao PSTU e ao PDT é preciso ter 16 anos; para se filiar ao PCdoB é preciso ter 18 anos de idade⁴⁴. Todos os partidos afirmam ser necessário buscar formas alternativas de inclusão de jovens mais novos, caso esses demonstrem interesse em se engajar antes dessa idade. Os militantes do PT e do PCdoB foram enfáticos em afirmar que são considerados jovens em seu partido todos aqueles com idade até 29 anos e justificam tal definição pela diretriz que foi construída ao longo do governo Lula, que ampliou a idade estabelecida demograficamente pelo IBGE de 24 para 29 anos. O PDT considera jovens todos aqueles com até 33 anos de idade, conforme assumido em documentos divulgados pelo partido.

Os militantes do PSOL apresentaram duas definições distintas para a categoria juventude. Os jovens de uma das correntes disseram adotar o critério etário de 29 anos como definidor da juventude partidária e os jovens de outra corrente afirmaram que é a condição de estudante que define quem são os jovens. Os estudantes são considerados jovens e os trabalhadores, independente da idade, são trabalhadores. Assim, se um jovem – com idade até 29 anos – é estudante e trabalhador, é a condição de trabalhador que orienta sua militância, e um trabalhador milita em sindicato profissional ou em um núcleo de base do local de trabalho. Se for apenas um jovem estudante, organizar-se-á nos núcleos de escolas e universidades. A dualidade de definições entre correntes do mesmo partido indica aquilo que já foi referido anteriormente pelos militantes: as correntes têm organizado o cotidiano do PSOL e há pouca organicidade quando as mesmas se somam.

O PSTU adota definição similar à da segunda corrente do PSOL acima referida. No PSTU, são jovens os estudantes, independente de sua idade. Se forem jovens trabalhadores, a condição juvenil fica subsumida à condição de trabalhador. Pode acontecer, segundo as militantes do PSTU, de um jovem trabalhador militar junto a grupos estudantis, quando no seu local ou área de trabalho não houver um núcleo de base ou quando os horários de estudo e

⁴³ O partido foi registrado oficialmente em 2005 e os militantes foram entrevistados em 2009.

⁴⁴ Os registros desses partidos apontam para uma adaptação de todos, com exceção do PCdoB, ao ordenamento jurídico-político estabelecido em 1995, quando a idade mínima para alistamento – e, conseqüentemente, a possibilidade de filiação partidária – foi rebaixada para 16 anos.

trabalho impedirem a participação nas reuniões de núcleo de trabalhadores e os horários dos núcleos de estudantes forem mais adequados.

A definição sobre juventude ajuda a explicar as diferentes maneiras estabelecidas pelos partidos para mobilizar seus jovens. A centralidade do movimento estudantil entre os jovens do PSTU, a ampliação dos espaços de militância entre jovens do PT e do PSOL, a existência de um espaço paralelo ao PCdoB para o engajamento de seus jovens ou a pequena conexão dos jovens do PDT com os adultos que tomam as decisões no partido são reflexo da definição construída para os jovens em cada partido e do modo como os partidos tratam da questão juvenil.

O PSTU não criou uma secretaria de juventude, conta apenas com secretaria de *Mulheres*, de *Negros e Negras* e *GLBT*. A juventude tem um espaço dedicado no *site* do partido, mas se encontra num espaço reservado a Editoriais, como uma chamada, junto com *Internacional*, *Nacional*, *Movimento*, *Cultura*, *Opressão* e *Partido*. Praticamente, todo o material encontrado no *link* Juventude se refere ao movimento estudantil, secundarista ou universitário. Alguns poucos artigos referem-se à crise econômica mundial e ao desemprego sem que haja problematizações sobre a juventude e seu momento específico de vida.

As definições sobre juventude utilizadas pelo PSTU e por uma corrente do PSOL parecem atribuir ao jovem um lugar secundário na militância partidária. Ao considerar como jovens apenas os estudantes e considerar os jovens trabalhadores apenas através de sua inserção laboral, dá a entender que os jovens ainda não estão plenamente inseridos na vida social; sob esse aspecto, os jovens discutem, se interessam e são capazes de opinar somente sobre questões relativas ao universo estudantil.

O PT criou, recentemente, sua secretaria setorial de Juventude, elevando seu *status* político no partido, ao deixar de ser um setorial vinculado a outra secretaria. A secretaria existe em âmbito local, estadual e nacional e conta com a estrutura do partido para atuar – elege-se um secretário por mandato de dois anos, há uma dotação orçamentária do partido para as atividades e divulgação de materiais de interesse e a secretaria tem assento nos diretórios. Assim, os jovens petistas ganharam um espaço formal de participação na instância diretiva, fazendo parte da tomada de decisões mais importantes para o partido. A página da Juventude do PT (www.jpt.org.br) informa a existência de secretarias estaduais de juventude em 23 estados brasileiros. A página tem publicações quase diárias de artigos escritos por seus militantes, que abordam temas bastante diversificados como consumo cultural, questões de

gênero, políticas públicas de juventude, questões ligadas ao meio ambiente, à moradia, artigos voltados à questão rural e fundiária, entre outros. Percebe-se, por essas publicações e pelos depoimentos dos jovens, que, além de debater a própria questão juvenil e as demandas dos jovens, a Juventude do PT também debate temas mais amplos, que afetam não apenas os jovens, mas setores mais amplos da sociedade.

A transformação do setorial de juventude do PT em uma secretaria setorial era uma reivindicação antiga dos jovens petistas e parece ter finalmente conseguido se realizar em virtude da visibilidade da questão juvenil alcançada a partir de meados dos anos 1990, notadamente quando dos debates sobre a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude – as chamadas PPJ⁴⁵. Os jovens militantes estiveram intensamente envolvidos em debates produzidos por organizações não-governamentais, em ações de legislativos estaduais e do legislativo federal – com a criação de comissões especiais que debateram a questão juvenil sob o ponto de vista das políticas públicas – e em movimentos e redes de jovens. Também no âmbito local, municípios criaram coordenações de juventudes e mobilizaram jovens em torno da formulação e implementação de políticas públicas de juventude e o PT foi um dos pioneiros nessas iniciativas locais. Todos esses processos contribuíram para a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, no ano de 2005⁴⁶. Os militantes petistas viviam o paradoxo de ver o governo federal – ocupado por um petista – estimular ações que tinham como mote o protagonismo e a participação efetiva dos jovens brasileiros, ao mesmo tempo em que não tinham conseguido a mesma distinção em sua instância partidária. A criação da secretaria setorial deu resposta – tardia, na avaliação de muitos dos jovens militantes – à mobilização dos jovens que, em outros níveis e instâncias de participação, já tinham garantido presença mais significativa. Ou seja, a criação dessa secretaria se relaciona com a dinâmica partidária que extrapola os limites do partido.

O PDT também tem uma secretaria de Juventude que se organiza em diretórios, assim como o conjunto do partido. A JSPDT – Juventude Socialista do PDT, de acordo com informações de sua página oficial na internet (<http://www.jspdt.org>), tem diretórios de juventude em 16 estados da federação. No Rio de Janeiro, há diretórios em municípios e no estado. Os militantes entrevistados do PDT participam de diretórios municipais, bem como do diretório

⁴⁵ Para mais informações sobre as origens e implementação de políticas de juventude no Brasil, ver SPÓSITO, Marília e CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. IN: **Revista Brasileira de Educação**. Autores Associados, Campinas, nº 24, dezembro/2003. p. 16-39.

⁴⁶ Para mais informações sobre essas ações, consultar BRENNER, Ana Karina, CARRANO, Paulo, LANES, Patricia. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil. Processos sociais e propostas políticas. **Jóvenes Revista de Estudos Sobre Juventud**. v.1, p.202 - 219, 2005.

estadual. Apesar de ter uma organização institucionalizada, que segue a mesma organização dos adultos, os jovens afirmaram ter pouco espaço de intervenção no conjunto do partido – talvez isso se deva justamente ao fato de haver uma organização quase paralela ao partido. Não é possível generalizar a assertiva dos jovens entrevistados para todo o país, pois pode haver realidades regionais bastante distintas. Mas, no que se refere ao estado do Rio de Janeiro, os jovens representam bem o grupo de militantes do partido, visto que o maior volume de militantes se concentra na região metropolitana do estado.

O PCdoB é um caso excepcional entre os partidos brasileiros, pois tem uma instância de participação de jovens paralela ao partido. Tanto é paralela que não usa o nome do partido em sua nomenclatura. A UJS – União da Juventude Socialista – é o “braço jovem” do PCdoB, tem estatuto próprio, ao mesmo tempo em que se subordina ao partido. Ela tem uma página própria – assim como as juventudes do PT e do PDT.

O PCdoB mantém uma secretaria de juventude no partido e esta é apresentada com a função de orientar “a atuação dos comunistas nos movimentos juvenis, realizada pelos jovens comunistas que militam na União da Juventude Socialista (UJS)”⁴⁷. Documentos do PCdoB, em sua página oficial, indicam que os jovens *devem* se organizar na UJS, mas o Estatuto do partido indica que a presença dos jovens na vida partidária deve ser estimulada por meio da eleição destes para cargos nos comitês e comissões políticas, vedando-se, contudo a eleição de jovens para funções executivas em organismos partidários. O que esta definição indica é que os jovens têm condição de participar de espaços onde possam dar sua opinião, mas ainda não estariam aptos a assumir posições de execução.

A UJS promove a filiação de seus membros, que não tem equivalência à filiação no PCdoB. Há jovens filiados exclusivamente à UJS e outros filiados às duas instituições.

O parágrafo 2º do artigo 57 do Estatuto do PCdoB afirma que “*Comitês Estaduais podem definir situações excepcionais em que jovens comunistas tenham sua tarefa principal fora do movimento juvenil*”. Outros documentos disponíveis na página do partido informam que, caso um militante se destaque no movimento juvenil e tenha interesse em atuar em outras áreas, para que seu potencial não seja desperdiçado, poderá atuar fora do movimento estudantil.

⁴⁷ Extraído de <http://www.pcdob.org.br/secretarias/secretaria-juventude>, em 11.03.2011.

Editorial publicado no site www.vermelho.org.br⁴⁸ afirma que a separação institucional dos jovens em relação ao restante do partido não deveria significar também um afastamento desses militantes do partido. Aponta-se, nesse editorial, que é preciso superar a desconexão entre a militância juvenil e a vida partidária. O jovem militante do PCdoB entrevistado afirmou conhecer vários jovens filiados à UJS que não são filiados ao PCdoB – não é o caso dele, que tem dupla filiação. Se, por um lado, a existência de um organismo específico de militância dos jovens de um partido pode permitir maior visibilidade às questões da juventude, por outro, pode também esmaecer questões partidárias. São vários os artigos, documentos e também militantes da UJS que não a reconhecem como um braço do partido. Só para citar um exemplo, remeto ao artigo de Castro e Abramovay (2009), em que foram realizados grupos focais com jovens participantes da II Conferência Nacional de Juventude. O artigo reitera a afirmação de que a UJS não tem qualquer relação com o PCdoB, sendo apenas uma organização juvenil que existe há muitos anos no cenário nacional.

A juventude do PCdoB está, assim, caracterizada pela definição tradicional das juventudes partidárias, ou seja, configura-se como espécie de antessala da militância adulta onde os jovens são inseridos nos valores, normas e práticas do partido até alcançarem a plena militância. Essa mesma característica está presente no PSTU, onde, contudo, é a condição de estudante que implica nesse *estágio inicial* de socialização política, até ganhar *status* de militante pleno. A juventude pedetista também se configura como espaço de socialização política e partidária, mas com práticas bem menos institucionalizadas e programadas para seus jovens.

No PT, a juventude partidária tinha a mesma característica, mas ganhou novas configurações, a partir da elevação de *status* de sua juventude para a condição de secretaria. Esse processo deu-se pela emergência do jovem como um ator – ator no presente e não um potencial a se realizar no futuro. A criação da secretaria de juventude do PT é a expressão de uma mudança na relação do partido com seus jovens, mas os depoimentos dos militantes indicam que uma relação mais igualitária – em termos das disputas de poder, da ocupação de espaços de liderança etc. – ainda está para ser construída e que a secretaria constitui apenas o primeiro de muitos passos que ainda terão que ser dados por jovens e adultos petistas.

⁴⁸ “Vermelho é uma página mantida e gerida pela Associação Vermelho, entidade sem fins lucrativos, em convênio com o Partido Comunista do Brasil – PCdoB”. Extraído de www.vermelho.org.br.

Capítulo 3 – Família e escola: contextos de socialização política

3.1 Os jovens entrevistados

Para selecionar os jovens a serem entrevistados, alguns critérios foram estabelecidos, de modo a garantir um razoável grau de diversidade no perfil econômico e cultural, equilíbrio de sexo no grupo, bem como diversidade de partidos políticos.

Assim, foi estabelecida uma divisão dos cursos da universidade onde estudam os jovens (quadro 2), de acordo com sua seletividade⁴⁹ no processo de realização do vestibular. Os cursos de maior seletividade, em geral, agregam estudantes de perfil socioeconômico mais elevado; os de baixa seletividade, normalmente, têm predominância de estudantes de camadas médias-baixas e populares. Ainda que esta não seja uma regra-geral, a utilização da seletividade de cursos mostrou-se eficiente, ao longo da realização da pesquisa de campo, na obtenção de uma diversidade de perfis socioeconômicos, levando-se em conta os perfis possíveis de uma universidade federal que vem percebendo aumento da presença das camadas populares em seus bancos universitários, especialmente pelo aumento da oferta de vagas⁵⁰.

A tabela abaixo foi elaborada a partir de dados coletados na Comissão de Vestibular, com dados dos vestibulandos de 2007, agregando-se as variáveis de notas máximas e mínimas para entrada no curso e relação candidato-vaga.

Quadro 2 – Seletividade dos cursos universitários

a) Cursos de alta seletividade no concurso vestibular	Medicina, Engenharias, Direito e Comunicação Social – Jornalismo, Publicidade/Propaganda e Cinema
b) Cursos de média seletividade	Ciências Sociais, Psicologia, Medicina Veterinária, Letras, Geografia, Produção Cultural, História e Enfermagem
c) Cursos de baixa seletividade	Pedagogia, Educação Física, Biblioteconomia, Serviço Social, Estatística

Fonte: Comissão de Vestibular (2007). Classificação realizada levando-se em conta nota máxima e mínima e a relação candidato/vaga.

⁴⁹ O grau de seletividade dos cursos é dado pela razão candidato/vaga no momento do vestibular e pela nota de corte de entrada dos alunos. Assim, os cursos com menor nota de corte e menor relação candidato/vaga são os menos seletivos e, no lado oposto, os cursos de maior nota de corte e maior relação candidato/vaga são os mais seletivos.

⁵⁰ É importante destacar que a referida universidade não havia adotado, até 2009, qualquer procedimento ou política de ação afirmativa, seja para negros, carentes ou estudantes de escolas públicas.

Ao recrutar os jovens observando-se os critérios acima expostos, foi possível ter um grupo de origens socioculturais e econômicas diversas, com variedade de cursos universitários e diversidade de partidos políticos em que militam. São 12 diferentes cursos universitários em que estão matriculados os jovens, além de uma jovem que não concluiu o ensino médio; estão representados 5 diferentes partidos políticos e há equilíbrio de sexos, sendo 11 homens e 10 mulheres. O PSOL foi o partido mais representado, com 2 mulheres e 7 homens; do PDT foram entrevistados 3 jovens – uma mulher e dois homens, do PT foram 5 jovens – 4 mulheres e 1 homem, do PSTU foram entrevistadas 3 mulheres e do PCdoB 1 homem. O PSOL tem presença significativamente maior que os demais partidos em decorrência da grande presença desse grupo de jovens na universidade que foi estabelecida como campo de pesquisa, da grande migração de jovens petistas para o novo partido (mais da metade dos entrevistados se deslocaram do PT para o PSOL) e pela marcada diferença entre dois grupos dominantes no interior do partido e presentes nessa universidade.

A maior concentração de jovens está nos cursos de média seletividade (B), onde se situam 11 dos 21 jovens entrevistados. Há ligeira predominância dos cursos de baixa seletividade (C), que agregam 5 jovens, sobre os de alta seletividade (A), que agregam os outros 4 jovens do grupo. Uma jovem do grupo não é universitária e foge aos critérios acima estabelecidos. Sua inserção junto a esse grupo de universitários ocorreu por duas razões: (i) busca por mulheres militantes, pois pretendia-se o equilíbrio entre os sexos e havia poucas mulheres inicialmente no grupo e (ii) inserção do PDT entre os partidos pesquisados, pois se sabia da importância do partido na conjuntura política do estado do Rio de Janeiro e considerava-se a importância da presença de representantes entre os jovens militantes. Por indicações de outros jovens, chegou-se ao nome desta, que ainda não concluiu o ensino médio, e, por intermédio dela, chegou-se aos outros dois jovens, que já concluíram o ensino superior e cursavam o mestrado. A aplicação do questionário junto aos estudantes não encontrou nenhum jovem pedetista e, a partir desse dado, buscou-se complementar o grupo de jovens com indicações. Na ausência de jovens universitários pedetistas em todas as indicações recebidas, optou-se por acrescentar uma jovem não-universitária ao grupo.

Dos 21 jovens entrevistados na primeira etapa, 10⁵¹ foram novamente entrevistados, cerca de um ano depois da realização da primeira entrevista, a fim de perceber possíveis desengajamentos, variações de investimento militante, deslocamentos nos espaços de

⁵¹ Cláudio, Fernanda, Mariano e Ademir do PSOL; Julião e Núbia do PT; Tamara e Denise do PSTU; Wellington do PCdoB e Tuco do PDT.

militância, etc. A maior representação do PSOL se deve à presença também maior desse partido no conjunto de 21 jovens entrevistados na primeira fase. Apenas um jovem do PDT e do PCdoB foi entrevistado devido à menor presença desses partidos neste grupo.

O equilíbrio de sexos foi buscado e atingido, na medida em que há 10 homens e 11 mulheres no grupo de militantes. Embora as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres sejam construídas a partir de processos histórico-sociais, a perspectiva de gênero não estrutura todo o trabalho de pesquisa. As diferenças serão consideradas, entendendo-se gênero como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Era necessário um certo equilíbrio de presença de homens e mulheres para melhor compreensão das relações estabelecidas entre os dois nas experiências partidárias. Se mulheres e homens são definidos em termos recíprocos, então nenhuma compreensão de qualquer um deles poderia existir por meio de estudo separado de ambos (SCOTT, 1986). Para conhecer as experiências de jovens militantes, era preciso que diferenças e semelhanças de práticas masculinas e femininas pudessem ser analisadas a partir dos depoimentos dos jovens. Chegar às mulheres militantes de partidos exigiu um esforço de pesquisa redobrado, tendo em vista que a primeira estratégia metodológica de aproximação aos militantes – aplicação de um questionário – recrutou predominantemente homens. Já havia, aí, um sinal a ser interpretado, no que se refere às relações de gênero nos partidos, visto que o lugar onde os questionários foram aplicados contava com presença relativamente equilibrada de homens e mulheres. As indicações feitas pelos jovens entrevistados permitiram que se chegasse ao número de mulheres almejado.

Entendendo classes como grupos sociais amplos, entre os quais há desigual distribuição de bens econômicos, culturais e/ou políticos, essa distribuição desigual resulta no conflito social pelo controle de recursos escassos. Classe social é usada, na tradição do pensamento social, no estudo da dinâmica do sistema social e se refere mais ao aspecto da relação do que da estrutura social. *“Nesse sentido, as classes são consideradas não apenas como agregados de indivíduos, mas como grupos sociais reais, com sua própria história e lugar identificável na organização da sociedade”* (WESOLOWSKI e SLOMCZYNSKI, 1996: 96).

Segundo Bourdieu (1989:134)

a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que ocupam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies – o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio,

reputação, fama, que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital.

Ainda segundo Bourdieu (2007), a classe é definida por um conjunto de agentes que se encontram em situações de existência e submetidos a condicionantes mais ou menos homogêneos, que produzem sistemas de disposições homogêneas e possuem um conjunto de propriedades comuns, que podem ser *objetivadas* – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou *incorporadas*, tais como o *habitus* de classe. Considerando o volume de capital acumulado – econômico, cultural e social –, Bourdieu estabelece que as diferentes classes e frações de classe distribuem-se “desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural, até as mais desprovidas nestes dois aspectos” (p. 107). Ou seja, as elites seriam caracterizadas por acumularem simultaneamente os maiores capitais econômicos e culturais e as classes populares são as mais desprovidas de tais capitais.

Para Setton (2005), embora Bourdieu se referisse aos capitais culturais e sociais como bens possuídos pelos segmentos médios e de elite, não desconsiderava os grupos populares como grupos que também disputavam a “cultura legítima”.

O que ele afirma é que as diferenças de acesso à cultura e de aquisição desta entre os grupos sociais conferem aos mais privilegiados um poder real e simbólico que os habilita a apresentar os melhores desempenhos escolares. Para Bourdieu os segmentos populares não estão fora das disputas e dos conflitos de ordem cultural instaurados nas sociedades modernas. (SETTON, 2005: 80).

Assim, os grupos populares, segundo Bourdieu, não estariam destituídos de capitais culturais, mas disputariam os escassos recursos em condições desiguais com as classes médias e as elites. “*Imposta pelas classes letradas e dominantes como sendo a cultura legítima, a cultura culta precisa ser sistematicamente valorizada por um conjunto de estratégias e rituais de consagração*” (SETTON, 2005: 81). Os rituais de consagração, como os exames de seleção – entre os quais o vestibular se enquadra –, festas de formatura, diplomas etc. garantem que tal cultura seja legitimamente aceita e reconhecida por todos. Para Setton, as classes populares adotam estratégias específicas para disputar os recursos culturais disponíveis, mas, ainda assim, os acessam de maneira desigual pelas classes populares e pelas camadas médias e as elites.

Brandão e Lellis (2003) dedicaram-se a estudar a situação escolar das elites brasileiras, a fim de observar tanto o trabalho da escola quanto a ação familiar que é “ancorada no patrimônio cultural acumulado e permanentemente atualizado e potencializado pela estrutura de capital do grupo familiar (capital social, econômico, político simbólico etc.)” (p. 510). Dados apresentados por Brandão e Lellis apontam que os professores universitários de instituições públicas da região sudeste do Brasil são os que dispõem das mais altas qualificações profissionais. No estudo realizado com professores de uma universidade privada do estado do Rio de Janeiro, as pesquisadoras observaram que esses também se situam nos mais elevados estratos de renda.

Ainda que os professores estudados por Brandão e Lellis sejam de uma universidade privada do Rio de Janeiro, seus perfis são muito próximos dos perfis dos pais de jovens militantes que são professores universitários (faixa de renda e qualificação acadêmica bastante similares). Pode-se afirmar, assim, que há um pequeno grupo de jovens militantes cujas famílias representam as elites intelectuais entre o grupo de jovens entrevistados.

Não há, nesse grupo de jovens, nenhum representante de elites econômicas ou políticas. Os jovens militantes estudantes desta universidade são predominantemente oriundos de classes médias urbanas ou populares. Há diferenças de renda significativas no grupo que compõe as classes médias, bem como no grupo que compõe as classes populares.

As elites intelectuais estão representadas por jovens cujos pais são professores de universidades públicas com formação em nível de mestrado ou doutorado. Nas classes médias estão situados os jovens oriundos de famílias com alta escolarização, empregos de alta qualificação (funcionários públicos ou privados de nível superior) e cujo capital econômico situa-se em padrões médios de renda – na maioria dos casos, o capital cultural é o determinante mais forte da condição de classe, mas em ao menos um deles é o capital econômico o principal fator de inserção entre as classes médias. Os jovens de camadas populares são aqueles cujos pais chegaram, no máximo, até o ensino médio, realizam trabalhos de baixa ou média qualificação (servidores públicos ou funcionários da iniciativa privada de nível básico, autônomos – como taxistas e pescadores –, militares de baixa patente, mulheres do lar).

Há certo equilíbrio numérico de jovens de classes médias e elites (12) e classes populares (9); mas há predomínio de homens entre as camadas populares (6 homens e 3 mulheres) e de mulheres entre as classes médias (7 mulheres e 5 homens).

Dividindo o grupo de jovens entre homens e mulheres e segundo seletividade do curso, temos, a seguir, a apresentação dos entrevistados, que também leva em conta sua posição de classe.

Jovens de cursos de Seletividade A

São 4 os jovens situados nesse grupo, no que se refere à seletividade dos cursos universitários: Ademir, Tuco, Erivelto e Poliana.

Quadro 3 – Jovens de cursos de seletividade A

Nome	Partido	Curso	Classe de origem	Idade
Mulheres				
Poliana	PSTU	Direito	Média	25
Homens				
Ademir	PSOL	Economia	Elite intelectual	21
Tuco	PDT	Engenharia Civil	Média	28
Erivelto	PDT	Direito	Popular	29

Poliana tinha 25 anos em 2009⁵² e militava no PSTU, tendo sido militante do PSOL. cursava Direito. Estudou em escola privada ao longo de todo o percurso escolar básico. Declarou-se branca⁵³ e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a filha e fazia estágios remunerados. O pai concluiu o ensino superior, foi funcionário de empresa estatal e estava aposentado; a mãe iniciou, mas não concluiu, o ensino superior e é funcionária pública federal.

Ademir tinha 22 anos, militava no PSOL e já foi militante do PT. cursava Economia e todo o percurso escolar básico foi cumprido em escola pública federal. Declarou-se branco e é natural do estado do Rio de Janeiro; morava com o pai e não trabalhava. Seus pais concluíram o nível superior e se pós-graduaram; o pai é professor universitário em instituição pública federal e a mãe é funcionária pública.

⁵² As entrevistas foram realizadas em momentos diferentes dos anos de 2008, 2009 e 2010. Para uma referência uniforme, serão consideradas as idades de todos os jovens em meados de 2009, independente do momento em que a entrevista foi realizada.

⁵³ A declaração da cor/raça ocorreu na resposta ao questionário que foi aplicado a todos os jovens. Usou-se a terminologia praticada pelo IBGE, sendo que as categorias *preto* e *pardo* do IBGE foram aqui substituídas por *negro*, porque foi assim que os jovens se declararam.

Tuco tinha 26 anos e militava no PDT. Coursou Engenharia e estava prestes a concluir o mestrado também na área de engenharia. O ensino básico foi integralmente cursado em escola privada. Declarou-se branco e é natural do Rio de Janeiro. Morava com os pais e trabalhava como professor de rede privada de ensino médio e cursinho pré-vestibular. Seu pai cursou, mas não concluiu, o ensino superior, trabalhou como bancário e estava aposentado; a mãe concluiu o ensino superior e trabalhava em empresa privada.

Erivelto tinha 29 anos, militava no PDT e já foi militante do PCB. Coursou Direito e estava prestes a concluir o mestrado em Ciência Política. Estudou em escola privada no primeiro ciclo do ensino fundamental e em escola pública federal no restante do percurso escolar básico. Declarou-se branco e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a esposa e trabalhava como assessor parlamentar, cedido pela Polícia Civil, onde é inspetor concursado. O pai completou o ensino médio técnico e é militar aposentado; a mãe não concluiu o ensino fundamental e é do lar.

Jovens de cursos de Seletividade B

Nos cursos de seletividade B estão situados 11 dos 21 jovens entrevistados, sendo 4 mulheres e 7 homens.

Quadro 4 – Jovens de cursos de seletividade B

Nome	Partido	Curso	Classe de origem	Idade
Mulheres				
Denise	PSTU	Ciências Sociais	Média	29
Marina	PSOL	História	Elite intelectual	28
Antônia	PT	História	Média	22
Núbia	PT	Ciências Sociais	Elite intelectual	21
Homens				
Luciano	PT	História	Média	25
Julião	PT	História	Popular	23
Cláudio	PSOL	História	Média	28
Norberto	PSOL	Geografia	Média	29
Roberto	PSOL	Psicologia	Popular	21
Mariano	PSOL	Ciências Sociais	Popular	24
Silvano	PSOL	Letras	Popular	27

Nos cursos de seletividade B não há jovens mulheres de classes populares, apenas de classes médias e elites intelectuais. Entre os homens, há relativo equilíbrio entre jovens de classes médias e populares. História e Ciências Sociais são os cursos que reúnem o maior número de militantes da pesquisa.

Denise tinha 29 anos, militava no PSTU e já foi militante do PT. Cursava Ciências Sociais e tinha graduação em Nutrição. Cursou o ensino fundamental em escola pública e o ensino médio em escola privada. Declarou-se amarela e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a mãe e irmãos e fazia alguns trabalhos esporádicos de consultoria na área de nutrição. O pai biológico é de kassegui⁵⁴ e o pai adotivo tem ensino superior incompleto⁵⁵; a mãe tem ensino superior completo e é bancária.

Marina tinha 28 anos e militava no PSOL. Formou-se em História e estava iniciando curso de mestrado na mesma área. Cursou ensino fundamental e médio em escola privada. Se autodeclarou branca e é natural do Rio de Janeiro. Morava com o filho num anexo à casa de seus pais, recebia bolsa de mestrado e ministrava algumas aulas de história em escola privada. Os pais têm nível superior completo com pós-graduação e ambos são professores universitários em instituições federais.

Antônia tinha 22 anos e militava no PT. Cursava História e estudou em escolas privadas durante todo o percurso escolar básico. Declarou-se negra e é natural de Minas Gerais. Morava em república de estudantes e não trabalhava. Era a jovem de militância mais recente no grupo. O pai tem nível superior completo com pós-graduação e é professor universitário e a mãe tem o ensino médio completo e é professora de curso técnico.

Núbia tinha 21 anos e militava no PT. Cursava Ciências Sociais e estudou em escolas privadas ao longo de toda a escolarização básica. Declarou-se branca e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a mãe e a irmã e não trabalhava. Seus pais têm nível superior completo e pós-graduação e são professores universitários em instituições federais.

Luciano tinha 25 anos, militava no PSOL e foi militante do PT. Cursava História e cursou o ensino fundamental em escola privada e o ensino médio em escola pública federal. Declarou-se branco e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a companheira em república de

⁵⁴ Descendente de japoneses residentes no Brasil, retornou ao Japão para trabalhar.

⁵⁵ Conheceu o pai biológico cerca de um ano antes da primeira entrevista e teve pouco contato com o pai adotivo depois da separação dos pais, por isso tinha poucas informações sobre sua situação profissional.

estudantes e trabalhava. O pai concluiu o nível superior e é empregado em empresa privada e a mãe tem pós-graduação e é professora de rede municipal de ensino.

Julião tinha 23 anos e militava no PT. Cursava História e fez todo seu percurso escolar básico em escola privada. Declarou-se negro e é natural do Rio de Janeiro. Morava sozinho e trabalhava como assessor parlamentar. Os pais concluíram o ensino médio; o pai trabalhava como autônomo com serviços gráficos e a mãe é do lar.

Cláudio tinha 28 anos, militava no PSOL e foi militante do PT. Formado em História, iniciava curso de mestrado na mesma área. Seu percurso escolar foi todo feito em escola privada. Declarou-se branco e é natural do Rio de Janeiro. Morava com os pais (tinha acabado de se separar e retornara à casa deles) e trabalhava como professor de rede pública municipal e assessor parlamentar. O pai iniciou, mas não concluiu, o ensino superior e a mãe completou o ensino médio. O pai é funcionário público e a mãe é do lar.

Norberto tinha 29 anos, militava no PSOL e foi militante do PT. Cursava Geografia e seu percurso escolar foi feito todo em escola pública – escola federal no ensino médio. Declarou-se branco e é natural de Minas Gerais. Morava sozinho e trabalhava na universidade em que estudava. Os pais têm ensino superior completo, o pai é aposentado de uma estatal e a mãe é funcionária pública.

Roberto tinha 21 anos e militava no PSOL. Cursava Psicologia e cursou o ensino fundamental em escola pública e o ensino médio em escola privada. Declarou-se branco e é natural do Rio de Janeiro. Morava com os pais e não trabalhava. Os pais iniciaram, mas não completaram, o ensino médio; o pai trabalhou em muitas atividades de baixa qualificação e está aposentado por invalidez, a mãe é faxineira e costureira.

Mariano tinha 24 anos e militava no PSOL. Cursava Ciências Sociais e estudou em escola pública durante todo o ensino fundamental e médio. Declarou-se negro e é natural do Amapá. Morava com a companheira em república de estudantes e trabalhava como atendente de *telemarketing*. Os pais têm ensino médio completo; o pai teve terras e vivia de renda, mas perdeu bens e vive de aposentadoria, a mãe mora em sítio e vive do cultivo da terra.

Silvano tinha 27 anos, militava no PSOL e foi militante do PT. Cursava Letras e cumpriu seu percurso escolar básico integralmente em escola pública. Declarou-se negro e é natural do Pará. Morava em república de estudantes e trabalhava como atendente de *telemarketing*. O pai

completou o ensino fundamental e trabalhava como motorista de coletivo (transporte coletivo urbano) e a mãe tem ensino médio incompleto e trabalhava como auxiliar de escritório.

Jovens de cursos de Seletividade C

Nos cursos de seletividade C há predominância de mulheres e todas cursam graduações voltadas para o trabalho com o outro. O único jovem homem neste grupo cursa graduação na área de ciências exatas. Esse é o único grupo em que se manifesta uma aparente questão de gênero nas escolhas profissionais, relacionadas a tarefas “masculinas” e “femininas”. A mesma distinção não foi percebida nos agrupamentos anteriores, onde jovens homens e mulheres se dividem de maneira mais equitativa entre os cursos das diferentes áreas.

Quadro 5 – Jovens de cursos de seletividade C

Nome	Partido	Curso	Classe de origem	Idade
Mulheres				
Tamara	PSTU	Serviço Social	Popular	27
Cíntia	PT	Serviço Social	Média	25
Guinevere	PT	Pedagogia	Média	28
Fernanda	PSOL	Enfermagem	Popular	22
Homens				
Wellington	PCdoB	Estatística	Popular	21

Tamara tinha 27 anos e militava no PSTU. Cursava Serviço Social e teve o ensino fundamental em escola privada e o ensino médio em escola pública. Declarou-se negra e é natural do Ceará. Morava com o marido e a filha e trabalhava como atendente de *telemarketing*. Os pais têm ensino médio completo, sendo que o pai trabalhava como motorista de ônibus urbano e a mãe estava desempregada.

Cíntia tinha 25 anos e militava no PT. Cursava Serviço Social e teve o ensino fundamental em escola privada e o ensino médio em escola pública. Declarou-se negra e é natural do Rio de Janeiro. Morava na casa dos pais, para onde tinha acabado de voltar depois de se separar da companheira, e trabalhava ocupando um cargo comissionado em uma administração

municipal da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os pais têm ensino superior completo, sendo o pai bancário e a mãe professora de rede pública estadual de ensino médio.

Guinevere tinha 29 anos, militava no PT e foi militante do PCdoB. Cursava Pedagogia e teve toda a escolarização básica em escola pública. Declarou-se branca e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a companheira e trabalhava como atendente de *telemarketing*. O pai tinha ensino superior completo e faleceu quando ela era criança. A mãe tem ensino superior completo e é professora de rede pública de ensino aposentada.

Fernanda tinha 22 anos e militava no PSOL. Cursava enfermagem e estudou grande parte do ensino básico em escola pública, cursando apenas o último ano do ensino médio em escola privada. Declarou-se negra e é natural do Pará. Morava com o namorado em república de estudantes e não trabalhava. Os pais têm ensino médio completo e ambos são funcionários públicos.

Joana era a única jovem que não havia concluído o ensino médio e, portanto, não estava no ensino superior. Ela tinha 24 anos e militava no PDT. Fez todo o ensino fundamental em escola pública e o ensino médio ocorreu em etapas que variaram entre escolas ou cursos supletivos públicos e privados. Declarou-se amarela e é natural do Rio de Janeiro. Morava com a mãe e trabalhava ocupando um cargo comissionado em uma administração municipal da região metropolitana do Rio de Janeiro. Os pais têm ensino médio completo; o pai trabalhava como motorista de *van* e a mãe ocupava cargo comissionado em administração municipal da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Quadro 6 – Jovem que não está na universidade

Nome	Partido	Curso	Classe de origem	Idade
Joana	PDT	Ensino Médio	Popular	24

3.2 Socialização familiar

Como vimos no primeiro capítulo, os processos de socialização familiar e escolar podem ser elementos importantes para a construção de disposições ao engajamento. Neste capítulo, serão abordados aspectos significativos das experiências familiares e escolares desses jovens e

como o tema da política foi se apresentando para eles em diferentes momentos e espaços da vida. As experiências vividas pelos pais e a origem de classe das famílias também são significativas para compor o cenário no qual ocorreu a socialização dos jovens, pois constituem a cultura política e as visões de mundo que os pais buscaram transmitir a seus filhos e sobre as quais os filhos se apoiaram, acrescentando elementos de suas próprias experiências, para construir seus caminhos militantes

O grau de engajamento dos pais em movimentos, partidos políticos ou outras modalidades de participação, ou ainda o interesse dos mesmos em relação à política são significativos para a análise dos processos de socialização política dos jovens militantes. A construção de disposições para o seu engajamento encontra, na cultura política e militante dos pais, um importante fundamento.

É possível distinguir, entre o grupo de 21 jovens entrevistados, três grupos que se destacam pelas práticas familiares de engajamento: (i) jovens cujos pais eram politicamente engajados; (ii) jovens de famílias que manifestavam algum interesse por questões políticas e estavam abertas ao debate político no âmbito familiar e (iii) jovens de famílias que não demonstraram, segundo seus relatos, qualquer interesse e nunca tomaram posição em questões políticas.

Jovens filhos de pais engajados

Os pais engajados coincidem com os pais que representam as elites intelectuais acima descritas. Ou seja, os pais de Ademir, Núbia e Marina têm ou já tiveram algum tipo de engajamento partidário. Além desses, os pais de Julião também são engajados politicamente e representam a exceção nesse grupo, por serem oriundos de classes populares.

A renda dos pais de Ademir, Núbia e Marina supera os 20 salários mínimos e, nesta faixa de renda, situam-se apenas mais duas famílias de jovens militantes. Sendo assim, os 3 jovens reúnem, a um só tempo, grande capital cultural, as mais altas rendas entre as famílias dos jovens entrevistados e capital político acumulado pelos pais através dos engajamentos em atividades partidárias.

No caso de Ademir, não apenas seu pai, mas também os avós e outros familiares foram militantes do antigo Partido Comunista. Seu pai filiou-se depois ao PT e continua militando nesse partido. Com alguns desses parentes, o jovem conviveu pouco, mas as histórias de todos sempre estiveram presentes nas conversas familiares.

Meus avós não militavam mais também já há muito tempo, mas meus tios-avós ainda militavam, mas eram muito distantes. Então, é uma coisa assim, uma vez por ano você encontra um velhinho que ainda é comunista e tal, não sei o que, mas eu sei de muita história da família que milita, quer dizer do tio que foi preso na Era Vargas, do outro que fugiu da polícia em [19]54, tem umas coisas assim bem interessantes. Mas quando eu comecei a militar só o meu pai militava. (Ademir, PSOL)

O pai de Núbia foi do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e saiu do país no começo dos anos 1970, para fugir da repressão do regime militar; estudou e morou por 11 anos na antiga União Soviética; sua mãe, embora não fosse militante, também morou na União Soviética, devido ao envolvimento de um irmão com a política e o receio da família de que ela pudesse ser vítima de alguma represália do regime. Seus pais se conheceram e casaram na União Soviética, onde nasceu a irmã da jovem; Núbia nasceu em território nacional e seu pai não voltou a se engajar em qualquer tipo de atividade militante, depois de retornar ao Brasil. A jovem afirmou avaliar que o distanciamento do pai ocorreu devido a um conjunto de fatores: o longo tempo de afastamento do país, que o distanciou também dos antigos companheiros de militância; a constituição de família e a necessidade de dedicar-se ao trabalho para sustentá-la; o desejo de dar uma vida tranquila à família, sem os sobressaltos vividos nos tempos da militância e, ainda, a nova conjuntura social e política do país no momento do retorno, que ocorreu em meados dos anos 1980. Para Núbia, o clima já não era mais propício ao engajamento do pai, que não tinha mais ligações significativas no Brasil quando voltou ao país, especialmente porque estabeleceu residência em estado diferente do de sua origem, onde havia construído seu engajamento.

Por caminhos distintos, as famílias de Núbia e Ademir viveram situações de grande envolvimento com questões da política nacional e, em ambos os casos, há referências ao engajamento que se tornou clandestino durante a ditadura militar instalada no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. Os jovens ouviram de seus familiares as narrativas, as sensações vividas, medos e conquistas alcançadas por meio de seus engajamentos e contruíram, a partir desses relatos, bases para seus próprios comportamentos e atitudes políticas.

Os pais de Julião apenas completaram o ensino médio e não apareceu, na fala do jovem, qualquer indício que evidenciasse mobilização política dos pais nos tempos da ditadura militar. Não que não houvesse, pois os relatos do jovem deram conta de uma mobilização dos pais desde o começo dos anos 1980, mas a repressão política daqueles tempos não teriam

afetado – ao menos no discurso do jovem – as experiências de seus pais. O pai trabalhou, durante a maior parte de sua vida, como gráfico autônomo. Sua mãe é do lar e a família mora em um bairro de classe média baixa. Julião definiu seus pais como “*dois guerreiros assim, dois trabalhadores*”, especialmente por terem conseguido fazer os filhos chegarem à universidade. Julião disse que ele e a irmã mais velha são os primeiros membros da família ampliada a atingir esse nível de ensino e afirmou que seus pais matricularam os filhos em escola privada, a fim de garantir-lhes melhores chances. Os pais eram membros de uma pastoral católica e, através dela, militavam também no PT e na associação de bairro onde residiam. Assim, Julião disse ter lembranças, desde criança, de seu pai vestindo e fazendo camisetas e outros materiais gráficos para campanhas do partido. Também guarda recordações dele próprio participando de atividades do partido, junto com os pais e a irmã mais velha.

Minha família sempre teve isso assim [...] é, sempre teve uma consciência política, visão de mundo, um entendimento de que o mundo poderia ser mudado, transformado, melhorado para além do trabalho. O sacrifício das opções que fizeram e convenceram, dialogaram tanto comigo quanto com a minha irmã, no sentido de estudar, de priorizar isso, de... de lutar, de correr atrás. Então, eu acho que meu pai e minha mãe são duas grandes referências. (Julião, PT)

Julião apresenta seu pai como um autodidata, que investia o que podia na compra de livros, e de quem o jovem teria herdado o gosto pela leitura. A preferência do pai era, segundo Julião, por livros que narrassem e problematizassem acontecimentos reais, por isso os de História eram os mais abundantes. A variedade de livros, no entanto, era determinada pelas possibilidades financeiras de aquisição e condições de acesso. Havia enciclopédias, livros sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre a Guerra do Paraguai, sobre as quais conversava com o pai. Para adquirir gibis – uma leitura também apreciada pelo jovem, mas considerada mais descontraída e que, por isso mesmo, não compunha o repertório do pai – Julião juntava seu dinheiro, muitas vezes reservado à passagem do ônibus para a escola.

Juntava dinheiro às vezes pra comprar um gibi passando por baixo. É, passava por baixo das roletas. Tinha trocador que falava: “Pô, todo dia! Perdeu o dinheiro da passagem?”. Aí já tinha até esquema também com trocador, tem as estratégias de sobrevivência ali que você vai construindo. Aí, puxa assunto com o trocador, pra virar amigo do trocador (risos). (Julião, PT)

Mais tarde, a estratégia de passar por baixo da roleta sem pagar a passagem não seria mais usada para comprar gibis, mas para garantir os deslocamentos do jovem engajado em suas andanças pela cidade, realizando suas atividades de militante.

Para os jovens desse grupo, os pais tiveram papel significativo em sua formação política ao narrarem suas experiências como militantes, compartilharem valores e práticas políticas com os filhos e ao manterem, dentro de casa, diálogo constante sobre acontecimentos cotidianos e ligados à vida política do país ou da cidade em que moravam. Núbia expressou que a influência dos pais e a dinâmica familiar tornavam o debate e mesmo o engajamento político um caminho praticamente natural.

Na verdade, eu acho que vêm muito da minha influência em casa, né? Meus pais foram [...] na União Soviética, papai foi exilado e minha mãe também, minha irmã nasceu lá, eu sou carioca, nasci aqui, mas o papo... Então, na verdade, eu não sou filha de militantes, mas de pessoas que militaram, então papo de política sempre teve muito inserido lá em casa. Meus pais já são separados desde que eu me entendo por gente, mas eles moravam na mesma casa por algum tempo. (Núbia, PT)

Julião disse que seus pais lhe “passaram o bastão” da mobilização comunitária quando o jovem aprofundou sua militância partidária. Ele também viu sua militância como uma continuidade daquilo que seus pais faziam e daquilo que ele mesmo já fazia desde criança. O depoimento de Marina complementa a ideia transmitida pelos outros jovens, ao dizer que fazia parte do “PTzinho”, porque participava de mobilizações do partido desde criança e que, sendo filha de professores, “*o debate político sempre esteve colocado. Imagina, que professor não vai... toda semana tem alguma coisa nova, sabe?*”

Jovens de famílias que manifestavam algum interesse político

Nesse grupo, encontram-se os jovens cujos pais não eram engajados em partidos, ou associações de moradores e afins, mas tinham alguma permeabilidade ao debate político em suas famílias. A porosidade das famílias para aquilo que se refere à política ou a disposições ao engajamento se expressa de diversas formas: pais que manifestavam suas preferências partidárias e argumentavam a favor de seus candidatos nos momentos de campanhas eleitorais; familiares que, por força dos cargos públicos que ocupavam, discutiam situações e conjunturas políticas; pais que participavam em ações ou organizações filantrópicas, entre

outros. Nesse grupo, estão os jovens Erivelto, Poliana, Cláudio, Norberto⁵⁶, Roberto, Mariano, Antônia, Tamara, Cíntia, Joana e Fernanda.

A família paterna de Cláudio já teve um senador, eleito pelo PTB⁵⁷, e alimentava também simpatias pelo PDT, mas o jovem afirmou que conversas sobre política eram inexistentes em sua casa. Apesar da referida inexistência de debate político, contou que seu pai foi candidato a vereador pelo PDT: “*Meu pai chegou a ser candidato a vereador pelo PDT, mas nunca foi um expoente político, meio que levava por inércia as ideias do meu avô e do meu tio-avô que tem o nome dele*”. A experiência do pai na política teria sido um fato isolado, que não produziu debates ou envolvimento da família com temas ligados à política; ainda assim, o jovem disse que tinha, desde a adolescência, uma posição crítica em relação ao que sua família paterna defendia como princípios políticos.

Eu fui formado numa família de classe média, com vínculos com o trabalhismo e tal, talvez isso pode ser um início [da militância]. Mas não sei se foi muito, porque, na verdade, eu cresci um pouco contestando esse tipo de visão um pouco mais paternalista sobre as pessoas. Talvez a literatura e a leitura foram os que mais me aproximaram da militância. Eu lia muito quando era mais jovem, muito, muito, muito, mais do que até li na universidade. (Cláudio, PSOL)⁵⁸

Sobre a família materna, Cláudio disse que, quanto à origem, é muito diferente da família paterna; seu avô materno era pouco escolarizado e trabalhava na construção civil, assim como a maioria dos membros da família; sua mãe nunca se engajou em qualquer tipo de atividade política. Há, nesse caso, uma influência relativamente difusa, mas ainda assim diretamente ligada a uma modalidade de engajamento do pai – ser candidato em eleição proporcional municipal – que não se perpetuou no tempo.

Se no caso de Cláudio a influência familiar é mais óbvia, devido à vinculação de membros da família à vida política, em outros casos a permeabilidade das famílias a questões ligadas à política ou ao engajamento é mais sutil. Poliana falou de suas tias que, sendo funcionárias públicas de uma universidade, sempre mantinham nas rodas familiares conversas sobre a

⁵⁶ Veremos adiante que, apesar de uma certa porosidade da família de Norberto em relação à política, expressa pela participação dos pais em campanhas políticas petistas, foi a experiência de trabalho que abriu caminho para sua militância partidária.

⁵⁷ O referido político foi deputado federal e elegeu-se senador por Minas Gerais. Faleceu em um acidente aéreo em 1955, quando iniciava o exercício do mandato de senador. Apesar de Cláudio, o jovem entrevistado, não ter conhecido seu tio-avô, a família manteve viva sua memória, inclusive através do batismo do jovem e de seu pai com o nome do familiar ilustre.

⁵⁸ As leituras foram estimuladas na escola e serão tratadas no item referente a ela.

situação política da mesma, disputas de poder, ganhos e perdas pessoais produzidas pelas mudanças de reitores eleitos etc. Além disso, seu pai, ex-funcionário de empresa estatal que foi privatizada, teria criado simpatia por um político, em especial, na época da privatização da empresa. Era um político local de um partido de esquerda, ao qual o pai passou a dedicar seu voto nas eleições proporcionais. Assim, ao mesmo tempo em que a jovem afirmou que sua família era despolitizada – *“minha família é extremamente despolitizada, essa é minha percepção. Meu pai e minha mãe são trabalhadores, mas eles não têm a consciência de classe. É como se eles fingissem que são uma coisa que eles não são”* – e que haveria uma certa rejeição à política por parte de seus pais – rejeição demonstrada, segundo a jovem, por expressões como *“todos os políticos são corruptos”, “esse não presta”* –, deu pistas de que o tema não deixava de circular entre os membros da família.

A adesão eleitoral a determinadas figuras da política local ou nacional também demonstra algum nível de permeabilidade das famílias ao tema da política. O pai de Mariano teria sempre se referido, defendido e votado nos candidatos da família Sarney, no estado em que reside, mas não era filiado a partido político, não se envolvia diretamente em campanhas políticas nem estava engajado em outra atividade associativa. O jovem afirmou ser *“de uma família muito conservadora, muito religiosa, evangélica. O meu pai é um cara muito, muito, muito conservador, de direita mesmo, daqueles que defendem a ditadura militar”*. Apesar dos valores referidos por Mariano como referências, o jovem seguiu um caminho político oposto ao posicionamento político do pai. Mas as disposições ao engajamento foram construídas a partir das narrativas do pai. Assim como foi dito por Cláudio, Mariano também desenvolveu valores políticos que se opõem aos valores familiares, mas construiu suas referências a partir dessa base familiar. A ausência de práticas indicativas de socialização política na escola e sua rápida inserção no movimento estudantil e partidário, assim que entrou na universidade, indicam que havia disposições, construídas para o engajamento, que foram acionadas na chegada à universidade. O jovem também se refere à prática religiosa da mãe, como algo significativo em sua vida, prática com a qual entrou em conflito na adolescência e rompeu definitivamente depois do início da militância.

Há uma divisão equitativa entre os jovens desse grupo de famílias permeáveis ao universo da política, mas não engajadas, no que se refere às suas posições de classe: cinco jovens são de classes médias e seis de classes populares. Não se percebe, nesse grupo, distinções claras entre a socialização familiar de um e de outro grupo social. Tanto famílias populares quanto famílias de classes médias têm formas distintas de transmitir a seus filhos os valores que

fundamentam suas práticas políticas e há práticas comuns entre famílias de classes médias e classes populares. Cláudio e Mariano descreveram práticas e valores familiares bastante similares. Ambos construíram referências política opostas às descritas pelos pais, sendo o primeiro de classes médias e o segundo de classes populares. Mas, diferentemente dos jovens cujos pais são ou foram engajados, nesses casos a transmissão dos valores ocorre de maneira mais difusa em relação ao que foi percebido entre os jovens do grupo anterior.

Jovens de famílias não-engajadas

É significativamente menor o grupo de jovens que não relataram qualquer tipo de engajamento, mobilização ou expressão de opiniões políticas por parte de seus pais ou familiares. São 6 os jovens nesse grupo, ou seja, pouco menos de um terço dos jovens entrevistados é oriundo de famílias sobre as quais não relataram qualquer tipo de proximidade com questões políticas.

Nesse grupo, estão os jovens Tuco, Luciano, Denise, Guinevere, Welington e Silvano. No que se refere à posição de classe, 4 são de classes médias e 2 são de camadas populares, observando-se uma predominância de jovens de classes médias no grupo de famílias sem engajamento ou pouco porosas ao debate político.

É nesse grupo que se situa o jovem oriundo da família de mais baixa renda entre os jovens entrevistados. Welington, que se mantém com uma bolsa-treinamento da universidade (bolsa de R\$280,00, na época da entrevista, atualizada para R\$400,00 em 2010), contava com renda familiar que não chegava aos três salários mínimos no ano de 2009, somando-se o rendimento de sua bolsa e o salário do pai. Esta menor renda coincide com a menor escolaridade dos pais (ensino fundamental incompleto do pai e médio completo da mãe) e o trabalho de baixa qualificação do pai (motorista de caminhão), associado ao trabalho não-remunerado da mãe (do lar). Por outro lado, Welington é um dos poucos jovens que relataram um gosto particular pela leitura – gosto também registrado apenas por Julião e Cláudio –, atribuindo a ela uma das fontes de inspiração e informação para seu engajamento. O jovem disse que não tinha acesso a muitos livros em casa. Por isso, sua leitura se restringia aos livros que pegava emprestado na biblioteca da escola. Sua leitura preferida direcionava-se para os romances policiais de Agatha Christie, além das leituras sugeridas aos vestibulandos.

Denise afirmou que sua família tinha valores muito rígidos e a noção de ética e correção de comportamento era muito valorizada. Segundo a jovem, esses valores transmitidos pela família foram encontrados também no partido em que milita e é a isso que ela atribui seu engajamento político, ou seja, ao fato de o partido defender valores adquiridos por ela em família.

E eu vejo que... pra mim, tem algumas coisas que não dá... fraudar, roubar, né? (...) É uma coisa que tem muito a ver... pra mim, é natural assim. Eu lembro que a minha mãe... ela sempre contava que meu avô era super-rígido e... é parte da formação moral da minha família: *não, isso não é seu, você não vai pegar*. Ela conta uma história que ela achou um lápis na rua e ele falou: *não, isso não é seu, você vai voltar lá e vai colocar no lugar onde você achou, porque não é seu*. (Denise, PSTU)

Apesar de informarem o não-engajamento de seus pais ou familiares, os jovens desse último grupo referem-se a algumas práticas ou valores familiares que, apesar de não se articularem diretamente com o universo da política, contribuíram para a transmissão de valores que foram posteriormente acionados, no momento do engajamento, e que foram atualizados a partir das práticas militantes.

Os pais (homens) como referência predominante para os filhos e as filhas

Quando os jovens falaram sobre a mobilização de membros da família ou sobre manifestações de preferências políticas, geralmente se referiam a seus pais e poucas vezes às suas mães.

Núbia e Ademir, do grupo cujos pais são engajados, apontaram que seus pais foram ou são engajados e que as mães apenas acompanhavam o engajamento, mas não se envolviam diretamente. Julião afirmou que tanto o pai quanto a mãe eram engajados, mas referia-se muito mais ao pai quando se falava sobre debate e troca de ideias políticas, discussões sobre o engajamento e outros temas afins.

No grupo de pais simpatizantes ou porosos ao tema da política, Cláudio, Antônia, Erivelto, Roberto, Mariano e Tamara se referiram a seus pais como os interlocutores para temas de política no interior da família ou como aqueles que expressavam ideias e posicionamentos ou defendiam candidatos e partidos específicos em momentos de eleição, por exemplo. O pai de Tamara foi membro de sindicato há vários anos passados. Além disso, Tamara não morou a vida toda com o pai, que se mudou para o Rio de Janeiro depois que se separou de sua mãe.

Ainda assim, foi a ele que ela se referiu ao ser perguntada se algum membro de sua família tinha algum tipo de engajamento ou envolvimento com política. O pai de Antônia participou, como secretário municipal, de uma gestão municipal e se constituiu também como referência para o comportamento político da jovem. Os pais de Erivelto, Roberto e Mariano tinham seus candidatos e partidos preferenciais e não escondiam tais preferências.

A exceção se apresenta no caso de Joana, cuja mãe participava como voluntária em uma ONG de apoio a portadores de uma doença crônica e cujo pai, segundo a jovem, não tinha qualquer tipo de engajamento militante.

Apesar da predominante presença masculina na geração anterior (de pais), a transmissão dos pais se dá de maneira aparentemente equilibrada dos pais para os filhos e para as filhas. São tanto jovens homens quanto jovens mulheres que se referem a seus pais como interlocutores para os temas da política. Os jovens dirigiram aos pais até mesmo questionamentos sobre atitudes a serem tomadas diante de acontecimentos específicos ao longo do percurso militante. Ademir e Núbia – ambos com pais politicamente engajados – disseram que, em momentos de crise nos partidos ou em seus grupos partidários, recorreram aos pais, entre outros interlocutores, para dialogar sobre os acontecimentos e sobre possíveis posturas ou ações a serem desenvolvidas.

3.3 Escola: socialização e redes de relacionamento

A escola é espaço-tempo de socialização que representa novidade em relação à socialização que ocorre na família; é lugar de vivência de novas experiências, de construção de novas amizades, de convivência com o outro, muitas vezes lugar de convívio com a diversidade e a diferença. Na escola, crianças e jovens se relacionam com seus pares de idade e com adultos de diferentes idades, especialmente os professores. Além de espaço de socialização, pode também ser lugar onde ocorrem as primeiras aproximações com grupos militantes organizados pela existência de grêmios e outras formas de mobilização estudantis. A escola pode ser, por isso, além do lugar de socialização, também espaço de concretização da militância de jovens.

Os jovens pesquisados foram socializados em famílias com graus distintos de engajamento ou proximidade com o universo da vida política e os valores familiares internalizados influenciam e são influenciados pelas experiências escolares construídas pelos jovens. Para os

jovens cujos pais eram ou ainda são militantes, a vida escolar ocorreu como uma espécie de continuação da socialização política familiar. Mas para alguns dos jovens de famílias desengajadas ou pouco próximas ao universo político, o espaço-tempo escolar constituiu-se como espaço privilegiado de socialização política e de construção de disposições ao engajamento⁵⁹.

Experiências escolares em continuidade com a socialização familiar

Para os jovens de famílias politicamente engajadas, a experiência escolar se desenvolveu como uma continuidade da socialização familiar e também como prosseguimento da construção de disposições ao engajamento. Não se está dizendo com isso que as escolas em que os jovens estudaram tenham transmitido exatamente os mesmos valores políticos que foram internalizados pelos jovens no convívio com suas famílias. A continuidade é do processo de transmissão de valores já iniciado na família, mas os conteúdos podem variar.

Pesquisa realizada por Tournier (1997)⁶⁰, citada no primeiro capítulo, buscou compreender a influência dos pais na socialização política ocorrida na escola, percebendo que, ainda que seja importante, é em certa medida condicionada pelas escolhas feitas pelos pais em relação às escolas em que os filhos estudam. Ou seja, na medida em que são os pais que orientam a escolaridade dos filhos, estes potencializam seus valores específicos e ampliam, pela escola, os contextos de socialização dos filhos. Assim, as escolas em que estudaram os jovens foram escolhidas por seus pais de acordo com práticas pedagógicas e valores que se aproximassem daquilo em que os pais acreditavam ou apostavam no que se refere à formação de seus filhos. Contudo, as possibilidades de escolha dos pais são condicionadas por sua origem de classe e, especialmente, por fatores econômicos que permitem ou impedem matricular os filhos em determinadas instituições escolares.

Ademir estudou em uma escola pública federal que sempre figura entre as melhores nas avaliações promovidas pelo MEC (Ministério da Educação) e com tradição no cenário da mobilização estudantil desde os anos de 1960. Marina, Núbia e Julião estudaram em escolas privadas. Se no caso de Marina e Núbia o capital econômico familiar levava à escolha de uma

⁵⁹ Além de espaço de socialização e construção de disposições, a escola também representa um espaço onde as disposições ao engajamento são acionadas e transformadas em prática. A transformação das disposições em prática – na escola e em outros espaços – será tratada no capítulo seguinte.

⁶⁰ TOURNIER, V. La politique en héritage. Socialisation, famille et politique: bilan critique et analyse empirique. Th. Science Politique. IEP Grenoble, 1997, citado por Maurer (2000).

escola privada como a mais óbvia, no caso de Julião, a escola privada representava um investimento de pais de poucos recursos financeiros na formação do seu filho. Tal escolha se dava, segundo o jovem, pela perspectiva dos pais de que aquela escolha formaria melhor e garantiria melhores chances de ascensão aos filhos do que uma escola pública.

Professores de disciplinas específicas e grêmios estudantis foram apontados pelos jovens como influências importantes para a construção do caminho que os levou à militância partidária – iniciada em grêmios estudantis nos casos de Ademir, Núbia e Julião.

Núbia, Ademir e Julião deram especial importância à existência de grêmios nas escolas em que estudaram como fontes de socialização política e de concretização de práticas políticas ao longo de sua escolarização. Marina disse que não havia grêmios atuantes em sua escola, mas que sua escolha valorizava e incentivava condutas que se aproximavam daquilo que vivia em família: respeito ao próximo e à diversidade, direito à livre expressão. Ela disse ter sido sempre representante ou líder eleita de suas turmas na escola e que esta teria sido a expressão maior de participação em sua escola, mas tais práticas apontam que, se não houve aprofundamento da socialização política familiar, também não houve rupturas com aquilo que estava internalizado pela jovem.

Ademir disse que, quando estava na 5ª série do ensino fundamental, ocorreu uma greve de professores em sua escola e que, “por curiosidade”, participou de uma reunião dos grevistas. Participavam também alunos do grêmios da escola, que ele acabou conhecendo. Passou a frequentar sistematicamente as atividades de greve e do grêmios. Envolveu-se de tal maneira com o grêmios que foi eleito presidente – numa escola que reunia ensino fundamental e médio – aos 13 anos de idade, quando cursava a 6ª série. Segundo ele, não foi surpresa para os pais a notícia de seu engajamento no grêmios, embora o tenham considerado prematuro. Não fizeram oposição, apenas alertaram e fiscalizaram a atividade do adolescente, a fim de que os estudos não fossem prejudicados pela atividade gremista.

Julião disse se considerar privilegiado por ter tido vários bons professores, especialmente os de História, que também o influenciaram na escolha do curso universitário.

Eu acho que eu tive uma oportunidade muito boa de ter, é, uma grande oportunidade na verdade de ter bons professores. Se eu gosto de história, se faço História hoje, eu acho que foi por conta de alguns professores. (...) é, em certa medida, influenciou o meu pensamento crítico também, muitos professores contribuíram pra isso. Desde a quinta e sexta série, professores que já faziam da prática do ensino um processo dialógico, né? ...e crítico,

também, que gerava essa criticidade em relação ao mundo, em relação ao sistema político, entendeu? E era de forma, principalmente nas aulas de geografia e de história, era uma... politizante, né. Isso é uma questão de sorte também, que às vezes as pessoas trabalham essa criticidade gerando uma aversão à política, uma negação à política. Eu tive oportunidade de ter professores que fizeram o inverso, assim, é: “você tem que criticar, você tem que, é, problematizar sua realidade, o meio, o mundo, mas agindo, atuando”. (Julião, PT)

Assim como Ademir, Núbia e Julião também se engajaram nos grêmios de suas escolas, quando ainda estavam no ensino fundamental. Todos participaram ativamente e relataram tensões na relação com professores, devido à mobilização estudantil. Faltas frequentes às aulas, necessidade de fazer provas de segunda chamada estavam entre os motivos de desentendimentos com alguns professores. Entretanto, afirmaram também terem conhecido professores que apoiavam suas atividades, davam trabalhos complementares para compensar faltas etc. Nubia dá exemplo de condutas adotadas pelos jovens, a fim de melhor se relacionar com os professores:

Eles [professores] sabiam que eu era presidente do grêmio, então tava tudo bem, tinha um professor ou outro, mas como eu sempre fui uma pessoa bem esforçada, sempre tentava compensar de alguma maneira, sempre conversava abertamente com os professores, [...] sempre foi uma pessoa muito tranquila e no terceiro ano eu estudava muito, estudava em tempos estranhos, estudava de madrugada à base de café... Quando eu ia à aula, ainda mais no segundo e terceiro ano, eu fazia questão de sentar na primeira carteira, copiava até o espirro do professor, porque eu sabia que eu tava assistindo aquela aula, mas eu não sabia quando eu iria assistir de novo, então os caras sabiam que eu estava me esforçando, por isso tinha aquela cumplicidade. (Núbia, PT)

Os três jovens afirmaram que uma das maiores lições sobre política que tiveram na escola foram as necessárias negociações que mediaram entre alunos e dirigentes para a permanência e autonomia das atividades gremistas. Ademir se referiu às negociações que travou, como presidente do grêmio aos 14 anos de idade, com o diretor de sua escola, por ocasião de uma eleição para diretor da escola⁶¹, em que o diretor eleito não foi nomeado pelo diretor geral da instituição: *“uma coisa que eu aprendi no colégio é que aquela direção lá é meio conservadora, mas é muito hábil, rapidamente negocia com um menino de catorze anos de idade e joga todo peso que pode em cima e tudo mais, mas foi interessante”*.

⁶¹ A escola em que Ademir estudou contava com diversas unidades espalhadas pela cidade. Assim, havia um diretor geral e diretores de unidades. A eleição a que o jovem se refere é a de diretor de unidade, em que o eleito não foi nomeado, num primeiro momento, pelos diretor geral.

Nos casos de Ademir, Núbia e Julião, a escola se constituiu não apenas como continuidade da socialização familiar, mas também como espaço em que as disposições ao engajamento foram primeiramente acionadas, ou seja, foi onde o engajamento militante teve seu início através dos grêmios. Para Marina, não houve, segundo seus relatos, oportunidade de transformar em ação suas disposições ao engajamento; tal concretização ocorreu apenas na universidade. O início efetivo do engajamento militante nos partidos será tema do capítulo 4.

Núbia, Ademir, Julião e Marina são casos clássicos de transmissão familiar de valores políticos, são *herdeiros* dos valores políticos dos seus pais, que não se expressam necessariamente pela mesma filiação partidária, mas se situam no mesmo campo político.

Os quatro jovens acima relacionados tiveram forte influência familiar na construção dos valores e comportamentos políticos, bem como na construção de disposições ao engajamento. Para os jovens do grupo a seguir, a escola teve papel mais significativo nesse sentido, na medida em que as famílias tiveram menor incidência em sua socialização política. Ou seja, em que pese a menor influência familiar, a escola apareceu como instituição fundamental na socialização política e construção de disposições ao engajamento.

Experiências escolares associadas à pouca socialização política familiar

Cláudio, Cíntia e Erivelto informaram diferentes dinâmicas familiares que contribuiram para, em maior ou menor medida, construir algumas disposições ao engajamento ou, ao menos, algum interesse pelo tema da política. Cláudio teve uma influência mais clara pelo envolvimento de familiares com a política na disputa de cargos eletivos e os outros dois jovens informaram que membros da família – no caso de Cíntia – ou o pai – no caso de Erivelto – se posicionavam politicamente ao menos nos momentos de campanhas eleitorais. No caso desses 3 jovens, veremos que a escola se constituiu como espaço bastante significativo para a construção de disposições, tendo sido o lugar de início do engajamento para Cíntia e Erivelto.

Percebe-se nesse grupo influências de professores e também de acontecimentos específicos, relacionados com demandas pessoais, como motivadores do envolvimento crescente com mobilizações na escola, que levaram ao engajamento – ainda na escola ou depois de sua conclusão.

Cláudio, por exemplo, fala da grande influência de um professor de História que, desde a 5ª série do ensino fundamental, realizava debates com a turma, organizava passeios, visitas a museus – prática pouco comum, segundo o jovem, àquela escola, que foi chamada por ele de “muito provinciana”. “*A minha turma na 5ª série, a gente tinha uma turma muito boa de 17 alunos, sentávamos em círculo, viajávamos pra Ouro Preto, era um processo bem legal*”. Afirma ainda que a turma toda era envolvida pela dinâmica de aula do professor:

Não era só em mim, era no grupo. Acho que foi isso, ele é um ótimo orador e é um ótimo professor e ao mesmo tempo tinha uma radicalidade, uma coisa que talvez estivesse latente em mim, mas pouco orientada; ele deu uma orientada e foi bem legal na época. (Cláudio, PSOL)

O referido professor era filiado ao PT, convidou Cláudio e um colega – que descobriram afinidades a partir das aulas desse professor – para participar de reuniões do partido, mas a militância, naquele momento, não vingou. Cláudio e o colega participaram de reuniões, mas tensões políticas em contexto de eleições municipais afastaram os dois jovens. A amizade, contudo, permaneceu e levou os dois a se engajarem, juntos, no movimento estudantil universitário e no mesmo partido, depois da entrada na universidade.

A experiência de Cláudio é a que mostra, de forma mais explícita, a influência de um professor para o engajamento político e um convite direto para militar em um partido político específico. Em todos os outros casos as influências são menos diretas. Ainda assim, Cláudio ressaltou que o PT não o conquistou completamente. Ele não participou mais de reuniões a partir do último ano do ensino médio e só se reaproximou do partido através do movimento estudantil universitário, cerca de dois anos depois desse primeiro contato.

Cláudio foi dos poucos jovens a relatar atividades culturais na escola que foram significativas naquilo que se refere à construção de disposições ao engajamento (Cíntia foi outra jovem a relatar algo parecido). Sua escola organizava feiras de poesia, onde ele apresentava sua obra e também vendia camisetas que produzia, com estampas variadas – Che Guevara, por exemplo.

O mesmo professor que convidou Cláudio a participar de uma reunião de partido também indicou e deu livros que interessaram ao jovem. Cláudio disse que gostava de ler romances de Gabriel García Márquez e José Saramago, além dos autores russos clássicos. Os livros eram adquiridos pelo jovem e ele disse não recordar como chegou a essa bibliografia ou como se

interessou exatamente por esses autores. Aos 14 anos, leu o Manifesto Comunista, influenciado por seu professor de história. Em seguida, comprou *A Ideologia Alemã*:

comecei a tentar ler os clássicos marxistas, mas era tentar mesmo, porque eu lembro que, com 14 anos, eu acho, comprei a Ideologia Alemã... tenho ela até hoje e eu percebo que ele está todo grifado, aquela típica leitura de quem lê e não entende nada, tudo é importante. (Cláudio, PSOL)

Não é o conteúdo, em si, lido pelos jovens, que abre caminhos ou cria disposições para o engajamento, mas a maneira como esses conteúdos rebatem na cultura, nos valores e nas práticas dos leitores. Nem todo jovem com disposições ao engajamento leria o Manifesto Comunista ou livros sobre a Guerra do Paraguai com o entusiasmo com que o fizeram Cláudio e Julião (referido anteriormente neste capítulo), mas, para eles, foram leituras importantes para a construção de valores políticos e de disposições ao engajamento.

Cíntia encontrou na escola espaço para expressão e afirmação de sua opção sexual e foi a sensação de se sentir acolhida e não discriminada por sua homossexualidade que a aproximou de alunos gremistas da escola. Cíntia estudou boa parte do ensino fundamental em uma escola privada, segundo ela “muito conservadora”. Percebeu, na nova escola para onde se transferiu ainda no ensino fundamental, um grupo de alunos que se destacava por se vestir e se portar de maneira diferente: “ah, usavam sandalinha, saias meio *hippies*, não eram iguaizinhas às outras”, meninos tinham outros cortes de cabelos etc. Ela disse que soube que eram alunos do grêmio e percebeu, naquele grupo, uma maneira mais livre de se expressar e que era com pessoas assim que gostaria de estar e se relacionar. Segundo ela, foi dessa forma que se aproximou dos alunos do grêmio de sua escola e começou a participar dele, compondo a equipe que cuidava da programação cultural.

A vontade de expressar de maneira livre seus sentimentos e também sua opção sexual foi o que aproximou Cíntia de espaços e possibilidades de engajamento. Nesse caso, o espaço escolar permitiu, por meio do grupo de colegas, a expressão de sua identidade e, através disso, possibilitou a construção de disposições ao engajamento. Ou seja, a escola foi o lugar onde ela encontrou um grupo de jovens que, segundo ela, pensavam, sentiam e expressavam sentimentos e valores parecidos com os dela. A instituição escolar, contudo, não era tão permeável à expressão de diferentes opções sexuais: Cíntia foi transferida de escola depois de ela e uma colega se beijarem no pátio, expressando publicamente sua homossexualidade: “*ai, isso repercutiu e foi o caos, assim... e ela foi pra uma escola e eu fui pra outra*”. As mães das

duas garotas, que estavam na 8ª série, se reuniram com a direção da escola e decidiram pela transferência das duas, cada uma para um colégio diferente. A transferência de escola, contudo, não alterou suas convicções para o engajamento e sua livre expressão. Ela passou a estudar na escola em que sua mãe era professora, mas isso não teria significado impedimentos ao seu engajamento.

No caso de Erivelto, a escola também proporcionou aproximações com o mundo da política através do grêmio estudantil. O pai de Erivelto, segundo relatos do jovem, era eleitor do PDT e declarava seu apoio a Leonel Brizola, tecendo comentários sempre elogiosos ao político gaúcho radicado no Rio de Janeiro. Mas Erivelto afirmou que não se interessava por política da mesma forma que seu pai. O interesse maior do jovem se relacionava com a prática de esportes. Lutava judô e passou a reivindicar que sua escola participasse de jogos escolares. A reivindicação pessoal e a possibilidade de expressá-la numa escola que tinha alguns espaços de diálogo institucional entre adultos e jovens estudantes aproximaram Erivelto do engajamento. Ele acabou encontrando alunos do grêmio depois de se mobilizar por outra questão pessoal: Erivelto se viu barrado na entrada da escola, junto com outros colegas, porque não portava uma blusa de cor adequada ao estabelecido pela escola. Impedido de entrar, reuniu outros alunos barrados, que fizeram barulho na porta da escola e atraíram a atenção dos alunos gremistas. Assim, gremistas e não-gremistas se encontraram pela primeira vez e Erivelto acabou se aproximando. O caso de Erivelto mostra que, apesar da “fama” e “tradição” de mobilização – o jovem estudava em uma escola pública federal reconhecida pelas mobilizações estudantis –, não é a instituição escolar que garante mecanismos de participação, diálogo e debate; quem promove mobilização e ação são os sujeitos que se encontram na escola – alunos e professores em particular – e constroem cotidianamente seus espaços de expressão.

Erivelto lembrou, ainda, de uma professora de literatura que discutia política e mobilização com seus alunos. A professora era, segundo o jovem, comunista e militante do PCB.

Eu lembro que eu tinha uma professora em especial, que era uma professora de Literatura, professora Z., que ela sempre nas aulas de Literatura, ela enfocava muito a questão do próprio PCB, né? Eu lembro que, na aula sobre a semana de 22 [Semana de Arte Moderna de 1922], ela falava muito nos comunistas e tal. E ela sempre dava aula e falando dos bastidores, como eram as articulações e tal. E, de vez em quando, citava uma obra ou outra. Ela era uma pessoa... as palavras dela eram ideias de referência. (Erivelto, PDT)

As narrativas desses três jovens, de famílias com alguma proximidade, mas nenhum engajamento político, mostram a diversidade de caminhos trilhados na construção de disposições ao engajamento. A socialização política realizada de maneira mais difusa nas famílias parece estimular uma continuidade da socialização política no espaço escolar, mas as dinâmicas pessoais dos sujeitos também colaboram para a construção de valores e comportamentos políticos que serão acionados no momento do engajamento partidário.

Experiências escolares que socializaram para a política

São cinco os jovens que relataram que em suas famílias o tema da política era completamente ausente – não havia qualquer tipo de engajamento familiar ou práticas que expressassem claramente valores e comportamentos políticos – e que tiveram experiências escolares significativas para a construção de disposições ao engajamento.

Novamente, o convívio com alguns professores é apontado como significativo para a construção de determinados valores políticos e para o direcionamento dos jovens para a busca de engajamento partidário. Experiências escolares específicas, ligadas a conjunturas locais, também serviram de motor para a socialização política desses jovens.

Tuco e Welington se referiram a professores que debatiam política em sala de aula, apresentavam fatos históricos de maneira que instigava a curiosidade dos jovens para saber mais e conhecer melhor a história brasileira e suas mobilizações por democracia e liberdade de expressão. Luciano e Silvano se referiram a eventos que ocorreram em suas escolas e em torno dos quais acabaram se mobilizando gradativamente, construindo um posicionamento sobre fatos que acabaram levando-o ao engajamento partidário.

Luciano disse que achava “*que o mundo tava errado [...] que o mundo era injusto e tava errado*”. Estava no ensino fundamental, mas em sua escola não havia grêmios, grupos políticos organizados ou qualquer outra forma de mobilização. Na 6ª série “*eu comecei a ter aulas de Geografia e de História, e aí começou a dar a Revolução Cubana e, enfim, em Geografia Geopolítica...*” e com essas aulas teria passado a se interessar cada vez mais pelas mobilizações sociais. Disse que buscava material na biblioteca da escola sobre revoltas e revoluções, teve dificuldades, mas, aos poucos, encontrou livros que satisfaziam sua curiosidade: “*você vai procurando, começa a achar é, os outros textos e... fiquei convencido de que era importante participar, de forma organizada, do movimento*”. Os professores de

História e Geografia também “*foram fundamentais*”. Luciano disse que tentou ler *O Capital* aos 13 anos de idade, mas não “*é difícil de entender, parte. Depois do segundo grau, eu consegui retomar as leituras com mais tranquilidade com ajuda, enfim, ficou mais fácil*”. Os professores aos quais se referiu, no ensino fundamental, não foram os que indicaram a leitura de *O Capital*, mas, segundo Luciano, dialogaram com ele, aprofundando as questões levantadas em sala de aula. A retomada dos estudos, a partir do ensino médio, refere-se ao período em que, já engajado, fazia estudos junto com seus colegas de militância.

Apesar de não ter grêmio organizado, sua escola recebeu a visita de estudantes de fora, que divulgavam uma série de atividades de mobilização contra privatizações de empresas estatais promovidas pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

E, em 97 foi um ano de razoável mobilização entre os estudantes, pela questão da privatização da Vale do Rio Doce... É, teve uma questão, é, além da Vale os secundaristas estavam participando muito da questão da reforma do ensino, tava sendo implementada a nova LDB. Nisso, o segundo semestre de 97 foi um semestre de atos, praticamente de 15 em 15 dias. Fui em uma ou duas, mas esporádicas... E aí, enfim, continuei me interessando, é... (Luciano, PSOL)

A resistência dos pais impediu o jovem de participar das passeatas nas ruas da cidade, mas Luciano disse que estava decidido a se mobilizar. Quando teve que mudar de escola, para fazer o ensino médio, disse que percebeu a oportunidade de buscar uma escola que tivesse movimento estudantil organizado, diferentemente das escolas em que estudou no ensino fundamental. Os pais sugeriram que o jovem fizesse ensino médio técnico, a fim de se profissionalizar antes mesmo de cursar a faculdade e o jovem disse que gostou da sugestão dos pais, tanto pelo fato de o ensino ser técnico quanto pelo de se realizar em uma escola federal, com tradição de mobilização de seus estudantes.

Eu antes de entrar pro [colégio de ensino médio] eu tinha interesse em participar tanto do movimento estudantil, tanto quanto de um partido é, antes disso não tinha tido encontro com nenhuma das duas coisas e, ao entrar pro [colégio] encontrei tanto um movimento estudantil bem organizado tanto quanto uma gama vastamente grande de organizações políticas e partidos políticos. (Luciano, PSOL)

Ainda que as escolas de ensino fundamental pelas quais passou não tenham promovido clara e intencionalmente uma socialização política, foi na escola, por meio de algumas disciplinas e

pelo contato com alunos mobilizados de outras escolas que o jovem foi construindo suas disposições ao engajamento. Nesse caso, não houve relatos de professores que tenham orientado, informado, indicado leituras nem práticas escolares de participação ou gestão democrática da escola.

Silvano também experimentou fatos específicos que mobilizaram os alunos da escola em que estudava. Se, no caso de Luciano, foi o movimento anti-privatização que mobilizou estudantes, para Silvano foi um massacre de trabalhadores rurais no estado em que residia que acionou o movimento estudantil de seu estado junto com outros movimentos sociais.

Porque geralmente nas passeatas, nos movimento, no estado onde eu morava, tinha muito forte tanto o movimento popular, quanto o movimento Sem Terra. Nessa escola que eu estudava, foi na época do massacre do Eldorado dos Carajás. Então, teve muita comoção, sensibilidade por parte do próprio movimento estudantil, arrecadação de alimento, de visitas aos acampamentos do MST. E aí eu fui me envolvendo. (Silvano, PSOL)

Acontecimentos como os narrados acima por Luciano e Silvano (mobilização anti-privatização ou por justiça) e também greves escolares (descritas por Ademir e também por Silvano) são motivadores da mobilização e engajamento dos jovens. Para aqueles que já tinham disposições anteriormente construídas, tais eventos acabam constituindo a porta de entrada para a concretização do engajamento, ou seja, configuram-se no espaço-tempo de transformação da disposição em ação prática. Para aqueles que não tinham disposições anteriores, como é o caso de Silvano, esses eventos produzem socialização política e constroem disposições que vão logo sendo transformadas em ação prática.

Assim, as redes de interações estabelecidas pelo sujeito na escola ou por meio das dinâmicas escolares, que colocam o sujeito em contato com espaços e grupos com os quais se identifica e é capaz de construir algum tipo de reciprocidade, tornam o engajamento possível.

As experiências escolares de Tuco, Guinevere e Welington não foram marcadas por eventos ou acontecimentos específicos, mas por uma aproximação gradativa ao tema da política, através de disciplinas e professores específicos. Guinevere e Welington ainda tiveram uma aproximação lenta e gradual do movimento estudantil secundarista, do qual Tuco nunca se aproximou.

Welington contou que não conhecia qualquer tipo de mobilização em sua escola, apesar de dizer que tinha vontade de “*fazer alguma coisa*”, especialmente depois de ter tido aulas de

História sobre a mobilização dos estudantes brasileiros nos anos 1960. Ele disse que sequer gostava da disciplina de História, mas esse tema específico chamou sua atenção:

Eu não gostava muito de História nessa época [ensino médio], mas como eu estava no terceiro ano, estava estudando para o vestibular e tinha um professor também do Pré-Vestibular, que não era de partido político nenhum, e ele estava falando da importância do estudante na época da Ditadura Militar... E ele estava falando da importância do estudante e eu falei: 'eu tenho que continuar isso'. Eu sabia da existência dos movimentos nacionais, assim, mas nunca pensei que eles pudessem chegar lá [em sua cidade], aí acabou chegando, na mesma época que eu comecei a me interessar [pelo movimento]. (Wellington, PCdoB)

Ao se interessar pelo conteúdo, ficou mais atento às aulas e passou a conversar mais com um professor de história, que era filiado ao PSTU; descobriu que também seu professor de matemática era filiado a esse partido e ambos os professores passaram a dar materiais do partido para que o jovem lesse e se informasse. Wellington disse que desejava se filiar ao PT, pois era o único partido do qual tinha ouvido falar coisas boas e por ter admiração por Lula, admiração compartilhada com o pai. Os professores estimularam que ele conhecesse outros partidos, antes de se filiar ao PT, e Wellington acreditava que essa era a estratégia dos professores para recrutamento do jovem para o PSTU, sem que tivessem dito isso abertamente.

As aulas, as conversas com os professores e as leituras feitas instigaram o jovem a participar, mas ele não sabia onde e como se mobilizar, segundo seu depoimento. Só conheceu o grêmio quando um grupo de estudantes de fora chegou à escola para convocar alunos a participarem da 1ª conferência de estudantes em seu município. A conferência ocorreu quando Wellington já estava no 3º ano do ensino médio e serviu para inseri-lo no grêmio escolar durante o período que ainda faltava para concluir o ensino médio. A participação no grêmio se configurou, para ele, como um novo e importante espaço de sociabilidade e os vínculos com um grupo partidário o levaram a frequentar reuniões no Rio de Janeiro, sacando-o da circulação restrita ao bairro para colocá-lo em movimento entre sua cidade, integrante periférica da região metropolitana, e a capital do estado.

A socialização política na escola ocorre, como vimos, por diversos caminhos e diferentes são os agentes que possibilitam a transmissão de valores e comportamentos que configuram comportamentos e práticas políticas.

Disciplinas específicas, especialmente História, despertaram interesse e curiosidade em alguns jovens. Em vários casos, o interesse pela disciplina esteve associado a uma afinidade ou proximidade com professores que abordaram determinados temas, especialmente referidos à história brasileira e às revoluções e guerras mundiais, de modo a despertar interesse e curiosidade nos jovens alunos. Esses professores, em muitos casos, também dialogaram, responderam a questionamentos e indicaram leituras, de acordo com as questões levantadas pelos alunos que os procuraram. Poucos foram os docentes que sugeriram a participação dos jovens em partidos específicos. Nesses poucos casos, os jovens não seguiram a mesma orientação política dos professores – situação de Wellington, que se filiou ao PCdoB, quando seus professores eram filiados ao PSTU – ou não o fizeram no momento do ensino médio – caso de Cláudio, que, tendo participado de algumas reuniões do PT, a convite de um professor, acabou se afastando e retomando o engajamento partidário na universidade. Ali, filiou-se ao PSOL, onde reencontrou o referido professor, que havia migrado para este partido.

Outras atividades escolares também foram citadas pelos jovens como significativas para a sua socialização política e para a construção de disposições ao engajamento. Foram especialmente citados os debates em sala de aula e a abordagem de temas específicos, que geraram interesse nos jovens alunos, leituras que atraíram a atenção e despertaram sua curiosidade para a política, além de atividades culturais que aproximaram colegas que descobriram afinidades.

Uma característica escolar que poderia ser fortemente relacionada à construção de disposições, contudo, não foi citada pelos jovens: a gestão democrática, com a participação de todos os atores da instituição nas decisões sobre a política escolar. Ademir relatou a realização de eleições para diretor em sua escola, mas foi o único e seu relato surgiu porque foi motivo de mobilização dos estudantes, a fim de garantir que o resultado da eleição fosse aplicado – o diretor geral não nomeou o diretor eleito pelo voto. Nenhum outro jovem relatou a participação em eleições para escolha de diretores, por exemplo, ou a existência de conselhos deliberativos ou atividades do gênero. Talvez eles tenham existido, mas não foram significativos para os jovens, a ponto de serem mencionados como experiências importantes

no período de escolarização. Mesmo os debates relacionados à conjuntura ou a fatos políticos específicos eram descritos não como prática da instituição escolar, mas atribuídos, pelos jovens, a professores isolados.

Os grêmios estudantis foram o lugar de concretização das primeiras mobilizações e engajamentos para vários jovens, mas não são necessariamente os agentes de transformação de disposições em ação, visto que alguns deles relataram a existência de grêmios em suas escolas, dos quais não se aproximaram. Julião, Ademir, Núbia, Cíntia e Silvano começaram a participar dos grêmios escolares ainda no ensino fundamental e Luciano, Welington, Erivelto e Guinevere participaram de grêmios estudantis no ensino médio. Mas Fernanda, Mariano, Cláudio e Tuco disseram que suas escolas tinham grêmios, mas eles não participaram de suas atividades. Esses jovens disseram que os grêmios tinham pouca visibilidade e não despertaram seu interesse. Ou seja, o grêmio, como outros espaços de engajamento, precisa atrair, oferecendo possibilidade de identificação aos alunos para que deles participem. Do contrário, os adolescentes seguem seu percurso escolar sem se engajar nessas organizações estudantis.

Temas específicos também foram razão de mobilização de estudantes, que, em alguns casos, se associavam com outros grupos mobilizados. Foi o caso das passeatas que ocorreram Brasil afora em meados dos anos 1990, em protesto contra as privatizações de empresas estatais propostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Também motivou mobilizações um massacre de trabalhadores rurais ocorrido em um estado do norte do país, onde residia um dos jovens entrevistados. Ainda que tenha acontecido numa região específica, o fato mobilizou a opinião pública nacional. Em ambos os casos, o movimento estudantil organizado articulou-se com outros segmentos organizados da sociedade, ampliando seu alcance. Outro tema mobilizador dos estudantes foi a luta pela manutenção do direito ao passe-livre para estudantes nos transportes públicos urbanos. Essa questão tem mobilizado de maneira cíclica os estudantes do ensino fundamental e médio na cidade e no estado do Rio de Janeiro – dois dos jovens entrevistados tomaram parte dos protestos e ações de resistência na Assembléia Legislativa do estado, para garantir, no ano de 2002, a manutenção do direito conquistado por outra geração de estudantes secundaristas, no início dos anos 1990.

Portanto, a escola aparece, nas narrativas dos jovens, não necessariamente como lugar de aprendizagem da política *stricto sensu*, mas como espaço-tempo ampliado de socialização política, de transmissão e absorção de valores e comportamentos políticos, através das

interações entre alunos, entre estes e seus professores e os demais atores do núcleo escolar. Neste sentido, escolarização, socialização política e possibilidades de engajamento se relacionam diretamente com a maior ou menor possibilidade de viver experiências variadas no âmbito escolar e também com as chances de ampliar o grupo de convívio por meio dos colegas da escola. Também pesa a forma como professores e outros atores da instituição interagem com os alunos.

As práticas escolares e as interações na escola falam muito mais sobre a socialização política do que a existência de espaços institucionais de participação – já foi apontada anteriormente a escassez de relatos sobre participação dos alunos na gestão da escola. Abordou-se, igualmente, o fato de que a existência de grêmios não é condição determinante para o engajamento, visto que alguns jovens não se engajaram nesses grupamentos de estudantes. O que está claramente marcado nas narrativas dos jovens militantes de partidos é a possibilidade de viver a diversidade e ter a mediação da escola para o debate de questões mais amplas, para além dos conteúdos formais, em espaços-tempo que incluem a sala de aula, mas que a ela não se restringem.

3.4 Outros espaços de socialização política

Família e escola são importantes instituições de produção de socialização política, mas, sabidamente – e conforme apontado no primeiro capítulo –, não são as únicas. Vimos, anteriormente, como ocorreu a socialização familiar dos jovens militantes e de que maneira a escola incidiu sobre valores e comportamentos políticos já internalizados pelos jovens em suas famílias ou como produziu socialização política de jovens com incipiente socialização política familiar.

Alguns jovens, entretanto, tiveram outros espaços de socialização política, que configuraram disposições ao engajamento. Há o caso do jovem para quem a experiência religiosa foi a mais significativa para a formação de valores políticos e de disposições ao engajamento; tais disposições, adquiridas na igreja, foram posteriormente atualizadas na convivência com professores de um cursinho pré-vestibular comunitário. Há também um jovem para quem a socialização política e a construção de disposições para o engajamento ocorreu no mundo do trabalho. Por fim, uma jovem construiu disposições para o engajamento a partir de diversas e difusas experiências, que incluíram sua participação em uma ONG e em algumas atividades religiosas de diferentes denominações.

Roberto informou que seus pais nunca se engajaram em qualquer atividade política, mas se tornaram muito praticantes de uma religião pentecostal, depois que problemas financeiros e de saúde afetaram seu pai. Eles teriam encontrado apoio nos membros dessa igreja para reorganizar a vida em novo endereço. Roberto disse que, até concluir o ensino médio, nunca se interessou por política, mobilizações reivindicatórias ou ações do gênero. Contou que, durante a escolarização regular, não teve qualquer experiência significativa, não apontou professores ou atividades escolares que o tivessem sensibilizado ou despertado seu interesse para a mobilização e o engajamento político.

Apesar de o jovem ter afirmado que sua formação política ocorreu durante a realização de um cursinho pré-vestibular, reconheceu que a experiência religiosa produziu um tipo de *“formação política, né? - mas não pra concepção política que eu tenho hoje, né?”*. Afirmou que a dinâmica da igreja de *“um pastor falando e todos ouvindo... a falta de debate”* não produziria mudanças sociais e ele queria ver o mundo diferente: *“Não tinha debate, era muita música, muito choro e muita lição de moral, pouco debate, pouca participação das pessoas... mesmo que fosse pra contar as suas experiências. Sentia falta de poder me expressar, dizer o que sentia...”*

Ao iniciar um cursinho pré-vestibular comunitário na cidade onde residia, conheceu professores militantes e, embora nunca tivesse tido *“acordo político com eles, eu fui muito influenciado pelo PT e pelo PCdoB nessa época”*, partidos de filiação dos referidos professores. Descobriu, com esses professores, novas narrativas sobre a História Geral e do Brasil, que teriam, segundo ele, despertado uma visão mais crítica sobre a realidade. À medida que lia, estudava e dialogava com os novos professores, se afastava da igreja. O rompimento definitivo se deu com a entrada na universidade.

Ele não se engajou nos partidos de seus professores, mas foi através deles que percebeu que a vontade de *se expressar* poderia ser realizada por meio do engajamento partidário.

Os autores marxistas me foram indicados pelos professores, né? ...fui buscando livros de todas as disciplinas e, na história, eu peguei um livro do Chico Alencar [ex militante do PT e um dos fundadores do PSOL] com outros 3 autores, que é a ‘História da Sociedade Brasileira’... e esse livro que me formou, junto com alguns outros autores da geografia, alguns outros materiais não tão formais, evangelistas, marxistas e publicações políticas que eu tive acesso (Roberto, PSOL)

A possibilidade de conviver de maneira mais próxima e constante com esses professores, diferente da dinâmica estabelecida com os professores da escola regular, permitiu que Roberto estabelecesse um diálogo profícuo sobre política e sobre as dinâmicas sociais no Brasil. Foi nessa relação que o jovem atualizou as disposições construídas na prática religiosa, direcionando seu investimento para um partido político. A ideia da mobilização política se transformou em prática, depois que entrou na universidade e saiu em busca de partidos organizados onde pudesse se engajar.

Roberto não é o único jovem que relata uma experiência religiosa, mas é praticamente o único a dar peso significativo, em sua narrativa, à diferença entre a formação política produzida na Igreja e a abordagem política que encontrou em outros espaços, que o fizeram romper definitivamente com a prática religiosa. Também é o único jovem para quem o cursinho pré-vestibular representou um espaço bastante significativo para sua formação política e para o contato com pessoas ligadas a partidos políticos.

Tamara fez parte de uma ONG que lutava pela paz na região em que morava, no sertão nordestino. Além disso, experimentou duas diferentes práticas religiosas, que a instigaram a pensar sobre questões essencialmente políticas, tais como o direito ao aborto e o respeito à diversidade de opções sexuais. Foi inicialmente católica carismática, participante de um grupo de jovens e disse que foi a posição radicalmente contrária ao aborto, entre outras questões, que esmaeceu seus laços com a igreja. Ela disse que ainda não tinha uma posição fortemente favorável ao aborto, mas se sentia incomodada com o posicionamento da igreja católica. Conheceu pessoas de um centro espírita e passou a frequentá-lo. Mas, novamente, os temas do aborto e da homossexualidade se interpuseram na relação com a religião, dado que “*a homossexualidade e o aborto no espiritismo são tratados como deformações*”. As dissonâncias entre o discurso proferido pelas igrejas que frequentou e suas convicções, ainda que pouco formuladas, segundo a jovem, foram delineando o caminho que a levou ao engajamento partidário. Mas foi em palestras no centro espírita, proferidas por um médico militante do PT, que ela se interessou pela possibilidade de se engajar em um grupo político. O médico, apesar de seguir a doutrina da qual ela gradativamente se afastava, exerceu forte influência, ao apresentar a ela o partido como uma opção viável para a realização da vontade que expressava de se engajar, ao mesmo tempo em que percebia a religião como lugar pouco adequado às suas convicções.

Roberto e Tamara experimentaram diferentes práticas religiosas, mas, para ambos, elas foram significativas para a formulação de comportamentos e atitudes políticas. Nos dois casos, a discordância com os valores religiosos estava presente e as disposições construídas a partir das práticas religiosas foram atualizadas, ou ressignificadas em outros espaços de convivência e interação – notadamente no cursinho e no próprio partido.

O último jovem a apresentar outras formas de socialização política, que vão além da família e da escola, é Norberto. O jovem é natural do estado de Minas Gerais, de família de classe média, que costumava se mobilizar em épocas de campanhas eleitorais para debater e defender seus candidatos, em geral do Partido dos Trabalhadores. Norberto cursou ensino médio técnico e, ao concluir essa etapa de ensino, disse que resolveu experimentar sua independência, comunicando aos pais que se mudaria para o Rio de Janeiro. Os pais não teriam apoiado a ideia do filho e, por isso, não lhe deram qualquer apoio financeiro para a viagem, “e aí, quando eu saí de Belo Horizonte, minha mãe não queria muito que eu saísse de lá, então eu saí meio que na marra, né? Eu coloquei a cara mesmo e saí”. Segundo o jovem, ao não lhe apoiarem financeiramente, os pais esperavam demover o filho, ainda adolescente, da ideia de estabelecer residência no Rio. “Não foi escondido[que saiu de casa], mas foi meio assim: ‘ah, eu vou’. ‘Ah, você vai? Mas não vou dar dinheiro. Então não vai ter dinheiro’. É, tipo assim: ‘você vai, mas não vai ter dinheiro e vai voltar em um mês, dois meses’. Tipo assim ...”

Viveu em pensões da cidade, fez “bicos”, panfletagens e trabalhou como atendente de uma pizzaria. Segundo sua fala, foi a experiência na pizzaria que começou a construir nele suas disposições ao engajamento:

fiquei uns quatro meses na pizzaria e aí fui mandado embora, porque briguei com o cara lá, o cara pagava muito mal a gente, né? A gente ganhava mais com a gorjeta, do que... aí discuti com o cara e o cara me mandou embora. Aí que eu fui ser camelô... aí eu virei camelô (Norberto, PSOL)

A atividade de camelô era seguidamente reprimida pela polícia e pela guarda municipal. O jovem afirmou que perder mercadorias para o “rapa” da polícia era uma constante e que alguns ambulantes da região resolveram fazer algumas reuniões para tentar encontrar uma maneira de trabalhar sem ter tantos prejuízos e sem sofrer tantas pressões e perdas.

Tinha vários problemas, perseguição dos guardas, os rapas, né? – dos guardas, apreensão de mercadoria, aí eu comecei a me organizar com eles. Aí foi minha primeira experiência com organização, foi com os camelôs. Porque eu não fiz movimento secundarista... (Norberto, PSOL)

Sobre a organização dos ambulantes, afirmou que

na verdade, a organização era muito fluida, não tinha aquela organização, era muito fluida. Era mais assim, o rapa vinha, acontecia alguma coisa, aí o pessoal se reunia, começava a falar, começava a contestar e, a partir daí, a gente começou a se organizar. Aí eu também comecei a me tornar uma liderança ali dentro. Eu até me lembro, do E., era um cara que também era uma liderança, começou a aparecer ali dentro e a gente começou a se organizar. E aí eu comecei a fazer o pré-vestibular. Eu trabalhava de camelô de dia e fazia o pré à noite. (Norberto, PSOL)

A mudança de vida, de acordo com os relatos do jovem, foi significativa – da saída da casa de classe média dos pais para o trabalho como camelô e a hospedagem em pensões de subúrbio. Mas a convivência com pais que declaravam voto e defendiam candidatos e, portanto, falavam de política, certamente construiu algumas disposições ao engajamento, que foram acionadas, mas amplamente reforçadas, na experiência de vendedor ambulante. O jovem não comentou sobre as possíveis razões para ele se tornar uma liderança entre os camelôs, mas é provável que sua maior escolaridade e habilidade verbal o tenham destacado entre os demais trabalhadores, que, em geral, são pouco escolarizados.

O cursinho pré-vestibular foi feito por meio de uma permuta entre o jovem e o estabelecimento de ensino: Norberto fazia propaganda do cursinho em sua barraca durante o dia e estudava de graça à noite. Prestou vestibular dois anos depois de estabelecer residência no Rio de Janeiro em duas universidades públicas, passou em ambas e escolheu uma, de acordo com facilidades de moradia e deslocamento. Cursado o primeiro semestre, ele deixou de ser camelô.

A experiência como trabalhador ambulante no subúrbio do Rio de Janeiro é inesperada para um jovem de classe média que tinha o apoio dos pais para seguir os estudos sem precisar trabalhar. Mas Norberto afirmou que, apesar de não se sentir oprimido ou pressionado pelos pais, seu projeto era de uma vida completamente independente, queria fazer “algo diferente” e “por conta própria”. Segundo ele, isso é um traço de sua personalidade.

As narrativas dos jovens dão conta da formação de um mosaico de espaços e tempos de socialização que ocorrem na família e na escola por diferentes agentes – pais, tios, professores, colegas. Valores internalizados no âmbito familiar podem ser ressignificados, a partir das interações estabelecidas na escola, e o grupo de pares é importante para a construção do engajamento, assim como são alguns professores. Ou seja, as interações são significativas para os jovens, tanto quando ocorrem com os pares de idade quanto com adultos. As trocas de experiências entre pares e com adultos têm significados distintos e pesos também diferentes em cada um dos mosaicos que cada jovem constrói.

Assim, somente pelo rompimento com a clássica dicotomia que situa as razões do engajamento entre a estrutura e a estratégia, é que é possível explicar o engajamento dos jovens em partidos políticos. A complexidade dos fenômenos sociais que produzem o engajamento demanda uma possibilidade analítica que permita esclarecer os modos como se constroem as disposições, competências e possibilidades de engajamento (FILLIEULE, 2001; OLIVEIRA, 2005; SEIDL, 2009). A articulação das análises das disposições e das interações no presente também permite compreender a maneira pela qual uma disposição se transforma em ação concreta.

Os jovens cujos pais eram militantes tiveram uma socialização política claramente influenciada pelos valores políticos dos pais e foram também os que acionaram suas disposições mais precocemente, ou seja, são os jovens de socialização política familiar os que mais cedo se tornaram militantes – com exceção de um jovem que iniciou cedo a militância, levado por acontecimentos escolares.

O grupo de jovens de famílias engajadas reúne as elites intelectuais, com exceção de um jovem de classes populares, mas os outros dois grupos – famílias porosas ao tema e famílias desengajadas – têm composição equilibrada entre camadas médias e populares, o que impede dizer que as famílias de uma ou outra origem de classes estariam mais propensas ao engajamento.

As experiências escolares são igualmente variadas, mas a presença de grêmios é um dos elementos significativos para os jovens entrevistados, no que diz respeito à aproximação com o tema da política e do engajamento. A maioria dos jovens que estudaram em escolas com grêmios começou a militar em partidos, através do movimento estudantil secundarista, ainda no ensino básico. Poucos foram aqueles que, tendo grêmios em sua escola, não se

aproximaram dele. Os jovens de famílias engajadas iniciaram militância no grêmio estudantil quando ainda estavam no ensino fundamental e isso foi considerado precoce por eles próprios – vide Ademir, que disse ter sido uma surpresa eleger-se presidente do grêmio aos 13 anos, quando sua escola tinha alunos de ensino médio de até 17-18 anos de idade.

Como foi dito no primeiro capítulo, os estudos sobre a socialização política apontavam para a centralidade da família na transmissão de valores e comportamentos políticos às novas gerações, mas mudanças sociais impuseram uma nova abordagem do tema. A centralidade da escola e da família já não dava mais conta de explicar os fenômenos da juventude que se mobilizava. Para alguns jovens, a socialização familiar e escolar teve papel muito sutil, com centralidade para o grupo de pares ou experiências de trabalho ou práticas religiosas. Maurer (2000) assinala que a centralidade da família e da escola ainda persiste nos estudos sobre socialização política pela dificuldade de mensuração dos efeitos cognitivos das mídias ou do grupo de pares, mas esta influência é inegável, especialmente quando as formas clássicas de socialização não permitem explicar as razões para o engajamento. E jovens como Tamara e Roberto deixam clara a influência de outros mecanismos de socialização.

Capítulo 4 – Tornar-se militante: a experiência militante e o tempo

Os jovens entrevistados para a pesquisa têm idades entre 21 e 29 anos. A diferença de idade parece pouca, mas as experiências de cada um diferem bastante e se relacionam com o tempo de engajamento. Há tempos diferentes de militância, que variam de 6 meses a 14 anos⁶². Gênero, classe e disposições ao engajamento são clivagens que perpassam toda a análise da experiência militante, mas neste capítulo a dimensão do tempo se torna central. O início da militância ainda no ensino fundamental caracteriza percursos mais longos na militância, mas também jovens que iniciaram militância já na universidade têm percursos militantes de longa duração.

O tempo maior ou menor de militância não determina, contudo, intensidade maior e menor, respectivamente, de militância. Poderíamos esperar que jovens de militância mais longa tivessem, necessariamente, um investimento ou uma militância mais intensa e que os militantes mais recentes tivessem menor investimento, mas veremos nas narrativas dos jovens que pouco tempo de militância também pode ser sinônimo de grande investimento militante.

No capítulo 3, os jovens foram agrupados e apresentados de acordo com a socialização familiar e escolar, em grupos que levavam em conta o engajamento de suas famílias. Neste capítulo, os agrupamentos são distintos e, ao abordar o início do engajamento e sua relação de duração, veremos como a variável tempo incide sobre as práticas militantes.

Ainda que o tempo não seja necessariamente um determinante de intensidade de militância, o agrupamento dos jovens seguindo critérios de tempo ajuda a perceber outros fatores que proporcionam maior ou menor investimento, tais como espaços de militância, transições no ciclo de vida estudantil e profissional. Por isso, foram consideradas militâncias longas aquelas que já duram mais de 5 anos – tempo possível para concluir diferentes níveis de escolaridade e, portanto, diferentes processos de transição no ciclo de vida: entrada no ensino médio, entrada no ensino superior, inserção no mercado de trabalho, continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. As militâncias curtas se definem por tempo mais curto, ainda que também percorram alguns momentos distintos da escolarização.

⁶² Considerando o ano de 2009, quando as entrevistas da primeira fase foram realizadas.

Para adolescentes e jovens em idade escolar, o tempo é percebido e vivido com mais intensidade, as mudanças ocorrem rapidamente. Por isso, a passagem de cada ano já poderia ser considerada significativa. Mas, o que se pretende com o agrupamento dos jovens em militâncias longas e curtas é captar diferentes momentos da militância que se associam com diferentes momentos da vida.

4.1 Percursos militantes de longa duração

São 13 os jovens que se caracterizam por militâncias partidárias de longa duração, ou seja, mais da metade dos jovens entrevistados milita em partidos há mais de 5 anos e já passou por diferentes fases da escolarização como militantes e também diferentes espaços de militância. Oito desses jovens iniciaram militância quando estavam no ensino fundamental ou médio e cinco iniciaram quando já estavam na universidade.

Dos 8 jovens que iniciaram militância quando estavam no ensino básico (Julião, Cíntia, Ademir, Silvano, Guinevere, Erivelto, Luciano e Joana), 4 são oriundos de famílias de camadas populares e 4 de famílias de camadas médias ou elites intelectuais, havendo, portanto, equilíbrio no que se refere à origem de classe entre jovens que militam há mais tempo e iniciaram seu engajamento entre os 13 e os 16 anos de idade. Com exceção de Joana, todos iniciaram sua militância através do movimento estudantil secundarista e logo se envolveram em grupos vinculados a partidos políticos. A filiação partidária após o engajamento estudantil demorou até dois anos para acontecer, mas o envolvimento com os partidos é quase simultâneo à entrada no movimento estudantil, por meio dos grêmios escolares.

No capítulo 3 foi descrita a socialização escolar de Luciano, que disse ter tido vontade de se engajar desde o ensino fundamental, mas apenas ao chegar ao ensino médio, em nova escola, encontrou espaço de militância. A escola técnica federal onde se matriculou tinha um grêmio mobilizado e vários grupos partidários atuantes.

encontrei tanto um movimento estudantil bem organizado quanto uma gama vastamente grande de organizações políticas e partidos políticos. Tinha uns... provavelmente uns quatro a cinco partidos políticos organizados com atuação na escola. É... e aí enfim, eu fui participando, é, tempo depois eu fui fazendo opções dentro do movimento, dentro do espectro partidário. [...] Por estar numa escola que tinha um espectro partidário amplo, digamos assim, é, eu começo a discutir com essas organizações políticas e muitas fazem um

debate é, muito de propaganda e pouco debate programático, o que que seria o programa que elas defendem... Algumas aprofundaram um pouco mais esse debate de programa e eu acabei optando por ficar próximo de uma, é, e... depois dessa proximidade, depois de um, dois anos eu acabei que fui fazendo uma discussão mais longa e acabei entrando pra essa organização. (Luciano, PSOL)

O jovem iniciou o ensino médio em 1998, engajando-se quase imediatamente no movimento estudantil; filiou-se ao PT em 2000, numa corrente específica e nela militou ao longo de todo o ensino médio. Segundo Luciano, *“tinham várias organizações do próprio PT [na escola]. Tinha, é, organizado o partido PCdoB, o PCB, o PSTU, é, o PDT, o PT. É, só... tinha PTB”*. Como era incomum saber de grupamentos do PTB no movimento estudantil, o jovem explicou que o diretor da escola era filiado ao PTB e afilhado político de uma liderança nacional do partido, razão pela qual esse partido também estava presente.

O caminho trilhado por Luciano até o engajamento em partido político ilustra a superação de determinadas barreiras ao engajamento que são enfrentadas por alguns jovens para que disposições efetivamente se transformem em prática. Segundo Klandermans (1984), uma pessoa, para se engajar, precisa conhecer oportunidades para fazê-lo, ser capaz de lançar mão dessas oportunidades e estar disposta a isso. A maioria dos jovens entrevistados encontrou oportunidades de engajamento no movimento estudantil. Para alguns, o movimento esteve facilmente ao alcance de suas disposições; para outros, foi preciso encontrá-lo. No caso de Luciano, ele não existiu no ensino fundamental, quando ele já tinha a disposição para o engajamento; a oportunidade só se apresentou no ensino médio. Ele lançou mão da oportunidade, mas teve que enfrentar a oposição dos pais ao engajamento para fazê-lo. A remoção das barreiras à participação é, também, condição necessária ao engajamento.

Julião tem origem popular, mas seus pais, no intuito de garantir melhores condições aos filhos, matricularam-nos em uma escola privada, de classe média, no centro da cidade em que residiam, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os deslocamentos do bairro onde moravam ao centro da cidade, realizados na companhia da irmã mais velha, deram a Julião autonomia de circulação pela cidade, o que não era comum à maioria dos adolescentes de sua idade. Na escola, Julião disse que sentia a diferença de origem em relação aos colegas, e falou da escola como um espaço que não era “seu”, onde se sentia um estranho, diferente de seus colegas e para o qual ele buscava estratégias de ajustamento. Disse que, passados alguns anos, avaliava que a militância política acabou sendo sua estratégia de diferenciação. *“Então, eu acho que foi a maneira que eu encontrei [ser do grêmio e militante de partido], que não era a*

maneira convencional, mas era uma maneira que eu era aceito e reconhecido". Não existia grêmio em sua escola, mas apareceram alunos do DCE de uma universidade pública para estimular os alunos a criarem um. Ele disse que, no processo de criação do grêmio, consolidaram-se duas correntes políticas em sua escola: PT e PCdoB. Influenciado pelas experiências familiares, aproximou-se das pessoas ligadas ao PT, mas de uma corrente diferente da dos pais – o jovem disse que seus pais eram de uma corrente “xiita” e que a sua corrente era menos radical. Sua filiação formal ao partido ocorreu apenas alguns anos depois de seu engajamento efetivo, isso porque, na época, ainda não tinha idade para se filiar formalmente. Seu engajamento no partido foi quase simultâneo ao engajamento no movimento estudantil.

Julião se refere a seu engajamento político como uma maneira que encontrou para ser reconhecido e aceito na escola, diante da situação de ser uma criança e adolescente de camadas populares frequentando uma escola predominantemente frequentada por alunos de classes médias. Estava em situação desfavorável – do ponto de vista dos capitais econômicos e culturais – em relação a seus colegas e buscou outros mecanismos de *distinção*. O *habitus* (BOURDIEU, 1983, 1989), definido como a forma como os capitais econômicos, sociais e culturais são incorporados, determina as classes sociais e constitui as práticas que classificam as distinções (BOURDIEU, 2007). Na ausência de capitais econômicos e culturais dominantes das classes médias, Julião adquiriu outros capitais simbólicos que constituíram sua distinção no âmbito escolar, e foi através do engajamento político que adquiriu tais capitais.

Guinevere iniciou sua militância no movimento estudantil, convidada por estudantes engajados na UJS (ligada ao PCdoB), quando estava no ensino médio. Ela disse que foi convidada a participar de uma assembléia da UNES (União Niteroiense de Estudantes Secundaristas) e que tanto o convite quanto sua aceitação foram apenas para “*fazer volume*” no evento; ela não sabia ao certo do que se tratava e para quê estava naquela assembleia, mas participou. A partir daí, veio o convite para participar do grêmio de sua escola e para se filiar à UJS: “*fui indo, fui indo e acabei sendo filiada, né?*”. Diz que pouco compreendia o movimento estudantil e seus objetivos. Apesar disso, acreditava ter sido um momento importante, porque foi quando começou a pensar em política⁶³.

⁶³ Depois de concluído o ensino médio, Guinevere deslocou-se do PCdoB para o PT. As mudanças de partidos serão abordadas adiante, neste capítulo.

E você, no segundo grau, você não tem muito noção... eu: 'pôxa, eu sou parte de um movimento?!' Por um lado, até foi bom, porque eu comecei a pensar politicamente dessa forma... (Guinevere, PT)

A existência de diversos grupos políticos organizados nas escolas onde os jovens estudaram, em alguns casos, levou a experimentações e *testes* de afinidade entre os jovens e esses grupamentos, assim como relatado por Luciano. Mas, em casos como os de Ademir e Julião, cujos pais eram militantes do PT, a entrada no partido ocorreu sem experimentações prévias, vinculando-se imediatamente ao PT. No caso de Julião, que presenciou a criação do grêmio em sua escola, havia apenas um grupo ligado ao PT e outro ligado ao PCdoB, o que também restringia suas opções.

Chama a atenção entre os jovens de militância longa, iniciada quando estavam na educação básica, a predominância de filiações petistas⁶⁴. Dos 8 jovens, 5 se filiaram ao PT quando estavam no movimento estudantil secundarista e suas trajetórias são bastante semelhantes à relatada por Luciano, ou seja, aproximação ao movimento estudantil, que agrega diferentes grupos políticos, aproximação a um grupo específico por afinidades entre propostas dos partidos ou com as pessoas que compõem o grupo e filiação partidária.

O engajamento realizado em grupo – junto com colegas de escola – ou a construção prévia de amizades com o militantes, para a posterior concretização dos engajamentos nos partidos, também caracteriza a militância dos jovens entrevistados. Poucos foram os que se lançaram sozinhos no engajamento. Julião se engajou no ME junto com colegas de turma, quando o grêmio foi criado em sua escola; Cláudio se engajou junto com seu ex-colega de escola, que estudava na mesma universidade que ele; Luciano conheceu os integrantes do grêmio, estabeleceu vínculos e, só depois, se engajou efetivamente. Segundo Klandermans e Oegema (1987), há 4 aspectos distintos que contribuem para a concretização do engajamento, conforme descrito no primeiro capítulo: (i) formação de potenciais disposições para o engajamento – vimos no capítulo anterior os caminhos percorridos pelos jovens que contribuíram para a construção de suas disposições; (ii) formação e ativação de redes de mobilização – aspecto importante que, em geral, foi construído a partir do grupo de colegas da escola ou da universidade; (iii) ativação das motivações para o engajamento e (iv) remoção das barreiras à participação – barreiras que passam pela resistência familiar, pela escassez de tempo, pelos deslocamentos exigidos para a participação em atividades e mobilizações. A

⁶⁴ Alguns desses jovens mudaram mais tarde para outros partidos. As mudanças serão tratadas adiante, neste mesmo capítulo.

formação de potenciais disposições e a formação e ativação de redes de mobilização são fundamentais para que as motivações para o engajamento sejam ativadas e para que as barreiras sejam removidas. Quanto mais motivado estiver o sujeito, maiores as barreiras que ele será capaz de transpor para concretizar seu engajamento.

A filiação oficial ao partido, contudo, teve que esperar, em alguns casos, por razões legais. Ademir, Guinevere e Julião ainda eram novos demais para se filiarem oficialmente, dado que ainda não tinham completado 18 anos de idade – idade mínima para filiação partidária, segundo legislação do Tribunal Superior Eleitoral naquela época. Isso não impedia, entretanto, que os partidos tivessem estratégias alternativas de filiação. Ademir disse que havia uma ficha de filiação para os jovens que ainda não podiam se filiar oficialmente; a ficha era guardada na sede do partido e, no momento oportuno, a filiação oficial era feita junto ao órgão eleitoral. O mesmo foi relatado por outros jovens. Assim, os jovens se sentiam efetivamente integrados ao corpo de militantes do partido e eram tratados como tais, apenas sem constar nos registros oficiais. Os militantes que se filiaram mais recentemente já encontraram nova legislação em vigor, que estabelece 16 anos como idade mínima para a filiação⁶⁵.

Joana é a única que não se engajou no movimento estudantil. Ela ainda não concluiu o ensino médio, pois abandonou os estudos inúmeras vezes e afirmou nunca ter tido afinidades com o movimento estudantil. Sua aproximação ao partido deu-se pela via da sociabilidade da mãe, que frequentava festas e eventos do partido, conforme relatado no capítulo anterior. A presença constante nos lugares frequentados por militantes fez com que Joana se tornasse amiga de outros jovens militantes e foi pela afinidade com o grupo de amigos e a proximidade que já tinha com a dinâmica do partido que se filiou ao PDT, quando tinha 16 anos, no ano 2000. Ela disse que a ficha de filiação foi assinada a convite de seus amigos militantes, durante a festa de aniversário de um importante político pedetista, mas, antes mesmo da filiação formal, já se considerava e era considerada uma militante do partido.

Além dos 8 jovens acima citados, há outros 5 de militância longa, iniciada quando estavam no ensino superior. Apesar do início mais tardio, no que se refere ao ciclo escolar, esses jovens também já militam há bastante tempo e 3 deles (Cláudio, Tuco e Denise) já se formaram e deram prosseguimento aos estudos em nível de mestrado ou iniciaram nova graduação. Tamara e Norberto prolongaram a permanência na universidade, devido a transferências e

⁶⁵ Conforme apontado no capítulo 2, o PCdoB é o único, entre os partidos pesquisados, que continua estabelecendo a idade de 18 anos para filiação partidária.

mudanças de curso e por levarem os cursos em ritmo mais lento, em função da dedicação à militância partidária.

Norberto, Cláudio e Tamara se aproximaram gradativamente do movimento estudantil universitário e todos se vincularam logo a grupos estudantis associados a partidos políticos – PT para os dois primeiros e PSTU para a terceira. Norberto vinha da experiência de mobilização dos trabalhadores ambulantes e, pouco tempo depois de entrar na universidade, já conhecia estudantes ligados ao movimento estudantil de seu curso e do DCE. Cláudio já tinha participado de algumas reuniões do PT quando cursava o ensino médio e não se engajou. Na universidade, junto com o colega com quem frequentou as reuniões anteriormente, se vinculou a um grupo de estudantes que se declaravam *libertários*.⁶⁶ Apesar de ser um grupo declaradamente não-partidário, havia, entre seus integrantes, alguns filiados ao PT. Passado cerca de um ano, Cláudio também se filiou, assim como alguns copanheiros já tinham feito. Os dois jovens – Cláudio e Norberto - se filiaram ao PT, ambos em 2002, e depois mudaram para o PSOL.

Tamara tinha participado anteriormente de uma ONG de luta pela paz e conheceu membros do PT ao frequentar um centro espírita. Ela chegou a se filiar ao PT, mas sua participação em atividades do partido não chegou a ser sistemática; logo depois da filiação, passou no vestibular e sua militância tomou outro caminho⁶⁷. Na universidade, deparou-se com uma greve: “quando eu cheguei lá, meu primeiro dia de aula foi uma greve. No primeiro dia de aula, lançaram um panfleto: ‘primeiro de abril não é dia de aula, é dia de luta’. Fecharam os portões da universidade, o movimento estudantil fechou”. O ano era 2002. Estava formalmente filiada ao PT, mas não havia, segundo seu relato, muitos militantes do PT na universidade.

E o movimento muito legal, muito forte, muito combativo. Quando foi no começo, eu cheguei: ‘ah, quero participar’. Chegaram na sala: ‘quem quiser fazer parte do comitê de greve é só ir pra reunião de noite’. Eu estudava de manhã, à noite não tinha nada pra fazer, aí fui pra reunião. E aí comecei a ir sempre, comecei a ir todos os dias... não tinha militante do PT no movimento, só tinha um garoto e uma garota, eles eram de uma corrente um pouquinho mais à esquerda... assim, uma coisa bem complicada. Aí, as

⁶⁶ “É porque não eram justamente anarquistas, nem autonomistas no sentido clássico. Eram independentes, ‘porra-loucas’, no movimento estudantil. Mais próximo do anarquismo, [fazia] uma crítica à autoridade geral e tudo mais, mas não eram anarquistas ... Então, a gente funda o coletivo [...]” (Cláudio, PSOL).

⁶⁷ Pelo pouco tempo de permanência no PT e a pela pouca sistematicidade e organicidade de participação neste partido, considera-se como início de militância da jovem o período em que se engajou no PSTU, por entender-se que o engajamento demanda uma participação sistemática e minimamente duradoura.

peçoas do Partido se aproximaram de mim, do PSTU. E começaram a falar da crise, né? [do PT]. Até que eu rompi com o PT e falei: *‘não, vou ser independente’*. Aí, fiquei independente, só que eu ficava independente assim, ficava independente, mas estava sempre lá com o pessoal do Partido [PSTU], votando nas propostas do Partido [PSTU]... (Tamara, PSTU)

Por estar sempre próxima ao pessoal do PSTU, acabou se filiando, porque já se considerava uma militante do partido. Mas sua adesão ocorreu gradativamente, até se consolidar o engajamento.

Ao contrário da maioria dos jovens entrevistados, Tuco não chegou ao partido ao qual se filiou através do movimento estudantil. Foi instigado por um professor da escola a se mobilizar, mas não tinha um grupo de amigos que se associasse à idéia do engajamento; na família também não encontrava suporte para tal, visto que os pais não tinham qualquer tipo de engajamento político. Por isso, teria feito uma busca solitária por um partido ao qual se filiar e se engajar.

O jovem disse que tinha dúvidas entre o PT e o PDT, pois achava Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola os políticos mais interessantes do cenário político, na época em que começou a se interessar pelo assunto; eles seriam as figuras mais emblemáticas, carismáticas e importantes na história recente do país. Ele teria se decidido pela filiação ao PDT na campanha eleitoral de 2000, quando Leonel Brizola foi candidato a governador do Rio de Janeiro pelo PDT e Benedita da Silva candidata pelo PT. Nenhum dos dois foi eleito, mas Tuco preferiu o discurso do primeiro. Foi à sede do partido e pediu para ser filiado. Frequentou palestras do partido no Rio de Janeiro, quando teve a oportunidade de conversar com Leonel Brizola. O encontro teria sido emocionante e muito marcante para o jovem, que ainda alimenta imensa admiração pelo político, morto em 2000.

Passou no vestibular e começou a se envolver com a juventude do PDT da cidade onde se localizava a universidade. Na universidade, soube que o curso de Engenharia mantinha um cursinho pré-vestibular voltado para pessoas que não tinham condições financeiras para pagar por um equivalente particular e que era mantido por voluntários arregimentados entre professores e alunos da faculdade de Engenharia. Tornou-se professor e, posteriormente, um dos coordenadores do cursinho, atividade que ele desempenhou como militante do PDT e que manteve como espaço de engajamento, mesmo depois de sua formatura e às vésperas de concluir o mestrado. Afirmou que sua militância na universidade foi influenciada por uma das duas bandeiras que considerava como mais importantes do partido, sendo *“focada na área de*

educação. Ela foi uma militância educacionista, né? E a gente começou com o pré-vestibular da engenharia. E eu fui e me engajei nesse projeto, pra estar levando [adiante]”. Tuco participou do diretório acadêmico de seu curso, mas afirmou que a falta de tradição de mobilização no curso de engenharia dificultava muito o trabalho político do Diretório Acadêmico. Participou de apenas uma gestão do diretório e não teve participação em outras instâncias estudantis. Ele não sabia dizer se seu pouco envolvimento com o movimento estudantil universitário se devia à pouca simpatia que tinha pelo movimento ou à real falta de oportunidade de se engajar nele. Veremos, no capítulo 5, que os 3 jovens militantes do PDT – Joana, Tuco e Erivelto – não tiveram participação expressiva no movimento estudantil, tendo os mesmos atribuído este fato a características locais de seu partido.

Denise não teve uma socialização – familiar ou escolar – que pudesse dar indícios de construção de disposições ao engajamento. E o modo como chegou até o movimento estudantil também aponta para a ausência de disposições prévias, ao apontar que foi uma demanda bastante específica e particular que a fez buscar o DCE da universidade: o professor de uma disciplina do primeiro semestre do curso de Nutrição teria prejudicado grande parte da turma, inclusive ela, e não conseguiu soluções no âmbito de sua faculdade; buscou, então, a ajuda do DCE, para solucionar o caso. Ela relatou que os alunos do DCE a apoiaram e conseguiram solucionar o problema. Depois disso, passou a frequentar a sede do diretório e acompanhar as reuniões, visto que foi se tornando amiga de um grupo de alunos que o integravam. A jovem tinha um círculo de amizades extenso, apesar de ter se mudado do interior do estado para a região metropolitana, a fim de cursar a faculdade. Os alunos do DCE ampliaram esse círculo. Afirmando que “uma discussão vai levando a outra”, relatou ter começado a participar das reuniões do diretório e, como consequência, dos debates, passando a refletir sobre coisas a respeito das quais nunca tinha pensado antes. Acabou se engajando no PT, partido ao qual pertencia grande parte dos alunos do diretório naquela época (por volta do ano de 2001).

E aí, eu comecei a me deparar com questões que eu nunca tinha pensando, né? Ah, tipo a luta pela moradia, porque eu morava numa república e pagava um aluguel, e moravam várias pessoas pra esse aluguel ficar mais barato. A discussão de universidade mesmo, ciência e tecnologia... O que se produz na universidade, como se constrói uma universidade, pra que esse conhecimento é construído. (Denise, PSTU)

Um evento aproximou a jovem do DCE – o sentimento de ter sofrido uma injustiça por parte de um professor fez com que a jovem buscasse apoio em seu pleito. Ao conquistar seu objetivo, aproximou-se das pessoas que a ajudaram e construiu novas amizades. Passou a frequentar sistematicamente o DCE e as atividades produzidas pelo diretório central. Assim, foi se enredando e acabou filiada ao partido que estava majoritariamente representado no DCE – o PT. Seu engajamento ocorreu “mais ou menos no ano de 2001”.

Entre os jovens de percursos longevos de militância, percebe-se que alguns percorreram caminhos similares de chegada ao partido, mas também há uma diversidade de maneiras de chegar lá. Muitos chegaram via movimento estudantil, mas associa-se a isso afinidades com amigos, afinidades programáticas ou ideológicas com os partidos “disponíveis”⁶⁸, heranças familiares ou, ainda, eventos e demandas pessoais. Dois jovens chegaram aos partidos sem intermediação do movimento estudantil e, coincidentemente, ambos são filiados ao PDT.

4.2 Percursos militantes recentes

São 8 os jovens que têm percursos militantes mais recentes, ou seja, tempo de militância partidária de até 5 anos. Apenas dois desses jovens iniciaram sua militância quando estavam no ensino básico e seis a iniciaram quando estavam na universidade.

Os percursos mais recentes coincidem com a iniciação mais tardia do engajamento – na universidade. Os percursos de maior tempo de existência eram constituídos, em sua maioria, por jovens que iniciaram o engajamento no ensino básico. No grupo de jovens de percursos mais recentes, também há maior presença de jovens oriundos de famílias sobre as quais relataram pouca ou nenhuma porosidade ao universo da política ou formas de engajamento. Exceções são Marina e Núbia, oriundas de elites intelectuais e herdeiras do engajamento dos pais. No caso de Núbia, a transformação das disposições em prática ocorreu cedo, quando ainda estava no ensino médio. O fato é que ela é a mais jovem entre todos os entrevistados e, por isso, sua militância é mais recente, ainda que tenha iniciado cedo seu engajamento. No caso de Marina, suas disposições se transformaram tardiamente em ação, porque apenas na universidade ela encontrou um espaço organizado de engajamento, que não existiu ao longo

⁶⁸ Partidos disponíveis, do ponto de vista de sua presença no movimentos estudantil e nos núcleos estudantis (escolas e cursos universitários) onde estavam os jovens.

de sua escolarização básica. Mas, quando Marina estava pensando em se filiar a um partido, engravidou e viu seu engajamento adiado para mais tarde⁶⁹.

Nesse grupo está a jovem Antônia, a militante mais recente de todo o grupo. Em 2009, no momento da entrevista, ela participava de um núcleo de estudantes vinculado a uma corrente do PT havia apenas 6 meses, tempo do 1º semestre de seu curso universitário. Ela ainda não se reconhecia como uma militante do partido, ainda que seus colegas a tenham indicado como tal. Ela participava das reuniões semanais do núcleo, mas ainda conhecia pouco da dinâmica propriamente partidária, pois transitava apenas pelo universo da militância estudantil. Um dos jovens petistas entrevistados considerava que Antônia poderia suceder às lideranças petistas que estavam prestes a se graduar, mas os planos dessas lideranças, aparentemente, ainda não tinham sido percebidos pela jovem.

A jovem disse que, chegando à universidade, procurou grupos de estudantes mobilizados, porque achava que o engajamento era uma característica tão marcante dos estudantes que lhe parecia quase uma obrigação engajar-se, por sua condição de estudante universitária. Seu pai era um simpatizante do PT e já tinha sido secretário de uma prefeitura municipal de interior. Por isso, pretendia engajar-se em um grupo do mesmo partido. Ela afirmou que estudantes do PSOL também a convidaram para participar de um núcleo⁷⁰ e que ela gostou das pessoas, porém pesou mais a socialização familiar e ela acabou por seguir a preferência do pai, o que não significa que tenha recebido alguma indicação paterna explicitamente. Na verdade, ele nem estava por perto para influenciar as escolhas da filha, mas ela se apoiava em sua experiência com o partido, tendo, assim, mais segurança de que sua escolha era a mais acertada. Entre experimentar uma novidade completa ou escolher algo já experimentado por outra pessoa, ela optou por aquilo que já conhecia de alguma forma.

Fernanda é uma jovem de militância relativamente recente, que iniciou seu engajamento quando estava no ensino superior e, apesar de relatar que seu pai era filiado ao PDT por força do exercício de cargo público, não teve socialização política familiar muito significativa para a formação de disposições ao engajamento. A escola também não foi, segundo a jovem, um lugar de socialização política significativa. Mas, ao entrar na universidade, deparou-se com uma greve em andamento (assim como foi narrado por Tamara, que tem percurso longo de militância e foi anteriormente referida) e foi participar de uma reunião de alunos do DCE com

⁶⁹ O tema da maternidade e seus reflexos sobre a militância será retomado adiante e no próximo capítulo.

⁷⁰ E um jovem do PSOL afirmou que Antônia estava militando com eles, ainda com uma participação pouco orgânica, mas contavam com sua aproximação definitiva.

os calouros, para que explicassem aos novatos as razões da greve e futuras atividades de mobilização. Fernanda contou que entrou na universidade, em 2005, “sem noção nenhuma do mundo da política”. Ela gostou da atividade realizada pelo DCE e resolveu participar de outras atividades para as quais os alunos foram convidados. Ainda no primeiro ano de faculdade, participou de um congresso da UNE. Desde as primeiras aproximações com o movimento estudantil, teve contato com um grupo de militantes do PSOL, onde se incluía Mariano, que se engajou no PSOL dois anos⁷¹ antes. Disse que relutou em se filiar a um partido: “*eu tive muita resistência, assim como muitos têm, né?...de partido político, que a gente acha que não serve pra nada, que é só uma balela*”. Foi no início do segundo ano de faculdade, em 2006, que ela se filiou. Afirmou que o primeiro ano de experimentação do partido foi necessário, para que ela reconstruísse sua percepção sobre a militância e para perceber a utilidade e a finalidade do partido.

(...) e aí, depois eu fui vendo que não era bem assim [balela ou bagunça], e que um partido pode ser construído pela base, né? E que a gente pode participar ativamente. Dependendo de qual é o partido, que tem espaços democráticos para que a gente possa colocar as nossas ideias. E aí, eu fui conhecendo o PSOL e fui vendo que isso era possível ser feito dentro. Tanto é isso, que eu comecei a participar sem me filiar, pra conhecer. E aí, depois que eu senti uma segurança, eu tive coragem de me filiar. (Fernanda, PSOL)

A jovem expressou uma percepção que não é exclusivamente sua, mas compartilhada por alguns outros entrevistados. Ela falou sobre seus receios e sobre sua experiência de construção da militância como um processo bastante refletido. Teve dúvidas sobre o engajamento, experimentou, esteve atenta à dinâmica do partido e, afinal, decidiu: o engajamento lhe interessava e era considerado importante. O tempo de militância estudantil sem vínculos partidários, vivido por quase todos os jovens entrevistados, parece corroborar a afirmativa de Fernanda, sobre uma necessária experimentação até a decisão de filiação partidária.

Müxel (2008) afirmou que a geração dos pais dos jovens de hoje formou suas convicções políticas a partir de marcadores ideológicos relativamente claros, a separação entre direita e esquerda estava claramente estabelecida. Assim, para os pais, a vivência do político se dava sobre algumas bases comuns e transparentes. Os jovens de hoje vivem num mundo onde os

⁷¹ Ela e Mariano começaram a namorar pouco tempo depois de seu envolvimento com o movimento estudantil, ainda antes da filiação de Fernanda ao PSOL.

marcadores se tornaram muito mais fluidos. Características de direita e esquerda foram assumidas por ambos os *lados*. Os marcadores não são mais claros, para os filhos, como eram para seus pais. Afirma, portanto, que a *socialização política* dos jovens se caracteriza mais por uma *experimentação da política*. Ou seja, é mais experimentação que transmissão de valores e modos de fazer política de uma geração a outra. O percurso de Fernanda ilustra a experimentação de jovens que, sem valores políticos significativos internalizados ou transmitidos pela família, experimentam nos grupos que encontram em seus percursos de vida. A trajetória universitária abriu caminho para o ME universitário que, por conseguinte, apresentou-a a um partido e à possibilidade de engajamento.

No caso de Fernanda, ainda é preciso levar em conta uma influência afetiva: ela e Mariano iniciaram namoro numa viagem para um congresso de estudantes.

Roberto é o jovem que formou disposições ao engajamento nas práticas religiosas de uma igreja protestante e atualizou tais disposições quando fez um cursinho pré-vestibular. No cursinho, conforme relatado no capítulo 3, conheceu pessoas ligadas ao PT e ao PCdoB e disse que “não encontrou afinidades” com essas pessoas. Chegando à universidade, estava decidido a buscar outros grupos políticos para descobrir com qual teria afinidade e neste se engajaria. Segundo ele, era uma ideia fixa e elaborada antes da chegada à universidade: encontrar um grupo político ao qual se filiar e tornar-se um militante.

Este jovem foi um dos poucos, com militância em movimento estudantil, que não fizeram “estágio” no ME antes de se filiar a um partido. Os dois engajamentos foram efetivamente simultâneos. Afirmou que, ao entrar para a universidade, foi atrás de grupos de alunos engajados em partidos políticos, porque, após ter estudado política durante o cursinho pré-vestibular, teria ficado convencido de que deveria se engajar. “*Na verdade, eu vim pra universidade no intuito de procurar os partidos de esquerda, atuais partidos no campo da esquerda do país*”. Buscou encontrar grupos ligados ao PSTU, ao PSOL e ao PCB, pois o PT e o PCdoB já tinham sido desconsiderados de sua lista de partidos, a partir da convivência com os professores do cursinho. Não encontrou ninguém do PCB e com o PSTU também não teve afinidade. Passou, então, a participar das atividades de uma corrente do PSOL. Se, por um lado, não teve no movimento estudantil um período de experiência, por outro, usou seu primeiro semestre de aulas para experimentar os diferentes grupos de estudantes vinculados a partidos, para melhor escolher o partido ao qual se filiar e onde se engajaria. Foi depois de

participar de um congresso do PSOL e ver várias correntes defendendo suas teses que ele tomou a decisão de se filiar ao partido e de permanecer na corrente da qual já participava.

Eu vinha fazendo uma experiência, conhecendo, lendo, mas ali [congresso do partido] eu entendi e fiz uma opção política mais consciente. Isso foi junho de 2007. Eu comecei a fazer uma experiência na CST e, com um mês de universidade, assim... foi em abril; então, foi final de abril, maio e início de junho [seu período de experiência com vários partidos]. Aí, eu entrei no congresso e fiz a decisão. (Roberto, PSOL)

O percurso solitário de Roberto em busca de um partido ao qual se engajar se assemelha muito ao percurso de Tuco, militante do PDT citado anteriormente neste capítulo. Ambos *se fizeram sozinhos*, no sentido de não terem contado com colegas de escola ou apoio explícito de professores, nem com uma socialização familiar que apontasse caminhos a partir da transmissão de valores e comportamentos políticos claros. Foram construindo referências com base em experiências e informações difusas e, assim, definiram em que partido se filiariam. Klandermans (1984 e 1987) e McAdam (1993) atribuem grande importância às redes de relações na transformação de disposições em ação e isso é perceptível na experiência militante dos demais jovens, mas no caso de Roberto e Tuco, as redes foram se formando à medida que os jovens decidiam qual o caminho que pretendiam trilhar. Essas redes foram fundamentais para a permanência deles no grupo, mas não foram as determinantes do início do engajamento.

A filiação partidária foi descrita pelos jovens, em sua maioria, como um momento sem rituais específicos ou atividades de iniciação ao partido. Alguns relataram o preenchimento da ficha de filiação como marco de entrada no partido, mas, para muitos, a ficha parecia apenas um detalhe, um fato a mais para uma militância que já era considerada efetiva para os jovens. Ou seja, o engajamento no movimento estudantil – ou a participação em atividades do partido, no caso de Joana e Tuco – ocorria, atividades se sucediam, os jovens se apresentavam como militantes do partido e, em algum momento, a filiação formal se concretizava, sem que representasse, necessariamente, um marco para o militante. Talvez para o partido a assinatura da ficha de filiação tenha importância distinta, mas, em seus relatos, os jovens não atribuíram a esse acontecimento importância maior. Ainda que o preenchimento da ficha de filiação represente o recebimento da carteirinha de militante em alguns partidos (UJS/PCdoB, PT, por exemplo), ela poucas vezes foi mencionada pelos jovens. Também não foram relatados rituais

de iniciação ou apresentação do novo militante ao partido. Havia, segundo relatos, um envolvimento gradativo no núcleo de militância.

4.3 Adesão partidária e socialização familiar

Há um conjunto de jovens militantes cujos pais manifestavam preferências partidárias (Cláudio, Norberto, Erivelto, Antônia, Mariano) ou mesmo se engajavam em partidos (Julião, Ademir, Núbia e Marina). Muitos dos jovens seguiram o mesmo caminho partidário de seus pais, mas alguns não aderiram às mesmas preferências. Norberto, Antônia, Julião, Ademir e Núbia se filiaram ao PT, tal qual seus pais se filiaram ou simpatizaram. Julião, contudo, apontou que sua filiação se deu em uma corrente distinta da dos pais: *“meu pai e minha mãe eram de uma ala mais xiita do PT, era uma galera mais esquerdista mesmo. Eu, ao contrário, eu entrei pra galera que era tachada do campo majoritário, pela relação que eu tinha no movimento estudantil”*. Norberto e Ademir mudaram de partido e isso se deu em oposição à situação dos pais, que mantiveram suas preferências inalteradas.

Cláudio apontou que, desde adolescente, discordava das preferências políticas de sua família, direcionadas para o PDT e o PTB. Filiou-se, inicialmente, ao PT e, depois, ao PSOL ressaltando sempre que se opunha ao populismo característico daqueles partidos. O pai de Mariano apoiava fortemente a família Sarney e ele filiou-se ao PSOL, que faz franca oposição ao partido e aos “afilhados” do político maranhense, nos dois estados brasileiros onde seu poder político se faz presente.

As adesões e contraposições às preferências ou engajamentos dos pais revelam o que pesquisa de Müxel (2008) apontou a respeito do engajamento dos jovens, no que tange ao fato de serem confrontados com a necessidade de identificar-se com os adultos e, ao mesmo tempo, com a necessidade de inovar. Por isso, a relação dos jovens com a política se constrói através de uma tensão entre a herança dos recursos familiares e a experimentação vivida por eles no presente. Assim, Ademir, por exemplo, segue a filiação do pai por uma identificação com o que dele foi herdado, mas as experiências vividas o fazem optar pela mudança de partido num momento de crise, enquanto seu pai permanece. A herança, segundo Müxel, permite identificar-se e sentir-se pertencente a algum tipo de filiação política; a experimentação permite a ruptura com padrões e modela as práticas, a partir das singularidades de cada geração e de cada indivíduo. Cláudio e Mariano, por sua vez, realizam a ruptura com os

padrões familiares e constroem, por meio das interações e experiências com seus pares, novos valores e padrões de comportamento político.

Estudo da Comunidade Europeia com jovens – citada no primeiro capítulo – apontou que cerca de 70% dos entrevistados seguem a mesma orientação política dos pais – seja de direita, de esquerda ou de não-escolha partidária. Entre os jovens, não há militantes de partidos de direita e apenas um revelou simpatias familiares por partidos de direita, o que corrobora dados dessa pesquisa, visto que a maioria dos pais foi descrita com adesões de esquerda e os filhos também se engajaram em partidos desse espectro político.

4.4 Investimento militante e variações ao longo do tempo

Entre os jovens de percursos militantes mais longos, é possível observar mais claramente oscilações no investimento militante – que também se apresentará entre os jovens de percursos mais recentes, mas de maneira menos intensa. Ademir pode ser apontado como um exemplo típico de variações de intensidade no investimento militante, variações determinadas pela passagem de um momento do ciclo escolar para outro, por necessidade de reorientação da militância e devido à troca de partido. O jovem afirmou que militou de maneira muito intensa ao longo do ensino fundamental e dos dois primeiros do ensino médio, foi presidente do grêmio de sua escola, presidiu associação municipal de estudantes secundaristas, foi um dos líderes das mobilizações estudantis que garantiram o direito ao Passe-Livre para estudantes no ano de 2002, entre outros feitos. Mas, ao iniciar o 3º ano do ensino médio, disse que avisou a todos os companheiros de militância que precisava se afastar temporariamente das atividades, para se dedicar aos estudos para o vestibular. Ademir disse que o acordo estabelecido com seus pais, que permitiu que ele militasse de maneira tão intensa, sem objeções familiares, era de que não prejudicaria os estudos; para cumprir sua parte no acordo, precisava garantir a aprovação no vestibular e, para isso, precisava de tempo para estudar.

Ademir não se desengajou, apenas transferiu algumas de suas responsabilidades para outros militantes e reduziu a frequência a reuniões e outras atividades do partido, mas manteve-se informado sobre as pautas, conquistas e tensões do movimento estudantil e de seu partido. O esforço foi recompensado pela aprovação no vestibular, mas seguiu-se a crise no PT e ele acabou mudando de partido.

A entrada na universidade e a mudança de partido ocorreram no mesmo período, o que implicou em duas mudanças significativas de rotinas. Engajar-se em um partido novo significou um recomeço para todos os militantes, e recomeçar pode ser instigante, por trazer novos desafios, mas, pelo mesmo motivo, pode ser um tanto desanimador. A mudança do movimento estudantil secundarista para o universitário também traz modificações que foram claramente marcadas por Ademir⁷².

É... e aí... aí começa um trabalho de recomeçar militar no ambiente universitário, é diferente do ambiente secundarista. Eu demorei para entender que era diferente, que o ambiente secundarista é muito mais politizado, é muito melhor. É muito mais interessante fazer política no... é um troço extremamente interessante, sabe? As pessoas ficam [gesto que indica falatório] a qualidade das discussões, sabe? Todo mundo da universidade acha que sabe tudo de política, que entende, que é politizado. Arrogância é um troço... todo mundo já... as pessoas são informadas, elas não são politizadas, sabe? Elas leem jornal todo dia e acham que podem ter opinião para tudo, o secundarista é um menino desinformado, mas ele tem decisões muito mais... até porque ele usa como referencial mais a realidade dele, né? E não o mundo de informações que existem. Então, acaba que é um troço muito melhor para fazer política, é muito mais honesto [no movimento secundarista]. (Ademir, PSOL)

O ritmo de atividades militantes reduziu significativamente; segundo Ademir, devido à falta de estrutura, organização e capacidade de ação de um partido que estava ainda em construção. Passado um ano, porém, em nova entrevista, Ademir tinha encontrado novas formas de realizar sua militância no partido, ainda através do movimento estudantil⁷³. Estava, assim, aumentando o seu investimento na militância, que tinha se reduzido durante algum tempo, redução determinada por razões pessoais, num primeiro momento, e depois, por questões conjunturais do partido. O “desânimo” do jovem ficou mais claro quando se comparou o modo de falar sobre sua militância na primeira entrevista e na segunda entrevista. Ao vê-lo falando animadamente sobre seus feitos militantes na segunda entrevista – ocorrida um ano depois da primeira –, questionei-o sobre o fato de parecer, naquele momento, muito mais animado do que na primeira vez:

Isso é verdade. Mas aí teve um amadurecimento nesses seis meses mesmo, porque essas coisas são muito doidas. Você vive uma experiência assim

⁷² Jovens como Julião e Luciano também relataram diferenças entre o movimento estudantil secundarista e o universitário, seguindo mais ou menos os mesmos argumentos de Ademir.

⁷³ Os espaços de engajamento serão mais bem apresentados no capítulo seguinte; aqui estão em questão, apenas, as variações de intensidade e investimento no engajamento.

durante um tempo, uma experiência militante, mas até você digerir ela toda e conseguir, do que você viveu, elaborar uma teoria que você possa transformá-la em algo que não é só seu, mas algo que é pro conjunto da sua organização, do movimento... isso leva um tempo. E eu acho que foi isso que a gente viveu durante um tempo, a gente viveu essas experiências e tal. Mudo os eixos pra cá [para a universidade]... essa mudança dos eixos na atuação, eles são mais recentes, o que dá uma animada mesmo e tal, você consegue enxergar uma perspectiva militante. (Ademir, PSOL)

Guinevere é a única, entre todos os militantes entrevistados, que estava com seu investimento militante no partido *em baixa*. No *mercado* de Guinevere, as *ações* do partido estavam em queda, se desvalorizavam. Depois de alguns desgostos e decepções com colegas de militância partidária, ela questionava se realmente havia vantagens na militância partidária.

A jovem esteve vinculada a uma determinada corrente do partido e trabalhou na campanha eleitoral de um candidato a vereador dessa corrente.

Como eu já tinha falado anteriormente com você, eu me decepcionei mesmo com as pessoas que eram meus companheiros, sabe? Que não valorizam realmente o trabalho das mulheres, sabe? Eu tive momentos horrorosos, fiquei assim... momentos horríveis, não de política, mas a nível pessoal que foram... que eu não tive ajuda de ninguém, sabe? As pessoas pareciam que quando precisavam de você precisavam, mas... quando você não era mais útil... (Guinevere, PT)

Guinevere alegou que ficou em situação financeira difícil depois de trabalhar para a campanha e não receber nada por isso. É por esta razão que afirmou não haver problemas políticos, mas pessoais. Ela se sentiu abandonada pelo grupo com o qual militava, em um momento em que precisava de apoio. Com isso, desligou-se da corrente e se mantinha independente, tendo reduzido drasticamente sua participação no partido.

Mas, mesmo tendo afirmado estar decepcionada com seu grupo, continua acreditando na força transformadora dos partidos, e é daí que vem sua “crise militante”. Perdeu seu grupo no partido, mas não perdeu suas convicções sobre o papel dos partidos. Sua militância na ONG fez com que elaborasse alguns projetos de lei, que estava apresentando a vereadores do partido. Essa era uma das razões de seu investimento partidário, pois considerava que era desde os partidos que mudanças mais significativas na sociedade poderiam ser alcançadas – mudanças que passavam pela elaboração de leis que poderiam alterar a cultura local.

Por isso é bacana você passar esse momento, essa força do Partido, digamos assim, pra você ver quem está do seu lado e quem não está. Realmente, o Partido, às vezes, ele oferece esse meio de você militar mais, de você ter mais o aparelho, mas, em compensação, você está reunindo ali pessoas que não estão ali às vezes por um ideal, mas estão ali por um objetivzinho de asfaltar sua ruazinha, ali onde sua casa fica, entendeu? ...de conseguir um jogo de uniforme de futebol pro seu time, mas não... Eu acho que fazer por amor, eu acho muito mais legal. (Guinevere, PT)

São dois relatos de variações de investimento militante que apontam para razões bastante distintas. As variações de investimento de Ademir se relacionaram com o momento do ciclo escolar (transição do ensino básico para a universidade) e com a mudança de um partido bem estruturado para um partido recém-criado. Guinevere, por sua vez, relatou variações de investimento que se relacionaram com suas experiências com o grupo de militantes e suas práticas de engajamento, que envolveram tanto um partido quanto uma ONG de luta pelos direitos dos homossexuais. Ambas tem reflexos na relação do militante com seu núcleo de engajamento. Ademir obteve apoio de seus colegas para seu afastamento, notadamente porque era temporário e porque seus companheiros confiavam que o jovem retomaria suas atividades assim que suas demandas pessoais estivessem atendidas – realização das provas de vestibular. Guinevere queria contar com o apoio dos seus companheiros de militância, mas, ao contrário, se sentiu desprestigiada e sem suporte dos colegas.

Entre os jovens de militância mais recente, as variações de investimento não são tão perceptíveis, suas trajetórias são marcadas por maior equilíbrio, de baixo, mediano ou grande investimento ou por trajetórias ascendentes de investimento.

Wellington foi entrevistado em três momentos diferentes e seu investimento militante pode ser observado não apenas pelas narrativas sobre o passado, mas por 3 narrativas do presente. Foi o jovem que deixou transparecer maiores variações entre os 3 momentos observados, mas sempre num nível mediano de investimento. Na primeira entrevista, descrevia suas atividades militantes dizendo que participava de reuniões do núcleo de sua universidade, ajudava a fazer e reproduzir documentos, eventualmente passava em salas de aula para eleger delegados para congressos e conferências estudantis e, o mais empolgante de tudo, viajava para congressos e conferências estudantis. A circulação por lugares nunca antes frequentados parecia ser um grande atrativo para o jovem. Mas esse cenário se modificou na segunda entrevista, quando ele disse que já não aguentava mais viajar, porque tinha viajado a infância toda: *“eu já viajei a minha infância toda, não quero mais viajar”*. As viagens da infância eram em função de mudanças, ocorridas, entre outras razões, em função de possibilidades de trabalho do pai. Se

na primeira entrevista as viagens foram apresentadas como algo interessante e como possibilidades de conhecer novos lugares, na segunda já pareciam algo um pouco tedioso.

Na segunda entrevista ele estava responsável por mais tarefas do partido, estava mais envolvido e com mais responsabilidades. Se, por um lado, isso implicava em um investimento maior e era sinal de seu envolvimento, por outro, parecia estar incomodando um pouco ao jovem: as viagens já não eram mais apenas para *participar*, mas para *organizar*, era responsável por acompanhar militantes mais recentes que ele, assim como ocorria com ele no ano anterior. Disse, entre risos, que “*porque antes eu ia me divertir, né? Não tinha nada pra fazer. Agora, tem que fazer as coisas*”.

Ou seja, de jovem militante que ainda precisa ser orientado e participa das atividades quase como um ouvinte, ele passou a ser o jovem que orienta e acompanha os novatos. Na terceira entrevista, mais um ano passado e Wellington continuava com o trabalho de recrutar e orientar novatos no partido, mas já parecia completamente adaptado à tarefa e estava gostando dela.

Roberto chama a atenção pelo grande investimento feito na militância. Em pouco tempo de engajamento ele já falava como um militante de longa jornada. Narrou, ao longo da entrevista, inúmeros acontecimentos e fatos relevantes do partido, como se tivessem sido vividos por ele. Parecia tão envolvido pelas histórias que foi preciso certificar-me se ele falava de uma experiência vivida por ele – o que parecia improvável, pelas datas e idade do jovem - ou se era a história que ele tinha aprendido no convívio com seus pares de militância e nas leituras de documentos históricos. Estava engajado no PSOL havia apenas 2 anos – o menor tempo de militância, depois de Antônia –, mas dominava as dinâmicas do partido muito mais do que outros jovens de militância mais longeva. Era um jovem articulado e parecia estar sendo preparado para suceder as lideranças do partido no movimento estudantil que estavam para se graduar⁷⁴.

Depreende-se, dos percursos desses 4 jovens, que o investimento e a intensidade da militância dependem de fatores internos e externos ao partido. As dinâmicas partidárias estimulam mais ou menos cada militante e suas dinâmicas pessoais também interferem nesse processo. Guinevere parecia a ponto de se desengajar, mas mantinha a percepção de que os partidos políticos eram um instrumento importante de garantia de conquistas sociais e, por isso, continuava filiada. Ela pensava em se associar a outra corrente, já analisava possibilidades,

⁷⁴ Entrevista realizada com outro militante do PSOL, que estava justamente se preparando para deixar o ME, porque se aproximava a conclusão do curso, revelou que esse era, de fato, o plano do partido.

mas parecia querer “dar um tempo” para elaborar a frustração, antes de encontrar uma nova turma de militância partidária. Ademir oscilou mais em seus investimentos, levado por questões pessoais. Wellington oscilou menos, mas suas variações também se relacionavam com questões pessoais. A diferença de Wellington para Ademir é que as questões pessoais de Wellington se associavam diretamente à dinâmica do partido: falta de vontade de viajar e necessidade de fazê-lo, por ser tarefa do partido, é um exemplo da articulação de vontade pessoal e demanda partidária.

As mulheres merecem, contudo, uma análise à parte. Guinevere destaca-se por uma razão peculiar de variações de investimento, como vimos acima, e Antônia ainda tinha engajamento muito recente, mas as demais mulheres podem ser agrupadas em jovens de alto investimento militante e jovens mães de baixo investimento. As jovens que não são mães têm, todas, grande investimento na militância. São elas: Denise, Cíntia, Joana, Fernanda e Núbia. As jovens de menor investimento são: Tamara, Marina e Poliana. A maternidade reduziu, necessariamente, o tempo disponível para a militância, assim como reduziu também a disponibilidade para os estudos. Todas as jovens mães atrasaram a conclusão dos estudos devido ao nascimento dos filhos. As questões de gênero e as consequências da maternidade na militância serão aprofundadas no próximo capítulo, mas aqui vale chamar a atenção para o fato de que apenas as mulheres mães têm militância de menor intensidade. Os homens têm intensidades variadas de militância, por razões diversas, mas, entre as mulheres, a maternidade aparece como único determinante de menores investimentos – com as exceções de Guinevere e Antônia.

4.5 Deslocamentos e permanências nos partidos ao longo do engajamento

Dos 21 jovens militantes, 9 mudaram de partido ao longo de seus engajamentos, sendo oito do grupo de jovens de militâncias longevas e apenas um de militância mais recente. Houve deslocamentos isolados e de grupos de militantes em situações bastante específicas.

Um grupo significativo de jovens petistas rompeu com o partido quando eclodiu a crise que levou a uma cisão do PT, em 2003⁷⁵, ou no momento de uma segunda *onda* de deslocamentos, em 2005, quando ocorreu a chamada “crise do Mensalão”. Um número significativo de estudantes petistas da universidade onde militam os jovens filiou-se ao PSOL,

⁷⁵ O partido foi oficializado no TSE apenas em 2004, mas a onda de mudanças ocorreu em 2003 e levou à criação do partido.

mudando a configuração militante dessa universidade. Se até 2003 o PT agregava a grande maioria dos estudantes, a situação se inverteu a partir dessa data, passando a ser o PSOL o partido que reunia o maior número de estudantes da universidade.

A criação do novo partido, movido por uma profunda crise política do PT, fez com que seus militantes refletissem sobre sua militância e colocou muitos em situação de decidir se permanecia, com a intenção de “reconstruir o partido por dentro”, ou se mudava para o novo, que tinha como mote reconstruir um partido nos moldes daquilo que o PT propunha em sua origem, mas que tinha se perdido havia algum tempo. Há, assim, um grupo de petistas que viveu a crise e ficou no PT e um grupo de jovens que se deslocou para o novo partido.

Além dessa situação, bastante marcada pela conjuntura e pela crise nacional do PT, há casos isolados de jovens que mudaram de partido em diferentes momentos de seu engajamento, e por razões diversas. Veremos os casos de Guinevere, que iniciou militância no PCdoB e depois se filiou ao PT; de Denise, que, na ruptura com o PT, filiou-se ao PSTU e não ao PSOL como fez a maioria de seus colegas. Também Erivelto se engajou no PCB e depois se engajou no PDT e Poliana saiu do PSOL e passou a militar no PSTU.

Mas os 12 jovens que militaram em um único partido também viveram experiências peculiares em seus partidos, que fizeram com que não se deslocassem ou não sentissem a necessidade de experimentar outros partidos. Por isso, veremos a seguir, como ocorreram os deslocamentos de alguns jovens e suas motivações e como foi a decisão de outros de permanecer nos partidos em que se engajaram inicialmente.

A experiência militante em um único partido

Mariano, Fernanda, Roberto e Marina filiaram-se ao PSOL e dele nunca saíram. Todos os 4 são jovens de militância recente. Os três primeiros relataram que suas primeiras aproximações com o tema da política ocorreram quando o PSOL já estava criado e era bastante atuante nas universidades em que estudavam. No caso de Roberto, ele teve contato com militantes e ex-militantes petistas e disse que a história recente do partido – expulsão dos “radicais” e mensalão – afastavam-no dele. O caso de Marina é um pouco diferente dos de seus colegas. Seus pais eram petistas, ela participava de atividades desse partido desde pequena e esteve próxima de um grupo de militantes do PT ao entrar na universidade. Ela afirmou que, se não tivesse trancado a matrícula na universidade depois do nascimento do filho, provavelmente

teria se filiado ao partido. O nascimento do filho levou ao trancamento da matrícula na universidade e a um significativo afastamento da militância estudantil. Acompanhou a referida crise do PT através do companheiro, que militava no partido e defendia a criação da nova sigla. Assim, ela experimentou as tensões de uma mudança de partido sem, contudo, ter sido filiada a dois partidos. Ela também viveu as perdas do desligamento do PT, na medida em que alguns amigos petistas não mudaram e consideraram a decisão de filiação de Marina ao PSOL, e de deslocamento de seu companheiro como uma traição. Amizades se perderam nesse processo.

Tamara também teve proximidade e simpatia em relação ao PT. Ainda que não tenha tido um engajamento efetivo, ela se filiou ao partido, mas, antes que pudesse consolidar seu engajamento, entrou para a universidade e foi envolvida por estudantes do PSTU, com os quais se identificou. Foi no PSTU que ela se tornou efetivamente uma militante de partido. Não viveu tensões de mudança de partido, de escolha sobre ir ou ficar, de perda de grupo ou outras tensões e dúvidas que, veremos adiante, foram vividas pelos jovens que mudaram de partido.

Tuco e Joana foram militantes apenas do PDT. Welington filiou-se à UJS e, depois, ao PCdoB, mas, nesse caso, não há mudança, apenas uma filiação em sequência e complementar⁷⁶.

Permanecer no PT: uma decisão difícil e refletida

Julião, Cíntia e Núbia nunca deixaram de militar no PT, mas enfrentaram “a crise” e as dificuldades do debate com seus companheiros para tentar convencê-los a ficar no partido. Julião e Cíntia são jovens de militâncias longevas e Núbia é de militância mais recente. Apesar de mais recente, ainda viveu a crise de 2005⁷⁷.

Todos os 3 afirmaram que em momento algum pensaram em sair do partido; tinham, segundo eles, a convicção de que o partido poderia se reerguer da crise, construindo novas práticas, readquirindo a confiança dos militantes. Cíntia afirmou que recebeu vários convites para sair do partido. Ela integrava uma das correntes que romperam com o PT, a Democracia Socialista. A corrente se dividiu, parte ficou no partido e parte participou da criação do PSOL.

⁷⁶ O capítulo 2 apontou para a distinção existente do PCdoB com a existência de uma instância especial de engajamento de jovens, ocorrendo duas filiações, uma na UJS e outra no PCdoB.

⁷⁷ Antônia tinha militância muito recente e não viveu as tensões aqui descritas.

Dessa corrente fazia parte, entre outros, Heloísa Helena, uma das vozes públicas de crítica ao PT, que se tornou uma das lideranças do partido que se criava. A jovem afirmou que participou de todo o processo de discussão sobre a criação do novo partido e que “*esse processo foi muito brutal*”, porque vivia sob a pressão da escolha: permanecer no PT significaria perder grande parte de seu grupo de militância, que estava mudando para o novo partido; sair do PT significaria deixar o partido no qual depositou tantas energias, esforços e pelo qual, apesar dos problemas, ainda alimentava admiração e respeito. Para ela, ainda que a parcela majoritária do partido o tenha levado à burocratização, ao afastamento da base de militantes e à perda de alguns princípios fundamentais, conseguiu atingir o objetivo maior de todos os militantes, que era conquistar o governo federal.

Porque hoje nós somos o governo, hoje nós temos o presidente da república. Quer dizer, eles não erraram completamente, eles acertaram, porque hoje nós temos o presidente da república. Mas qual foi o preço que a gente pagou? O preço foi um distanciamento enorme do Partido com a sua base partidária; foi a perda de alguns princípios que são fundamentais, por exemplo, como a reforma da previdência. Então, na verdade, nós tivemos vários embates (Cíntia, PT).

Apesar dos embates e tensões, na hora da decisão, na balança do sair ou permanecer pesou mais a decisão de se manter onde estava.

E quando as pessoas foram, elas partiram pra esse novo formato de partido, eu fiquei... Eu não fui pro PSOL, porque aquele partido não consegue fazer a releitura do que é o PT, porque ele continua plural, ele continua um partido tático, como o PT é. A gente entende o PT como uma ferramenta política, como a maior ferramenta política de disputa de hegemonia na América Latina, porque não tem outro. Se você souber, você me conta, porque eu não sei. (Cíntia, PT)

Não interessa, aqui, fazer uma análise política sobre os caminhos trilhados pelo partido, mas compreender como os rumos do partido incidem sobre a prática militante dos jovens pesquisados. Importa compreender como os jovens lidaram com as tensões e quais foram os seus caminhos para a continuidade de sua militância⁷⁸, num ou noutro partido.

⁷⁸ Pode haver casos de desengajamento motivados por acontecimentos como os que levaram à criação de um novo partido, mas esse não foi o caso de nenhum dos jovens entrevistados. Todos decidiram permanecer ou mudar de partido, mas nenhum abandonou a militância em partido político.

No caso de Cíntia, entre todos os fatores que pesavam para a decisão sobre partir ou permanecer, a fidelidade a determinados princípios e práticas partidárias pesou mais do que o espírito de grupo que a unia à sua corrente. Ela avaliou que o novo partido, pela natureza de sua formação, não seria capaz de fazer a chamada “refundação do PT” e que apenas por dentro do próprio PT tal fato seria possível. A jovem tomou uma decisão política e não foi movida pela sociabilidade do grupo ao qual pertencia. Permanecer significou um novo recomeço no partido, porque implicava em integrar-se a um novo grupo no partido, mas essa foi sua alternativa preferencial.

Cíntia encontrou razões suficientes para permanecer e, no seu caso, o investimento no partido pesou mais do que o grupo militante. Veremos, no caso dos jovens que mudaram, que o grupo de pares teve forte influência nessa decisão. Para Cíntia, pesou a possibilidade de continuar tentando realizar suas convicções políticas através da militância na base do partido, independente daquilo que aconteceu ou acontece nas instâncias superiores do partido.

E, na verdade, o que a gente tem, o que eu tenho é assim... a militância, né? A minha contribuição cotidiana e pensar que, apesar de todo esse processo de esgotamento, de burocratização interna, ainda dá, ainda tem militantes e pessoas que acreditam, né? (Cíntia, PT)

Julião e Núbia também militavam intensamente quando ocorreram os dois movimentos de ruptura no partido, mas não viveram essas tensões de maneira tão intensa quanto Cíntia. Uma das razões para isso reside no fato de que os dois estavam engajados em correntes do partido que não fizeram parte do grupo que criou o PSOL. Cíntia esteve no “olho do furacão” e precisou deixar seu grupo de militância para se manter no partido, buscando um novo espaço de inserção; Julião e Núbia estavam em grupos que debateram os problemas, mas tiveram, desde o início, posicionamentos voltados à reconstrução interna do PT e não à fundação de uma nova legenda.

Julião disse que ficou frustrado com os caminhos trilhados pelo partido:

Teve uma fase que eu ficava mal, principalmente no início assim, em 2005, no período de início da crise eu ficava meio... porque a água virou vinho da noite pro dia. O que era legal de ser PTista, do nada virou... O vinho virou vinagre. Mas aí, depois que eu superei isso, aí... eu costumo até brincar com meus amigos que, quanto mais essa galera me odeia, mais feliz eu fico. (Julião, PT)

Julião fala da “galera” que “me odeia” devido à sua militância ter se tornado uma oposição praticamente solitária no movimento estudantil da universidade. Isso ocorreu porque o PSOL arregimentou a imensa maioria dos estudantes no momento de criação do partido e mesmo nos anos seguintes. Foi possível presenciar uma plenária do congresso de estudantes da universidade em que a maioria era militante ou simpatizante do PSOL e onde Julião foi o único representante do PT a tomar a palavra para expressar sua opinião sobre o assunto em pauta. Recebeu uma sonora vaia, mas prosseguiu com seus argumentos até o fim.

Ele seguiu confiante na decisão tomada de continuar militando no PT, apesar de todas as dificuldades produzidas pelo descompasso entre o que ele pensa como prática necessária e o que a direção central do partido decidiu em alguns momentos.

Porque eu sei que eu estou afirmando a minha posição e eu tenho direito, dentro do entendimento da própria democracia. Isso é uma contradição. A democracia, ela resulta da diferença de opiniões e não do pensamento único. Eu tenho orgulho da minha trajetória, sei que eu nunca fui pelego, nunca fui o que eles [movimento estudantil] me rotulam... (Julião, PT).

A decisão de permanecer ou de sair do partido está relacionada com aquilo que Becker (1960) define como uma das características do engajamento, o *comportamento coerente*. Para Becker, a *coerência do comportamento* estaria ligada à manutenção de determinadas práticas. Na ilustração do autor, a escolha por uma profissão e a permanência nela seriam a mostra de um comportamento coerente. No caso dos militantes, a permanência no partido também seria a mostra de um comportamento coerente em relação à escolha feita no passado, de se engajar nesse determinado partido em que está. As mudanças seriam, em uma primeira análise, resultado de uma incoerência pouco desejável. Mas, Becker complementa que o investimento militante traz ganhos e produz apostas adjacentes, ou seja, ao se engajar em um partido político espera-se, em linhas gerais, participar de mobilizações e decisões que produzam mudanças desejadas na sociedade. De maneira adjacente, espera-se obter ganhos específicos – reconhecimento, aumento de redes de relacionamento e consequente ampliação de possibilidades de emprego, conquista de cargos nas instâncias de decisão do partido, aumento da influência política entre o grupo de pares etc. Além disso, a decisão de engajar-se em um ou outro espaço ocorre fundamentada em uma série de princípios, valores e afinidades com o espaço de engajamento e com as pessoas que co-habitam esse espaço. Assim, a decisão de permanecer no partido não é sinônimo imediato de *comportamento coerente* nem a decisão de

mudar de partido é sinônimo de ausência de coerência. Portanto, coerente, no caso dos partidos, é fazer aquilo que mantém o jovem no caminho de suas apostas e que garante a permanência de seus princípios e valores. Não há, portanto, uma equação precisa para definir o que é coerente e o que não é.

Becker considera que há perdas e ganhos que devem ser levados em conta na escolha das mudanças ou permanências. Mudar de profissão, no exemplo do autor, pode gerar desconfianças em relação às habilidades e confiabilidade do sujeito, mas manter-se em uma profissão na qual já não se satisfaz também não é coerente com a necessidade de satisfação pessoal. Transportando o exemplo para os partidos, mudar pode gerar desconfianças em relação aos valores políticos defendidos, mas manter-se em um lugar onde já não se tem mais confiança de alcançar objetivos coletivamente elaborados não é coerente com o princípio da militância partidária.

Os jovens que decidiram se manter no partido refletiram que suas apostas de construir um partido que lutasse por mudanças e justiça sociais continuavam direcionadas ao PT, que, apesar dos problemas, ainda era possível alcançar esses objetivos. Também consideravam que, na medida em que tinham investido tanto do seu tempo e suas energias nesse partido, era coerente manter esse investimento, pois, do contrário, pareceria um investimento realizado em vão, jogado fora.

Deslocamentos de jovens: novos partidos

Guinevere e Erivelto iniciaram a militância quando estavam no ensino médio, a primeira na UJS/PCdoB e o segundo na UJC/PCB (União da Juventude Comunista/Partido Comunista Brasileiro)⁷⁹. Ela se deu conta, contudo, de que as ideias, bandeiras e valores do partido não eram compatíveis com os seus, especialmente no que se referia à sua homossexualidade. O contato com leituras indicadas pelos militantes e a participação em debates do partido fizeram-na perceber que o partido defendia ou não apoiava posicionamentos sobre os quais ela tinha opinião contrária. “*Depois eu vi que, ideologicamente, não dava, não dava pé, não tinha que ficar levantando, batendo mão pra Stalin, não tinha como, sabe?*”

⁷⁹ A UJC é um equivalente à UJS para o PCdoB. Ela não apareceu na descrição dos partidos, desenvolvida no capítulo 2, devido à rápida passagem do jovem pelo partido. Não houve continuidade da militância que justificasse um aprofundamento das dinâmicas desse partido.

Ela concluiu o ensino médio ainda como militante do PCdoB, mas foi deixando de participar de reuniões e outras atividades do partido para as quais continuava a ser convidada.

Quando eu estava dentro do PCdoB, quando a gente participava ainda de alguma coisa, que eu começava a ler os textos e tal, eu não percebia uma identificação. Eu acho que a gente tem que se identificar com aquilo que a gente faz, né? com aquela entidade que a gente está formando, está ajudando a formar. Acho que foi uma consequência, foi um afastamento natural (Guinevere, PT).

Ela afirmou que o problema, para ela, não era exatamente a divergência de ideias, mas a indisponibilidade dos demais partidários para o debate sobre essas divergências. Na época de sua militância no PCdoB, Guinevere ainda não militava no movimento LGBT, mas a sua homossexualidade já era vivida. Por isso, o posicionamento do partido sobre esse tema era o que mais tensionava sua militância.

O problema não era incompatibilidade, tipo de a gente ler uma coisa e ter um outro discurso. O problema é não discutir isso, sabe? Quando eu apresentava alguma questão... “no livro tal está dizendo que a homossexualidade é um desvio do capitalismo”, sabe? “Vocês rezam essa cartilha”, entendeu? “Ah, não, mas agora é diferente”... e acabou. Não apresentavam o porquê que agora é diferente, não queriam discutir. Eu acho que você ter os seus conflitos ideológicos é normal, o problema é você não querer discutir, não querer debater. (Guinevere, PT)

Guinevere queria debater, expressar suas ideias e ser escutada, mas percebeu que, no PCdoB, não haveria espaço para isso, ao menos não da maneira como ela gostaria que houvesse. “*O PCdoB não é um partido que faz a discussão pra dentro e tal, ele tem um comitê que rege as questões, rege tudo e a gente vai seguindo atrás, vai indo e tem que ir*”.

A discordância de Erivelto com o PCB foi semelhante à de Guinevere, no que se refere à hierarquia e ao exercício da autoridade no partido. Ele teve sérios embates com um colega de militância, líder do movimento estudantil em seu colégio. Segundo Erivelto, o companheiro cometeu uma falta grave, que foi reconhecida como grave por todos os militantes do grupo, mas, em decisão central, o jovem foi mantido em sua posição de líder sem qualquer tipo de constrangimento ao seu comportamento. Erivelto se sentiu desrespeitado e desprestigiado; achou que sua opinião e sua história como militante não foram consideradas na decisão das direções. Desencantou-se e deixou o partido ao final do ensino médio.

O PCdoB e o PCB operam, tanto um quanto outro, o centralismo democrático, como descrito no capítulo 2, e, como afirmado por Guinevere, há um comitê central que delibera e os demais militantes caminham conforme as diretrizes do comitê. Guinevere e Erivelto não se adaptaram a essa dinâmica. Ela queria debater, trocar ideias e ver que poderia alterar posicionamentos de seus companheiros, assim como desejava que seus colegas também argumentassem de forma que ela pudesse, quem sabe, ser convencida a mudar algo. Ele, por sua vez, queria que sua opinião fosse considerada. A inexistência de um diálogo efetivo e o excesso de hierarquização que impedia que *os da ponta* tivessem voz afastou-os do partido.

Mas o desapontamento dos jovens com o partido não significou um desengajamento partidário, ou seja, eles saíram de seus partidos, mas não abandonaram a ideia de se engajar em um.

Para Guinevere, os partidos políticos são importantes ferramentas da política, são os organismos que conseguem levar adiante, com maior efetividade, demandas sociais e disputar o poder nas instâncias de decisão. A jovem passou algum tempo fora do estado e o retorno marcou a sua aproximação com o movimento LGBT. Foi através do movimento que ela chegou ao PT, partido onde, segundo ela, encontrou espaço para o debate. O movimento LGBT lhe dava chances de debater e aprofundar as questões específicas ligadas ao direito dos homossexuais, a militância partidária ampliava seus instrumentos de conquista desses direitos. Anteriormente, já foi mencionada a gestão da jovem junto a vereadores da cidade, a fim de apresentar projetos de lei de interesse LGBT. Esse é um dos exemplos mais claros da articulação entre a militância LGBT e a militância partidária, apesar de não ser o único. A articulação não ocorre apenas por razões instrumentais de ganhos relacionados à aprovação de uma lei. Há vantagens que se relacionam com trocas de experiências, com ampliação do campo de influência da ONG e do tema, com ampliação de redes – que ocorre tanto para a ONG quanto para o partido, ou seja, os ganhos são mútuos.

Erivelto estava convencido de que o engajamento partidário era algo interessante e que desejava para si. A experiência no PCB não lhe agradou, pela falta de voz e vez no partido, mas, ao mesmo tempo, consolidou disposições ao engajamento. Sua discordância se deu em relação a um modo específico de se organizar e não ao princípio de mobilização via partido. Por isso, buscou um novo partido, ao qual se engajar enquanto ainda estava no ensino médio.

O movimento estudantil em sua escola agregava diversos grupos partidários: PCB, PCdoB, PSTU. Foi convidado por membros do PSTU para se filiar, mas os horários de reunião

coincidiavam com seus treinos esportivos e não foi possível. Viu o anúncio de um “Congresso da Juventude Socialista”, que ocorreria em uma universidade, e se interessou.

Aí, uma pessoa chegou perto de mim, perguntou quem eu era e tal, aí eu falei que... foi um militante do PDT e que na época era da direção da juventude do PDT... ele era um expoente da juventude aqui. E aí eu falei: *oh, não sou filiado, estou aqui pra assistir*. Aí, me convidou pra ir no Partido depois do congresso e tal. E a partir dali eu fui no Partido (Erivelto, PDT)

Filiou-se ao PDT, que era também o partido de simpatia de seu pai, onde as decisões são tomadas de maneira diferente daquela experimentada no partido anterior, e onde as propostas seriam construídas de maneira mais participativa, na análise de Erivelto.

Guinevere tratou a experiência na UJS como uma página virada, que não se relaciona com as experiências seguintes em sua vida – *“eu não consegui seguir em frente, porque eu me desanimei...”* –, ficando clara a relação entre esse momento e a continuidade de seu percurso militante. Ela disse que a experiência do ensino médio foi malsucedida, mas ela não abandonou o engajamento, abandonou apenas aquele espaço onde não se sentia devidamente acolhida. Encontrou novos espaços onde se engajar politicamente: no movimento LGBT e, em seguida, no PT⁸⁰. No caso de Guinevere, fica claro um novo aspecto da militância: as demandas e vontades pessoais precisam ser contempladas e respeitadas no espaço de engajamento; se assim não for, busca-se um novo espaço, mais acolhedor e, portanto, adequado à militância. Os jovens militantes não abrem mão de seus desejos, gostos e vontades mais significativos em nome das definições do coletivo. Há um espaço de negociação de vontades privadas e coletivas, mas os limites são bem delineados e os jovens não permitem que suas individualidades sejam diluídas no coletivo, elas precisam ser consideradas.

Müxel (2008, 2005, 2002) e Cicchelli (2009) apontam para novas características do engajamento juvenil na atualidade. Para a geração anterior, o engajamento significava estabilidade, duração e devoção a algum grupo de interesse. Para os jovens de hoje, o engajamento é caracterizado pela experimentação que modela opiniões e saberes que orientam as escolhas políticas, eleitorais e partidárias.

Para Müxel, Riou e Lehay (2005), os jovens *“não querem mais adotar todas as suas obrigações e objetivos políticos. Eles provavelmente querem se manter mais livres, inclusive para participar de acordo com suas próprias visões, ideias e métodos”* (p. 36, tradução

⁸⁰ Esses outros engajamentos serão tratados adiante, neste capítulo.

nossa). Ou seja, as regras partidárias rígidas não agregam mais à maioria dos jovens, que buscam espaços mais flexíveis e permeáveis a seus modos de ser.

Poliana começou a militar no PSOL quando entrou na faculdade; o partido era ainda bastante recente e ela disse que se espantou um pouco com o nível de tensão ainda presente, devido ao rompimento com o PT. Seu grupo tinha um dirigente, por quem se apaixonou e com quem teve uma filha. O nascimento da filha marcou o afastamento de ambos da militância. Ficou quase dois anos afastada da universidade, porque sua filha nasceu com um problema de saúde e, para voltar a estudar, matriculou a criança na creche da universidade, destinada a filhos de professores, funcionários e alunos. Foi na creche que conheceu uma mãe que discordava das mesmas coisas que ela, e tinha embates com as diretoras da creche pelas mesmas razões que ela. As afinidades aproximaram as duas mães, que descobriram que eram militantes de partidos políticos, mas uma do PSOL e outra do PSTU. Apesar do afastamento da militância, Poliana disse que ainda se apresentava como uma militante do PSOL, porque realmente não gostaria de ficar desengajada. Na situação de encontro com a mãe militante do PSTU, apresentar-se como militante do PSOL a colocava na mesma posição e, na creche, afirmar-se militante também assegurava um *status* diferenciado das mães não-militantes e poderia servir como reforço dos argumentos nos momentos de embate com a direção da instituição. Passou a frequentar, com Tamara, o grupo de militantes do PSTU do qual Tamara fazia parte. Poliana havia se engajado no PSTU havia cerca de 6 meses quando a entrevista foi realizada e ainda estava consolidando sua militância nesse partido.

Denise teve uma experiência diferente daquela que poderia ser considerada como o caminho comum para os que viveram o momento de crise do PT e a criação do PSOL. Ela militava no PT, rompeu com o partido e participou de diversas reuniões que discutiam a criação da nova legenda. No entanto, ao invés de consolidar sua mudança para o PSOL, rompeu também com o novo partido e filiou-se ao PSTU. Denise avalia que, na criação do PSOL, estava-se buscando construir um partido à imagem e semelhança do PT, em termos programáticos e organizacionais. Denise acreditava que o partido precisava de uma identidade nova, com novas práticas, novas bandeiras, novas propostas e que não deveria manter a diversidade interna representada pelas correntes partidárias. Ao não ver isso acontecer, optou por buscar um novo lugar para seu investimento militante. O caminho do PSOL ao PSTU foi trilhado com o apoio de amigos que tinha feito ao longo de sua militância estudantil, que eram filiados ao PSTU. Por conhecê-los, conhecia também as propostas do partido e avaliou que eram as que mais correspondiam às suas expectativas. Assim, se a grande maioria dos militantes que

romperam com o PT entre 2003 e 2005 mudou-se para o PSOL, Denise constitui-se a exceção nesse universo, filiando-se a um terceiro partido, o PSTU.

A ruptura com o PT: um difícil processo

Os jovens Ademir, Cláudio, Silvano, Luciano e Norberto se filiaram inicialmente ao PT, romperam e se filiaram ao PSOL, alguns no primeiro momento de cisão do PT, em 2003, outros apenas depois da “crise do Mensalão”, em 2005.

Ademir, Silvano e Luciano iniciaram sua militância no ensino fundamental (os dois primeiros) e médio (o último) e já eram considerados “quadros” do partido, porque se envolveram intensamente no movimento estudantil, estiveram à frente de realizações significativas para o movimento no estado do Rio de Janeiro e um deles – Luciano – foi um militante profissional⁸¹ durante algum tempo. Todos tinham percursos militantes longevos. Cláudio e Norberto eram militantes mais recentes do PT, ainda assim com percursos longos, mas menos intensos quando a crise se instalou, em 2003. Ademir, Luciano, Norberto e Cláudio eram todos da mesma corrente do PT, a DS (Democracia Socialista), da qual parte dos integrantes rompeu e parte permaneceu no PT⁸². Silvano estava ligado à CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores), que mudou integralmente para o PSOL. Para os quatro primeiros jovens, a ideia de ruptura com o partido chegou mais tardiamente e três deles mudaram de partido apenas depois do escândalo do Mensalão. Silvano relatou que, ainda durante a campanha presidencial de Lula em 2002, quando foi lançada a “Carta ao Povo Brasileiro”, os integrantes de sua corrente começaram a afirmar que, em algum momento, haveria uma ruptura drástica com o partido. Silvano disse que só não esperava que o processo se desencadeasse tão rapidamente.

Eu não esperava que nos primeiros meses de governo ia ser tão forte, tão rápido. E isso pra mim me assustou, me assustei bastante. Por exemplo, o governo do Lula começou em 2003, quando foi em 19 de janeiro de 2004 nós estávamos discutindo um movimento pra um novo Partido. Foi a primeira reunião, onde participaram quarenta pessoas aqui no Rio de Janeiro e eu estava. Foi quando a Heloísa Helena se decidiu, porque naquela época criou muita confusão se tinha que se criar um Partido ou não (Silvano, PSOL)

⁸¹ O próximo item desse capítulo tratará da militância profissional.

⁸² Anteriormente, foi citado o caso de Cíntia, que, também da DS, não mudou de partido.

Os integrantes de sua corrente se desfiliam do PT em bloco, assim que foi decidida a criação de uma nova legenda – discutia-se a possibilidade de os expulsos do PT aderirem a alguma outra legenda já existente, proposta que acabou sendo rechaçada. Houve menos tensionamentos na saída de Silvano do partido, porque os companheiros de militância cotidiana foram todos para o novo partido e, com os militantes que ficaram no PT, tinha menos proximidade e afinidade.

No caso dos outros 4 jovens, que saíram de uma corrente que se fragmentou, cada um teve que tomar sua decisão individualmente ou junto a seus pequenos grupos e núcleos de militantes; não foi uma decisão coletivamente assumida por toda a corrente. E cada decisão foi comunicada separadamente ao partido. Alguns comunicaram sua decisão de desfiliação em reuniões do partido, outros o fizeram por documento. Ademir disse que o processo de tomada de decisão foi muito desgastante, que havia muita pressão entre os companheiros de militância – tanto dos que tinham decidido ficar quanto dos que tinham decidido sair do PT. O jovem afirmou que alguns ex-companheiros avaliaram a saída do partido como uma traição, não apenas política, mas pessoal. Alguns deixaram de se falar. Ser taxado de traidor e ver antigos companheiros não lhes dirigir mais a palavra foi experiência comum aos 4 jovens, em maior ou menor grau, depois da saída do PT e filiação ao PSOL.

Veremos adiante que, entre os petistas que se filiaram ao PSOL, Luciano e Silvano receberam dinheiro do partido, durante determinado período, para desenvolver atividades partidárias. Silvano não relatou maiores tensionamentos com seu grupo de militantes ao mudar de partido, mas Luciano disse que as insinuações de traição foram sentidas por ele. A diferença de percepção, de um e outro, sobre a reação de colegas à mudança de partido se deve, provavelmente, ao fato de Silvano ter mudado de partido junto com todo o grupo que tinha sido responsável pelo financiamento de suas atividades militantes e o de Luciano ter rompido com sua corrente, que mudou em parte para o novo partido; os companheiros que ficaram no PT interpretaram sua atitude como uma deslealdade ao investimento feito pelo partido em sua militância. A relativa autonomia das correntes internas ao partido justifica, ao menos em parte, as diferentes reações. As correntes se organizam e também financiam determinadas ações com autonomia – dispõem de recursos partidários conforme decisões da corrente; assim, o fato de seguir as decisões da corrente pode ser interpretado como uma atitude de maior lealdade do que seguir orientações gerais do partido. Silvano talvez enfrentasse as mesmas acusações referidas por Luciano, caso não tivesse seguido com seu grupo para o novo partido.

Cláudio foi o que relatou problemas mais sérios com amigos que ficaram no PT, afirmando que a ruptura foi de tal maneira tensa que chegou às raias da justiça.

Foi muito difícil (...) um dos meus melhores amigos, na verdade, ficou, se tornou um dos principais dirigentes e está na DS hoje... no processo de ruptura, em que se valorizou aspectos do caráter dele e que nunca tinham sido valorizados. Entrou na justiça pessoalmente contra mim e contra o *fulano*, outro companheiro. Porque, na verdade, na eleição (...) estava todo mundo junto no DCE e, quando a DS rompe, tem uma eleição logo em seguida. Então, a gente sai em chapas separadas, mas chegou a ter agressões, roubos de urnas, coisas assim que tinham passado de qualquer limite. E colocaram um processo na justiça contra nós, fizeram um tipo de enfrentamento muito, muito duro mesmo. Hoje em dia, a gente nem se fala mais, nem se cumprimenta. Então, muita gente ficou pelo caminho. Outros não, outros que eram menos próximos e que atuaram de maneira menos firme pra nos combater, até hoje eu consigo ter relação tranquila. (Cláudio, PSOL)

Tanto Ademir quanto Luciano só saíram do PT em 2005 (entre meados e final do ano). Para ambos, o escândalo do Mensalão foi a “gota d’água”, o que permitiu a decisão definitiva sobre seus rumos militantes. Luciano também esperou algum tempo, desde a criação do PSOL para compreender como o partido se constituiria, quais as suas pautas, objetivos e linhas de ação. Também aqui se evidencia uma reflexão do jovem sobre a direção de seu investimento militante. Assim como Cíntia, que optou por não sair do PT e o fez de maneira bastante refletida, Luciano também tomou distância do problema, do ponto de vista da sociabilidade partidária, e refletiu politicamente sobre os caminhos possíveis e, dentre eles, qual seria o melhor, a fim de respeitar suas convicções.

Ia ter um processo de congresso interno do PT que começou em outubro e terminou, se eu não me engano, em setembro ou outubro de 2005; pós-escândalo do mensalão, já pós-Reforma da Previdência, pós-destituição dos quatro parlamentares. É... eu achava importante participar desse processo, eu acho que seria o último marco que eu acho que deveria participar por um lado, e do outro lado, é, eu achava que precisava ficar mais claro o que que seria esse PSOL, o que seria esse novo partido (...) embora seja um partido muito pequeno, mas se ia ser um esboço de um novo partido que quisesse ser um partido de esquerda, mas sem grande capacidade e influência social ou um partido que tentasse, né, ou pelo menos achasse importante ter uma influência um pouco maior na sociedade(...) um partido que tivesse inserção social, onde os trabalhadores fizessem parte (...) E foi esse meu tempo de espera. (Luciano, PSOL)

Não interessava ao jovem trocar o certo pelo duvidoso, ou seja, por mais problemas que o PT estivesse enfrentando, era o partido no qual ele havia se tornado militante, conhecia os meandros de seu funcionamento e também os caminhos e espaços para discussão e busca de soluções no interior do partido. O novo partido poderia repetir os mesmos erros do PT, mas, sendo novo, trazer novos tipos de dificuldades para o debate interno. Por isso, Luciano observou e decidiu cuidadosamente sobre sua filiação ao novo partido.

O modo como Luciano administrou suas escolhas também é reflexo de um comportamento coerente, nos moldes da definição de Becker (1960) para o engajamento. O jovem avaliou ganhos e perdas dos dois caminhos possíveis: permanecer no PT ou se filiar ao PSOL; avaliou se a promessa do PSOL, de representar um partido com novas práticas, realmente se concretizaria; e avaliou o peso do investimento já feito no PT para saber se valeria a pena deixar tudo para trás e recomeçar em uma nova legenda partidária. Recomeçar, na balança de Luciano, pesou mais.

Ademir disse que viu razões para sair do partido anteriores a 2005, mas que todos os acontecimentos anteriores podiam ser justificados racionalmente. “*A ruptura passional [eu] era capaz de fazer em qualquer momento, desde 98, mas pega meia dúzia de textos, lê e explica [as razões das escolhas do partido]*”. O escândalo do Mensalão, contudo, teria acabado com qualquer possibilidade de justificativa racional ou passional. Foi então que decidiu pela mudança de partido.

O jovem reafirma, contudo, que a saída do PT foi a decisão que ele considerou mais acertada. Conversou com seus companheiros e se aconselhou com o pai, que não saiu do PT, mas teria ajudado Ademir a compreender a crise e avaliar razões e benefícios da escolha de ficar ou sair. Na balança de Ademir pesaram, ainda, além daquilo que já foi apontado para Luciano, os valores e práticas familiares. Ainda assim, a decisão pela desfiliação do PT teve peso maior e o jovem se filiou ao PSOL.

Cláudio também saiu do PT no final de 2005, mas o momento de sua saída foi marcado mais por decisões estratégicas do seu grupo político e menos pela dinâmica do PT; ou seja, o grupo da DS ao qual estava vinculado decidiu deixar o partido no início de 2005, mas ele, que já era assessor parlamentar de um vereador do PT, deveria continuar para ajudar na transição desse vereador para o PSOL. O grupo achou mais estratégico fazer uma transição, ao invés de um rompimento abrupto. Com isso, o vereador conseguiria encerrar algumas atividades importantes, dando fim a seu período de permanência no PT com tranquilidade e sem tantos

tensionamentos quanto os que seriam provocados por uma ruptura no começo daquele ano. O vereador era um independente⁸³ no PT e continuou independente no PSOL, por isso a “transição” era possível; sem vínculos com correntes, o vereador podia tomar decisões em tempos diferentes. Por ser assessor parlamentar, o grupo de discussão no qual Cláudio se inseria para decidir pela mudança ou não de partido era diferente dos espaços de decisão de Ademir, Luciano, Norberto e Silvano⁸⁴. Os quatro jovens situavam seus debates no âmbito do movimento estudantil e Cláudio o situava entre os grupos de apoio do mandato do vereador.

O momento de decidir a mudança de partido é diferente em cada caso e a decisão é mais individual ou mais coletiva também conforme o caso, mas a vontade dos sujeitos sempre teve peso preponderante na decisão. Todos os jovens que mudaram de partido fizeram escolhas por partidos que mais bem atendessem aos seus anseios, onde se sentissem mais acolhidos e mais confortáveis em relação às práticas partidárias e onde o ajuste entre os valores do partido e os valores pessoais fosse mais fino. A adesão a uma decisão coletiva só ocorreu quando havia também uma adesão pessoal às razões que justificavam a mudança.

4.6 Profissionalização no partido e pelo partido

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos jovens, é possível separá-los em dois grupos distintos. O primeiro grupo é de jovens que assumiram cargos públicos comissionados, que permitiram trabalhar melhor para o partido, dedicar-se com maior intensidade à militância e à organização partidária. O segundo grupo é constituído por militantes que receberam apoio financeiro diretamente do partido para desempenhar determinadas funções, notadamente o apoio às organizações estudantis. Poderia haver um terceiro grupo de trabalhadores de partido: aqueles que ocupam cargos remunerados na hierarquia partidária para melhor servir ao partido, mas não há nenhum jovem com essas características entre os estudados. Entre os 21 jovens entrevistados, há ocupantes de cargos em executivas e diretórios de partidos, mas, segundo suas informações, tais cargos não são remunerados.

⁸³ Mandato independente ou militante independente em partidos como o PSOL e o PT são aqueles que não se vinculam a qualquer corrente do partido. Nos registros de militantes dos partidos, há sempre a divisão desses por suas correntes e um grupo definido como “independente”, que não pertence a qualquer das correntes partidárias.

⁸⁴ Todos eles tinham, no movimento estudantil, seu principal espaço de militância no momento da mudança de partido.

Assim, no primeiro grupo de trabalhadores em cargos públicos ligados aos partidos, temos Cláudio, Mariano, Julião, Guinevere, Cíntia e Erivelto⁸⁵. Erivelto (PDT), Cláudio (PSOL) e Julião (PT) trabalhavam como assessores parlamentares no ano de 2009; os dois primeiros para vereadores e o terceiro para um deputado federal. Mariano (PSOL) assumiu a vaga de Cláudio ainda em 2009, quando este deixou a assessoria. Guinevere (PT) também fez parte da equipe de assessores de um vereador petista, enquanto esse estava em campanha para reeleição ao legislativo, mas sua experiência como assessora foi bastante curta. Cíntia (PT) ocupava um cargo comissionado em uma administração petista de município da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além dos jovens que ocuparam cargos em legislativos ou executivos municipais ou federais, há ainda o caso de 3 jovens (Mariano, Silvano e Luciano, sendo que o primeiro também aparece no primeiro grupo), que receberam ajuda de custos de seus partidos para desenvolver atividades específicas, indicadas a eles pelo grupo partidário ao qual pertenciam. Essa indicação, em geral, atende a critérios de investimento – dedicação – e atividades desenvolvidas como militante. Dois desses jovens eram militantes do PT quando receberam o apoio e ambos mudaram para o PSOL. O terceiro se filiou diretamente ao PSOL e foi desse partido que recebeu ajuda.

Para Cláudio e Julião, a atividade remunerada de militante significou a garantia de sustento da família para o primeiro e a autonomização em relação aos pais para o segundo. Apesar de a remuneração ser “*menor do que muitos acham*”, Cláudio afirmou que ela garantia estabilidade financeira à recém-constituída família. Quando sua companheira engravidou, em 2003, ele aceitou um emprego na FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; mas o trabalho o afastava completamente das atividades militantes, que, naquela época, ainda eram no PT. Em 2004, surgiu a oportunidade de ocupar um cargo no gabinete de um vereador do PT, em município da região metropolitana do Rio de Janeiro; a remuneração era suficiente e o trabalho o colocaria novamente entre militantes. Mas, se o trabalho de assessor, por um lado, o reaproximava dos companheiros de militância, a dinâmica do trabalho de gabinete, por outro, o impedia de praticar a militância “nas bases”. O trabalho, segundo Cláudio, era muito burocrático: “*me tornei mais militante da organização do que do movimento*”. Ainda assim, demonstrava satisfação com as conquistas e os resultados alcançados pelo mandato do vereador sob sua assessoria. Apesar da satisfação com o trabalho, referia, na entrevista

⁸⁵ Pelo caráter diferenciado do PDT, esse caso será tratado ao final dessa sessão.

realizada em 2009, o desejo de deixar esse cargo, depois de ocupá-lo desde 2005. A aprovação em concurso público para professor da rede municipal de ensino, no final de 2008, abria novas possibilidades, tanto de trabalho quanto de militância.

Me formei muito correndo, no final do ano passado[2008], porque passei no concurso, agora sou professor da Rede Municipal do Rio... então, hoje milito... fiz parte da chapa do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação [SEPE]. Então, sou militante agora tanto partidário, meio institucional – canso um pouco, não tem muito a ver com o meu perfil – como agora no movimento social, do Sepe e tudo mais. (Cláudio, PSOL)

Em 2010, ao realizar nova entrevista, Cláudio revelou que não trabalhava mais no gabinete do vereador, exatamente como intencionava em 2009; havia se “desprofissionalizado” e estava animado com as novas possibilidades que se apresentavam. No final de 2009, foi aprovado em um programa de mestrado e, em meados de 2010, foi aprovado em outro concurso público, dessa vez para professor da rede estadual.

Cláudio deixou a assessoria e Mariano ocupou uma vaga junto ao mesmo gabinete. Mariano assumiu a vaga que foi oferecida à sua corrente e o fez porque conseguiria renda melhor do que a obtida como bolsista universitário. Também assumiu porque os outros militantes aptos a assumir uma tarefa dessa natureza já estavam ocupados e remunerados em outras atividades. A dinâmica cotidiana de Mariano pouco se alterou, uma vez que aquilo que já fazia como militante passou a ser creditado no trabalho de assessor; precisava passar algum tempo no gabinete – tempo equivalente ao gasto nas atividades da bolsa universitária da qual se desligou para assumir o novo emprego – e o restante do trabalho era, de fato, junto à militância do PSOL. Para ele, a grande diferença é que tinha renda um pouco superior para desempenhar atividades com as quais já era familiarizado e que, em sua maioria, já realizava.

Para Julião, o trabalho de assessor parlamentar significou a possibilidade de sair da casa dos pais e morar sozinho no centro da cidade. Isso permitia deslocamentos menores para suas atividades, tanto de estudo quanto de trabalho, dava-lhe a oportunidade de viver uma nova experiência, em que precisava organizar o cotidiano de uma casa sozinho, e ainda permitia reduzir conflitos familiares que se acentuavam, especialmente com o pai, em virtude do desejo de que o filho se formasse e trabalhasse para se sustentar. Para Julião, o fato de o pai ter começado muito cedo a trabalhar produzia dificuldades de compreensão sobre a situação do filho, ainda vivendo em sua casa e sendo por ele sustentado. O pai não fazia objeções à militância em si, mas ao fato de o filho demorar a concluir seus estudos universitários. Apesar

de ainda não ter se graduado, o trabalho e a consequente independência financeira tranquilizavam seu pai. Além disso, morar sozinho e manter a dinâmica inconstante de militante longe do olhar dos pais também fez diminuir tensões que estavam presentes. Nesse caso, era a mãe que se incomodava com os horários inconstantes de chegada em casa. O trabalho como assessor de um deputado federal, que incluía tarefas de organização estadual da corrente da qual faz parte, também lhe conferiu um novo *status* dentro do partido, abrindo-lhe a participação em novos espaços de influência e decisão, tanto em sua corrente quanto no conjunto do PT.

Guinevere também chegou a ocupar um cargo remunerado, que se relacionava com sua militância, mas o trabalho durou pouco tempo. Foi contratada por um vereador, participou de sua campanha eleitoral, mas disse que enfrentou muitos obstáculos para ter suas ideias ouvidas e contempladas pelos colegas que trabalhavam na mesma tarefa. Ao final de alguns meses, desligou-se do trabalho, alegadamente sem ter recebido toda a remuneração a que teria direito pelo acordo de trabalho informalmente firmado. O seu tempo de trabalho não lhe garantiu, portanto, estabilidade financeira ou maiores ganhos no interior do partido.

Cíntia ocupava um cargo comissionado do poder executivo municipal em Nova Iguaçu. Estava lotada na secretaria de governo, tinha remuneração um pouco superior aos colegas assessores parlamentares e dividia seu trabalho entre a organização de algumas atividades do prefeito e ações da corrente e do partido em diversos espaços. “São oito horas de trabalho [semanais], mas aí essas oito horas são direcionadas de acordo com aquilo que a gente entende como importante para o movimento, para a nossa tendência, para o movimento em si”. Assim, as tarefas relativas ao seu cargo estavam tanto voltadas para o município onde trabalhava quanto para o partido e, neste âmbito, muitas de suas atividades eram desempenhadas na cidade em que reside.

Para os cinco jovens, o trabalho remunerado conquistado via seus partidos representou uma forma de associar, numa só atividade, o sustento financeiro e a permanência da militância como ação central em suas vidas; é um trabalho que, na fala dos jovens, atende a desejo e necessidade. Os trabalhos são variados e todos relataram satisfação com o que faziam, mas também era unânime a idéia de que este é um espaço transitório, momentâneo. Nenhum desses cinco jovens relatou interesse em se manter profissionalizado na militância. Alguns já a deixaram – Guinevere e Cláudio – e já traçavam planos para outro emprego, assim que se graduassem. Como o fim dos estudos superiores não significa 100% de garantia de obtenção

de um emprego, para esses jovens, ter esta ocupação remunerada representava a possibilidade de buscar um emprego com mais tranquilidade ou mesmo escolher entre alternativas possíveis a que lhes pareça mais interessante, mesmo que tenham que esperar algum tempo para realizar tal escolha. Ou seja, o emprego militante pode permitir um período de “moratória” profissional depois da obtenção do diploma para a escolha de um emprego que mais se adeque a seu perfil e desejo profissional. Está claro que a ocupação desses espaços está submetida aos interesses políticos dos partidos, mas também é certo que não são ocupações de extrema provisoriedade; elas permitem que os jovens tracem planos de médio prazo fundamentados na estabilidade do cargo que ocupam.

O segundo grupo de jovens descrito anteriormente é composto por aqueles que receberam ajuda de custos do partido em que militavam para se dedicar intensivamente, em geral através do movimento estudantil ou, ainda, para realizar um “giro” político. O “giro” foi a razão de apoio financeiro do partido para Silvano e Mariano, em momentos diferente, ambos naturais do norte do país. Eles *giraram* para o Rio de Janeiro em função do investimento realizado na militância e porque o partido considerou que a presença deles no sudeste do país traria mais vantagens à instituição. Silvano era militante do PT quando foi apoiado e Mariano era do PSOL. No primeiro caso, o jovem recebia ressarcimento de gastos feitos com viagens e uma ajuda para alimentação, pois a maioria das lideranças estudantis residia em São Paulo e ele, ao se mudar do norte do país, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde havia carência de lideranças. Também decidiu estabelecer residência no estado do Rio de Janeiro porque tinha uma base familiar na região metropolitana e porque teria sempre alimentado o desejo de residir na “cidade maravilhosa”. Silvano reconheceu que o giro para o Rio de Janeiro não foi, portanto, produzido apenas por razões políticas, mas também, por um desejo pessoal que pode ser realizado através de sua militância. De acordo com o jovem, não houve qualquer tipo de intervenção do partido sobre sua escolha de morar no Rio de Janeiro, pois a demanda era de que ele morasse mais perto do “centro”⁸⁶ das atividades da UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas –, da qual era um dos diretores; na avaliação do coletivo, morar no Rio seria igualmente desejável para as ações da organização.

Mariano também associou, em seu giro, uma demanda do partido com uma vontade sua: queria estudar em uma universidade de qualidade e, de preferência, em um grande centro. Sua vinda para o Rio de Janeiro foi decidida a partir de um convite feito por representantes de sua

⁸⁶ Toda a região sudeste era considerada “centro”, ainda que a sede da UBES se localizasse em São Paulo.

corrente no Rio de Janeiro, depois de ele ter passado dois meses na cidade ajudando a fazer a campanha eleitoral da candidata à presidência da república, Heloísa Helena, e do então deputado federal Babá. Por ser um partido novo e pequeno, tinha poucos recursos para arcar com os custos da transferência do jovem, por isso acertou-se que as despesas iniciais no novo endereço seriam divididas entre o partido e a família do jovem e que os militantes locais ajudariam na busca por um emprego que garantisse o sustento dele, depois desse período inicial. Para Mariano, a aprovação da família quanto à sua decisão de se mudar foi fundamental, assegurando que tal apoio ocorreu pelo desejo sempre manifestado pelo jovem de estudar em um grande centro e também por sua consistente trajetória militante, que dava confiança à família de que a mudança não seria “fogo de palha”. A narrativa do jovem deu conta de que, depois de inúmeras mobilizações estudantis, passeatas e protestos, ele havia dado diversas entrevistas para rádios e TVs em sua cidade natal; por isso, havia se tornado, para a família, uma referência, uma figura importante no cenário político local e mudar-se para o Rio de Janeiro seria uma espécie de prêmio por todo o investimento feito na militância política – investimento que incluía a conversão do pai de apoiador da família Sarney a um defensor das bandeiras defendidas pelo PSOL.

Já Luciano, um carioca, é um caso clássico de profissionalização da militância. Ele recebeu recursos do partido para continuar militando no movimento estudantil secundarista, após concluir o ensino médio. O convite envolvia a manutenção de um vínculo informal com a escola onde estudava – CEFET – e a circulação por determinadas escolas de nível médio, a fim de criar novos grêmios ou garantir que grêmios já existentes continuassem existindo e sendo dirigidos por alunos ligados a seu partido, na época o PT. Sua tarefa era de recrutamento e formação de novos quadros do movimento estudantil, reunindo-se com os integrantes do grêmio, levando a eles temas de discussão e as pautas gerais do movimento estudantil secundarista que eram articuladas pela UBES. Luciano afirmou que não recordava com precisão as datas de início e fim dessa atividade, mas teria recebido ajuda de custo do partido por cerca de dois anos, até decidir que era hora de fazer vestibular e entrar na universidade.

O que difere o caso de Luciano dos outros dois é o fato de que, para os primeiros, foi destinada apenas uma ajuda de custo parcial, na forma de ressarcimento de gastos feitos e de apoio financeiro apenas para mudança e manutenção nos primeiros meses no novo endereço. Já Luciano recebeu uma ajuda de custo que lhe garantiu autonomia financeira dos pais ou outra fonte de renda durante cerca de dois anos, para se dedicar com exclusividade à

militância. O tema da profissionalização, nos moldes do que ocorreu com Luciano, parece um tabu entre os militantes. O próprio jovem se esquivou do assunto. Nenhum dos 3 jovens falou em valores recebidos a título de ajuda de custo ou remuneração – palavra rechaçada por Luciano, que também preferiu nomear de ajuda de custo os recursos que recebeu. Foram evasivos nas respostas. Reafirmavam que não eram valores altos, apenas para ajudar com despesas. A preocupação deles, certamente, era a de não reforçar um estereótipo corrente, de que militantes se engajam por interesses venais e em busca de benefícios particulares.

Para todos esses jovens, o apoio financeiro do partido, seja por meio da ocupação de cargos ou de apoio financeiro direto, representa um importante suporte em momentos significativos de suas vidas. É uma recompensa pelo investimento militante, pois são os militantes mais dedicados e competentes nas tarefas necessárias que são contemplados pelas ofertas do partido, mas também representa um suporte decisivo em momentos importantes para muitos deles. No que se refere à origem de classe, Mariano, Julião e Silvano são jovens de origem popular e Luciano, Cláudio, Guinevere e Cíntia são de classes médias. Julião contava com o apoio familiar para se sustentar e trabalhar não era uma necessidade, em termos de sobrevivência. Mas, o jovem sentia a pressão, especialmente vinda do pai, para que tivesse um emprego e se sustentasse, pois assim lhe parecia mais adequado. Para Mariano e Silvano, o apoio financeiro do partido foi fundamental para a realização do giro político e para a sobrevivência em novo endereço. Mas, para os jovens de classe média, o emprego obtido como assessor ou o apoio financeiro para trabalhar pelo partido também foram fundamentais para sua sobrevivência, especialmente para a nova família constituída por Claudio e para garantir a saída de casa de Luciano, que relatou grandes tensionamentos com seus pais, relacionados com seu engajamento. O menor impacto do emprego obtido por relações partidárias se relaciona com as jovens Guinevere, que trabalhou por pouco tempo e não recebeu toda a remuneração esperada, e Cíntia, que tinha suporte familiar, mas ampliava suas possibilidades de autonomização.

Para Erivelto, o trabalho no gabinete de um vereador do PDT surgiu quando ele já tinha uma carreira estabelecida – estava formado em Direito e era policial civil concursado desde meados da graduação, exercendo sua função em um grupo especializado da polícia. Foi requisitado pelo gabinete do vereador pedetista numa ação coordenada e solicitada por ele para melhor exercer sua militância. Erivelto relatou diversas tensões internas em seu partido, notadamente nas disputas por exercer a direção local, estadual e nacional da juventude do partido. Ele próprio foi presidente estadual da Juventude, mas em razão de diversos jogos

políticos realizados pelo partido, a fim de dar visibilidade a um outro jovem, ele acabou sendo tirado de cena. Articulado com o movimento estudantil universitário, fez novas amizades e um amigo em comum com o vereador que acabou por requisitá-lo.

E aí, nesse processo de aproximação, ele me chama pra trabalhar com ele. Aí, eu já tinha feito o concurso, porque eu fiz o concurso quando eu estava no meio da faculdade – pra Polícia Civil –, aí eu já era servidor e aí eu coloco: ‘olha, eu tenho que ser requisitado e tal’. Aí ele me requisita e eu falei: ‘oh, eu vou se eu for requisitado, eu não vou ficar fazendo as coisas de qualquer jeito’. E ele me requisita e ele me chama pra trabalhar com ele e eu vou trabalhar com ele. (Erivelto, PDT)

Erivelto disse que, por ser esportista, começou trabalhando temas do mandato ligados ao esporte e só mais tarde voltou-se para as questões da juventude: *“Comecei trabalhando na questão esportiva, mas começo a atuar mais fortemente com relação às questões de juventude, porque isso tem uma demanda em geral muito grande”*. Erivelto disse que abriu mão do esporte de alto rendimento em nome da militância, *“a militância me afastou do esporte, que pra mim era uma coisa fundamental na minha vida, entendeu?”* Disse que seu trabalho também foi influenciado pela militância e que foi por ela que estudou direito e quis ser assessor parlamentar: *“Eu acabei me direcionando... hoje eu sou um profissional político, né?”*.

Erivelto foi o único dos militantes que trabalhavam ou já haviam trabalhado em atividades ligadas ao partido que falou sobre o desejo de continuar nesse trabalho. É, portanto, o único que deseja ser realmente um profissional do partido, diferentemente dos outros jovens, que viam nessa atividade uma ação passageira.

Os jovens militantes trilham caminhos diversos até chegar aos partidos em que militam. A maioria chegou aos partidos através do Movimento Estudantil, mas, uma vez engajados no ME, alguns deles experimentaram alguns partidos antes de se filiar, enquanto outros se filiaram sem experimentações prévias. Entre aqueles que não fizeram experimentações, destacam-se os jovens herdeiros de filiações familiares – Julião, Núbia e Mariana – e, entre os que buscaram conhecer diferentes partidos antes de se filiar, destacam-se aqueles cuja

socialização política familiar e escolar foi incipiente, pouco contribuindo para a consolidação de valores e práticas políticas que orientassem suas escolhas partidárias.

Para os jovens oriundos de famílias engajadas, a militância se dava quase como um fato natural, algo que já era esperado por todos, como se fosse óbvio tornar-se militante. Ademir, Julião e Núbia transformaram, em ação prática, as disposições ao engajamento, construídas a partir da socialização familiar, quando ainda estavam no ensino básico, engajando-se em partido pela via do movimento estudantil secundarista. Marina, também oriunda de família de militantes, engajou-se apenas na universidade, por não ter encontrado, segundo ela, espaços de engajamento anteriores a esse período da vida. Percebe-se, assim, que, apesar das disposições ao engajamento, para que elas se transformem em ação, é preciso que os jovens se encontrem com grupos organizados e com os quais haja afinidade, para que a disposição, realmente, se transforme em práticas militantes.

O grupo de pares ganha peso na transformação de disposições em ação, especialmente quando as disposições são menos evidentes – entre os jovens de mais frágil socialização política familiar, a escola ou os colegas ganharam centralidade na construção de disposições e também na transformação delas em ação. Cláudio encontrou afinidades políticas com um colega de escola; frequentaram reuniões de partido juntos, se afastaram do partido juntos e voltaram a se engajar juntos, ao entrar para a mesma universidade. Amizade e militância caminharam juntas na filiação, na mudança de partido e até os dias atuais.

Poucos foram os jovens que percorreram sozinhos os caminhos que os levaram ao engajamento. Roberto e Tuco tiveram socialização política familiar e escolar frágil, o primeiro tendo formado convicções políticas a partir de uma prática religiosa e o segundo por meio de algumas influências de professores, mas buscaram sozinhos os partidos onde se engajaram. Tuco observou candidatos em uma eleição municipal para decidir se se filiaria ao PDT ou ao PT; Roberto percorreu grupos de estudantes de diversos partidos e sua universidade, até decidir em que partido e corrente se filiaria. São dois casos que poderiam ser definidos como de *self-made-men*, ou seja, aparentemente, fizeram a si próprios militantes, não foram construídas disposições em trajetórias anteriores e as redes de interação parecem não ter constituído eixos importantes a impulsionar a prática política. A militância se consolidou na relação com *os outros* do partido, mas o início da trajetória militante foi construído sozinho.

Em geral, os jovens que receberam, pela socialização familiar, valores, comportamentos e preferências políticas, seguiram essas orientações na escolha dos partidos em que militam. Em alguns casos, o engajamento ocorreu exatamente no mesmo partido; em outros, se deu em partidos do mesmo espectro políticos. Apenas Mariano mudou radicalmente sua orientação em relação ao que defendia seu pai – defesa de políticos de direita –, filiando-se a um partido de esquerda. Cláudio também não seguiu a mesma filiação do pai, mas, nesse caso, o afastamento não seria tão grande, visto que o PDT também é considerado, na maioria das definições correntes, um partido no espectro de esquerda, mais ou menos ao centro na escala.

Os jovens entrevistados militavam de longa data. Apenas Antônia tinha engajamento bastante recente, os demais já contabilizavam mais de 2 anos de militância, sendo que alguns já somavam 12 anos. Os percursos longevos – considerados mais longos que 5 anos – apresentam algumas variações de investimento militante – aumentos e diminuições de ritmo e tempo de dedicação à militância; mas não foi constatada nenhuma desfiliação partidária, apenas trocas de partidos. Entre os jovens de percursos mais recentes, as variações de investimento militante são menos perceptíveis, menos intensas. Quando ocorreram variações, elas se deveram a momentos do ciclo de vida escolar (investimento nos estudos para passar no vestibular, por exemplo), a tensionamentos com o grupo militante e atingiram, em especial, as jovens mães: a maternidade foi determinante, em todos os casos, de diminuição do investimento militante, com um refluxo e uma retomada gradativa da militância depois do nascimento do filho. Para um militante (Cláudio), a paternidade também impôs mudanças em sua vida, mas produziu aumento do investimento militante, na medida em que, para sustentar a nova família, conquistou um emprego como assessor parlamentar que o colocava a serviço da militância como um profissional.

A profissionalização ou o trabalho conquistado por meio do partido ocorreu para 8 dos 21 jovens entrevistados. Trabalhos como os de assessores parlamentares, ocupando cargos comissionados em prefeituras, foram os mais comuns, mas também houve casos de jovens que receberam ajuda de custos do partido, para que se dedicassem exclusivamente às atividades militantes. Em todos os casos, o trabalho assim conquistado representou autonomia financeira dos jovens em relação a seus pais – à exceção de Erivelto, que já tinha uma profissão quando passou a trabalhar como assessor – e diminuição de algumas tensões familiares provocadas pela militância.

Ao tratar da relação dos jovens com o tempo, além de observar percursos longevos e mais recentes de militância, também foi possível perceber que, na longevidade dos percursos, encontra-se o maior número de jovens que mudaram de partido. A maioria o fez em razão da crise que afetou o PT entre os anos de 2003 e 2005 e produziu a criação de um novo partido. Mas, além desse fato, também houve jovens que romperam com o primeiro partido porque, ao experimentar a militância, não tiveram afinidade ideológica (Guinevere, por exemplo, e a abordagem da homossexualidade no PCdoB) ou organizacional (também Guinevere e Erivelto, que reagiram ao centralismo da tomada de decisões em seus primeiros partidos de engajamento, PCdoB e PCB, respectivamente). A falta de afinidade ideológica também motivou a mudança de Denise do PT para o PSTU, no momento em que o rompimento com o PT levava os militantes para o PSOL.

A experimentação que caracteriza as novas gerações de militantes, segundo Müxel (2008), e a busca por um comportamento coerente, que define o engajamento, segundo Becker (1960), seriam eixos fundamentais para compreender os deslocamentos dos jovens entre os partidos. Se os jovens deixam de ter afinidades ideológicas com o grupo no qual militam, o procedimento que mantém a coerência de comportamento é a mudança de partido. Se as individualidades não encontram espaço de expressão no interior dos partidos, os jovens também saem em busca de outros espaços, mais porosos às suas identidades, valores e demandas individuais.

Variações de investimento, rupturas e mudanças de partidos, experimentações prévias antes de ocorrer a filiação, todas são ações que caracterizam, segundo Müxel e Cicchelli, o engajamento das novas gerações, que se opõem à rigidez de compromissos com espaços de engajamento, durabilidade e devoção a algum grupo de interesse. A durabilidade está mantida, visto que há muitos jovens com mais de 10 anos de engajamento, mas ela não se dá, necessariamente, no mesmo espaço. A devoção já não é mais uma marca, visto que os jovens também exigem dos partidos ganhos referentes a questões de sua individualidade – permeabilidade do partido às bandeiras LGBT, por exemplo.

Capítulo 5 – A experiência militante no partido

Os jovens pesquisados são todos militantes de partidos de esquerda, que estão mais ou menos direcionados para o centro do espectro político, conforme apontado no capítulo 2. Há, contudo, diferenças de organização desses partidos, modos de agir diversos e formas variadas de incluir os militantes no cotidiano partidário. O capítulo 4 abordou a relação do *tempo de militância* e seus reflexos nos percursos de engajamento. Este capítulo abordará a relação do *tempo dos jovens* no cotidiano dos partidos, ou seja, as rotinas, atividades, dinâmicas e tensionamentos produzidos pela inserção dos jovens nos partidos nos quais estão engajados.

5.1 Os jovens e seus partidos

Vimos no segundo capítulo que PCdoB, PT, PSTU e PSOL estão mais próximos, no que se refere ao modo como tratam da questão da militância e ao posicionamento na escala que situa os partidos da esquerda para a direita. São partidos de massa e de militantes, ao passo que o PDT se diferencia por ser um partido de massa, mas de eleitores e por estar situado, em todas as escalas de referência, mais à direita do que os partidos acima referidos. As dinâmicas dos militantes do PDT se distinguem significativamente das dos demais partidos contemplados nesta pesquisa.

O **PDT** é um partido de grande adesão, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; adesão conquistada, principalmente, pela força de suas lideranças – notadamente Leonel Brizola – e menos pela dinâmica de engajamento militante de seus filiados.

Os jovens pedetistas desta pesquisa guardam características peculiares, que podem não ser comuns a todos os jovens pedetistas no Brasil, mas dizem algo sobre a militância jovem desse partido no estado do Rio de Janeiro. Joana e Tuco praticamente não tiveram contato com o movimento estudantil, o que os diferencia de todos os outros jovens. E mesmo Erivelto, o outro militante do PDT, engajou-se no movimento estudantil em busca de suporte para a sua ação no interior do partido e não como uma extensão do partido em espaços externos a ele. Para Erivelto, o movimento estudantil não foi *estágio* para a chegada ao partido, mas base de

apoio à sua militância, que já estava consolidada no PDT⁸⁷ – para os outros jovens, o ME era espaço de extensão e ampliação de seu engajamento partidário.

A militância no PDT é de poucos. Apesar de ser o maior partido fluminense no que se refere ao número de filiados, esses, em geral, se manifestam nos momentos de campanhas eleitorais e não constituem um conjunto de militantes mobilizados e atuantes durante o intervalo entre um momento eleitoral e outro. A presença do partido no movimento estudantil seja secundarista ou universitário, no estado do Rio de Janeiro, também é pequena e os três justificam essa situação pela cultura e pela composição do partido. Tuco disse que o partido sempre enfrentou barreiras na universidade, porque o discurso do partido, levado por Leonel Brizola, encontrava eco junto ao “povão” mas não junto a outros públicos. “*O PDT é um partido de povão, muita gente ... mas era povão. O Brizola sempre teve muita dificuldade em entrar na universidade*”, afirmou o jovem.

Contudo, a militância existe, ainda que seja de poucos e que não seja a característica principal do partido. Os jovens se reúnem, debatem, discutem e atuam, ainda que seus investimentos estejam voltados para as dinâmicas internas do partido e menos para a extensão do partido para além de seus limites.

Ela é uma orientação [militância] que não é voltada pra fora, por incrível que pareça. O partido, ele tem que disputar os aparelhos da sociedade. O PDT não, ele ... principalmente a juventude, a militância, ela é feita internamente, intrapartidária. (Erivelto, PDT)

Segundo as narrativas dos jovens pedetistas, aquilo que fazem em espaços ou movimentos fora do partido serve para legitimar ou melhor fundamentar a atuação dos militantes dentro do partido; serve para legitimar e apoiar a busca por espaço na hierarquia partidária.

(...) a nossa juventude, ela se utilizava da sua atuação externa ... tipo, você era um quadro destacado no movimento estudantil, mas você não focava isso. Isso servia pra te legitimar, pra te tornar um dirigente internamente da juventude e esse dirigente de forma interna na juventude, serve pra se tornar um dirigente do partido. Então você não tem uma orientação voltada pro movimento de juventude. (...) é uma coisa mais centrada no indivíduo. (Erivelto, PDT)

⁸⁷ Como apontado no capítulo 4, Erivelto se engajou no PCB, via ME secundarista. Desengajou-se ao final do ensino médio. Filiou-se ao PDT, onde militava há quase dois anos quando iniciou o ensino superior.

Os três pedetistas afirmaram que tentavam mudar um pouco a cultura do partido, buscando mobilizar mais jovens através de várias estratégias, mas encontravam dificuldades. Erikelto explica que, apesar da tradição do Brizolismo no Rio de Janeiro, o partido não conseguiu envolver os jovens:

Na verdade, isso não é de hoje não. Embora o brizolismo tenha uma tradição imensa, o brizolismo não tem a tradição de atuação de juventude. O meu trabalho [mestrado em desenvolvimento no momento da entrevista] (...) eu fui ver nos meus estudos que você nunca teve uma relação de fato forte na parte de juventude e trabalhismo. Isso é uma coisa interessante. (Erikelto, PDT)

Joana acredita que o modo como o partido se organiza estimula pouco seus militantes. Ela fez referência à existência de diferentes correntes internas em outros partidos que, segundo ela, produziriam disputas entre diferentes opiniões e posições, e, conseqüentemente, maior debate de idéias que instigaria os militantes a participar. Ela acredita que a falta de debate interno seja um ponto relevante a se considerar ao avaliar a pouca atração exercida por seu partido sobre os jovens: “(...) e como no PDT não existem correntes, fica uma coisa muito doméstica, digamos assim. Então eu acho que isso não dá muito incentivo à militância, a se envolver em certas bandeiras, em certas coisas, por conta de não ter aquela coisa da competição”. Finaliza dizendo que, quando há competição em seu círculo de militância, ela é “da vaidade, do ego, um com o outro, não enquanto um grupo organizado de um segmento de um partido”.

Tuco acrescentou elementos para explicar as razões da ausência do partido no movimento estudantil e também a pouca presença de militantes no partido, dizendo que uma é conseqüência da outra:

porque na verdade o PDT, ele é um partido de lideranças. E o PDT nunca foi um partido organizado, como o PT um dia foi, né. Então, a história do nosso partido aqui no Rio de Janeiro ... o Brizola chegou em 1982 pra disputar uma eleição em que era ele, ele e o grupo mais próximo a ele... e a figura do Brizola... E a figura do Brizola ganhou a eleição. Então não *tinha-se* um partido, tinha um líder. E as pessoas vinham atrás desse líder. (Tuco, PDT)

E Joana complementa:

Se você, por exemplo, pegar a nossa juventude e perguntar: porque cada um está aqui? você vai ver ... eu te diria que 80% das respostas serão: ‘minha mãe tem alguma ligação com o Partido’, ou: ‘eu adorava a figura do Brizola’, ou: ‘eu adoro o fulano’ [prefeito de município da região metropolitana], ou: ‘eu adoro o beltrano’ [vereador da mesma cidade]. Então é um partido de liderança, então você segue a sua liderança. Então não é: ‘ah, porque nós montamos um grêmio’ ... é pouco, é menos, é mais em cima da figura das lideranças. (Joana, PDT)

O modo como Joana se aproximou do partido é característico disso que acabou de afirmar, pois ela própria se aproximou através das redes de sociabilidade de sua mãe. Ela discordou, contudo, de Tuco⁸⁸ ao dizer que o afastamento do PDT do movimento estudantil não deveria ser visto como uma característica nacional do partido, mas um aspecto conjuntural do estado do Rio de Janeiro. Afirmou que o desinteresse dos últimos três presidentes estaduais da juventude do PDT pelo ME seria a explicação mais correta para o fenômeno. Fundamentou sua opinião respaldando-se no fato de que a recente mudança de direção, levando à presidência um jovem muito envolvido com o ME, começava a recolocar o partido no cenário local e nacional das mobilizações estudantis.

Eu acho que isso [envolvimento dos militantes com o ME] depende muito de quem está à frente da juventude, eu acho que isso varia um pouquinho. Porque, durante esses últimos anos, nós tivemos três presidentes estaduais, por exemplo, que não eram ligados ao movimento estudantil. Atualmente, o presidente estadual é uma pessoa que ele é vidrado, chega a ser fanático pelo movimento estudantil. E isso acabou fazendo com que a juventude no Rio de Janeiro tenha tido mais interesse. Então, por exemplo, a gente está hoje em dia ocupando um espaço na UBES, a gente está ocupando um espaço a nível nacional, na UNE. Coisa que há muito tempo isso não acontecia. E eu acho que isso é um pouquinho de falta de ... até mesmo de jeito, de disposição mesmo, de quem está à frente (Joana, PDT).

A jovem se apresenta como um exemplo da “falta de jeito” ao se referir à sua atuação junto à Juventude do PDT de sua cidade.

Quando eu estava na gestão eu não tinha a menor dedicação ao movimento estudantil, porque é uma área que eu particularmente não gosto. (...) Então eu acho que isso influencia muito, a pessoa que está à frente do processo (Joana, PDT).

⁸⁸ Joana estava presente à entrevista de Tuco – namorados, saíam juntos depois da entrevista. Permaneceu em silêncio o tempo todo, mas foi solicitada a opinar sobre as questões mais gerais do partido no final da entrevista, que se transformou num interessante diálogo entre os dois militantes.

Joana disse que, pelo fato de o grupo de militância ser formado por amigos, haveria algumas questões e tensões peculiares a esse grupo. Sendo amigos, haveria vantagens no relacionamento do grupo – todos se conheciam de outras esferas, sabiam de suas qualidades e limitações para o engajamento e, assim, a divisão de tarefas era facilitada – mas também tensões – uma recorrente mistura de temas do coletivo com elementos da vida pessoal dos militantes, produzindo conflitos indesejáveis para uma organização política.

Na verdade, assim, nosso grupo começou muito unido. Todo mundo grudado, enfiado na casa de todo mundo o tempo inteiro, todo mundo junto o tempo inteiro, todo mundo participando da vida do outro o tempo inteiro. Então quando um brigava com o outro aquilo refletia no grupo inteiro. Hoje em dia não está mais tanto assim, porque como a galera também, a galera cresceu, está cada um trabalhando, fazendo as suas coisas, então muita gente não está ali no dia-a-dia. Mas assim mesmo, ainda, a juventude sempre foi de grupo de amigos. Talvez por isso a gente não tenha conseguido andar tanto. (Joana, PDT)

No caso desses jovens, portanto, o engajamento está fortemente sustentado pela sociabilidade do grupo.

Os três jovens se reportam sempre a figuras carismáticas do partido, notadamente Leonel Brizola⁸⁹. Entre os militantes de outros partidos não ocorreu tamanha recorrência ou referência a um nome, em particular, ainda que cada partido e cada militante tenham suas lideranças mais significativas e de maior representação pública. A referência a essas lideranças sempre foi muito mais diluída entre os demais militantes ao passo que entre os pedetistas se concentra bastante em Leonel Brizola. Ao falar sobre o início de sua militância, Tuco expressa um sentimento que é comum aos três jovens, em maior ou menor grau:

porque as pessoas falavam pra mim: ‘você é maluco?’ Você é um cara jovem aí e seguindo Brizola. Brizola é um cara que está acabando, a política dele está acabando, vai morrer daqui a pouco. Como é que você segue um negócio desse, tem outros candidatos jovens (...). E eu parei pra perceber e vi que ... ali naquela campanha [2000] eu percebi que não adianta você ter uma multidão ... o Brizola, ele teve 10% de votos. Só que aquilo que o Brizola falava era aquilo que eu acreditava e era aquilo que eu queria. (Tuco, PDT)

⁸⁹ De fato, apenas Joana se refere também a um político local, além de Leonel Brizola. Isso porque teve uma relação pessoal com o político que teria ajudado sua família na solução de uma condição de saúde de Joana quando ela ainda era criança.

Os demais jovens, que também militam em partidos de esquerda, relatam experiências diferentes das relatadas pelos pedetistas, notadamente pelas diferentes abordagens que os outros partidos desenvolvem em relação a seus militantes.

O **PCdoB** é um partido sem correntes internas, mas que contempla *uma juventude*, organizada paralelamente ao partido na UJS. O **PSTU** também não têm correntes internas, mas não têm *uma juventude* partidária, na medida em que a definição de jovens se dá pela condição estudantil dos sujeitos. Ou seja, no PSTU, são jovens aquelas pessoas que se encontram na condição de estudantes; são considerados *trabalhadores* os sujeitos situados na faixa etária definida para a juventude – 15 a 29 anos – e que trabalham. A condição juvenil, com suas peculiaridades e como momento do ciclo de vida, não é contemplada na estrutura desse partido. PCdoB e PSTU operam o centralismo democrático. **PT** e **PSOL** caracterizam-se por se organizarem em correntes internas, que têm relativa autonomia de organização e dinâmicas próprias de reuniões, setoriais etc. O PT havia criado recentemente um setorial de juventude e o PSOL tinha grupos de jovens organizados em algumas de suas correntes. Nesses dois casos, antes da fidelidade ao partido existe a fidelidade à corrente e a seu conteúdo programático e ideológico.

Wellington é filiado à **UJS** e também ao **PCdoB**. Vimos no capítulo 2 que a UJS é a instância de militância dos jovens no PCdoB. É onde os jovens se organizam preferencialmente, mas a participação deles no partido também é estimulada, segundo documentos do partido. Ele afirmou que há jovens engajados apenas na UJS e outros com duplo engajamento – UJS e PCdoB: *“tem gente que tem orgulho de falar: ‘Ah sou da UJS e sou do partido, PCdoB’.* Mas *tem gente que fala: ‘não, sou só da UJS não pelo PCdoB’.* Há uma divisão assim, existe uma divisão, mas não é uma coisa que se confronte”.

Afirmou que UJS e PCdoB são instâncias distintas, mas reconheceu que a primeira faz parte da segunda e admitiu que a situação é confusa. *“UJS debate política da UJS e não do partido”.* A separação entre as duas instâncias seria teórica, mas não prática.

[A UJS é um núcleo jovem do PCdoB?] Não. Oficialmente ela é. Mas a UJS é independente do PCdoB. Não, ... no estatuto ... é isso, na prática é isso, mas teoricamente não é (riso). Teoricamente é uma coisa separada porque no PCdoB não tem divisão de núcleo, não existe núcleo dentro do partido, nem divisão. Aí o partido diz que todo jovem comunista deve se organizar prioritariamente na UJS. Existe essa coisa que o estatuto define (...), mas na prática é uma [outra] coisa ... (Wellington, PCdoB)

Se para a grande maioria dos jovens o movimento estudantil foi uma espécie de estágio informal e não vinculado aos partidos, para os jovens do PCdoB o estágio está formalizado em uma organização específica: a UJS.

Como já foi observado, no que se refere à tomada de decisão, o partido se pauta pelo centralismo democrático. Em última instância, é um grupo restrito de lideranças que toma as decisões e não o conjunto dos militantes. Nos processos eleitorais, em que se escolhem os componentes de diretórios e executivas municipais, estaduais ou nacional, é o voto de todos que decide e a maioria vence. Mas no cotidiano das decisões políticas do partido, segundo Welington, os militantes discutem, repassam aos dirigentes os resultados desses debates e são os dirigentes quem tem a decisão final sobre cada tema. Welington disse não se sentir excluído dos processos de decisão por haver amplo debate sobre as questões, apenas a decisão final é tomada pelo comitê central, mas afirma que o comitê decide baseado no acúmulo de debates produzidos nos núcleos de base. E, se as decisões do comitê central são diferentes daquilo que ele gostaria, sente como se fosse o voto vencido em uma eleição. Para ele, interessa que os temas sejam debatidos por todos e que todos tenham a possibilidade de problematizar e deslindar todos os aspectos de cada questão que é posta em discussão.

Jovens militantes do **PT** disseram que consideram a questão geracional melhor resolvida em seu partido que em outros, ao menos no que tange à realidade fluminense. A melhor relação com os dirigentes do partido se deveria ao fato de tal direção ser, ela própria, mais jovem que a média de idade no conjunto do partido. Assim, a melhor situação não se deveria a uma melhor relação entre jovens e adultos mas à menor presença de adultos no âmbito local do partido.

É difícil [ser jovem no partido], mas dentro do PT é um pouco menos, porque, por exemplo, na nossa cidade, a direção do partido é jovem, não faz discussão de juventude mas é jovem, é uma galera que veio da UNES (...)
(Núbia, PT)

Núbia informou, ainda, que a composição das direções é definida, em seu partido, por divisão entre correntes e não entre setores do partido – jovens, mulheres, por exemplo –, por isso, também, se tornaria mais difícil aos jovens conquistar espaço nas instâncias de decisão.

Alguns jovens se destacam, alguns jovens participam, o *fulano*, está na executiva estadual do PT, mas é um. Então, não são [os jovens] empoderados nos fóruns de decisão, não têm uma política de emponderamento. Por que se tem uma política de cotas? Não tem, da juventude não tem. Tem cotas para as mulheres, mas também quem dirige..., a política ainda é muito masculinizada e é muito velha ainda. (Núbia, PT)

O PT sempre teve jovens entre seus militantes e, durante muito tempo, esses se organizaram em um setorial do partido, vinculado a uma secretaria. Julião define que o partido tinha jovens mas não tinha juventude, no sentido de que não havia um espaço institucionalizado para a presença deles. O primeiro Congresso da Juventude do PT ocorreu em 2008, até então ocorriam encontros de jovens cujas deliberações pouco incidiam sobre a organização partidária como um todo.

É um partido [o PT] que sempre teve jovens, mas nunca teve uma juventude institucionalizada no PT. Nós tivemos o primeiro congresso da juventude do PT em dois mil e... oito, ano passado, entendeu? Foi em 2008. Tinha os encontros. É porque tinha os setoriais. Quer dizer, a juventude era entendida como um setor do PT... e não como uma organização, uma política institucional do partido. Eram setores que se organizavam de forma até, em certa medida, marginalizada. (Julião, PT)

A existência da Juventude do PT não implicaria, isoladamente, na dissolução das tensões acima referidas por seus militantes. Mas a institucionalização desse espaço, para os entrevistados, daria direito de voz e de acento de representantes nas instâncias deliberativas do partido, abrindo caminhos institucionais para a maior e mais constante presença dos jovens nas deliberações.

Pelo visto, como esse debate da juventude ele vem ganhando importância, as reflexões no interior do partido e a própria ação da juventude, a crítica da juventude, a mobilização da juventude no sentido da valorização da sua participação interna, vem contribuindo para o partido entender, repensar, a sua relação no seu interior com a juventude. (Julião, PT)

Ademir, que foi militante do PT e depois se filiou ao **PSOL**, marca diferenças entre ser jovem num e noutro partido. Ele disse que os jovens não tem voz efetiva nas decisões, mas participam de momentos importantes de discussão e que acabam sendo convencidos sobre as deliberações do partido, ainda que não concordem, *a priori*, com elas. Afirmou que no PT,

... você depende de posições que não é você que constrói, mas você consente. Então, quando o PT foi lá e votou na Reforma da Previdência (...) eu nunca fui chamado lá para saber qual era a posição do partido sobre a Reforma da Previdência. Mas, fazia a defesa. (...) eu tive que explicar [as razões para o posicionamento do partido nessa questão] (Ademir, PSOL)

Os dirigentes petistas conseguiriam, de acordo com Ademir, transmitir com clareza suas ideias e fazer com que os jovens acreditassem nos projetos do partido, passando a defendê-los. Assim como Julião, citado anteriormente, Ademir falou sobre essas questões ao dizer que os jovens são chamados pelo partido a participar nos momentos de campanha eleitoral e quando é preciso difundir ou defender uma ideia ou prática do partido. Para esses momentos, os dirigentes adultos seriam suficientemente convincentes para levar os jovens a defender as resoluções do partido.

Tinha uma direção, do ponto de vista intelectual, bem constituída, tinha uma formulação bem consolidada, ou seja, tudo fazia muito sentido (...) a juventude é generosa, ela se incorpora em qualquer coisa, mas tem que ser um ... ela não é burra e ela se move com uma certa ... nenhum jovem se mexe se não acreditar no que está fazendo, isso é fundamental. (Ademir, PSOL)

Em relação à sua atual militância no PSOL, Ademir afirma que, por ser um partido muito recente, ainda não conseguiu consolidar posicionamentos políticos e que todos no partido – jovens e adultos – ainda estariam buscando formular seus princípios e práticas a partir das experiências anteriores, mas, principalmente, através das realizações do próprio PSOL. Esse andamento de formulações permitiria, segundo os militantes do PSOL, maior participação dos jovens – ao mesmo tempo em que deixaria esses mesmos jovens sem muita direção – para os jovens, que foram filiados ao PT e mudaram para o PSOL, que tiveram a experiência de transmissão de coordenadas pelos dirigentes adultos, a situação de pouca coordenação do PSOL seria um desafio a mais, pela necessidade de descobrirem juntos uma nova maneira de conduzir sua militância.

É importante destacar que os jovens que se deslocaram do PT para o PSOL indicaram sentir falta de maior direcionamento vindo dos adultos do partido. A experiência de militar num partido recém-criado os faz perceber que não está em jogo apenas a questão da maior participação dos jovens no partido, mas também o reconhecimento de que os adultos têm mais experiência, ao menos sob determinado ponto de vista, e que eles têm papel de direção.

Luciano afirmou que todos tiveram que “repensar tudo do zero”, o que seria a razão da maior presença dos jovens em espaços que, em outros partidos, são menos frequentados por esses militantes.

Então, é, é, isso, é interessante por um lado porque você, é, deixa um pouco pra trás tudo aquilo que você tinha como... não é deixar pra trás, mas você tem que partir do zero de novo. Não existe uma história de vinte, trinta, quarenta, setenta anos de organização política pra trás, não (...) então você tem que repensar tudo do zero e re..., se construir enquanto organização política. (Luciano, PSOL)

Além de jovens e adultos recomeçarem juntos, todos do mesmo lugar, os jovens também tem um peso numérico, segundo seus militantes, bastante superior ao visto em outros partidos⁹⁰. Essas circunstâncias teriam permitido ao jovem do PSOL maiores chances de estar lado a lado com os adultos do partido, ocupando ou dividindo os mesmos espaços de poder.

(...) os jovens, é... tem um peso numérico importante na organização e ajudam, têm ajudado nesse processo de formulação, de construção, de pensar... Não tem uma separação tão... óbvio que tem uma organização à parte, uma coordenação de juventude *pápápá*, mas não tem uma separação muito violenta em termos de ter uma direção adulta e uma corrente muito jovem. Então é isso, tem uma boa divisão. (Luciano, PSOL)

Cláudio, que estava no Diretório Nacional do partido em 2010, acredita que essa posição só foi alcançada devida a pouca experiência de todos os militantes do partido. Acredita que se fosse outro partido, com lideranças mais consolidadas, ele não estaria na mesma posição.

Como o PSOL é muito pequeno, dirigentes como eu, que não sou em nada especial, mas como o PSOL é muito pequeno, eu acabo cumprindo um papel nacional importante (...) se o PSOL tivesse uma boa geração de quadros, como teve o PT, tenho certeza que eu sequer estaria, talvez, num diretório estadual. Eu teria um nível, pelas minhas capacidades... não sei se... não estou sendo falso humilde não, estou falando em termos históricos. Temos poucos quadros dirigentes. (Cláudio, PSOL)

⁹⁰ Os dados de filiação partidária fornecidos pelo TSE não informam a idade dos militantes, por isso é difícil saber qual a proporção de jovens e adultos em cada partido. Mas, os jovens do PSOL, de ambas as correntes contempladas nessa pesquisa, disseram que a presença jovem no partido é marcante; e os jovens do PT disseram que o deslocamento de jovens para o PSOL foi bastante significativo.

Questionado se seu percurso, investimento e experiência militante não lhe dariam condições de ocupar tal cargo em qualquer circunstância ou em qualquer partido, Cláudio fez uma longa pausa antes de responder:

Só cheguei porque somos tão poucos que acaba que ‘ah, muitas pessoas que tem pouca experiência e... só algumas coisas para dizer chegam’. Mas, por outro lado é isso, tem muito espaço, por sermos poucos, se há um processo de organização, de pensamento, de atividade, de tudo o mais, acho que é incontrolável. Porque o PSOL é um partido muito jovem, tem muito jovem. (Cláudio, PSOL)

As três jovens militantes do **PSTU** têm sua militância dividida entre o movimento estudantil – sinônimo do grupo de jovens nesse partido – e o grupo de mulheres. Para Tamara e Poliana, sua participação é praticamente restrita ao núcleo de mulheres que se reúne na universidade onde estudam. O fato de terem filhas pequenas restringia seu tempo de dedicação à militância, especialmente por estarem separadas de seus companheiros e serem, portanto, as maiores responsáveis pelo cuidado com as filhas no dia a dia⁹¹. Essa militância de menor envolvimento em diferentes atividades partidárias reflete-se nos depoimentos, uma vez que não apontaram possíveis tensões entre os militantes jovens e os adultos do partido. Denise, por sua vez, dedica-se cada vez mais ao grupo de mulheres, participa de reuniões de organização e formulação de documentos a nível estadual que orientam as discussões dos núcleos locais de mulheres do partido. Ainda que seu partido não faça uma definição etária clara sobre juventude, as definições correntes e as próprias experiências da jovem já a colocam em busca de novos espaços de militância. Veremos adiante que, para Denise, são mais perceptíveis as tensões de gênero na militância do que conflitos geracionais. A peculiaridade do PSTU na abordagem da questão juvenil torna tensões geracionais menos visíveis, ao menos do ponto de vista dos relatos dos jovens.

De acordo com o relato dos entrevistados, os jovens não ocupam cargos em espaços institucionais de tomada de decisão na mesma proporção de sua presença no conjunto de militantes do partido, ou seja, não há um equilíbrio entre a proporção de militantes jovens no partido e os cargos ocupados por eles nos espaços de decisão. Dos relatos, é possível destacar duas razões principais para este fato: a) a resistência dos adultos em abrir espaço para os seus

⁹¹ Em 2009, Tamara ainda estava casada e seu marido dividia com ela os cuidados com a filha, mas a escola em tempo integral da filha e seu trabalho noturno fazia com que ela dedicasse o maior tempo possível de seus finais de semana para ficar com a filha, pois disse que chegava a ficar 3 dias sem ver a filha acordada. Dessa maneira, sua militância se via igualmente restringida.

jovens, pois isso poderia significar a perda de espaços de poder para alguém mais jovem, fato que seria difícil de ser absorvido pelos mais velhos e, b) a falta de traquejo ou prática política dos jovens para enfrentar em pé de igualdade os debates e disputas com os adultos, fato que seria apontado pelos adultos, mas também percebido pelos próprios jovens, ou seja, os jovens também se dizem inexperientes.

Frases como “*ainda não viveu o que eu vivi*” ou “*não sabe nada da vida, precisa viver muito para saber o que eu sei*” são apontadas como exemplos de falas de adultos que tentam desqualificar a presença dos jovens nos espaços de tomada de decisão do partido. Esse tipo de argumento apareceu nos relatos de jovens de diferentes partidos. Os adultos também invocariam sua própria trajetória e seu investimento militante no partido para dizer aos jovens que eles devem esperar um pouco mais e se dedicar mais ao partido antes de ocupar os espaços de poder.

As pessoas que estão historicamente dentro do Partido, elas sempre reivindicam a sua trajetória ... claro que tem que ser respeitada, (...) E muitos deles até reivindicam: “Não, porque eu fundei o Partido, eu sou um militante histórico”. Então, muitas vezes a juventude fica num patamar na política, que é um patamar, nesse aspecto, inferior. (Cíntia, PT)

Por mais que os jovens respeitem e admirem os percursos dos colegas mais antigos de militância eles também valorizam suas próprias histórias e experiências; se reconhecem capazes de participar e opinar, tanto quanto são capazes de executar tarefas. Julião resume bem uma percepção comum entre os jovens entrevistados dizendo que é na hora de “fazer coisas” que os jovens são acionados: “*principalmente campanha. Em período de campanha é o período*”. Os jovens também podem ser chamados a debater sobre a vida política do partido quando sua presença é tida, pelos adultos, como uma possibilidade de renovação de idéias, “oxigenação” nas palavras de Julião. Quando há “*debate que, que fazem uma reflexão do partido, da vida política do partido, aí sempre valoriza a juventude e seus atributos, o papel que ela pode contribuir no sentido de oxigenação e extensão [do âmbito de atuação do partido]*”. Mas, no momento das decisões importantes os jovens seriam novamente relegados à sua condição de “pouco experientes” e inaptos às decisões: “*mas quando você tem o momento mesmo de conferir responsabilidade, de espaços aonde permita o protagonismo de um jovem, sempre onde tem um jovem e uma pessoa mais velha vai se optar por uma pessoa mais velha*”.

Os jovens militantes não veem sentido em deixar para depois aquilo que se sentem em condições de fazer agora.

Ouve aqui que "eu sou mais velho e você tem muito o que aprender comigo, quando chegar sua vez", como se a nossa vez não fosse agora né. Então, mas eu acho que a gente tem combatido isso muito bem. (Núbia, PT)

Núbia acredita que os jovens estariam conseguindo ocupar mais espaços e ser mais ouvidos dentro do partido. Ainda vê muitos obstáculos à presença dos jovens nos espaços de decisão, mas percebe que a situação atual já é bem melhor do que quando ela iniciou sua militância.

Luciano, do PSOL, acrescenta que, para os partidos de esquerda, o fato de os jovens – em sua maioria ainda estudantes – não terem experiências de trabalho, também os coloca em situação de desigualdade em relação aos adultos trabalhadores. O trabalho seria um dos elementos fundantes da militância de esquerda e a falta de experiências nesse campo deixaria os jovens pouco aptos ao ato de militar.

Eu não tô falando do PSOL não, eu tô falando de uma maneira geral, é, até de uma forma mais, é, ortodoxa, do tipo, um jovem não produz então ele não é proletário, então ele não tem as condições objetivas para tal coisa, entendeu? Até isso, hum, até tipo, é jovem e tem que aprender e ainda não é, é isso. (Luciano, PSOL)

No entanto, se considerarmos a origem dos partidos de esquerda no Brasil, bem como sua atual composição (Rodrigues, 2002), há uma imensa parcela de intelectuais e profissionais liberais que os constituem sem que tenham a referida experiência proletária. Além disso, é significativo o número de jovens no Brasil que trabalha e estuda, chegando à universidade, portanto, com experiências de trabalho acumuladas. Entre os próprios militantes entrevistados, a maioria trabalha ou já trabalhou.

O tempo de militância parece ser a justificativa mais frequente para se manter os jovens distantes dos espaços de poder do partido, como se o passar do tempo fosse a única maneira de acumular conhecimentos e experiências e como se isso ocorresse inexoravelmente com o passar do tempo.

5.2 Vida militante: atividades, rotinas, funções

Atualmente, os jovens militantes têm atividades bastante distintas no que diz respeito às práticas do engajamento. Há jovens que continuam envolvidos no movimento estudantil universitário, seja ocupando cargos na direção dos Diretórios Acadêmicos de seus cursos, no Diretório Central de Estudantes (DCE) ou na União Nacional dos Estudantes (UNE). Há, ainda, o caso de uma jovem universitária que continua acompanhando as ações do movimento secundarista sem, contudo, ocupar um cargo. Alguns jovens estão trabalhando como assessores parlamentares e tal trabalho se articula com suas tarefas de militante no partido. Alguns jovens ocupam, ainda, cargos em diretórios ou em executivas de partidos – municipal, estadual ou nacional –; nesses casos, geralmente, acumulam a tarefa com algum outro espaço de militância, como o movimento estudantil, movimento de mulheres, grupo LGBT ou de juventude dos partidos.

Um jovem militante tem sua agenda sempre repleta de reuniões: do movimento estudantil – que acontecem pelo DA, pelo DCE, pela UNE –, pela organização estadual ou nacional do curso de geografia ou pedagogia ou história; da corrente ou tendência da qual participa no partido; do partido, ou do diretório ou executiva; de grupo de mulheres, da juventude, do grupo LGBT; da ONG na qual também milita; do sindicato de professores ou dos bancários ao qual apóia. Todos os tipos de atividades são precedidas de reuniões: campanhas eleitorais, passeatas, atos públicos, preparação de congressos, escrita de documentos e teses para congressos. Algumas ocorrem semanalmente, outras quinzenalmente; outras – especialmente aquelas que reúnem a organização em nível estadual – acontecem mensalmente; as reuniões em nível nacional têm frequência variada entre trimestral e semestral. Há jovens que participam de reuniões semanais do movimento estudantil e da corrente, quinzenais da juventude ou de mulheres, mensais do partido e, esporadicamente, do diretório nacional, resultando em uma média de 12 reuniões por mês.

Além das reuniões “oficiais”, previamente agendadas, ainda ocorrem os pequenos encontros, aqueles entre os militantes que se esbarram no campus universitário e tratam de alguma pendência ali mesmo, convocando, de última hora, algum companheiro que estude ali por perto para participar do momento.

Os celulares são usados com altíssima frequência, alguns militantes têm mais de um celular para dar conta das diversas frentes de atuação. Nesse caso, o uso desse instrumento de comunicação e mobilização também diferencia os jovens que são “quadros” do partido, dos

jovens “da base”. O militante da base recebe informações de seus dirigentes sobre reuniões, atividades e tarefas; o dirigente ou quadro transmite essas informações ao seu grupo; recebe e repassa informações entre diferentes grupos e instâncias deliberativas do partido. Um quadro geralmente participa ou acompanha vários grupos em diferentes espaços e precisa se manter informado sobre o que acontece nesses grupos bem como deve mantê-los informados sobre as dinâmicas mais gerais do partido. Os jovens da base, em geral, recebem muito mais ligações do que fazem. Os quadros são aqueles que estão constantemente ao telefone e que podem ter mais de um aparelho. Recebem e fazem ligações telefônicas num ritmo frenético e a parada para a realização da entrevista foi marcante para esta ação. Para alguns jovens, parar para a entrevista significou “dar um tempo” ao cotidiano agitado de militante, deixar de atender sucessivas ligações parecia representar certo alívio ou, ainda, atender e dizer “estou dando uma entrevista, agora não dá” parecia equivalente a encontrar um oásis no deserto. Mas para outros jovens era quase um suplício. Como não atender ao celular? E se for algo urgente? *“Licença, só um minutinho?! Alô? Hmm, fala rapidinho que estou ocupado... tá, tá, depois te ligo... mais uns 20 minutos”*. E isso também servia de recado para o andamento da entrevista: o tempo da entrevistadora estava se esgotando.

Sempre há alguém com mais recursos e alguém com menos e assim administram quem tem e não tem créditos para ligações em seus celulares, ao longo do mês. “Dar um toque” no celular de alguém, esperando que esse alguém retorne a ligação, também é uma prática corriqueira. Celular de jovem muitas vezes fica sem crédito, mas militante que já é referência no grupo, que é responsável por agendar reuniões e articular militantes, não pode ficar incomunicável. É desse jovem – o líder, a referência – o celular que mais toca e é ele quem precisa, eventualmente, receber chamadas a cobrar, ou receber “um toque” e saber que deve ligar de volta. Isso não significa, contudo, que esse jovem esteja, necessariamente, em melhores condições financeiras, ele pode também ficar sem créditos, mas é importante que se mantenha acessível aos militantes que lidera e às próprias suas lideranças.

Os diferentes espaços e a intensidade de engajamento definem a quantidade e frequência de atividades de militância. Mariano, por exemplo, construiu uma trajetória de crescente envolvimento militante. Quando entrevistado em 2009, Mariano tinha a tarefa de organizar o núcleo de estudantes⁹² de alguns cursos, notadamente Ciências Sociais, Psicologia, História e

⁹² O PDT da cidade em que militam Joana e Tuco não atua junto ao movimento estudantil, por isso sua dinâmica de encontros se dá exclusivamente no partido, em reuniões da juventude pedetista. Os outros quatro partidos – PT, PSOL, PSTU e PCdoB – se organizam na universidade em núcleos de estudantes que, conforme o número

Letras, junto com outros companheiros, como Silvano e Roberto. Apoiava outros núcleos, como, por exemplo, o núcleo do qual Fernanda fazia parte e agregava estudantes do curso de Enfermagem. A corrente da qual Mariano, Fernanda, Roberto e Silvano participavam tinha como pressuposto, nas palavras de Mariano, que *“a classe trabalhadora, ou seja, a força de trabalho, os produtores, ainda são o sujeito social que tem a condição prioritária, não sozinho, lógico, mas prioritária, de encabeçar uma frente social pra fazer uma revolução”*. Por isso, estimulava que a juventude do partido se aproximasse do movimento sindical, notadamente de prestadores de serviços privados, principalmente nos momentos de eleição de representantes. Assim, os jovens militantes se deslocaram sucessivas vezes, para diversas cidades da região metropolitana a fim de participar de reuniões de articulação de chapas, de formulação de propostas, panfletagens de campanha e apuração de votos.

Fernanda, que afirmou ser tímida, tinha como atribuição o contato com os novatos⁹³. Ela conversa, passa, aos poucos, informações importantes sobre o partido e a corrente aos novatos, torna-se a pessoa de referência para muitos deles. Ela também tem a tarefa de passar pelas salas de aula da universidade para divulgar, junto com outros militantes, as ações da corrente e assim tentar recrutar novos militantes.

Os jovens do PSOL que participam de outra corrente também têm atividades do movimento estudantil – notadamente Luciano, Norberto e Ademir – mas, se considerado o grupo todo de jovens dessa corrente, há maior variedade de espaços de inserção militante. Marina militava no grupo de mulheres de sua corrente e do partido e em grupo de discussão sobre comunicação e mídia e já tinha participado de grupo de discussão e elaboração de programa eleitoral para a área de Educação em uma das cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ela dividia suas atividades entre duas cidades – onde havia cursado a graduação e onde residia atualmente. Cláudio era assessor parlamentar em 2009 e começava a atuar junto ao SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro. Em 2010, tinha deixado a assessoria parlamentar, assumira mais um posto de trabalho (professor da rede estadual) e compunha a Executiva Nacional do partido

de participantes, reúne todos os militantes de um mesmo curso, ou de vários cursos localizados no mesmo campus, etc. Os núcleos têm, em média oito jovens e pode ocorrer mais de um núcleo do partido por curso, especialmente quando há mais de uma corrente – casos de PT e PSOL – atuando no mesmo lugar.

⁹³ Foi possível observar o comportamento de novatos militantes do PSOL enquanto aguardavam o embarque para o congresso da UNE de 2009. Eu aguardava Fernanda para a entrevista e eles para ter notícias sobre tudo. Dois grupos se formaram na espera pelo ônibus e foi possível perceber que um era de novatos e outro de militantes já conhecidos entre si. Os novatos chegavam timidamente, reconheciam algum colega de faculdade e perguntava se Fernanda estava por lá. Todos os que se juntaram ao grupo de novatos perguntava pela jovem militante, nenhum outro nome foi citado

Todos os jovens do PSOL relataram muito mais atividades organizadas por suas correntes do que ações do partido. Disseram que a criação recente do partido levava a uma maior dificuldade de dar organicidade a suas ações.

Os jovens petistas igualmente se organizam em suas correntes e relatam muito menos atividades do conjunto do partido.

Se entre jovens do PSOL era possível identificar que os de uma corrente eram mais ligados ao movimento estudantil e os de outra tinham diferentes inserções, o mesmo não ocorre com os jovens petistas. Suas inserções são variadas, assim como as correntes em que militam.

Cíntia participava do grupo de mulheres do PT e militava numa ONG LGBT da qual trazia pautas de discussão e reivindicação para dentro do partido. Em 2009, Cíntia era secretária geral do PT municipal e isso implicava um grande investimento de tempo na organização e mobilização dos diversos setores do partido.

Na verdade, meu cotidiano é assim, hoje eu sou secretária geral do PT aqui no município, né. E a gente tem uma intervenção cotidiana no partido, que é de construir o partido, construir os fóruns, os debates, os núcleos de base. Eu milito no movimento social, né, eu faço parte do movimento de juventude, eu faço parte do movimento LGBT ... hoje nós temos um assento na associação brasileira de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, que é uma associação super importante. Milito no setorial LGBT do PT, do estado, estadual. E é isso... contribuo com o que eu posso no diretório acadêmico, mas o meu foco não é o movimento universitário. (Cíntia, PT)

Antônia era ainda muito recente na militância, participava apenas das reuniões semanais de seu núcleo na universidade e buscava se informar sobre e acompanhar a dinâmica do partido.

Guinevere, depois de ter se desentendido com o grupo com o qual militava, conforme relatado no capítulo anterior, devido a divergências durante o processo eleitoral de 2008, estava um pouco afastada da militância. Ela disse que não participava mais das atividades de sua corrente, mas estava ensaiando uma aproximação com o grupo LGBT do partido, que era organizado por outra corrente. Antes de participar efetivamente daquela corrente, contudo, a jovem queria dar um tempo à reflexão para decidir se realmente valia a pena continuar militando em um partido político ou se deveria manter sua militância apenas na ONG LGBT que dirigia.

Wellington – único militante do PCdoB entrevistado – tem na universidade um lugar quase exclusivo de atuação. Circulou por algumas universidades privadas, em 2009, para realizar as

eleições de delegados para o Congresso da UNE daquele ano, mas em geral, suas atividades cotidianas da militância se situavam em sua universidade. O grupo com o qual militava era relativamente pequeno – cerca de 5 pessoas. O jovem se definiu como um burocrata ao dizer que *“eu sou o que corre atrás de material, corre atrás de dinheiro, o que traz o material, prepara, digita no computador, imprime; eu fico mais com essas coisas mais burocráticas mesmo de preparar material, ajudo escrever alguns textos também [para o núcleo]”*. Seu grupo se reunia toda semana, discutia assuntos ligados à vida universitária e realizava leituras de textos indicados pelo coordenador do grupo, *“textos assim de Lenin, essas coisas”*.

Os jovens pedetistas também tem rotinas de reuniões, mas sua ausência do movimento estudantil e de outras instâncias ou grupos partidários – como grupo de mulheres ou LGBT, por exemplo – produz dinâmica menos intensa de atividades, se comparados com a média de atividades dos jovens dos outros partidos. Há reuniões semanais da juventude do PDT na cidade em que residem Tuco e Joana. As reuniões da Juventude estadual ocorrem mensalmente. Joana também é coordenadora de Juventude do município onde reside, mas os relatos tanto de Tuco quanto de Joana indicam que tal atividade não passa pela pauta de discussões da juventude do partido.

As três jovens militantes do PSTU se organizam em seus respectivos núcleos universitários, e em um grupo de mulheres mobilizado na própria universidade. Ocorrem reuniões semanais de núcleo e quinzenais⁹⁴ do grupo de mulheres.

O ativismo dos jovens passa pela organização e participação em reuniões. As inúmeras reuniões das quais participam colocam em discussão os temas fundamentais que mobilizam o partido e seus militantes ao mesmo tempo em que promovem o encontro e a sociabilidade entre militantes. Muitos foram os jovens que relataram “esticar” as reuniões até o bar da esquina – da sede do partido, da universidade, do local de encontro do grupo LGBT – onde as decisões continuam em debate, mas também outros temas entram em pauta. É o lugar de “jogar conversa fora”, quando se aproveita o momento para dar lugar à amizade entre militantes e não apenas o companheirismo ou coleguismo do engajamento. Os jovens ocupam diferentes espaços e, com isso, circulam pela cidade também em diferentes lugares, ampliam seu espaço de circulação e seu domínio sobre o território. Os jovens que se dedicam exclusivamente ao movimento estudantil têm seu espaço de atuação mais restrito, mas, ainda assim, pelas tarefas de apoio ao movimento estudantil secundarista, circulam, no mínimo, pela

⁹⁴ O plano seria realizar reuniões quinzenais, mas na prática, a frequência pode ser um pouco menor que essa.

cidade em que se situa sua universidade. Aqueles que fazem parte de instâncias estaduais do partido são levados a circular pela capital do estado; os jovens do PSOL que acompanham as atividades de alguns sindicatos de prestadores de serviços fizeram périplos por vários municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, o que os coloca, sem dúvida, em lugares nunca imaginados pela maioria de seus colegas universitários.

Há, portanto, um ônus significativo produzido pela militância: os militantes estão sempre atrasados para compromissos, aflitos com horários, espremidos entre o tempo de uma atividade e outra (atividades que não são apenas as da militância, pois há toda a dinâmica universitária, familiar e de trabalho que se associam com os tempos do engajamento).

Mas há, sem dúvida bônus nessa militância que compensam os ônus. A mobilidade, a ampliação das redes de contato que ajudam a conquistar postos de trabalho e produzem novas amizades e as oportunidades de viajar e conhecer lugares que provavelmente não seriam visitados em outras circunstâncias. Além disso, há o status e a distinção alcançados com o engajamento em relação aos pares não engajados. Panebianco (2005), citado no capítulo 2, afirmou que *“a filiação é vivida e apresentada como uma honra; é um status symbol a se tornar válido nos seus locais de trabalho, perante os amigos etc.”* (p.51).

Múltiplos engajamentos: movimento estudantil e LGBT

Os espaços e as atividades de um militante em partido político são variados. A maioria iniciou o engajamento no movimento estudantil, mas muitos buscaram ou foram levados, por suas experiências, também a outros espaços de militância. As experiências dos 21 jovens pesquisados compõem um mosaico rico de espaços e de possibilidades para os percursos militantes. Há jovens que continuam investindo praticamente apenas no movimento estudantil, mas há aqueles que não militam mais nesse espaço; há jovens que associam o investimento no movimento estudantil com a presença em outros espaços como grupo de mulheres e LGBT, dentro e fora dos partidos, em setoriais de juventude partidárias, em setores sindicais, em comunidades populares. As estruturas dos partidos são também bastante diferentes e, em alguns casos bastante fragmentadas, especialmente nos partidos que se organizam em correntes, tal como ocorre com PT e PSOL. Na organização por correntes ou tendências, as divisões setoriais de mulheres, jovens, negros, LBGT etc, existentes no partido, em geral, se reproduzem nas correntes. E, por mais que haja setores partidários, o cotidiano do partido se dá pela dinâmica das correntes e tendências.

Dentre os jovens entrevistados há um grupo que não se engaja em várias esferas. Os três jovens do PDT realizam sua militância apenas dentro do partido, em sua Juventude. Há, ainda, aqueles que concentram sua atuação partidária unicamente no movimento estudantil universitário. Em 2009, havia oito jovens nessa condição⁹⁵. Eram jovens do PCdoB, PSOL e PT que participavam dos diretórios acadêmicos dos seus cursos ou da gestão do DCE. Para esses jovens, a universidade é o espaço privilegiado de atuação e as ações do ME absorvem a maior parte do seu tempo militante. Reuniões do partido são frequentadas para informar sobre temas ou demandas específicas do movimento estudantil, em geral, ou de um curso, em particular, e para levar ao movimento estudantil temas para discussão ou tarefas importantes para o partido.

Cabe aqui um destaque para Ademir que, incluído no grupo dos militantes exclusivos do movimento estudantil, tinha algumas ações externas ao ME. Ele estava exclusivamente voltado ao ME quando realizada a primeira entrevista, em 2008. Na segunda entrevista, em 2009, começava um envolvimento com outros movimentos sociais, mas ainda através do movimento estudantil; estava buscando um novo espaço de inserção partidária, especialmente porque se aproximava a conclusão da graduação e porque, depois de 10 anos de militância no movimento estudantil, sentia necessidade de produzir inovações em seu percurso militante.

Os jovens que realizam sua militância partidária exclusivamente através do ME são tanto jovens de experiência recente na militância quanto jovens de percursos militantes longos. Não se pode dizer, assim, que a militância exclusiva no ME ocorra devido a um engajamento recente, que ainda não tenha produzido as condições necessárias a outras inserções militantes. O peso maior para essa escolha parece residir mesmo na afinidade que desenvolvem com o ME e continuidade de seu interesse nesse espaço de engajamento. A afinidade e a vontade de continuar realizando seu investimento militante nesse espaço se articulam com necessidades do partido, mas, em última análise, é a escolha do militante que tem peso maior na decisão sobre onde militar.

Havia sete jovens que, além da militância estudantil, dedicavam-se também a outro espaço de militância, em grupos ou movimentos sociais. Os diferentes espaços de engajamento se misturam e se complementam; o movimento estudantil foi apresentado como lugar de concretização do engajamento e outros grupos e movimentos sociais representam espaços de

⁹⁵ Realizavam uma ou outra atividade partidária ligada a outros setores, notadamente sindical ou movimentos sociais, mas tinham suas dinâmicas militantes organizadas a partir do movimento estudantil universitário e grande parte de seu tempo militante dedicado a essas atividades

continuidade da militância partidária, espaços que retroalimentam o engajamento político, dão base ao partido ao mesmo tempo em que apoiam pautas e temáticas dos referidos grupos e movimentos.

Há duas militantes que se dedicam à causa LGBT: Cíntia e Guinevere, ambas do PT. Cíntia dedica ao ME apenas o tempo necessário para manter o partido na dinâmica estudantil em seu curso de graduação e por isso não é considerada uma militante do ME. Guinevere também não participa sistematicamente de ações do movimento estudantil, mas ambas participam de diferentes ONGs que defendem o direito de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Afirmaram que os dois espaços de engajamento são, para elas, complementares. Cíntia disse que traz para o partido demandas ou pautas da ONG para serem debatidas no partido, notadamente no que se refere a mobilizações públicas ou defesa de leis específicas de garantias de direitos a essa população. Guinevere disse considerar a ação da ONG mais dinâmica, com capacidade de oferecer respostas mais rápidas a acontecimentos sociais ao mesmo tempo em que continua achando que o partido é a melhor ferramenta para conquistar direitos e transformação social através da aprovação de leis específicas. Vimos no capítulo 4 que ela estava articulada com vereadores da cidade para elaborar e apresentar, junto com eles, projetos de lei que atenderiam a reivindicações específicas de lésbicas.

Norberto era o único militante que já tinha uma posição consolidada junto a movimentos sociais – vimos que Ademir iniciava aproximações com esses movimentos. Depois do despejo dos estudantes da moradia estudantil, Norberto ficou sem morada e acabou alugando uma casa em uma comunidade popular da cidade em que se situa a universidade frequentada. Já fazia sete anos que estava na faculdade – atraso atribuído à militância – e pretendia terminar logo os estudos. Havia planos traçados junto a seu grupo de militância de que se afastaria gradativamente do movimento estudantil e, ao se formar, faria concurso para ser professor da rede municipal ou estadual e, assim, militaria no sindicato da categoria. A mudança de endereço acabou fazendo com que mudasse seus planos. Ele não conseguiu se formar no prazo que havia combinado com o partido porque se envolveu na organização comunitária onde residia. Passou a compor a direção colegiada da associação de moradores e usou sua rede de relacionamentos com gestores da sua universidade para implantar variados projetos de desenvolvimento e atendimento à população local. Constituiu, dessa forma, um tripé de atuação: partido, movimento estudantil e associação comunitária de moradores. Foi uma questão pessoal que levou Norberto a abrir uma nova frente de engajamento e foi por sua iniciativa e por considerar impossível separar o engajamento partidário de qualquer outro, que

reafirma sua atuação na comunidade como uma ação também do partido. Apesar dessa afirmação diz que não faz proselitismo partidário na comunidade pontuando que poucas foram as vezes em que falou do PSOL em reuniões da associação ou para moradores em particular. Segundo o jovem, é a sua atuação comunitária que informa o partido sobre necessidades de atuação deste e não o partido que informa ou induz a comunidade à mobilização.

Os três jovens que atuam em movimentos ou organizações sociais relatam ter no partido ferramentas privilegiadas de conquista de direitos para parcelas específicas da população. O partido teria capacidade de dar suporte a demandas e reivindicações através do apoio a mobilizações populares. Um exemplo disso são as mobilizações e passeatas, ocorridas no ano de 2010 por ocasião das chuvas que assolaram a região metropolitana do Rio de Janeiro, e que voltaram a ocorrer em lembrança à passagem de um ano e à falta de respostas efetivas dos poderes públicos municipal e estadual aos prejuízos produzidos aos cidadãos. Ao mesmo tempo o partido alcançaria uma base social ampliada de atuação através da articulação promovida por seus militantes entre um e outro espaço. As reivindicações dos movimentos sociais também serviriam para “arejar” as pautas partidárias, dando a elas maior proximidade com a realidade da população.

Não foram muitos os jovens entrevistados que militam em mais de um espaço, transitando entre partidos políticos e movimentos sociais. Esses jovens têm, em geral, redes de relacionamento mais amplas, inserção em mais espaços de influência sobre a tomada de decisão e, algumas vezes, maior trânsito no partido e maior participação nos espaços deliberativos do partido. Cíntia tinha um cargo comissionado em uma prefeitura da RMRJ, era secretária geral do PT de sua cidade além de ser da executiva de mulheres do município.

Os jovens que militam em mais de um espaço, além do espaço partidário, parecem reunir maiores repertórios de ação política, participam de eventos ainda mais variados que os jovens que estão apenas envolvidos como, por exemplo, o movimento estudantil como espaço de militância partidária.

Muitos jovens que militaram intensamente no movimento estudantil estavam, no momento das entrevistas, ocupando cargos consultivos nos partidos ou cargos comissionados em administrações municipais ou legislativos. Esses jovens se aproximam daqueles de múltiplas militâncias pela ampliação dos repertórios de ação. Cada espaço de militância propicia experiências diferentes, contato com pessoas e com temas igualmente distintos. Assim, os

jovens de múltiplas militâncias e aqueles que circulam mais pelas instâncias internas do partido constroem um mosaico de situações sociais e experimentam o diálogo com diversos atores sociais. Com isso acumulam repertórios de ação e ferramentas discursivas mais amplas.

Os jovens que apresentam engajamento único são de diferentes partidos, não há, portanto, uma especificidade partidária que defina engajamentos únicos ou múltiplos.

Trabalho de Fillieulle mostra que militantes que foram de partido, ao militar no movimento de Direitos Humanos na França, apagavam seu passado de militante. Antes de ser uma vantagem, o engajamento anterior era um dado desabonador. No caso dos jovens militantes de partido aqui investigados, a militância em um espaço não se encerra para que se criem novos espaços de investimento militante; ao contrário, os diversos espaços são simultâneos e complementares.

Mobilidades proporcionadas pela militância

O espaço de militância também delimita o território por onde circulam os jovens. Delimita o espaço de circulação para a militância e amplia os espaços de circulação em relação ao que ocorria antes do engajamento.

A circulação nem sempre é geográfica – através de viagens a outras localidades e estados, para participar de congressos e afins –, ela também se dá através da formação de redes de trocas e intercâmbios que se alimentam cotidianamente através do ambiente virtual.

O movimento estudantil secundarista, por onde passou a maioria dos jovens militantes, também permitiu a ampliação dos espaços por onde circulavam os jovens. Julião, Cíntia, Guinevere⁹⁶ circulavam por outras escolas para ampliar o campo de atuação do movimento estudantil, sendo que as duas jovens chegaram a se transferir de escola para realizar tal tarefa. O movimento se ampliou e os jovens fizeram novas amizades, criaram novas turmas – sem desprezar as perdas que também são produzidas por esse tipo de mudança. Aqueles que compuseram entidades estaduais ou nacionais de secundaristas acabaram viajando pelo país em reuniões e assembléias, assim como ocorreu com Silvano, por exemplo. Entre os nove jovens que iniciaram militância no movimento estudantil secundarista, seis tiveram algum tipo de presença em alguma dessas entidades.

⁹⁶ Atualmente todos militam no PT, mas à época Guinevere militava no PCdoB.

As experiências de circulação, divulgação do partido e suas propostas, as viagens etc, produziram experiências que foram levadas pelos jovens para os novos espaços de militância em que se inseriram. Experiências que foram estendidas para o movimento estudantil universitário, para os grupos de mulheres, para o trabalho militante remunerado⁹⁷,

Welington, do PCdoB, disse que até perdeu a conta de quantas cidades conheceu participando de atividades do partido, mas citou as que foram mais significativas: São Paulo, Brasília, Salvador e cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. Para um jovem, de camadas populares, que já havia se mudado diversas vezes com a família mas pouco viajara sozinho até então, conhecer tantas cidades, em tão pouco tempo, foi marcante. Welington disse que para os pais a ida do filho à capital federal foi um “acontecimento”. Cláudio (PSOL), que relatou, na segunda entrevista, ter feito sua primeira viagem internacional, proporcionada pelo partido, também falou do orgulho da mãe quanto a esse feito. Ele próprio disse que a viagem tinha sido um dos acontecimentos mais marcantes entre a primeira e a segunda entrevista.

Para os jovens Silvano, Mariano e Fernanda⁹⁸ a militância proporcionou deslocamentos que atenderam a desejos particulares de morar em uma metrópole e estudar em uma universidade bem avaliada em âmbito nacional. Silvano e Mariano se mudaram da região norte do país para o estado do Rio de Janeiro num “giro político”, auxiliados financeiramente pelo partido. Fernanda não realizou um giro político, mas foi a militância que abriu as portas e deu suporte à mudança: os pais apoiaram a mudança da filha porque sabiam de seu desejo de estudar e porque confiavam que os militantes daqui dariam o suporte emocional desejável em casos de afastamento da família. Contava também, obviamente, a presença de Mariano, seu namorado, na cidade para onde se transferiu.

Assim, a mobilidade franqueada aos jovens pela militância, os levou a realizar viagens que provavelmente não ocorreriam por outros meios, e possibilitou a realização de sonhos de três jovens: permitiu o deslocamento deles de seus estados de origem para militar e estudar no estado do Rio de Janeiro. Segundo os jovens, era um sonho acalentado por muito tempo e que não seria possível se realizar sem algum apoio adicional – financeiro ou simbólico. O engajamento partidário ofereceu o apoio de que necessitavam.

⁹⁷ Os assessores parlamentares, ocupantes de cargos comissionados em administrações públicas e aqueles que receberam dinheiro do partido para melhor se dedicar à militância.

⁹⁸ Todos do PSOL, mas no momento da migração do Pará para o estado do Rio de Janeiro, Silvano ainda militava no PT.

O tipo de circulação e de rede construída pelos jovens militantes se relaciona fortemente com os espaços de militância. Quanto mais espaços de inserção têm os jovens mais amplos os seus contatos, suas redes de relacionamento e também os temas com os quais ganham familiaridade.

A noção de carreira na análise de alguns percursos

No capítulo 4 vimos os percursos militantes situados no tempo, ou seja, a longevidade da permanência dos jovens na militância partidária – alguns mudaram de partidos, mas nenhum dos entrevistados deixou de estar engajado em uma legenda partidária. Neste capítulo vimos a disposição do tempo dos jovens nos partidos, suas atividades, funções, dinâmicas.

Antônia é a única jovem que tem um tempo de engajamento bastante curto, os demais já estão engajados há mais de dois anos. Entre os jovens de militâncias longevas, vimos que há jovens que já se formaram no ensino superior e encontraram novos espaços de engajamento; jovens que, pelo tempo e investimento militante, estão em instâncias de decisão ou influência sobre processos de decisão em seus partidos (diretórios e executivas de correntes ou dos partidos, em nível municipal, estadual e também nacional).

A permanência no tempo, a presença em diferentes espaços de mobilização partidária e até mesmo as variações de engajamento permitem uma análise, se não de todos ao menos de alguns percursos, sob a chave das carreiras militantes, conforme os sentidos dados por Hughes (apud. Fillieule, 2001), Becker (2009) e Fillieule (2001).

Hughes se inspira nas dinâmicas da carreira profissional para compor a noção de *carreira* no engajamento. Ou seja, há diferentes etapas de acesso e exercício de uma profissão. Baseado nessa definição Fillieule (2001) afirma que a análise das carreiras militantes também precisa considerar as variáveis de duração e intensidade.

Podemos tomar os casos de Cláudio e Cíntia como exemplos de percursos que já se constituem como carreiras militantes.

Cláudio iniciou sua militância quando estava na universidade, apesar de ter tido suas primeiras aproximações ao partido ainda no ensino médio. Engajou-se em uma corrente do PT através do movimento estudantil universitário. Seu investimento foi de tal maneira intenso que o credenciou a assumir uma vaga como assessor parlamentar de um vereador – cargo que

lhe garantiu condições de sustentar a nova família que havia constituído e também retomar os estudos que haviam sido paralisados pela necessidade de trabalhar.

Sua transformação em militante profissional, como ele próprio se definia, encerrou seu percurso no movimento estudantil universitário – continuava informado sobre as atividades estudantis, mas não fazia mais parte delas com a mesma intensidade e assiduidade que fazia anteriormente. Foi como assessor parlamentar que viveu a crise que levou à cisão do PT e criação do PSOL. Em conjunto com os grupos de apoio político do vereador decidiu se deslocar para o novo partido, mas o fez numa transição gradual levada a cabo junto com a transição do próprio parlamentar do PT para o PSOL. A crise política do partido em que se engajou inicialmente não o fez desistir do engajamento partidário, mas mobilizou-o a buscar alternativas e construir, junto com os pares de militância, um novo caminho. O jovem mudou de partido, seguiu assessor parlamentar, mas algum tempo depois foi aprovado em concurso público e começou a se aproximar do sindicato de professores a fim de se engajar em um novo espaço de militância, que também fosse alternativo à militância profissional. Ainda que a profissionalização de sua militância através do cargo de assessor parlamentar tenha sido fundamental para Cláudio, do ponto de vista da estabilidade financeira da família e da possibilidade de concluir a graduação, ela não era uma prática realmente almejada pelo jovem. A profissionalização era vista por ele como uma etapa passageira em seu percurso. Etapa que chegava ao fim com a carreira profissional de professor, que se iniciava.

Para Becker (2009), o interessante do conceito de *carreira* era poder considerar as ações humanas como um processo, em que as atividades se desenvolvem, com dinâmicas próprias, no tempo; têm intensidades variadas e não são simples reflexos das restrições estruturais. O percurso de Cláudio ilustra a sucessão de momentos, que apresentam diferentes intensidades de investimento, a articulação entre diferentes aspectos da vida – formação profissional, inserção no mercado de trabalho, diferentes momentos da vida afetiva, diferentes espaços de inserção partidária – e a manutenção, no tempo, de seu engajamento, de modo a constituir uma carreira militante.

Cíntia também tem um percurso militante longo e transitou por diversos espaços de realização de sua militância partidária: iniciou seu engajamento partidário através do movimento estudantil secundarista, participando da criação de grêmios e de direções de entidades municipais e estaduais de estudantes; inseriu-se no movimento LGBT através de sua atuação numa ONG em defesa de direitos desse segmento populacional; inseriu-se,

também, no grupo de mulheres da corrente de seu partido. Todas essas atividades a afastaram do movimento estudantil quando ela entrou para a universidade. O ME já não era mais seu espaço preferencial de atuação e mobilização. A participação no grupo de mulheres e no movimento LGBT era motivada por sua homossexualidade, que encontrou, segundo ela, possibilidade de livre expressão entre o grupo de pares de militância partidária. Por sua atuação tornou-se secretária geral municipal do partido e conquistou um cargo comissionado em prefeitura municipal da região metropolitana a fim de dedicar a maior parte de seu tempo à organização e mobilização dos militantes do partido na região.

No caso de Cíntia também se sucederam etapas de diferentes aspectos da vida: terminalidades escolares e de relacionamentos afetivos, saídas e retornos à casa dos pais, trabalho e formação universitária que ocorrem concomitantemente. E todos acompanham e são acompanhados por seu engajamento no PT.

Ainda para Becker (2009), o engajamento se constrói numa sucessão de etapas em que cada uma é parte da explicação da conduta resultante. No caso dos dois jovens citados como exemplos de carreiras militantes, as etapas se sucedem e, ao mesmo tempo, se sobrepõem, ou seja, há etapas da vida escolar que se sobrepõem a momentos da vida afetiva e momentos do percurso militante. É importante reafirmar o que já foi dito no primeiro capítulo, que a noção de etapas é usada como sucessão e também sobreposição e que seu uso não significa que o presente esteja totalmente influenciado pelo passado; há acontecimentos do presente que podem influenciar etapas que se concretizam também no presente.

A conclusão do ensino superior, por exemplo, é o encerramento de uma etapa que tem sido antecedida, segundo o relato da maioria dos jovens, da preparação para a concretização de uma nova etapa da militância, que se associa com uma nova etapa do percurso escolar e profissional dos jovens.

Conforme afirmado no primeiro capítulo, as diferentes inserções produzem “camadas de experiências” simultâneas e sucessivas, que têm importâncias distintas em cada carreira (carreira da vida afetiva, carreira escola, carreira profissional, carreira militante, etc).

5.3 Militância, experimentação e ciclo de vida: é coisa de jovem?

Como dito no primeiro capítulo, sobre os jovens recaem sentidos sociais ambíguos. As sociedades projetam as expectativas de continuidade das tradições ou transformações sociais,

e o lugar da agência jovem pode estar na execução de pautas externamente concebidas. Aos jovens se atribui uma potência transformadora – seriam idealistas e estariam, ao mesmo tempo, mais comprometidos com os processos de transformação social. Ao adulto se atribui a marca da acomodação, da perda da disposição de transformar a realidade; as contingências do cotidiano imporiam limitações significativas às ações de transformação da sociedade.

No que se refere à militância em partidos políticos, os jovens tendem a concordar que são eles que tem mais disponibilidade de tempo para a militância e que tempo é uma das condições necessárias para o engajamento militante. Concordam que os jovens seriam mais aguerridos, estabeleceriam vínculos mais fortes com o compromisso de produzir transformações sociais significativas, mas, por outro lado, também percebem limitações para a sua atuação militante dada sua menor experiência e formação intelectual.

E, eu acho que na juventude a gente está mais aguerrido. O idealismo da juventude é fantástico, ele é muito motivador, ele é muito transformador, a gente perde um pouco... A gente vai se condicionando, se acostumando e achando mais natural, realmente sem muita vontade de romper e de mudar na frente de todo mundo. (Marina, PSOL)

Marina, apesar de jovem, se coloca num momento intermediário entre a juventude e a idade adulta, em que estaria perdendo o idealismo juvenil e entrando em uma espécie de acomodação ao real. Os condicionantes da vida, a necessidade de cuidar do filho, as responsabilidades atribuídas à vida adulta estabeleceriam, para ela, um novo momento de sua militância. Depois do nascimento do filho ela mesma não voltou mais a militar com a juventude do partido – há jovens em seu grupo de militância assim como ela própria, mas a militância “de juventude” já não cabia mais em sua vida.

Além do idealismo ou da disposição para transformar, que seriam características atribuídas aos jovens e que os jovens militantes entrevistados reconhecem em si próprios, haveria condições objetivas a serem atendidas para permitir aos sujeitos se engajarem, e uma das principais seria a disponibilidade de tempo. Segundo os jovens militantes, a condição de estudante garantiria maior disponibilidade ao engajamento. Ser trabalhador restringiria possibilidades, especialmente quando esse trabalhador tem a responsabilidade de ser provedor.

Agora, tem que ter condições objetivas, né? O cara trabalha no telemarketing, se estoura de trabalhar, tem pouquíssimo tempo de estudar e [tem] a família. Então não tem condições objetivas dele ter a cabeça pra isso [engajamento]. O movimento estudantil é muito mais ... o que você estudou, entendeu, compreendeu e entende a sociedade, enfim, e aí você a partir dessa leitura, entende a militância. No sindicato, o trabalhador, por questões objetivas do salário, das condições do trabalho ... a partir daí ele vai vendo na prática a luta de classe e tal e fazendo a opção política, né? Mas eu acho que deve haver condições reais, objetivas, espaço pro cara militar, né? Tempo. (Roberto, PSOL)

Tem pessoas que tem um compromisso maior com família que é do partido, e aí acaba não podendo estar tão presente quanto a gente que não faz nada da vida, faz tudo, aí essas pessoas tem compromisso com os filhos, marido, esposa, aí não podem estar o tempo todo, tem uma pressão muito maior da família, tem essa diferença. (Fernanda, PSOL)

Silvano afirma que alguns amigos militaram no movimento estudantil junto com ele, mas não perseguiram na militância e não entraram para nenhum partido. Segundo ele, a necessidade de trabalhar foi marcante, para esses amigos, para o afastamento da militância.

Muitos [militaram no movimento estudantil], mas a maioria não chegou a entrar no partido, não chegou a seguir o movimento estudantil... foi pro mercado de trabalho, tem muita pressão pelo trabalho, ou seja, você está com quatorze, quinze anos, a família começa a apertar você pra procurar trabalho e tal. (Silvano, PSOL)

Luciano, da mesma forma que Silvano, fala de amigos que foram militantes e deixaram de ser porque “a vida chamou”. Segundo o jovem, a “vida chama” quando alguém constitui família ou nasce um filho e precisa trabalhar para sustentar, ou ainda quando a situação financeira familiar exige maior dedicação ao trabalho e não apenas um trabalho que garanta o sustento mínimo de um estudante em república. Para ele, os militantes do movimento estudantil ou de partidos acabam sendo, em geral, pessoas de classe média, ou com condições financeiras mínimas que permitam alguma sobra de tempo para a dedicação à militância: “*normalmente, na média, são pessoas que tem alguma condição de vida que lhes permita dedicar algum tempo à militância*”. Interferem também os desejos pessoais de se inserir no mercado de trabalho e buscar a consolidação de uma carreira ainda antes do término dos estudos superiores. Ademir, da mesma maneira, falou de colegas de escola que iniciaram militância junto com ele, no movimento estudantil, mas não prosseguiram devido à necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. “*É uma coisa muito interessante, sempre que eu começo*

a militar, uma parte dos meus amigos viram militantes. Na escola tinha o fulano, o sicrano...”

tanto o fulano como o sicrano não militaram durante muito tempo, mas ... porque eram muito “fudidos”, muito “fudidos” mesmo, o fulano era filho de porteiro e o sicrano morava no Rocha [subúrbio carioca], eles tinham que estudar e estudaram pra caramba, um passou para o IME – o que morava no Rocha – e o fulano passou para UFRJ aqui, tem que trabalhar e tal não sei o que, é uma outra vida, mas são muito politizados, acompanham e tal e, por exemplo, quando tem assembléia lá do curso de História, o fulano vai. (Ademir, PSOL)

Para Ademir, esses amigos foram contagiados pelo discurso político e não se afastarão de determinados princípios absorvidos no pouco tempo de militância; ele acredita que a experiência militante tenha marcado a vida deles para sempre e de maneira positiva. Também Roberto relata que teve um amigo que se aproximou do mundo da política junto com ele, durante o cursinho pré-vestibular, mas que para esse amigo *“passou o tempo, né, ele já estava casado, tem uma filha agora ... problemas sérios de emprego, tentando se estabelecer, então não teve como...”*.

Interessante notar que os jovens falam de amigos que foram “chamados pela vida” mas nenhum deles avança para si a possibilidade de “ser chamado” e abandonar a militância. Entre os jovens entrevistados, há vários que se enquadram em situações narradas por eles como impeditivas do engajamento para seus amigos ou conhecidos – jovens que constituíram família, tiveram filhos, trabalham para se sustentar sozinhos. Ainda que essas circunstâncias tenham aparecido como limitadores do engajamento e tenham levado a diminuições da intensidade da militância, nenhum desses jovens se desengajou, nem mesmo aventou a possibilidade ou projeta tal acontecimento para seu futuro. Ou seja, os impedimentos apontados para outros jovens parecem não se aplicar a eles próprios. Retomar Klandermans e Oegema (1987) parece oportuno para tentar explicar as razões para que, sob as mesmas circunstâncias, alguns tenham se desengajados e outros se mantiveram militantes. A capacidade de transpor as barreiras ao engajamento parece realmente determinante para o engajamento; capacidade que é aumentada conforme aumenta o grau de motivação ao engajamento e quanto mais consistentes são as redes de relacionamento que dão suporte a ele. Não é possível falar sobre as razões que levaram ao não engajamento ou desengajamento naqueles casos relatados pelos jovens, pois eles não foram objeto de pesquisa. É possível dizer, contudo, que as motivações dos jovens engajados em partidos se mantiveram altas e as

redes de relacionamento deram suporte suficiente para que os jovens submetidos a condições adversas ao engajamento tenham conseguido superar as barreiras e manter seu investimento militante.

Alguns dos jovens disseram que pode ficar mais difícil militar, o tempo pode ficar escasso, mas nenhum deles considera a hipótese de, no futuro, deixar de ser militante. Veremos no capítulo seguinte que a projeção que fazem para o seu futuro inclui, sempre, o engajamento partidário.

5.4 As clivagens entre homens e mulheres em um espaço tradicionalmente masculino

A presença dos jovens nos partidos produz tensões numa instituição que é, tradicionalmente, de domínio adulto e masculino, mas essas tensões, na percepção dos jovens, provocam alterações a partir da busca cotidiana por ampliar seu espaço de participação e deliberação no partido. Núbia, já citada anteriormente, disse que “*a política ainda é muito masculinizada e é muito velha ainda*”. A presença de mulheres também traz desafios para a militância. As organizações partidárias demonstram, a partir da formação de grupos temáticos, que a diversidade tem sido cada vez mais contemplada no interior dos partidos, através de grupos de negros – que também podem ganhar a denominação de diversidade racial ou combate ao racismo; de mulheres – que pode estar associada ao público LGBT ou formar dois setores ou secretarias distintos; de jovens; grupos sobre o meio ambiente, entre outros. As questões de gênero, no entanto, parecem ser as mais candentes entre esse grupo de jovens.

Entre os 21 jovens entrevistados nenhum revelou envolvimento em setoriais de meio ambiente ou de igualdade racial, por exemplo. Os envolvimento deles sempre se referiram à juventude, às mulheres e à temática LGBT.

A presença das mulheres, contudo, produziu um número considerável de narrativas sobre dificuldades e tensões na relação entre homens e mulheres nos partidos. A participação feminina no mundo da política brasileira é relativamente recente. Foi em 1932 que as mulheres conquistaram o direito de participar das eleições como eleitoras e como candidatas. Em 1933 foi eleita a primeira deputada federal brasileira, mas o cenário da presença feminina nos espaços de realização da vida política pouco se alterou até os anos 1970. O processo de industrialização levou um enorme contingente de mulheres ao mercado de trabalho, a redemocratização estimulou a mobilização social de diferentes maneiras e as mulheres

começaram a construir novos caminhos para sua participação na vida política. Apenas em 1979 elegeu-se uma senadora mulher e só depois disso veio a primeira ministra mulher, a primeira candidata a presidente, primeira governadora etc. O número de mulheres candidatas, entretanto, ainda é muito pequeno se comparado ao número de homens e menor ainda é o número de mulheres que de fato se elegem mostrando que ainda há muitas barreiras a serem superadas para uma presença feminina equitativa à presença masculina na política.

A pesquisadora Pipa Norris (2007), motivada pela presença de poucas mulheres no executivo, legislativo e judiciário, mesmo em países de democracias duradouras, buscou compreender as razões para isso. Norris considera que a grande diferença entre o engajamento masculino e feminino continua sendo um quebra-cabeça intrigante, dadas as grandes mudanças ocorridas nos estilos de vida de homens e mulheres ao longo das últimas décadas – notadamente no campo educacional, da força de trabalho e na organização das famílias. (NORRIS, 2007: 725)

Mulheres ocuparam as universidades e o mercado de trabalho em números recordes, fizeram significativos avanços nas profissões e negócios, e há evidências substanciais de que atitudes sociais que favorecem a equidade de gênero se generalizaram em sociedades emergentes. No entanto, a evolução na política, especialmente no topo do poder, parece ficar atrás dessas tendências. (NORRIS, 2007: 728, tradução nossa)

Analisando um conjunto de pesquisas realizadas desde os anos 1920 até início dos anos 1980, Norris observou que as mulheres são muito menos engajadas que os homens e que, apesar da crescente participação delas na política, as diferenças persistem ao longo dos anos.

Pesquisa conduzida por Ingelhart e Norris no ano de 2003, na qual analisaram oitenta nações contempladas na World Values Survey, observou-se que as diferenças de gênero na participação política eram generalizadas, homens são a presença predominante em formas tradicionais de ativismo, como membros voluntários de organizações, em associações comunitárias e outras formas de protesto político. As diferenças eram maiores em países pobres ou naqueles considerados em desenvolvimento e menores em sociedades pós-industriais, a ponto de considerarem que, em longo prazo, dados os processos de desenvolvimento social, as distâncias entre o ativismo feminino e masculino reduzirão gradativamente (NORRIS, 2007: 729).

Sobre o tema do engajamento masculino e feminino, Filleule (2009), analisou várias pesquisas realizadas ao longo dos anos 1990 e 2000 e afirma que, apesar de todas as

mudanças no cenário social no que se refere à questão de gênero, permanece, nos espaços de engajamento, uma divisão de trabalho entre tarefas referidas ao masculino e tarefas referidas ao feminino. Teria se consolidado, historicamente, uma divisão de trabalho que se baseia em dois princípios distintos: um princípio de separação (que atribui diferentes funções para homens e mulheres) e um princípio de hierarquização (que dá maior valor ao trabalho dos homens que ao trabalho das mulheres) (Fillieule, 2009: 51) Tal divisão do trabalho estaria reproduzida entre os mais diversos grupos de engajamento. Citando uma passagem de Marie-Hélène Zylberberg-Hocquard, afirma que quando as mulheres entraram no mundo dos negócios, compartilhando turnos de trabalho com os homens, suas atividades não eram as mesmas. Afirma que, juntos, cuidavam das máquinas, elas varriam o chão; ao final do dia eles “picotavam o cartão”, elas tricotavam.

Para Fillieule (2009) a constatação da divisão de gênero das tarefas militantes, demonstrada em pesquisas realizadas com diferentes grupos e tipos de engajamento, significa um avanço, tanto no que se refere ao senso comum quanto à sociologia dos movimentos sociais, pois os militantes seriam, em geral, vistos como figuras abstratas que existem fora do contexto das desigualdades de gênero. Tais constatações colocariam os militantes como figuras que, como o resto da sociedade, também reproduzem as desigualdades de gênero.

A pesquisa com os jovens engajados mostra justamente que as questões ligadas às desigualdades de gênero são muito significativas para as militantes de partidos. Suas dificuldades em serem ouvidas, a busca por espaços específicos de organização exclusivamente femininas, a elaboração de estratégias de intervenção junto aos homens do partido, mostra que as desigualdades estão postas, mas sendo combatidas por mulheres, que ganham a simpatia de homens que muitas vezes têm dificuldades para saber o quê fazer e como agir.

As jovens militantes relataram melhoras significativas na relação entre homens e mulheres no cotidiano intra-partidário, afirmaram que consideram a situação entre os jovens melhor resolvida que entre adultos, mas ainda assim foram muitos os relatos de situações de preconceito de gênero e de posturas diferenciadas que as mulheres precisam adotar para se fazer ouvir no universo masculino dos partidos. Os jovens e as jovens foram unânimes em considerar que nas juventudes partidárias as tensões de gênero são menores e que nesse grupo a igualdade estaria mais próxima de ser atingida que no conjunto do partido.

Nesse ponto, as observações de Norris (2007) e as narrativas dos jovens confluem. A pesquisadora afirmou que, observadas as grandes diferenças entre a presença masculina e feminina na política, elas são significativamente menores entre os grupos de jovens “o que é um importante indicativo de mudanças geracionais de longo prazo” (p. 729).

Homens e mulheres concordam – nesse caso sem unanimidade – que há sim discriminações e desigualdades no acesso das mulheres à vida política no partido. Roberto disse que as desigualdades estão na sociedade e se refletem no partido e que há espaços mais e menos machistas: *“eu acho que é uma questão da sociedade que reflete. Historicamente o movimento operário é conservador (...). A ética burguesa dentro da vida do operário, né?”* Ao dizer isso, reafirmou o que muitos outros jovens também disseram: na juventude a situação é menos desigual, mas também há problemas. O jovem afirmou que ele próprio só passou a refletir sobre suas próprias práticas em relação às mulheres depois de se tornar militante do partido: *“eu inclusive, não tinha esse debate, eu fui aprender isso no movimento estudantil. Essa questão de gênero”*.

Marina, que é do mesmo partido, mas de corrente distinta daquela a qual Roberto pertence, disse que ser militante mulher na juventude do partido é mais fácil do que de outros setores. *“Eu acho que no movimento sindical a opressão é muito maior. Acho que na juventude as pessoas estão mais dispostas a novas dinâmicas”*. Ela disse que todos os casos registrados no partido de desrespeito ou discriminação contra mulheres que levaram a debates e atitudes disciplinares do partido não ocorreram entre o grupo de jovens do partido.

Todos os casos que a gente teve assim, casos ruins de violência, casos de desrespeito e que se tornaram debate e até a gente tratou de forma específica, comissão de ética dentro do Partido, não aconteceram na juventude ... não, acho que teve um fato que aconteceu na juventude, mas geralmente acontecem fora da juventude. (Marina, PSOL)

Homens e mulheres opinaram sobre essa relação nos partidos, porém, se as mulheres relataram inúmeras histórias de preconceitos de seus colegas de militância, esses colegas identificaram muito menos situações desse tipo. As mulheres disseram que são preteridas na hora da divisão de tarefas do partido e que os homens têm sempre a preferência nesses casos. Disseram, também, que para serem ouvidas ou terem suas ideias consideradas precisam assumir comportamentos, definidos por homens e mulheres, como masculinizados – engrossar a voz, se portar de maneira mais grosseira, usar gestos largos e pouco delicados.

Os partidos abordam o tema de maneiras distintas, mas a maioria adota medidas de contenção ou cerceamento aos militantes que adotam comportamentos discriminatórios contra as mulheres militantes. Também varia, em cada partido, a maneira como as mulheres se organizam – existência ou não de espaços exclusivamente femininos. A avaliação dos jovens sobre esses espaços é, em alguns momentos, divergente. Há jovens que veem positividade na possibilidade de as mulheres se reunirem sem a presença de homens para pensarem em suas demandas, elaborarem suas propostas e se prepararem para “enfrentar” o debate com os homens em plenárias gerais dos partidos; outros acreditam que o espaço exclusivo das mulheres acaba por reforçar comportamentos discriminatórios dos homens, pois acreditam que apenas a convivência dos homens com as mulheres pode transformar essa relação. Veremos a seguir que os jovens homens entrevistados, além de se reconhecerem discriminadores, se sentem desconfortáveis nessa situação, mas reconhecem que é difícil mudar comportamentos produzidos pela internalização de valores machistas transmitidos pela sociedade – a família, reconhecem, seria o principal agente de transmissão desses valores.

Mariano, do PSOL, ao ser questionado sobre as possíveis dificuldades vividas devido à presença feminina num espaço predominantemente masculino afirmou que compreendia que ainda deveria haver muitas dificuldades para a militância de mulheres, mas não no seu grupo. Disse que na juventude da sua corrente não havia dificuldades ou tensões nessa relação e que não percebia situações de preconceito com as mulheres colegas de militância. Ele ficou surpreso com a informação de que todas as mulheres entrevistadas – incluindo-se, portanto, mulheres de sua corrente – referiram atos de discriminação: “*mas da CST? Não acredito nisso, só se for do movimento [sindical], porque aqui [no movimento estudantil] é impossível isso*”. Acrescentou que “*nenhum militante tem um privilégio por ser homem e não tem nenhuma mulher que sofre injustiça por ser mulher*”.

Para Mariano, os partidos de esquerda, que já fariam o debate sobre a igualdade de gênero há muito tempo, teriam essa questão melhor resolvida. Concorde, contudo, que fora da alçada do partido, nas ações cotidianas que não se relacionam com o partido, o machismo ainda se apresenta entre os militantes.

Você tem razão de que a mulher tem conseguido entrar na esfera da sociedade há muito tempo, mas não tem muito tempo que tem conseguido êxito. Aliás, cada vez mais tem conseguido êxito, da gente conseguir igualdade no tratamento, mas eu acho que pelo fato dos partidos de esquerda fazerem esse debate há muito tempo, eu já não percebo mais essa

dificuldade. (...) Talvez nosso machismo se manifeste fora do partido, se manifeste mais nas mesas de bar, nas brincadeiras, aí eu tenho completo acordo, nisso sim continua se manifestando. (Mariano, PSOL)

Mariano expressa algo que as mulheres experimentam no cotidiano de sua militância mas que os homens, em geral, têm dificuldade de perceber: a socialização que ocorre no partido, que altera padrões de valores a partir de debates, leituras, práticas conjuntas com mulheres, não se dissemina, automaticamente para outras esferas da vida.

Vários jovens relataram que foram criados em famílias conservadoras que, mesmo sem muitas vezes ter a consciência sobre isso, transmitiram-lhes valores machistas, homofóbicos e racistas. A tríade dos preconceitos foi especialmente citada por Roberto, Ademir e Luciano, mas apareceu também na fala de outros jovens de maneira mais diluída. Todos se referem a reflexões e debates feitos entre o grupo de militantes que os ajudaram a perceber seus comportamentos preconceituosos, falam de um esforço para mudar comportamentos preconceituosos e discriminadores, mas nenhum deles considera que tenha conseguido se livrar por completo de algum tipo de preconceito. A socialização ocorrida no âmbito do partido modificou, mas teria sido forte o suficiente para transformar por completo os valores internalizados na socialização familiar.

Mas eu acho que, de uma maneira geral como todo mundo, eu tive uma criação machista, homofóbica e racista, isso de uma maneira geral. Não sou só eu, acho que as pessoas têm essa educação. Então, assim, esses são três aspectos que eu acho que tem um impacto mais objetivo porque meus pais eram até na média, acho que bem evoluídos, se é que eu posso usar essa palavra. Mas você vai percebendo coisas que você faz que simplesmente você não percebia, você passa a perceber. Então isso tem a ver com a vida, tem a ver com... coletivamente você teve um aprendizado, as pessoas não só estudam isso como militam em cima disso, como entendem como isso vai funcionando. Então, você vai tentando combater aspectos, por exemplo, dessas três coisas na sua vida, na forma como você se relaciona com as pessoas. Eu acho que tem... eu acho que continua tendo os três. Eu acho que todas as pessoas têm os três (risos), (...) Eu acho que você não deixa de ser nenhuma das três coisas eu acho só que você melhora, evolui e mais do que isso, você percebe que você faz e tenta combater eu acho que isso que é... você perceber que você faz e tentar combater. (Luciano, PSOL)

Ademir falou coisas muito parecidas com Luciano e reforça que os debates, estudos, leituras realizadas no interior de sua corrente – quando ele ainda era militante do PT – o fizeram refletir e tomar consciência de comportamentos que ele considerava não ter. Ele se

considerava livre de preconceitos e comportamentos discriminatórios ou opressores por ser de uma família politizada, com pai militante, mas acabou percebendo, ao longo da militância, que não era bem assim.

Mas acho que, acho assim, já falei inclusive em reunião do partido (...) eu seria racista, machista e homofóbico. Não que eu não seja, eu sou, mas assim eu não tinha dimensão de quanto eu era, entendeu? Se você perguntar aqui, ‘você é machista?’ ‘Eu não’. ‘E você?’ ‘Não, imagina’. Mas eu ... a formação feminista da DS era um troço muito violento, muito violento mesmo, tomava esporro, escovada, era um troço que ali funcionava, entendeu? (...) Eu seria uma pessoa ... eu seria muito mais machista, racista e homofóbico do que eu sou hoje e eu só entendi isso quando eu ... na militância e no debate da militância. (...) com mulher virou uma alteração no meu comportamento eu acho. (Ademir, PSOL)

A consciência suscitada nos jovens homens militantes parece tomar duas direções. A primeira de que esses não eram tão legais quanto imaginavam ser, afinal descobriram-se machistas, racistas e homofóbicos – *“você vai percebendo coisas que você faz, que simplesmente você não percebia, você passa a perceber”*; a segunda de que, apesar de muitas mudanças em seu modo de agir, continuam sendo isso tudo – em menor grau e em combate constante contra tais comportamentos, mas ainda machistas racistas e homofóbicos. *“Eu vim de uma tradição muito machista. A política me ajudou muito e estou cada vez menos machista”* (Mariano, PSOL)

Fillieule (2009), afirma que, apesar de todos os obstáculos descritos para a presença de mulheres nos grupos de engajamento militante, pode-se argumentar que, de fato, os movimentos de protesto, progressistas ou não, se constituem em espaços de “trabalho” sobre a questão de gênero. O autor, assim, dá razão a Bourdieu, quando este afirma que as lutas ideológicas entre grupos (grupos de idade ou de sexo) ou classes sociais obriga os grupos dominantes a reconhecer a presença do *outro*, perdendo, assim, parte de seu poder simbólico e “abolindo a ignorância” (FILLIEULE, 2009: 64)

A experiência de mulheres na vida militante partidária

Fernanda, do PSOL, disse que já esteve em situação de ser preterida para uma tarefa para que um homem fosse indicado para a ação; ela só seria a indicada para alguma tarefa na inexistência de um homem para assumi-la.

Guinevere, do PT, falou sobre a mesma questão: *“quando tem algum trabalho importante pra fazer ele vai e dá pra um cara, sabe? Ele não vai dá pra mulher que pode ter capacidade, que de repente se ela tiver uma preparação legal, ela consegue fazer ... não vai”*.

Não foram encontradas estatísticas sobre a quantidade de militantes homens e mulheres nos partidos, mas os jovens afirmaram que há um relativo equilíbrio, no conjunto. As desigualdades numéricas aparecem quando homens e mulheres usam a palavra em reuniões e assembleias bem como na ocupação dos cargos de direção dos partidos.

Cíntia, do PT, disse que o uso da palavra por parte de mulheres deve representar 10% daquilo que é dito em uma reunião: *“em quinze intervenções, três são de mulheres, duas pra dar informe e uma pra fazer uma análise conjuntural, uma análise mais de fundo. Assim, a gente sente que existe uma dificuldade das mulheres se colocarem, das mulheres se emponderarem”*. A jovem disse, ainda, que os ouvintes ou interlocutores em uma reunião ou assembleia de partido prestam sempre mais atenção ao que a mulher diz, não que isso signifique maior apoio ou interesse. Para Cíntia isso ocorre no intuito de ter elementos para criticar ou mesmo desqualificar as intervenções de mulheres. *“Quando uma mulher fala, as pessoas ou prestam [atenção] pra te criticar ou pra dizer: ‘não, a intervenção não foi boa. Essa intervenção não é tão de fundo assim’”*. (Cíntia, PT)

Ainda segundo Julião, ocupar um cargo no diretório ou executiva não significa, necessariamente, ter sua opinião ouvida e considerada: *“tem um percentual nas esferas de direção partidária para as mulheres, pras companheiras, mas, no limite às vezes quem fala pelas forças políticas, toma decisões pelas correntes políticas, são homens”*. Segundo ele, as desigualdades se manifestam mais claramente em números – são menos mulheres que homens no partido, são menos mulheres em cargos de direção e são menos mulheres identificadas como intelectuais do partidos. *“É, é ínfimo o número de mulheres que falam em nome do PT ou das correntes do PT. São uma em cada, na realidade é uma em cada dez, né?”* (Julião)

Cíntia não foi a única a dizer que sente maior pressão sobre a atuação das mulheres do que aquela que seria exercida sobre os homens. Segundo ela, os deslizes femininos porventura cometidos em análises de conjuntura ou de elaboração política são vistas com lentes de aumento e os deslizes masculinos são minimizados, como se fizessem parte da dinâmica normal da vida política. Cíntia concorda que deslizes ou equívocos sejam normais e não aceita que as mulheres sejam mais cobradas por eles do que os homens. Para as jovens, os homens são “naturalmente” mais preparados do que as mulheres para a vida política. Dizem

“naturalmente”, marcando a necessidade das aspas, porque entendem que é a cultura e o modo de socialização que acaba preparando os homens, ao longo de toda a sua vida, para a atividade pública, o debate, o uso da palavra e a defesa de opiniões. As mulheres seriam muito menos preparadas para isso, pois a socialização da mulher estaria voltada para o cumprimento de atividades privadas – o cuidado com a casa, a família, atividades profissionais “de mulheres”.

Na verdade, tem diferença de ritmo, não é de tarefa, é de ritmo de militância. Os meninos, eles tem mais facilidade de assumir determinadas tarefas assim e num primeiro momento se localizam bem, né? As tarefas de direção, figura pública ... Enquanto que as meninas demoram mais. [É porque você acha que demoram mais?] Eu acho que tem a ver com a construção, assim ... o processo de construção que homens e mulheres passam nessa idade e que faz com que a gente acumule determinadas características. Por exemplo, essa coisa de falar em público, pras meninas é mais difícil. É uma coisa que se leva mais tempo pra se desenvolver. Tanto quanto assumir tarefas de direção no movimento, no partido também. Os postos de comando ... nós mulheres não somos formadas pra dar ordens. É uma construção que quando você está ali numa situação que é preciso fazer, você acaba tendo que construir isso, você já não vem com as coisas prontas, com as características prontas assim. (Denise, PSTU)

Mesmo para as jovens militantes que já acumulam mais de 10 anos de engajamento, debater e defender opiniões junto aos homens ainda é algo que produz tensionamentos. E dirigir reuniões também não se apresenta como uma tarefa fácil de ser executada.

eu acho que é muito difícil ... eu acho que a gente num debate de fundo, num debate de divergência entre setores do partido (...), eu me colocar enquanto mulher nesses espaços, eu sinto uma opressão, porque o tom que eles utilizam é um tom mais duro, é um tom mais forte. (Cíntia, PT)

Marina repara que, em determinadas ocasiões, notadamente em congressos e assembleias os homens podem ter a mesma experiência militante de algumas mulheres presentes, mas somente eles falam. Ela afirma que as mulheres “simplesmente não falam” e, segundo a jovem, isso ocorreria porque muitas vezes essas mulheres internalizaram que é o homem quem deve falar e naturalizaram tal fato, sem problematizá-lo.

Eles podem, às vezes, ter o mesmo ... eles podem ser só um militante de um sindicato, filiados e fazendo aquela políticas, mas às vezes a mulher simplesmente não fala e deixa o cara falar a respeito do que eles conversaram. Pode ser uma coisa muito natural, sabe, mas porque também a

gente naturaliza que é o homem que deve falar e não a mulher. (Marina, PSOL)

Joana, que presidiu a Juventude do PDT de sua cidade, e que é secretária geral da Juventude estadual, conta que dirigir as primeiras reuniões sendo a única mulher entre seis homens foi tarefa das mais difíceis: *“As minhas primeiras reuniões de executiva... foi bem difícil, porque eram seis homens e eu aí dando direcionamento nas coisas. É muito difícil você conseguir fazer seis homens escutarem você e não desmerecer e não desqualificar o que você fala”*.

Para enfrentarem ou minimizarem as diferenças percebidas entre o comportamento dos homens e das mulheres nos partidos, as jovens afirmaram que, muitas vezes, adotam posturas, modos de falar e de agir masculinizados. Ou seja, engrossam a voz, falam mais alto, lançam mão de um gestual e vocabulário comumente usado por homens.

Você tem que se igualar, você tem que gritar, você tem que ter um timbre de voz mais acentuado pra que eles possam te respeitar. Muitas vezes a nossa postura são posturas mais duras na política, porque se não a gente não consegue atingir o mesmo patamar de discussão do que eles. (Cíntia, PT)

Então, na verdade o que eu comecei a fazer? Eu comecei a ser um pouco mais antipática. Eu não brincava muito com eles, eu não dava muita abertura pra eles brincarem comigo. Eu dava coice, eu dava fora, porque eu também não sou uma pessoa muito flexível, muito maleável, eu sou *meia* grossa, eu sou meio esporrenta, eu reconheço, tenho essa dificuldade. (...) você tem que botar uma certa barreira, porque senão eles não te respeitam. Você tem que saber se impor, as vezes você tem que ser grossa sim e bater pé e se não dá pra ganhar ali, você vai ter que ganhar no grito. Muitas das coisas lá eu ganhava no grito. É bater na mesa e: ‘ei, cala a boca, eu tô falando’. ‘Vocês vão ficar todos falando aí e não vão me deixar falar? Agora cala a boca, agora quem fala sou eu’. Então às vezes você tem que tomar certas atitudes. (Joana, PDT)

Núbia também chamou atenção para a “necessidade” – termo cunhado entre aspas porque se refere a uma demanda simbólica e não uma necessidade clara e objetivamente estabelecida – de assumir comportamentos e condutas mais identificadas com um modo masculino de agir. Fala de sua própria conduta em reuniões como exemplo de que apenas ao elevar a voz e se pronunciar de maneira mais autoritária consegue se fazer ouvir pelos homens de seu grupo de militância, tal qual afirmaram Cíntia, Joana, Denise, Marina e Guinevere.

Aí eu falei num segundo momento, aí eu *botei o pau na mesa*, aí falei: ‘olha só...’ Então a gente acaba reproduzindo, entende? No extremo eu não consegui esperar eles fazerem silêncio para eu falar e não iria conseguir nunca, então eu *botei o pau na mesa* também, falei mais grosso, me impus mais, falei uma ou duas expressões que não fazem parte da minha fala e me impus e foi ótimo, deu tudo certo. E talvez analisando isso, sem dúvidas, eu me apropriei dos símbolos deles para me colocar nessa situação. Mas eu acho que não há espaços assim, porque as mulheres que dirigem, de alguma maneira para dirigir tiveram que se apropriar de vários símbolos masculinos. Então, não tem espaços femininos... (Núbia, PT)

Chamou atenção a referência que jovens petistas e ex-petistas fizeram a uma corrente específica do partido, que tomam como referência no debate sobre questões de gênero. Ademir, que foi da referida corrente disse o quanto debateu, estudou e foi “escovado”, em suas palavras, para refletir sobre e mudar seu comportamento. Núbia também fez referências a essa corrente, assim como Marina e Cláudio, que foram próximos dessa corrente antes de migrarem para o PSOL. Núbia diz que é a única corrente que efetivamente faz o debate de gênero e cujos homens têm práticas condizentes com o discurso da igualdade de gênero. “*Ver os meninos da corrente x, que eles são publicamente... a corrente x é uma que discute muito o feminismo, eles são mais respeitosos assim, vão junto com a gente no debate de paridade, essas coisas*”.

Não são apenas as mulheres que se veem adotando comportamentos e gestuais masculinos a fim de afirmar sua presença e conquistar espaço nos partidos. Os homens, quando levados a refletir sobre a existência ou não de diferenças entre ser militante homem e mulher acabam percebendo que as mulheres que mais se destacam em seus partidos são justamente aquelas que adotam tais posturas.

Inclusive as mulheres que eu vi mais se sobressair são justamente as que mais assumem essa prática, de ter a capacidade de se masculinizar – entre várias aspas. Mas, sim, há isso e é bem negativo para ambas as partes. Acaba que, se a mulher se masculiniza ela não cria o espaço e acaba impondo à outra que não consegue fazê-lo o papel de estar de fora. (Cláudio, PSOL)

A lógica que, muitas vezes as mulheres é... acabam se é... acabam se... eu não gosto de usar masculinizar, mas acabam introspectando certos valores que hoje são tidos como valores masculinos, pra que possam ser ouvidas. Então, se você tem uma reunião você tem que bater na mesa e gritar alto, só que objetivamente as mulheres não foram criadas, teoricamente, pra fazer isso. (Luciano, PSOL)

Mariano considera que o modo de agir de homens e mulheres depende muito da posição que ocupam no partido. Para ele as pessoas que ocupam cargos executivos, que precisam decidir, transmitir decisões, articular, são mais rígidos, duros, firmes. Mas quem é “figura pública”, ou seja, fala publicamente sobre e pelo partido, pode ter um comportamento mais leve, menos duro. Isso se aplicaria a homens e mulheres, indistintamente.

... é claro que o gênero vai influenciar, mas nós temos dirigentes mulheres, que são militantes muito firmes, muito ... o que é associado na sociedade, como característica masculina. E tem outros militantes homens, que não são tão ... (Mariano, PSOL)

O jovem exemplifica seu ponto de vista citando um líder do partido que, sendo figura pública, é menor – por ser “duro e carrancudo” – que uma dirigente da alta cúpula do partido.

Exigência pra elas conseguirem se afirmar, também. Claro que pode ter uma coisa de característica pessoal. Essa militante nossa (...) ela é uma figura que batalha pra ter o espaço dela, pra ter a figura dela, pra se impor. Quando ela militava antes no Pará, era uma regional de homens, era uma direção de homens, então ela já teve que se endurecer muito mais pra poder se impor. Aí foi uma característica que ela adquiriu. Pelo fato da tarefa do *fulano* não ter sido nunca a de organização (...) foi de figura pública, então, logicamente ele não precisou adquirir ou não adquiriu estas características mais acentuadamente, não é que ele não tenha. Mas não adquiriu mais acentuadamente ... (Mariano, PSOL)

Há ainda outro aspecto que caracteriza tensões na relação entre os dois sexos no interior dos partidos: muitos jovens relataram o uso de aspectos pessoais da vida dos militantes na hora das disputas a fim de fragilizar ou desqualificar a postura das mulheres no campo da luta política.

Núbia, do PT e Joana, do PDT, deram dois exemplos claros de como a vida pessoal é afetada pelas disputas políticas. E como intrigas políticas usando aspectos da vida pessoal rebatem novamente na vida privada dos militantes. Não apenas relacionamentos amorosos – ou supostos relacionamentos – mas também características da personalidade são usadas para fragilizar o outro. Segundo os relatos das mulheres, esse tipo de manipulação de relações afetivas e características pessoais seria usado especialmente contra as mulheres e muito menos contra homens militantes.

Há pouco tempo inventaram (...) que eu fiquei com o menino, a gente teve uma disputa interna, foi quando eu me posicionei concordando um pouco mais com ele e as pessoas que concorrem um pouco mais com ele inventaram que eu tinha ficado, que eu tinha feito, que tinha acontecido, que o cara fazia e acontecia comigo. Que por isso eu o estava defendendo, mas daqui a pouco o argumento perde, né? (Núbia, PT)

A política, ela tem coisas boas, mas ela também tem ... você lida com pessoas de todos os tipos, inclusive pessoas muito cruéis, que muitas vezes utilizam também a sua vida pessoal na hora do embate. E isso é bem complicado. Eu ainda não aprendi ainda a lidar com essa parte. Eu ainda tenho uma grande dificuldade, porque eu tenho um geniozinho meio difícil assim, eu tenho um pavio meio curto. Então eu sou muito previsível, você sabe exatamente como me tirar do sério. Quer me aprontar uma, fala: eu vou aprontar isso, porque ela vai pipocar. (Joana, PDT)

Ainda em relação aos comportamentos assumidos por mulheres como estratégias de pertencimento ou para serem ouvidas no partido há o outro lado da moeda, em que homens se sentem inseguros com a presença feminina no partido – insegurança que pode ser estendida a outros espaços da vida pública, tradicionalmente masculinos e que gradativamente são ocupados por mulheres. Erivelto afirmou que sua esposa quis se aproximar do partido e acompanhar suas atividades de militantes para decidir se gostaria de se engajar também, mas ele sempre a desencorajou. O jovem disse que a presença de marido ou esposa fragiliza a posição política do militante; justifica sua postura pelo uso que se faz de situações da vida pessoal para desgastar ou dequalificar a atuação do militante no partido. *“Os conflitos nas relações fragilizam; faz-se uso das relações pessoais na vida política”*.

Marina disse achar que a corrente da qual faz parte no partido é a única que tem um grupo de mulheres; outras correntes não se organizaram dessa forma. Isso vai ao encontro do que disse Poliana sobre a corrente da qual participava quando era militante do PSOL; uma corrente distinta da qual milita Marina. Poliana descreveu sua corrente como muito machista e sem debate de gênero.

Núbia não é uma militante do grupo de mulheres do partido, mas já participou de alguns debates desse grupo, especialmente em eventos que reuniam o conjunto do partido. Ela disse que, ao organizar um encontro, reivindicou-se a possibilidade de realização de um momento de encontro apenas para as mulheres. Núbia defendia que o encontro fosse misto e uma militante do grupo de mulheres defendeu que fosse exclusivo de mulheres.

O debate sobre o fechamento aos homens ou sua participação está aberto. Núbia, em suas considerações com as colegas militantes disse que concordava com a necessidade de um espaço exclusivo, mas também via a necessidade de um momento junto com os homens depois disso: *“eu falei tudo bem, eu concordo, mas vamos fazer um espaço misto no final, só para gente poder falar com os meninos o que a gente pensa. Porque senão a gente acaba falando só para gente”*. (Núbia, PT)

Marina disse que logo percebeu limites desse espaço exclusivo de mulheres

A opressão existe e você tem que tentar fazer com que esse núcleo de alguma forma transforme a prática política no partido. Então, ele é obrigatoriamente um debate que tem que ser transversalizado no partido. Por mais que as mulheres se organizem sozinhas, sem a presença de homens, elas tem o dever, elas tem a obrigação – pra que isso seja superado, pra que essa opressão seja superada – de levar esse debate [para os homens]. (Marina, PSOL)

Julião, militante do PT, disse que os homens precisam ser inseridos no debate de gênero para que reflitam sobre o machismo que, segundo ele e seus companheiros de militância, está de tal maneira internalizado que não é percebido. Os homens precisariam ser realmente pressionados a fazer a reflexão sobre suas práticas e isso só seria possível através do diálogo com as mulheres.

E o homem precisa *tá* inserido no debate da mulher no sentido de ressignificar o seu próprio machismo, de combater o seu próprio machismo. A marcha mundial de mulheres fala que todo homem é machista. E esse homem, no máximo, o que pode ser é sensível em relação ao feminismo mas, para você ser, ter, ser sensibilizado, você precisa de contato. Então eu acho que as companheiras também têm que construir mais esse tipo de espaço misto para que possa gerar a reflexão, a problematização e ter espaço que o homem esteja presente e que o debate do feminismo seja uma pauta central. (Julião, PT)

Julião acrescentou que, no movimento estudantil, para tentar amenizar diferenças e garantir espaço e possibilidade de expressão igualitária para homens e mulheres, quando há reuniões tentam sempre ter como representantes um homem e uma mulher e que o PT estabeleceu cotas também para as direções do partido e não apenas as cotas para candidatas a cargos legislativos. Acredita, contudo, que enquanto o preconceito continuar velado e não for

explicitado, pouco se incidirá sobre as desigualdades de acesso das mulheres aos espaços de formação de opinião e decisão no partido.

O problema é que essas coisas não são explícitas. (...) Eu acho que talvez [seja] menos velado do que o preconceito geracional. Eu acho que quanto mais velado pior também, é você estabelece, quando mais explícito você consegue estabelecer referenciais de disputa, de luta, de combates mesmo, de contraponto. (Julião, PT)

As práticas militantes de jovens mães

Três jovens militantes são mães e para todas elas a maternidade ocorreu quando já eram militantes de partidos políticos. Marina estava iniciando a militância e Poliana não fazia muito tempo que estava engajada. Para ambas a maternidade implicou um afastamento da militância. Para Poliana o afastamento foi total, para Marina foi parcial, especialmente porque seu companheiro continuou militante e devido à paternidade – necessidade de sustento da nova família – tornou-se um militante profissional, intensificando sua presença nos diferentes espaços do partido. Tamara já tinha sua militância consolidada e ela não se referiu a um afastamento significativo das atividades militantes, mas diminuiu necessariamente o ritmo e reduziu a quantidade de tarefas.

É na hora da maternidade, segundo elas, que se apresentam diferenças entre os sexos que incidem sobre a militância das jovens mães. Marina disse que é inevitável que recaia sobre a mulher a maior responsabilidade sobre os cuidados do bebê, basicamente devido à amamentação, e foi por isso que ela ficou em casa para cuidar da criança e o companheiro buscou trabalho para sustentar a família recém constituída. Poliana falou que, ao se tornar mãe e esposa, sua militância se alterou, trancou matrícula na universidade e se dedicou aos cuidados com a filha enquanto seu marido – que também trancou matrícula na faculdade – passou a trabalhar para sustentar a família; situação similar à narrada por Marina. Poliana disse que o casal passou a viver como uma família tradicional, definida por ela como a família de um anúncio de margarina e que ficou sobrecarregada com os afazeres domésticos e estudos. A militância ficou, assim, impossível.

A gente começou a viver uma relação padrão, uma vida de família de margarina. E a mulher é muito sobrecarregada nesse tipo de família, nesse modelo. Então eu era “A” dona de casa, cozinhava, cuidava da filha, arrumava a casa, trabalhava.... um milhão de atividades. E, na verdade, não

sobrava tempo nenhum para militar, mal sobrava tempo para estudar, eu lembro que chegava em casa morta de cansaço, só pensava em dormir. (Poliana, PSTU)

Tamara disse que, para militar, passou a levar a filha junto consigo para todos os lugares e contava com a ajuda dos outros militantes para cuidar da criança.

Ela vai algumas vezes [a filha]. No encontro estadual de mulheres ela foi. Quando eu estava sem trabalhar, quando eu estava pegando um grande número de tarefas, ela ia pra um grande número de tarefas, porque ... pra eu não me afastar tanto. Mas hoje eu evito ir. Tem algumas coisas que ela vai. Quero ir, vai. E quando ela vai, sempre tem alguém pra ficar com ela. Todo mundo se envolve com ela ... quando eu chego, carrega minhas bolsas. Então tem toda uma solidariedade em torno disso. Então ajuda a cumprir as tarefas, as tarefas que eu teria que pegar. (Tamara, PSTU)

A jovem informou que nunca se sentiu pressionada para continuar a militar – *“não há nenhuma cobrança não, é muito tranquilo isso. Em nenhum momento eu nunca senti isso de ninguém”*.

Para Poliana, que retomou os estudos cerca de dois anos depois de a filha nascer⁹⁹, o retorno à militância acabou ocorrendo em um partido diferente daquele em que militava antes de se casar. Participando das reuniões de pais na creche acabou conhecendo Tamara e se aproximou dela porque ambas tinham posicionamentos muito similares das discussões entre pais e coordenadores da creche. Ela disse que a sobrecarga de trabalho desgastou o casamento e que a separação ocorreu poucos meses depois desse retorno à militância. Acredita que a militância ajudou a colocar em perspectiva o modo como estava vivendo. Disse que a dinâmica do casal a sobrecarregava de trabalho e de responsabilidades. *“Acabava me sobrecarregando muito e quando me separei dele fiquei triste, óbvio. Mas também saiu um peso de mim (...). Então. me separar me deu a chance de voltar a pensar um pouco em mim, refletir sobre a minha vida, sobre o mundo, sobre qualquer coisa”*. Porém, a consciência dessa sobrecarga, e de que ela advinha do modo como sua nova família se constituiu só veio depois da separação.

A consciência veio depois, eu já era do movimento feminista do PSOL, mas isso não é muito enraizado no PSOL, na corrente que ele tava. Então.... era uma corrente extremamente machista, que não desenvolvia esse debate. E quando eu comecei a militar na creche, ali você se depara com diversas

⁹⁹ A retomada dos estudos se deu quando foi possível matricular a filha na creche da universidade que atende a filhos de professores, servidores e alunos da universidade.

outras mães e começa a ter outras percepções... e conheci a Tamara que era muito engajada no movimento feminista, aí você começa a pensar mais. Quando você começa a superar o padrão de família, quando você começa a pensar os valores da sociedade... você vê que realmente... Eu quis ter uma família padrão, sabe, parar de militar, ter aquela vida padrão, meu marido empregado, eu trabalhando, nossa filha ali. Mas aquilo não me servia, não me deixava feliz. (Poliana, PSTU)

Para Marina, as tensões se referiam aos espaços de militância ocupados por ela e por seu companheiro. Ela estava num momento de investimento e consolidação de sua militância no movimento estudantil, com a possibilidade de se filiar ao PT, quando engravidou e trancou a faculdade. No período do afastamento ocorreu a crise que levou à criação do PSOL. Ela acompanhou tudo à distância, tendo seu companheiro como interlocutor de todo o processo. Ao voltar à universidade, depois do período de licença maternidade, o movimento estudantil já não lhe atraía como espaço de militância e acabou se aproximando do grupo de mulheres da corrente do PSOL à qual se filiou - mesma corrente de filiação do companheiro.

Eu acho que o movimento de mulheres [no partido] cumpriu um pouco essa função de me realocar na militância que pra mim era muito importante, o meu companheiro sempre militou (...) Então, assim, ele estava fazendo a política de forma profissional ... e isso também me incomodava, o fato da minha inserção na política ser através dele, de ser só através dele. Então, foi um pouco essa busca que eu tive, de alguma forma me reinserir, pra ter o meu espaço de fazer política, que pra mim era muito importante, por mais que a gente não tivesse grandes divergências políticas, é isso. (Marina, PSOL)

Marina se refere ao fato de sua “inserção na política ser através dele” porque se informava sobre os acontecimentos do partido através do companheiro e através dele tinha informações que não eram tão rapidamente acessadas por outros militantes porque ele participava da direção estadual do partido e ela tinha informações em primeira mão. Não que ela tivesse informação privilegiada, ela sabia de decisões que todos os militantes também ficariam sabendo, mas as recebia antes. Apesar das boas informações sentia necessidade de construir um espaço de participação no partido que não tivesse influências dos companheiros. Conseguiu isso através de seu engajamento no grupo de mulheres.

De acordo com Norris (2007), pesquisa realizada por Rosenstone e Hansen (1993) mostra que há razões para a reduzida presença de mulheres no engajamento político que se situam tanto em fatores ligados ao “lado da oferta” (supply-side), ou seja, em características individuais dos cidadãos, como em fatores ligados ao “lado da procura” (demand-side), ou seja, em

características das instituições e de formas de engajamento. Assim, pelo lado da oferta, em uma democracia, haveria algo nas mulheres que as fariam decidir não fazer parte de atos políticos. Em contraste, pelo lado da oferta, argumentos sugerem que há algo sobre as organizações políticas e práticas institucionais de gênero (gendered), que reforçam o predominante status quo e limitam oportunidades ao ativismo feminino (NORRIS, 2007: 731). Documento produzido pela União Européia e organizado por Astelarra (2005) apresenta enfoque significativamente distinto para a questão da presença das mulheres nas organizações (onde se enquadram também os partidos políticos).

Se costuma fomentar que as organizações sejam racionais, analíticas, estratégicas, focadas em suas decisões, resistentes e agressivas, características que, em muitas ocasiões, são identificadas com o sexo masculino. O resultado é que os aspectos masculinos da cultura profissional são dados como certos e a socialização nesses contextos não capacita homens e mulheres da mesma forma. (ASTELARRA, 2005)

Poderíamos, assim, interpretar que há algo no modo como a política é feita que desagrade ou afasta as mulheres. Não seria, portanto, algo nas mulheres que as afastaria da política, mas algo na política que repele o envolvimento das mulheres.

Há um desafio de superação das práticas de pesquisa que utilizam surveys para encontrar os recursos e atitudes individuais. As metodologias precisam ser capazes avaliar o “indivíduo em contexto” para descobrir de que forma práticas de gênero em organizações e instituições mobilizam sistematicamente aos homens e calam as mulheres.

Os jovens que participaram da pesquisa estão filiados em cinco diferentes partidos, todos situados à esquerda do espectro político dos partidos brasileiros. O PDT caracteriza-se, no que se refere à militância dos jovens no estado do Rio de Janeiro, por um engajamento que se volta para o interior do partido, para as dinâmicas e disputas internas. Os jovens pedetistas têm pouca presença no movimento estudantil, o que os diferencia significativamente de todos os outros jovens. A militância se sustenta fortemente na sociabilidade produzida pelo grupo formado pela Juventude do PDT, que, por sua vez, tem pouca presença em outras instâncias partidárias.

O PSTU é um partido no qual a juventude é definida pela condição estudantil dos sujeitos e não pelas especificidades da fase da vida. Pessoas situadas na faixa etária de jovens, mas que não sejam estudantes são integradas em outros espaços do partido, preferencialmente nos setores sindicais quando trabalhadores. Assim, as questões específicas da juventude não se revelam entre as militantes desse partido, que militam, todas, no grupo de mulheres do partido.

Já o PCdoB organiza sua juventude num organismo paralelo, porém, articulado ao partido: a UJS. Tanto PCdoB quanto PSTU não apresentam correntes ou tendências internas e essa é, segundo o jovem militante do PCdoB, a razão para a existência da UJS: espaço específico para organizar a juventude sem se configurar um grupamento específico dentro do partido na medida em que grupamentos não são admitidos.

PT e PSOL são os dois únicos partidos que se organizam em correntes ou tendências internas. O PT criou um setorial de juventude há cerca de três anos, setorial que tem relativa autonomia interna para decidir pautas e formas de mobilização dos jovens. O PSOL ainda não tinha organizada uma juventude do partido, segundo seus membros, devido à recente criação da agremiação que ainda não permitiu tal estruturação, mas, algumas correntes contemplam grupos de jovens organizados.

O modo de organização dos partidos produz diferentes orientações da fidelidade partidária. Nos partidos organizados em tendências ou correntes, a fidelidade de seus membros se volta, em primeiro lugar, à corrente e, em seguida ao conjunto do partido. Assim, é possível haver divergências internas, disputas de poder mais intensas do que as vistas nos partidos que não se organizam dessa maneira. Exemplo de divergências que acabaram levando a rupturas, referem-se às correntes que, em momentos distintos, levaram à criação do PSTU e, mais recentemente, do PSOL. Ainda que as divergências internas produzidas pela institucionalização de grupos dentro desses dois partidos possam ser vistas como um risco à integridade do partido, alguns jovens de outros partidos afirmaram que tais divergências ajudam a estimular a militância, pelo aprofundamento do debate de idéias promovido pelos dissensos internos.

A dinâmica de vida dos militantes de partidos é agitada, o tempo parece estar sempre esvaindo por entre os dedos desses jovens, que participam de inúmeras reuniões, em média mais de uma por semana, podendo chegar a três ou quatro reuniões semanais, dependendo dos espaços de inserção dos jovens (ME, instâncias partidárias, grupos de mulheres ou LGBT,

movimentos sociais; e quanto mais espaços ocupados pelos jovens maior será a incidência de reuniões) e também a época do ano (prévias de congressos estudantis ou do partido, momentos pré-eleitorais e eleitorais etc). Apesar do tempo sempre espremido, há compensações dessa agitação toda: ampliação das redes de amizades, aumento das redes de relacionamentos que aumentam as possibilidades de formação e inserção profissional, realização de viagens para participação de eventos, congressos, reuniões em outras cidades, estados e até viagens internacionais.

As variações de investimento militante, a permanência no tempo e a inserção em diferentes espaços em que a militância se realiza permitem caracterizar, ao menos, alguns percursos como sendo de carreiras militantes, conforme definição elaborada por Becker (2009).

Ainda que os partidos tenham seus modos peculiares de se organizar, tomar decisões e envolver seus militantes, as clivagens de gênero perpassam todos eles de maneira muito similar. As jovens mulheres de todos os partidos denunciaram práticas machistas, ressaltaram que, entre os jovens, as relações entre homens e mulheres estão sendo melhor equacionadas que no conjunto do partido, mas, ainda assim, há um longo caminho a ser ainda percorrido até que se equacionem as desigualdades de gênero do partido. Jovens homens revelaram ser muito menos machistas do que eram antes da militância, e essa mudança teria sido produzida pela pressão dos grupos de mulheres nos partidos, que denunciam práticas sexistas e promovem a formação dos militantes no que se refere às questões de gênero. Além de práticas sexistas, as mulheres também se referem às vantagens e limites dos grupos de mulheres dentro dos partidos que, por um lado, permitem a organização autônoma e formação política delas entre pares, mas, por outro, tem incidência limitada sobre as práticas masculinas. É unanimidade entre as mulheres a percepção de que é positiva a existência de grupos de mulheres, mas que essas só terão efetividade sobre práticas masculinas se forem capazes de incluir os homens em suas discussões e ações de mobilização e formação.

No que se refere às práticas militantes de homens e mulheres, as diferenças mais significativas são observadas entre as mulheres que já tiveram filhos. Para elas o investimento militante é reduzido com a chegada da maternidade, diminui sua frequência a reuniões e eventos do partido e são elas que mais cedo buscam caminhos alternativos ao movimento estudantil, inserindo-se preferencialmente nos grupos de mulheres. As jovens não mães apresentam menores variações de investimento militante e quase todas são militantes de intensidade elevada, conforme visto no capítulo anterior.

Capítulo 6 – Experiência militante e repercussões na vida

A circulação por diferentes espaços, a convivência com várias pessoas, a busca por consensos que, muitas vezes, exigem a flexibilização de posições e o debate de ideias são experiências que produzem reflexões sobre os valores e comportamentos dos próprios militantes. Há sempre um grupo menor com o qual se milita cotidianamente e outros subgrupos de militantes com os quais se convive de maneira mais esporádica. Esses grupos são formados por pessoas de diversas origens sociais, em diferentes momentos da formação universitária, de diferentes idades – mesmo considerando a militância entre jovens, a variação de idade é significativa, em relação às experiências e momentos da vida acadêmica, pessoal e profissional. As experiências nesses grupos representam um novo espaço de socialização, em que é possível interiorizar novas regras sociais, novos valores ou atualizar aquilo que foi internalizado na socialização familiar.

A experiência militante produz, assim, tensões, mudanças e também permanências em relação aos valores, comportamentos, expectativas e projetos de vida anteriormente elaborados. Berger e Luckmann (1985) afirma que a socialização secundária continua a ser construída sobre as interiorizações primárias e que este é um processo comum nas sociedades contemporâneas, “*em ligação com a mobilidade social do indivíduo e o treinamento profissional*” (p. 213). O autor faz distinção entre processos relativamente contínuos de socialização – novas interiorizações, que mantêm como base a socialização primária – e processos que produzam rompimento com o que foi interiorizado no âmbito da socialização primária – nesses casos, haveria uma reinterpretação, no presente, de atitudes e fatos passados com os filtros adquiridos com as interiorizações secundárias. As *alternações* designariam a definição dos processos em que ocorre ruptura com a socialização primária, mas Berger considera também a existência de processos intermediários em que não há rupturas, mas reinterpretações significativas daquilo que foi anteriormente internalizado.

Questionar a realidade, as razões para os acontecimentos e buscar mais de uma explicação para um fato é uma das coisas que os jovens afirmaram ter feito depois de se engajarem. Para alguns, “ter uma visão crítica da realidade” apresenta-se como uma ação que antecedeu e favoreceu o engajamento, mas, mesmo para esses, a leitura da realidade à sua volta se alterou. Outros dizem que foram “adolescentes alienados” e que, depois de se engajarem, foram

levados a questionar fatos e justificativas para determinados acontecimentos. Aquilo que era resultado de um discurso do senso comum teria sido modificado por visões mais amplas e leituras mais complexas sobre a vida em sociedade. Essas afirmações devem ser analisadas levando-se em conta os processos de ressocialização que se passam no decorrer do engajamento militante. Segundo Berger e Luckmann (1985), é *“relativamente mais fácil inventar coisas que nunca aconteceram do que esquecer aquelas que realmente aconteceram”* (p. 212), a fim de dar coerência aos valores que estão sendo internalizados secundariamente. *“O indivíduo pode fabricar acontecimentos e inseri-los nos lugares adequados, sempre que forem necessários para harmonizar o passado lembrado com o passado reinterpretado”* (op.cit.).

Os jovens entrevistados relataram, como vimos no capítulo anterior, mudanças relativas a comportamentos machistas, racistas e homofóbicos, maior sensibilidade para questões sociais, tais como a pobreza e a desigualdade. Também se referiram a tensões familiares que, em alguns casos, foram produzidas pela militância e, em outros, foram amenizadas no decorrer do engajamento. Escolhas profissionais e planos de trabalho foram inspirados ou estimulados pelo engajamento; assim como a vida afetiva e as amizades foram influenciadas e ressignificadas pelas experiências militantes dos jovens.

6.1 Convivência familiar e repercussões do engajamento

Os jovens falaram de tensionamentos, variações e continuidades naquilo que se refere às relações familiares. Pais engajados e não-engajados reagiram de maneiras diferentes ao engajamento dos filhos e cada situação produziu conflitos distintos, de acordo com as experiências que também os pais possuíam de ativismo político – seja pela própria prática, seja pelo imaginário que construíram sobre a dinâmica de vida de um militante. Morar com os pais ou morar sem eles – em república de estudantes, sozinho ou em novo núcleo familiar – também é um aspecto marcante para a relação desses jovens militantes com suas famílias. Sair da casa dos pais significou arrefecer alguns conflitos e, em alguns casos, essa saída foi facilitada pela militância – trabalho obtido por meio do partido, que produz autonomia financeira. A socialização promovida pela experiência militantes produz tensionamentos, em alguns casos e em determinados momentos da militância, com a socialização primária e os valores internalizados no âmbito familiar.

Aprendizados na família e aprendizados na militância

Os jovens militantes relataram aspectos e dinâmicas que expressam valores, formas de se comportar e interpretar o mundo, aprendidos na família. O processo de se tornar militante produziu um novo espaço de socialização, que, sem desconsiderar outros espaços de socialização secundária, permitiu que os jovens ressignificassem aquilo que aprenderam com suas famílias, introjetassem novos valores, normas e regras e reinterpretassem a realidade social em que se inserem. Os jovens relataram mudanças e permanências, mas também dificuldades em identificar aquilo que foi influenciado pela militância, por outros processos relacionais ou, ainda, pelo próprio amadurecimento trazido pelo avançar da idade.

Luciano disse que é impossível uma pessoa mudar totalmente seus valores e seu modo de ser e agir ao longo da vida, que sempre há permanências e valores que não se alteram, “*você nasceu e foi criado em cima de uma lógica e continua sendo influenciado por essa lógica*”. Criado em uma família, segundo ele, de valores bastante conservadores e com forte resistência a qualquer tipo de associativismo político, Luciano disse ocorrer “*uma espécie de uma luta no sentido contrário de alguns valores [internalizados pela socialização familiar e escolar], mas é uma luta cotidiana e coletiva, né?*”. Ele afirmou que buscou, por meio da militância, ser uma pessoa mais aberta, respeitadora das diferenças, que busca justiça e igualdade sociais.

Marina também se referiu à família, mas como uma relação que não se alterou com a militância. Disse que a relação familiar continua tendo a mesma importância em sua vida, antes e depois do início do engajamento. Para ela, apesar “*de todo um debate no Marxismo a respeito da família, que é uma instituição burguesa*”, ela tem certeza de que nunca deixará de dar importância à instituição familiar; “*nunca vou deixar de ser família*”.

Os jovens que se engajam em partidos políticos encontram-se naquilo que Berger e Luckmann (1985) denominou de tipos intermediários de ressocialização. Não há uma ruptura com a socialização primária, senão uma transformação da realidade subjetiva interiorizando “*os adequados apêndices da realidade*” (p. 214). Os jovens enfrentariam, assim, o “*problema de conservar a coerência entre os primeiros e os tardios elementos da realidade subjetiva*” (p. 214). Para alguns, as transformações foram mais intensas, para outros – notadamente os filhos de famílias engajadas ou porosas ao tema da política –, as transformações foram menos intensas. Correlaciona-se o presente com o passado, remendando o que foi vivido, a fim de dar coerência ao que foi internalizado anteriormente frente àquilo que está sendo internalizado

no presente. O passado é “*reinterpretado para se harmonizar com a realidade presente, havendo a tendência a retrojetar no passado vários elementos que subjetivamente não eram acessíveis naquela época*” (BERGER e LUCKMANN, 1985: 215).

É por manter um vínculo com pessoas que foram anteriormente significativas que nesses processos de socialização secundária convivem práticas anteriormente internalizadas com novas práticas. Marina dá voz a tal convivência: *família* seria um valor burguês pouco valorizado pelos partidos, mas ela ainda a considera muito importante; faz, portanto, sua própria mediação entre os dois espaços pelos quais transita. Luciano fala de algo distinto, mas que se situa no mesmo campo de reflexão. O jovem se aproxima mais de uma ressocialização, caracterizada pela ruptura com aquilo que foi anteriormente significativo, mas percebe os limites dessa tentativa por reconhecer que são influências profundamente arraigadas; “*uma espécie de uma luta no sentido contrário de alguns valores*”.

Assim como Marina, Norberto e Antônia também se referem a vínculos familiares que se mantêm, apesar de distâncias físicas – moram longe dos pais e se visitam esporadicamente – e ideológicas – outros valores, diferentes posturas diante da realidade etc. Norberto reforça que, apesar de estar fisicamente distante da família e de ter saído de casa de maneira intempestiva, os vínculos familiares continuam fortes: “*eu estou um pouco distante da minha família, mas de onde eu vim, isso não mudou, não. Eu sempre volto de onde eu vim, eu sempre volto...*”.

Vários jovens disseram ser, depois da militância, menos racistas, menos homofóbicos e menos machistas. Tais narrativas também se situam no tensionamento entre aquilo que foi anteriormente significativo e internalizado e o que está sendo aprendido e interiorizado a partir do engajamento militante. No capítulo anterior, vimos Ademir e Luciano se referirem a si próprios como menos racistas, homofóbicos e machistas. Mas não foram apenas eles que entraram em conflito com tais valores.

Cíntia ressaltou as tensões que viveu entre o conservadorismo da família, sua vivência pessoal e os valores experimentados no partido; valores que ela qualificou como progressistas. Foi na militância que ela assumiu sua homossexualidade, opção que entrava em conflito com valores morais de sua família.

Na militância... claro que a gente se confronta... e na época [início da militância], que acho que até foi um confronto maior... um confronto mesmo ideológico, com a minha família. Você estar numa família evangélica, uma família conservadora... (Cíntia, PT)

Os aspectos inalterados da socialização primária eram, em geral, aqueles que encontravam alguma correspondência com os valores defendidos pelos partidos ou que, não sendo valorizados pelos partidos, não antagonizavam com aquilo que era significativo na dinâmica partidária. Não houve jovem que afirmasse que condutas sexistas ou homofóbicas fossem legítimas e as defendessem; não houve quem tivesse defendido ações que perpetuem desigualdades sociais e que continuasse a fazê-lo.

Alguns jovens apontaram que não foram apenas eles que mudaram – se socializaram na militância –, mas também seus pais transformaram suas práticas e engajaram-se nos partidos nos quais os filhos militam ou deles se tornaram simpatizantes e apoiadores. São os casos dos pais de Fernanda, Cíntia e Mariano, que passaram a acompanhar as atividades dos partidos e, eventualmente, participavam de reuniões e mobilizações partidárias. Esses jovens não tiveram socialização política familiar significativa para a produção de disposições ao engajamento, mas todos se situam no grupo dos jovens de militância intensa.

Se, segundo os jovens, alguns comportamentos e valores são, por um lado, transformados ao longo das experiências militantes, há comportamentos e valores que, por outro, permaneceram inalterados. Ou seja, elementos da socialização primária que foram preservados das releituras e ressignificações promovidas pela socialização na militância política.

Permaneceu inalterado, por exemplo, um senso de justiça e igualdade social, fato revelado por Cláudio, Julião, Marina e Denise com mais veemência. Se para alguns a idéia de igualdade e justiça social surgiu depois do engajamento, outros já tinham esses princípios como orientadores de suas práticas antes da militância e viram no engajamento político uma possibilidade de tê-los concretizados. No caso dos 4 jovens acima referidos, todos herdaram de suas famílias valores relacionados com o tema da ética e da igualdade, seja pelo engajamento dos pais (Julião e Marina), pela oposição aos valores familiares ligados ao populismo do PDT e PTB (Cláudio) ou por uma cultura (nipônica) que preza tais valores (Denise).

Julião afirmou que seus valores humanistas, de busca por igualdade e justiça social, foram forjados na família e na igreja católica, que frequentava antes de se engajar no movimento estudantil e no PT. Ele expressa assim a sua percepção:

O ser humano não é uma coisa em si, ele precisa do outro, ele depende do outro, ele se complementa no outro e eu acho que a militância ela não mudou, ela reafirmou isso, esse meu entendimento que foi da minha criação, desde o início da minha criação. Foi uma criação de interdependência dos meus pais, de complementação de, de, de cumplicidade na família... a militância foi reafirmando essa necessidade em todos os espaços. (Julião, PT)

Há, portanto, uma convivência, em maior ou menor grau, entre valores, normas e comportamentos internalizados via socialização primária e os novos *significantes* produzidos pela socialização na militância. Para alguns, a militância se parece mais com uma continuidade da socialização primária; para outros, ela representa uma mudança significativa em relação àquilo que foi aprendido na família e, nesses casos, os conflitos são mais evidentes, tal como ocorreu com Luciano.

Convivência familiar: morar e sair da casa dos pais

Morar com os pais trazia, de acordo com o relato desses jovens, um conjunto de conflitos e tensões, mas também de suportes familiares, naquilo que se refere ao cotidiano de militância. Os jovens que moram sozinhos, em repúblicas estudantis ou com novos núcleos familiares, têm outras dinâmicas e relatam outros tipos de problemas. A saída da casa dos pais foi sempre apresentada como uma solução para tensionamentos produzidos por divergências que se referiam a horários, rotinas domésticas, investimento nos estudos e pressão dos pais para que os filhos trabalhassem. Também são diferentes os conflitos domésticos vividos pelos jovens que iniciaram a militância no ensino fundamental ou médio, ou seja, quando ainda eram adolescentes.

Os pais de Luciano fizeram efetiva oposição ao engajamento do filho e a relação familiar ficou bastante tensionada. O jovem afirmou que a situação só melhorou depois que ele saiu de casa, quando tinha cerca de 19 anos, “*as relações pessoais começam a melhorar*”, disse ele sobre aquela época. A possibilidade de sair de casa ocorreu depois de Luciano ser convidado pelo partido para militar, com dedicação exclusiva ao movimento estudantil secundarista, recebendo, para isso, uma ajuda financeira do partido¹⁰⁰. Atualmente, os pais “*não apoiam, mas deixaram de ser contra*” e Luciano atribui tal comportamento, dentre outros motivos, ao

¹⁰⁰ Conforme referido no capítulo 4.

fato de ele ter entrado na universidade, estar financeiramente independente¹⁰¹ e estar seguindo, de maneira mais ou menos regular, o curso por ele escolhido, fato que seria da maior importância para os pais.

Deixaram apenas de ser contra. Mas também não apoiam, apenas deixaram de ser contra. Eu saí de casa com, acho que 19, 20 anos, então isso também acho que fez com que a possibilidade de interferência diminuísse. A partir disso, a relação pessoal foi melhorando, enfim. (Luciano, PSOL)

Para Julião, a saída da casa dos pais também foi possibilitada pelo trabalho obtido por meio de sua militância, ao se tornar assessor parlamentar e ter rendimento suficiente para morar sozinho. O jovem alugou um pequeno apartamento no centro da cidade, de onde se locomovia com mais facilidade para a faculdade, para a sede do PT e para o gabinete do deputado federal para o qual trabalhava. Segundo o jovem, seu pai achava que já tinha passado da hora de ele trabalhar e se sustentar.

Então, em uma certa medida, gerou uma incongruência entre eu e meu pai, por conta que meu pai queria que eu me formasse, queria que eu pensasse nessa questão de mercado de trabalho de forma mais direta [...]. Meu pai, com vinte anos, com a minha idade mais ou menos, já sustentava família, então, isso na cabeça dele, eu com vinte e quatro anos, eu deveria estar..., estou atrasado. (Julião, PT)

A relação com os pais melhorou depois da saída de casa, mas isso não ocorreu por esta única razão. O fato mais significativo para os pais foi a saída de casa sob a condição de ter conquistado um trabalho e a consequente autonomia financeira. De família popular, que valoriza trabalho e estudo e tem neles ferramentas de ascensão social, o engajamento de Julião era percebido, pelos pais e também pelo jovem, como mais uma estratégia de ascensão; o trabalho que garantiu autonomia financeira, conquistado através do partido em que se engajou, representava a concretização de planos de *melhoria de vida* do filho.

Alguns jovens, como Welington, Antônia, Silvano, Fernanda e Mariano, saíram da casa dos pais porque moravam longe da faculdade e mudar-se era a única condição para estudar. Alguns mudaram de cidade, outros mudaram de estado.

¹⁰¹ O jovem informou que os pais lhe deram apoio financeiro num momento de dificuldades, num curto período de desemprego.

Cíntia saiu da casa dos pais tanto pela vontade de escapar da vigilância constante deles sobre os horários de retorno para casa e a cobrança de tempo de estudos quanto pela chance de construir uma relação estável com sua companheira.

A saída da casa dos pais não significa que ocorram rupturas e conflitos. A situação de Cíntia ilustra como a decisão de sair de casa pode ser revertida, quando os jovens se encontram em situação de não querer ou não poder mais morar sozinhos. A jovem voltou a morar com os pais quando a relação com a companheira chegou ao fim e ela não tinha mais condições de arcar sozinha com os custos de manutenção de um apartamento, além de querer o suporte familiar num momento emocionalmente delicado.

Ademir afirmou que a militância produz situações extremamente desgastantes do ponto de vista das relações familiares, pois o militante passa a ter uma agenda própria, independente da agenda familiar e, com isso, deixa de frequentar lugares ou atividades com a família. Ao mesmo tempo, o jovem disse que sempre foi muito firme, defendendo seus gostos e desejos no que diz respeito às atividades familiares.

Eu sempre fui muito firme, entendeu? A minha adolescência é a minha militância e é um troço profundo na minha vida, entendeu? Eu acho que eu tenho uma boa relação com o meu pai, eu acho que eu tenho mesmo, mas até onde a militância interferiu e até onde não? A militância ela levanta situações extremamente desgastantes em casa, né? Você vai ali, não vai aqui, entendeu? (Ademir, PSOL)

Apesar dos conflitos e tensões narrados pelos jovens, suas narrativas demonstram que os arranjos familiares vão sendo ajustados e os pactos de convivência refeitos, a fim de minimizar conflitos e tensões. Sair da casa dos pais, mesmo quando motivado por algum tipo de conflito, foi sempre apresentado como elemento positivo do relacionamento dos jovens com seus pais. Morar sozinho é visto pelos jovens como momento positivo de amadurecimento e, segundo eles, essa seria a mesma percepção dos pais. O trabalho conquistado através da militância e a frequência a uma faculdade distante da moradia dos pais apareceram como acontecimentos que possibilitaram ou obrigaram a fazer mudanças.

Hábitos de consumo e a estética militante

O engajamento militante é, em geral, associado a hábitos de consumo mais conscientes e responsáveis. Conscientes no sentido de conhecer as razões pelas quais se consomem

determinados produtos, ter consciência da necessidade – objetiva ou subjetiva – do consumo. Responsabilidade no que se refere à origem e ao modo de produção dos produtos: responsabilidade ecológica, social e cultural.

Os engajamentos podem ser de muitos tipos e nem todos incidem sobre hábitos de consumo, mas, no caso dos jovens militantes em partidos políticos, todos se filiaram a partidos de esquerda, que levantam a bandeira do consumo consciente e responsável. Assim sendo, era esperado que algum tipo de situação fosse narrada pelos jovens sobre o tema do consumo.

Alguns jovens militantes se referiram a mudanças em seus padrões e hábitos de consumo depois do início da militância. A percepção deles sobre as mudanças ocorre fundamentada na ideia de que há uma estética militante e um determinado padrão de consumo que diferenciam pessoas engajadas das não-engajadas. Ou seja, pessoas engajadas se vestiriam de determinada forma e os jovens se enquadram ou não nesse padrão; pessoas engajadas gastariam pouco com roupas, acessórios e cuidados pessoais e os jovens militantes se aproximam ou não desse padrão de consumo.

Jovens mulheres relataram que, depois de se engajarem, passaram a gastar menos com a compra de roupas, acessórios e produtos de beleza, ao trocar lojas habitualmente frequentadas por outras que vendem similares a preços mais baixos. Deixaram de comprar *marcas* e passaram a comprar *produtos*. Relataram, também, comprar menos do que compravam em tempos não-engajados. Elas estariam, assim, se aproximando de um padrão de consumo “esperado” para militantes, pois consomem menos e, quando o fazem, compram produtos mais baratos.

Os relatos, contudo, denotam que as mulheres não abrem mão de seu estilo pessoal em nome de um possível *estilo militante*. Há diferentes interpretações para o que seria um *estilo militante*, mas os depoimentos das jovens o identificam com a estética *hippie*, com roupas largas, pouco arrumadas, eventualmente gastas, demonstrando que as peças são usadas até o fim de sua utilidade e não até o fim da estação da moda. Os relatos dos jovens militantes usam termos como “alternativo”, “meio *hippie*” ou “meio desarrumado” e tais termos são usados tanto por aproximação como por oposição: “gostei do jeito alternativo daquelas pessoas” ou “não quero ficar com aquele jeito meio desarrumado como faz a maioria dos militantes”.

Tamara (PSTU) disse que era uma jovem muito consumista antes de começar a militar e que, atualmente, é uma consumidora muito mais racional e moderada. Afirmou que, depois de iniciar a militância no partido, enxerga o mundo sob uma nova ótica; disse que não precisa *ter*

algo para *ser* alguém, que sua ética está guardada em suas ações e não naquilo que ostenta através de bens adquiridos. Poliana também se referiu a mudanças em seu padrão de consumo; disse que, por aquilo que usa, é identificada como uma “patricinha” e que o modo de se vestir não mudou, o que alterou foi o montante de recursos gastos para garantir seu modo de se vestir.

Eu não consigo estar na faculdade e uma amiga dizer "comprei uma bolsa de R\$400,00" e achar legal. Eu acho um absurdo, eu compro bolsa de camelô. Mesmo que tivesse o dinheiro, eu não dava. (Poliana, PSTU)

Apesar das mudanças no padrão de consumo, não houve alteração no gosto ou no estilo daquilo que consomem. A militância teria produzido um consumo mais consciente, mais planejado e menos impulsivo, mas não alterou o visual das jovens.

Cíntia (PT), contudo, relatou mudanças em seu estilo, que não ficou “desarrumado”, mas “alternativo”. Ela reparou nas colegas engajadas na escola que se vestiam diferente – as meninas usavam saias longas e sandalias rasteiras, ao invés das calças e tênis do uniforme – e mudou seu estilo a partir do convívio com elas.

Entre os homens, apenas Mariano (PSOL) relatou mudanças significativas de modos e padrões de consumo, afirmando ter havido uma radical mudança de visual, depois de se engajar no partido.

A descrição que Mariano fez de si, dos tempos em que cursava ensino médio, é a de um adolescente que frequentava boates badaladas da cidade, ouvia música eletrônica, usava camisas com botões – refere-se a si mesmo como um “engomadinho” –, cabelos curtos e bem alinhados e sapatos nos pés. O Mariano militante passou a gostar de samba e MPB, deixando a música eletrônica para trás, usa camisetas com símbolos referidos às lutas da esquerda – como a camiseta de Che Guevara que vestia no dia da primeira entrevista e que foi tomada como exemplo de sua mudança de visual –, bermudas, sandálias de dedos nos pés; deixou o cabelo crescer e usa-o desalinhado. O próprio jovem disse que passou a se vestir “como um militante”, ou seja, assumiu um modo de se vestir associado, por ele, à estética militante.

Você começa a se travestir de militante, né? [...] eu estou usando um chapeuzinho que uma amiga trouxe de Cuba pra mim, aquele chapeuzinho tipo cubano, tipo do Fidel Castro.[...] Aí você vai ouvir música e ao invés da música eletrônica, da *dance music* e *house*... você vai, por exemplo, escutar a Música Popular Brasileira, onde tem algumas músicas que trazem algum tipo

de conteúdo político, que falam alguma coisa com aquilo que você está estudando, está vendo na história política do país. Aí, você vai começar a ler mais livros... e eu acho que, por uma questão lógica e natural... por uma questão social, você vai começando a frequentar outros lugares, outros tipos de bares. (Mariano, PSOL)

Adotar um estilo mais próximo do *estereótipo militante* não foi algo comum aos jovens entrevistados, mas também nenhum outro jovem se apresentou como alguém “engomadinho” – como Mariano –, que gostava de música eletrônica, usava calça social e depois mudou de estilo. Os outros jovens, segundo seus relatos, já tinham um gosto estético próximo do modo como se vestem, daquilo que ouvem e leem e dos espaços que passaram a frequentar depois de se tornarem militantes. Mariano revelou uma ressocialização que interferiu radicalmente em seu gosto estético, mas seu caso é raro, a maioria dos jovens experimentou mudanças mais discretas em padrões estéticos e de consumo.

Repercussões da militância na esfera privada

Alguns jovens se referiram a expectativas de mudanças que criaram ao iniciar seu engajamento, ou seja, percebiam características pessoais que poderiam e até gostariam de ver alteradas a partir da militância. A timidez, a impulsividade da ação, o “pavio curto”, a dificuldade de se expressar com clareza, são alguns exemplos daquilo que os jovens esperavam modificar. Algumas dessas características se alteraram, mas outras permaneceram, sendo que os jovens afirmaram ter se acostumado a elas ou ter aprendido a lidar melhor com determinadas características pessoais.

Cláudio (PSOL), por exemplo, disse que é uma pessoa completamente diferente daquela que iniciou a militância partidária, mas que seu comportamento impulsivo não se alterou com o engajamento político. Diz que seu perfil humanista e o senso ético já estavam presentes antes da militância e que os erros oriundos da impulsividade, do agir sem muito pensar e do dizer tudo o que pensa continuavam a ser cometidos e seriam, em certa medida, um problema na militância política. Afirmou preferir os problemas da impulsividade ao calar de sua opinião. Defendeu, contudo, que opiniões precisam ser reveladas com bons argumentos e que as suas opiniões ficaram mais bem fundamentadas depois do engajamento. O jovem disse que, apesar da forte presença da poesia em sua vida, é um sujeito muito duro, direto, por vezes intransigente. Citou Drummond – “*ao menino de 1918 que queria tacar fogo em tudo... meu*

*ódio é o melhor de mim*¹⁰² –, como uma passagem, para ele, inspiradora. Acrescentou, no entanto, que, em nome das demandas da vida política, moderou o discurso ou aceitou decisões que favoreciam o coletivo em que milita, em detrimento de sua opinião particular. Ressaltou que nenhuma dessas decisões confrontava radicalmente seus princípios, mas não refletia exatamente a postura que ele, particularmente, tomaria diante da mesma situação enfrentada pelo coletivo partidário.

Fernanda (PSOL), por sua vez, esperava que sua timidez e dificuldade de falar em público fossem alteradas pela prática militante, mas, passados 3 anos de engajamento, percebia que continuava calada, tímida e com as mesmas dificuldades *“E eu sempre fui muito quieta, muito mais fechada e tal. E eu achava que isso podia mudar. Tanto que as pessoas falavam que eu não tinha jeito pro movimento”*. Mas, ao contrário do que muitos pensavam, ela conseguiu consolidar sua militância, apesar dessas características. *“O meu jeito continuou. E a maioria das pessoas pensam que quem vai fazer bonito no movimento estudantil é quem é extrovertido e fala muito. E isso não é bem assim”*. Seu jeito tímido e mais calado foi transformado por ela em ferramenta de recrutamento de militantes, através do contato face a face na universidade e em outros espaços de influência de seu grupo político. Um traço de comportamento, geralmente tido como negativo, foi por ela transformado em característica positiva.

Se Fernanda manteve sua timidez inalterada, no caso de Guinevere (PT) o que não se modificou em seu comportamento, segundo seu depoimento, foi a teimosia. A jovem disse que demora a aceitar que alguma coisa não tenha dado certo e não desiste de coisas que, sabidamente, não resultarão como o esperado, mas não consegue recuar. *“A política é uma questão de estratégia, às vezes a gente precisa recuar um pouco pra avançar, né? E eu não consigo fazer isso, não”*. Afirmou, também, que não consegue *“manter as aparências”* quando não gosta de alguém no grupo partidário; *“tem coisa muito ruim na política e, às vezes, a gente tem que rir pra todo mundo, sabe? ‘Oi, tudo bom?’ Às vezes você não suporta aquele ser, aquela pessoa e tem que ir lá falar com ela. Isso eu não faço, não”*.

Ao revelar aquilo que mudaram ou não em relação a características pessoais, demonstraram ter tido expectativas de que a militância transformasse determinadas características de suas

¹⁰² A Flor e a Náusea. Carlos Drummond de Andrade.
Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.

personalidades, mas também que desejavam manter traços de sua individualidade preservados. Revelaram, ainda, que mantiveram traços que são, em certa medida, indesejáveis no universo das relações políticas – impulsividade, teimosia, não manter aparências. Ainda assim, conseguem estar em seus partidos e ser aceitos como são.

6.2 Amizades, vida afetiva e militância

Não são apenas as relações familiares que se alteram, também as amizades são afetadas pelas práticas militantes dos jovens. Novas amizades são agregadas, muitos companheiros ou colegas de militância se tornam amigos. Mas também há amigos que acabam não acompanhando os jovens depois que esses começam a militar. As mudanças de valores e comportamentos narrados tornaram algumas amizades incompatíveis. Ao mesmo tempo, muitos jovens relataram seu empenho em manter amizades com aqueles que não seguiram o mesmo caminho de engajamento político.

A maioria dos jovens afirmou que mantém amigos de infância, agregou amigos militantes e também amigos de novos círculos de sociabilidade – universidade, nova vizinhança etc. – não-militantes. Esses jovens disseram que fazem questão de manter e cultivar as amizades anteriores ao engajamento porque não querem circunscrever suas experiências sociais àquilo que é possibilitado no âmbito da militância. Os amigos não-militantes serviriam para “arejar”, quando os jovens se sentem demasiadamente impregnados de assuntos ligados ao engajamento. Os amigos não-militantes também trariam para a vida desses jovens assuntos diferentes, colocariam temas atuais sob novas perspectivas, para além daquelas pautas estabelecidas pelos partidos.

Alguns deles disseram que fazem questão de resguardar algum tempo para os amigos não-militantes, mas outros confessaram que a escassez de tempo os leva a só manter contato com amigos de infância ou da antiga vizinhança quando são os amigos que tomam a iniciativa do contato.

Marina (PSOL), Cláudio (PSOL), Ademir (PSOL), Luciano (PSOL), Fernanda (PSOL), Mariano (PSOL), Denise (PSTU), Tamara (PSTU), Núbia (PT) e Julião (PT) afirmaram a manutenção de amizades fora do círculo militante. Todos concordam que a relação cotidiana

acaba se restringindo bastante aos colegas¹⁰³ militantes, dada a intensidade de atividades e de dedicação de tempo à militância, mas todos conseguem reservar algum tempo para reencontrar amigos de outros tempos e espaços.

Tamara (PSTU) é um exemplo de rede extensa de amizades e disse que isso ocorre pela sociabilidade produzida pela filha – festas de aniversário, amizade com os pais dos amigos e amigas da filha etc. –, por sua convivência muito próxima com vizinhos e pela agregação de colegas de trabalho às redes de amizades.

As pessoas do morro, as pessoas da família, a minha vida não é a universidade, a universidade é uma parcela da minha vida, eu tenho uma vida fora dali. Tem amigos do partido, tem do movimento. Tem amigos do morro onde eu moro e tem amigos da família da minha mãe lá do bairro. No aniversário da minha filha foi muito legal, porque tinha vários amigos que não tinham nada a ver com nada, pessoas "soltas", ex-namoradas de amigos do meu marido, por exemplo; pessoal do partido e pessoal do morro, foram todos ao aniversário. (Tamara, PSTU)

Para Luciano (PSOL), é difícil separar a vida pessoal da vida militante e os colegas de militância acabam se tornando amigos, devido ao tempo de convivência e às afinidades. Tem amigos não-militantes com os quais seria difícil falar sobre política, mas ele não abre mão de introduzir temas políticos nas conversas com esses amigos. Se não dá para falar sobre especificidades de partidos e suas pautas, tenta sempre discutir questões mais gerais, como a situação de violência no estado do Rio de Janeiro ou os deslizes cometidos pelo governo Lula.

Eu tenho relações que são de amizades na militância, primeiro que você tem que... é difícil separar a vida pessoal da vida política, né? você separa é o grau... tem pessoas que você milita cotidianamente que não são suas amigas e tem pessoas que são. Mas eu conservo uma parcela de amigos que são, que não são militantes. Inclusive tenho, às vezes, dificuldade de discutir política, é, mas é, essas coisas gerais, o mundo, a sociedade, 'o Rio de Janeiro tá uma barbárie' e tal, 'o Lula fez merda', mas, é, é isso... (Luciano, PSOL)

Cíntia (PT) é uma exceção entre os jovens, sendo a única a afirmar que só mantém e só deseja manter amizades com pessoas engajadas politicamente. A jovem afirmou que não consegue se relacionar com pessoas de fora desse círculo temático; pode até encontrar e conversar, eventualmente, com pessoas não-engajadas – em alguma festa, por exemplo –, mas não são

¹⁰³ Os colegas são sempre mais numerosos que os amigos. Colegas são aqueles com os quais se milita, amigos formam um grupo mais restrito daqueles que compartilham mais do que a afinidade do grupamento político.

amigos, apenas conhecidos. Os amigos não são necessariamente militantes do PT, mas de partidos identificados como de esquerda. Com os jovens desses partidos, não teria qualquer restrição ou dificuldade de relacionamento, mas seria incapaz de ter como amigo alguém de um partido de direita.

Claro, somos todos amigos. A gente está até pensando em fazer uma gincana cultural, que a gente coloca todas as correntes e partidos amigos, né? PCdoB, PPS... Nós fazemos festas onde a gente encontra toda a militância, de esquerda, da juventude, é muito divertido, as pessoas são muito inteligentes, são muito libertárias, assim. A gente faz muitas festas legais. Mas essa é a minha realidade. Eu não tenho muito tempo pra outras coisas. Na verdade, eu sou uma pessoa muito sectária. Sectária assim, no sentido de me relacionar. É... eu não consigo chegar e... eu não consigo: 'Aí, meu amigo é do PSDB...' eu não consigo. Eu vou tentar convencê-lo, né? mas eu não consigo. (Cíntia, PT)

A própria jovem fez uma autocrítica a seu comportamento, ao se declarar sectária. Mas, ao mesmo tempo, justificou suas escolhas e minimizou o sectarismo, ao dizer que não circuncrevia suas amizades apenas ao PT, mas a todos os partidos de esquerda.

Para os jovens militantes, o investimento que fazem no engajamento toma-lhes muito do tempo que teriam para a convivência com pessoas de fora do círculo militante e, por isso, seria inevitável fazer amigos no partido e conviver mais com esses, pois, além da amizade, há a convivência cotidiana de companheiros ou colegas de militância. Por outro lado, todos se referem de maneira positiva à possibilidade de ter momentos em que se “desligam” da política, ou, ao menos, das pautas fechadas pelo partido, ao falarem de outros assuntos ou mesmo de política com seus amigos não-militantes, que apresentam opiniões e posições políticas diferentes das suas. A exceção a essa regra da ampla rede de amizades é Cíntia, que não consegue imaginar uma convivência de longa duração com pessoas não-engajadas e que não compartilhem de seus posicionamentos políticos.

Para alguns jovens, notadamente Welington (PCdoB), as redes restritas de amizades não se devem a uma escolha por amizades exclusivamente militantes, mas por ausência de um círculo amplo de amizades anterior ao engajamento. Ele mudou-se da casa dos pais e frequenta pouco seu bairro de origem; com isso, perdeu a convivência cotidiana com os amigos de adolescência, que já eram poucos. Nessa condição, os colegas de partido acabam sendo praticamente os únicos amigos, não pelo fato de o jovem ter dirigido suas escolhas de

amizades exclusivamente para o partido, mas por não circular por outros espaços capazes de produzir novas amizades.

Mudança de partido e repercussões entre os amigos

As amizades podem ser mais fortes do que vínculos políticos, como vimos anteriormente, quando os jovens relatam manter amigos em diferentes espaços de suas vidas – também amigos não-engajados. Mas houve casos em que as amizades foram afetadas por divergências políticas internas aos partidos.

Os conflitos partidários que levaram a mudanças de partidos produziram algumas rupturas de amizades, que marcaram a experiência militante desses jovens. Marina e Cláudio relataram que, no deslocamento do PT para o PSOL, houve rompimento com amigos que eram colegas de militância no mesmo partido e na mesma corrente partidária. Marina se referiu a essas rupturas como um fato traumático e Cláudio afirmou que as desavenças chegaram às raias da justiça.

A coisa deixou de ser política e passou a ser pessoal. Então, a saída do PT foi muito traumática pra gente aqui da corrente x, foi uma ruptura além da política... nesse bojo de sair do PT, sair da corrente x, parar de militar, alguns amigos se foram. Então, pessoalmente pra mim também foi um pouco ruim isso. (Marina, PSOL)

Um dos meus melhores amigos, na verdade, ficou, se tornou um dos principais dirigentes e está na corrente x hoje, ...no processo de ruptura (...) colocaram um processo na justiça contra nós, fizeram um tipo de enfrentamento muito, muito duro mesmo. Hoje em dia, a gente nem se fala mais, nem se cumprimenta. Então, muita gente ficou pelo caminho. (Cláudio, PSOL)

Outros jovens que mudaram de partido relataram a possibilidade de manter as amizades com aqueles que não se filiaram a outro partido como eles. Esse é o caso de Ademir (PSOL) e Silvano (PSOL).

Ademir disse que alguns companheiros o consideravam um traidor, entre outras razões, pelo fato de o partido ter realizado grande investimento em sua formação e ter apostado em seu potencial de líder. Alguns de seus companheiros de militância que permaneceram no PT consideravam que, com sua saída, perdia-se, também, um importante investimento do partido e um capital político, que passaria a atuar em benefício de um partido que nascia para ser

antagônico ao PT, mesmo estando situado no mesmo campo de esquerda. Mas Ademir disse compreender a mágoa dos colegas e relevar os comentários mais agressivos que ouviu quando a mudança era recente.

Dizem que eu sou muito bonachão e tal, não sei o que, que sempre eu sou um cara tranquilo, simpático, afável e que preserva as relações e tudo mais, mas tem gente que fica magoada mesmo, acha que você fez uma escolha que está traindo o povo. Eu não fico muito puto com isso não, eu acho que até... eu acho que isso é até justificável, as pessoas pensarem isso, sabe? (Ademir, PSOL)

O relato dos jovens sobre suas amizades revela que tanto o círculo de amizades é afetado pela militância – ao agregar ou afastar os jovens de amigos não-engajados – quanto a militância é influenciada pelo círculo de amizades. No capítulo 4, o tema da mudança de partidos foi abordado do ponto de vista da militância e lá ficava clara a influência do grupo de pares na decisão sobre mudar ou não de partido. A opinião dos colegas de militância foi decisiva na maioria dos casos, tanto para a decisão de sair quanto para a decisão de ficar no partido de origem. Ao se olhar para a questão, sob o ponto de vista das amizades, percebe-se que algumas acabaram abaladas pelas decisões tomadas no âmbito da militância. Quem não mudou, chateou-se de tal maneira com os amigos que tomaram essa decisão que rompimentos ocorreram. Nesses casos, o engajamento e a fidelidade ao partido pesaram mais do que a amizade daqueles que decidiram construir novos caminhos políticos.

Relações afetivas: relacionar-se com militantes ou não?

Quando se fala sobre a vida afetiva, em geral, as opiniões convergem para aquilo que já foi apontado para as amizades: há jovens que não se relacionam afetivamente com não-militantes; há jovens que não estabelecem critérios quanto à militância, ou seja, namoram ou já namoraram militantes e não-militantes indistintamente; há alguns poucos que prefeririam não namorar pessoas politicamente engajadas, para que a militância e a vida privada não se confundam. Dos 21 jovens entrevistados, 11 namoram ou já namoraram militantes. Em nenhum caso o par militava em partidos distintos.

Cíntia (PT), tal como se posicionou em relação às amizades, disse que não conseguiria namorar não-militantes. Para essa jovem, namorar uma pessoa não-engajada não seria possível, pelos diferentes interesses que estariam em jogo na relação. Ela afirmou que

precisava ter a seu lado alguém com a mesma vontade de militar que ela, que tivesse os mesmos interesses políticos.

Eu nunca namorei ninguém que não fosse militante, nem consigo. Não consigo ... Na verdade, eu até tentei. Tinha uma pessoa que falava de arte, ela era maravilhosa, sendo que isso não me bastava, eu queria fazer uma leitura da conjuntura, do que a pessoa pensa sobre o que está acontecendo no estado... Não sei, eu preciso de pessoas que tenham, assim, uma... que viva, que respire o que eu respiro também. Na verdade, eu não tenho muita paciência de me relacionar com pessoas que não sejam da política. (Cíntia, PT)

Na ponta oposta das escolhas afetivas situa-se Erivelto, que afirmou não querer que sua esposa se envolvesse no partido no qual milita, apesar de ela ter expressado tal interesse. A esposa, segundo Erivelto, queria conhecer aquela atividade que tanto absorvia e animava seu marido e queria fazer parte dos mesmos espaços que ele. Mas o jovem disse que a presença da esposa no partido, no mesmo espaço em que ele militava, fragilizaria sua posição política diante dos demais companheiros. Realizou tal afirmação completando que já viu ocorrer o uso indevido de aspectos da vida privada na vida pública, a fim de fragilizar o militante. Essa interação entre o universo privado e o da militância seria promovida, em alguns casos, pelos próprios casais, que teriam dificuldade de manter as fronteiras entre um e outro universo e, em outros, por militantes que se beneficiariam do desgaste do casal militante em momentos de disputa política no partido. As interpenetrações da vida particular na pública já foram tratadas no capítulo 5 e vários jovens deram exemplos de situações conflituosas e constrangedoras que envolviam esses dois espaços da vida – pública e privada. No caso de Erivelto, na tentativa de proteger sua posição no partido e sua vida pessoal, impediu que sua esposa partilhasse seu espaço de militância.

Ela queria se aproximar do PDT, mas eu não quis, não deixei, assim... acho que não é bom misturar as coisas, porque fragiliza muito, sabe? Tem muita mistura, fofoca e acaba atrapalhando a minha atuação no partido, ia ficar mais difícil. (Erivelto, PDT)

O grupo daqueles que não marcam uma clara preferência entre militantes e não-militantes para os relacionamentos afetivos poderia ser ainda dividido em dois: aqueles que não se importam, mas prefeririam namorar não-militantes, e aqueles que realmente não estabelecem preferências. Em geral, estão no primeiro grupo jovens que já se viram em situações delicadas

em seus relacionamentos com militantes, devido às “misturas” acima relatadas. Os outros só relataram experiências positivas de seus relacionamentos com militantes e isso parece levá-los a realmente não estabelecer restrições ao namoro com outros militantes.

Núbia (PT) se situa entre aqueles que não estabeleceram barreiras a relacionamentos afetivos com militantes mas, se a escolha fosse apenas racional, escolheria não-militantes como parceiros afetivos. Ela disse que considerava difícil manter namoro e militância em espaços claramente separados e que as fofocas produzidas no interior do grupo militante – tais como as relatadas por ela no capítulo anterior – fragilizam, muitas vezes, os casais.

Os demais jovens que namoravam ou se casaram com militantes disseram que, apesar das desvantagens apontadas acima, há vantagens em namorar um colega de militância. São enumeradas como vantagens a compreensão sobre horários desregrados de reuniões e atividades que dificultam o planejamento de atividades a dois, ao mesmo tempo em que têm a vantagem de estar mais tempo juntos do que outros casais, dado que frequentam algumas reuniões e atividades em comum, ainda que cada um tenha espaços distintos no cotidiano da militância – núcleos, grupos temáticos, cargos distintos na universidade ou no partido.

Para esses casais militantes, o desafio era encontrar espaços de convivência que fossem especificamente de casal, para que o convívio não ocorresse apenas nos espaços de militância que frequentavam em conjunto.

Sobre isso, Luciano comentou:

Eu acho que não tem regra, né? Às vezes ajuda, às vezes atrapalha. É muito subjetivo isso, acho que depende da relação que a pessoa tem com o companheiro ou com a companheira. Às vezes, você tem que separar um pouco, porque senão... uma coisa é a sua relação com a pessoa, outra coisa é a relação que você tenha uma discordância política com a pessoa que você namora ou que você é casado. Então, você tem que separar as coisas.
(Luciano, PSOL)

Tuco e Joana (ambos do PDT) formavam um casal em 2009 e foram os que relataram maiores conflitos produzidos por interveniência da esfera militante na vida afetiva. Na entrevista, realizada em meados de 2010, Tuco revelou que o namoro com Joana, depois de muitas “idas e vindas”, tinha novamente terminado e considerava não haver possibilidade de volta. A relação teria chegado ao fim pela impossibilidade de estabelecer fronteiras claras entre a vida de militante e a vida de casal. O rompimento teria trazido alguns tensionamentos extras para a

dinâmica partidária – como, por exemplo, um não-frequentar atividades organizadas pelo outro, se não fosse absolutamente necessário – mas ele afirmou que o tempo faria com que tudo voltasse ao normal no que se refere à convivência de ambos nos espaços de militância.

Fernanda e Marina (ambas do PSOL), que mantinham relacionamentos com militantes do mesmo partido e corrente em que elas militavam, referiram-se à necessidade de encontrar espaço de militância autônomo dos espaços ou dos papéis exercidos por seus companheiros. Elas afirmaram ter a percepção de que a presença delas no partido, muitas vezes, era associada à militância de seus companheiros e que precisavam, muitas vezes, reafirmar a autonomia e independência de sua militância em relação à militância de seus parceiros.

O modo como os jovens se referem às amizades e às relações afetivas é bastante similar. Aqueles que têm como “plano de vida” manter amizades que extrapolam o círculo de militantes também não fazem questão de apenas se relacionar afetivamente com militantes. Os jovens que namoram militantes afirmaram que há vantagens e desvantagens nessa relação, mas dizem não ser possível dizer se é bom ou ruim em si namorar militantes, mas que cada casal precisa encontrar formas de resolver os conflitos possivelmente causados nas ou pelas atividades militantes. Apenas Erivelto foi categórico, ao afirmar não querer namorar alguém do círculo militante. E apenas Cíntia disse que não conseguiria namorar alguém que não fosse engajada politicamente como ela.

6.3 Trabalho, formação profissional e militância

A militância começou a ocorrer para esses jovens quando eles ainda estavam em formação escolar, seja em nível básico ou superior. Sendo assim, a militância faz parte do percurso de formação acadêmica e profissional e os projetos para a militância e para o trabalho, a partir da conclusão dos estudos universitários, confluem e se interconectam. A escolha do curso superior foi fortemente influenciada, em alguns casos, pelas experiências militantes; possibilidades de trabalho se abriram a partir do investimento militante e aquilo que os jovens projetam atualmente para seu futuro profissional se relaciona, segundo o relato de todos, com possibilidades de continuidade da militância.

No momento da realização das entrevistas, não havia um único jovem que projetasse seu desengajamento; ninguém tinha a perspectiva de se ver impedido ou ter seu engajamento limitado por escolhas profissionais ou outras razões. Ainda que alguns tenham citado colegas

que deixaram de militar ao constituir família ou ao se inserir no mercado de trabalho, essa não é uma alternativa presente nas narrativas desses 21 jovens.

Militância e prolongamento dos percursos estudantis

Os percursos escolares e universitários foram afetados, em alguma medida, pelas experiências militantes dos jovens. Seja pela articulação dos estudos realizados nos partidos com os aprendizados nas aulas regulares, pelas pautas partidárias ou do movimento estudantil, que influenciavam o cotidiano escolar, ou – e principalmente – pelo tempo dedicado ao engajamento, que diminuía a dedicação aos estudos. O aumento do tempo de conclusão das etapas de escolarização, depois de iniciado o engajamento, é uma questão comum a todos os jovens. Para alguns, o aumento do tempo foi uma realidade; para outros, foi uma possibilidade combatida com estratégias particulares, que evitaram que atrasos na conclusão das diferentes etapas de ensino ocorressem. Os jovens que iniciaram o engajamento no ensino fundamental ou médio tiveram que administrar o tempo dedicado à militância e aos estudos desde aquela etapa de sua formação. E, na universidade, a questão do tempo de conclusão do curso continuou sendo um tema importante. Há jovens que atrasaram a conclusão de seus estudos – no ensino médio ou na universidade –, jovens que adiaram a entrada na universidade devido à militância, mas também há jovens que se dedicaram a concluir os estudos nos prazos regulamentares sem deixar que o tempo investido na militância atrasasse a formação escolar e universitária.

Os jovens militantes estabeleceram estratégias distintas para o aproveitamento escolar e alguns afirmaram ter definido algum momento-chave de investimento nos estudos para terminar o ensino médio, sem comprometê-lo com a militância. A vontade pessoal de manter os estudos em ritmo regular se associava, em alguns casos, à pressão dos pais pela conclusão do ensino médio e a entrada na universidade. Jovens como Erivelto (PDT), Welington (PCdoB) e Guinevere (PT) tiveram investimento menor na militância ao longo do ensino médio e, para esses, a questão do tempo de militância não teve consequências maiores sobre os estudos, ou seja, sua militância não chegou a afetar o andamento regular dos estudos.

Mas os casos de Ademir (PSOL) e Núbia (PT) revelam planejamento para não haver atrasos e os de Cíntia (PT), Silvano (PSOL), Julião (PT) e Joana (PDT) mostram atrasos na conclusão de etapas de ensino. Esses jovens investiram muito de seu tempo à militância partidária do ensino médio e os primeiros estabeleceram acordos com seus pais, a fim de garantir que,

apesar da militância, o aproveitamento escolar estaria garantido. Ademir e Núbia adotaram estratégias que levaram a um afastamento temporário da militância, a fim de garantir a conclusão do ensino médio e a chance de passar no vestibular em universidade pública. Ademir, conforme abordado no capítulo 4, disse que no 3º ano do ensino médio reduziu sua dedicação à militância, transmitiu para outros colegas as principais tarefas de organização do movimento estudantil secundarista e mergulhou nos estudos. Afirmou que não admitiria atrasar os estudos pela militância e sabia que devia isso aos pais, pois eles tinham depositado nele a confiança de que a militância não prejudicaria o ritmo regular dos estudos. Matriculou-se num cursinho pré-vestibular e passava a maior parte do seu tempo na escola e ainda mantinha uma rotina de estudos em casa. Disse que foi um desgaste, mas ficou feliz com o resultado: foi aprovado no vestibular de universidade pública na primeira tentativa e ainda conseguiu ser um militante de alta intensidade no movimento estudantil durante a maior parte de seus estudos básicos. A decisão de afastamento temporário da militância não ocorreu sem alguns tensionamentos junto aos colegas militantes. Ademir disse que seus companheiros compreenderam a decisão e a necessidade de dedicar-se temporariamente de maneira exclusiva aos estudos, mas, ainda assim, alguns se ressentiram de sua ausência nas atividades do movimento estudantil e partidárias. Segundo ele, comunicar oficialmente às lideranças estudantis e partidárias sobre sua decisão e delegar suas atividades para outros militantes foram atitudes fundamentais para que não se criassem maiores tensionamentos no grupo de militantes do qual fazia parte.

Cíntia, Silvano e Julião acabaram adiando a conclusão do ensino médio e/ou a entrada na universidade. Joana sequer concluiu os estudos de nível médio, segundo ela devido ao investimento realizado na militância.

Julião terminou os estudos a termo, segundo ele sob grande pressão do pai – ficou em dependência em algumas matérias ao longo do ensino médio, mas acabou conseguindo concluir no prazo considerado regular. Mas, ao final do ensino médio, não prestou vestibular imediatamente. Foi convidado a ocupar um cargo em uma coordenação municipal de juventude e optou por dedicar-se a esse trabalho ao invés de dar prosseguimento aos estudos. A possibilidade de atuar junto a grupos de jovens e investir cada vez mais na militância o atraía mais, segundo ele, do que a continuidade dos estudos. Se o pai de Julião se tranquilizava com o fato de o filho estar trabalhando, sua mãe não admitia a interrupção dos estudos. O jovem disse que foi por pressão da mãe e também por questões suscitadas pelo

trabalho que prestou concurso vestibular, cerca de dois anos depois da conclusão do ensino médio.

Já no nível superior, as negociações de faltas e a realização de provas em segunda chamada são mais fáceis, segundo os jovens. Além disso, a independência das disciplinas – possibilidade de montar um quadro de disciplinas e horários com certa independência e de acordo com as disponibilidades de tempo de cada estudante – permite escolher disciplinas em número adequado às possibilidades dos alunos, além de permitir trancamentos e desistências, quando os jovens avaliam que não serão capazes de concluí-las. O controle dos pais sobre a vida escolar dos filhos também não é o mesmo daquele que ocorria na educação básica e os jovens ganham autonomia para organizar seus cursos universitários da maneira que acham mais adequada, a fim de assegurar o tempo desejado para a militância. A maior autonomia e liberdade de programar disciplinas não significa que os atrasos no andamento dos cursos universitários não sejam um incômodo para os jovens e mesmo para seus pais. O que ocorre são tensionamentos distintos daqueles que foram vividos ao longo do ensino médio.

Mas também há atrasos nos percursos acadêmicos que não são atribuídos à militância e alguns jovens fazem questão de ressaltar as diferenças entre atrasos devido à militância e atrasos produzidos por outras razões.

Welington (PCdoB) atrasará a conclusão de seu curso. Poliana (PSTU) e Tamara (PSTU) também demorarão mais para concluir seus cursos, assim como Marina (PSOL) e Cláudio (PSOL) demoraram mais tempo que o regular para concluir seus cursos – os dois últimos já estão graduados. As razões para o atraso de Welington são, contudo, significativamente diferentes das razões que levaram as jovens mulheres e Cláudio a atrasarem a conclusão de seus estudos.

Welington afirmou ser “normal” demorar mais do que 5 anos para concluir o curso de Estatística, assim como é comum que estudantes de outros cursos de ciências exatas prolonguem sua permanência na universidade. A justificativa residiria na dificuldade em ser aprovado em determinadas disciplinas, bem como em dar conta da carga de disciplinas recomendada para cada semestre. Ele refuta assim, com veemência, as alegações comuns de que os atrasos na conclusão dos cursos são sempre devidos ao engajamento. “*Mas não é pela militância, é pela disciplina... Cálculo!* [referência à disciplina que o reteve sistematicamente]”.

Marina, Poliana e Tamara têm, em comum, o fato de terem tido filhos ao longo do curso universitário, o que levou a trancamentos de matrícula por mais de um semestre e retornos também mais lentos aos estudos. Tamara acrescentou mais um fator de atraso à conclusão de sua formação universitária: a mudança do nordeste do país para o Rio de Janeiro, sem fazer transferência institucional de matrícula – tendo que prestar, portanto, novo vestibular – e outras duas transferências internas de cursos.

Cláudio também enfrentou dificuldades para concluir seu curso devido à paternidade – trancou a faculdade ou cursou apenas uma disciplina por semestre – e precisou trabalhar para dar sustento à família recém-constituída. O trabalho não lhe permitia manter a regularidade dos estudos. No seu caso, o emprego obtido via engajamento partidário foi o que proporcionou o retorno aos estudos:

inclusive, quando eu venho pra cá [gabinete do vereador, onde trabalhou como assessor parlamentar] é que eu consigo voltar um pouco pra universidade, porque eu estava... fui estagiar na Finep, que é Financiadora de Estudos e Projetos, eu fiquei lá um tempo e tinha uma bolsa como professor de História, então eu estava meio só trabalhando e... casa - trabalho, casa – trabalho. Eu fazia uma matéria ou não fazia nenhuma, fazia no outro semestre. (Cláudio, PSOL)

Foi o trabalho no gabinete do vereador que permitiu que ele voltasse a estudar e concluísse seu curso com rapidez, quando a chance de prestar um concurso público para professor da rede municipal de ensino surgiu.

O atraso na conclusão do curso de graduação, em todos esses últimos casos, não é uma escolha deliberada dos jovens, mas uma necessidade que se impôs. Para Welington, a trajetória dos estudantes que cursaram Estatística antes dele já indicava que seria impossível fazer seu curso em 5 anos. Nos demais casos, maternidade e paternidade não foram planejadas e os jovens tiveram que replanejar e reestruturar suas vidas em função no nascimento de seus filhos.

Cíntia (PT), Julião (PT) e Norberto (PT) atrasaram seus cursos universitários devido à militância e o fizeram, segundo eles, por escolha própria e consciente. Cíntia disse não abrir mão da militância em nome de qualquer outra atividade da vida, mas que também queria muito ter o diploma universitário. Sendo assim, o andamento do curso teria que ser adaptado a seu ritmo militante, fazendo apenas algumas poucas disciplinas a cada semestre. Matricular-se em poucas disciplinas também servia para que conseguisse fazer, com a devida dedicação,

cada disciplina na qual se matriculava. Cíntia acreditava que concluiria seu curso no dobro do tempo regularmente previsto, mas não se incomodava com isso. Na medida em que ela trabalhava e garantia seu sustento, não havia grande pressão pela conclusão do curso que, em outros casos, se apresentava como a chance de alcançar a autonomia financeira.

A estratégia da matrícula em poucas matérias foi usada pelos 3 estudantes e tinha como intenção marcar qual seria exatamente o tempo dedicado aos estudos, ou seja, matriculavam-se apenas no número de disciplinas que acreditavam ter reais condições de cursar com dedicação. Julião disse que, apesar dessa estratégia, deixou de concluir algumas disciplinas nas quais se matriculou ao longo dos semestres.

Assim como ocorreu com Ademir no ensino médio, chegou um momento para Julião – início de 2009 – em que ele resolveu abrir mão de alguns espaços de militância – como a UNE e o DCE – e reduzir determinadas frentes de ativismo, para acelerar o ritmo dos estudos e concluir, no menor tempo possível, seu curso. Não abdicou de tudo o que fazia como militante, especialmente porque uma das tarefas do seu trabalho se referia à militância, mas reduziu o que pode para ter mais tempo para os estudos.

Eu acho que dá pra me formar no fim do ano que vem, vou ter que fazer um intensivão. Agora, tô saindo da UNE agora em julho[2009], então eu vou ficar o segundo semestre desse ano e os dois semestres do ano que vem me dedicando aí pra, pra ver se consigo me formar. (Julião, PT)

Mas os planos não correram exatamente como desejava e, em meados de 2010, na segunda entrevista, Julião refazia os cálculos para uma nova data de formatura. A campanha eleitoral para a presidência da República era o principal fator de atraso nos estudos.

Os 3 jovens em questão – Julião, Cíntia e Norberto – ganhavam seu sustento com o próprio trabalho, o que reduzia as pressões externas – principalmente das famílias – e pessoais pela conclusão da graduação. Isso permitia, com mais tranquilidade, prolongar o tempo de conclusão do ensino superior.

Norberto afirmou que o engajamento militante exige investimento e ele escolheu fazer um investimento alto naquilo que descobriu gostar muito de fazer.

Quando você começa a militar no movimento estudantil, ou você milita, ou você não milita, né? Se você quer ser um militante mesmo, uma direção, uma liderança, você tem que... você acaba faltando a um monte de aula,

porque as assembleias são geralmente à noite e são nos horários de aula. Tem muita reunião, reunião de comissão, reunião do DA, reunião... aí você também começa a viajar. Então, você começa a perder muita aula. Então... eu tranquei faculdade três vezes, né? (Norberto, PSOL)

O jovem demonstra que a decisão de atrasar os estudos em nome da militância foi muito refletida, ele tinha planos de se tornar uma liderança estudantil e não poupou esforços para que isso se concretizasse.

Eu pensei assim, ou eu vou ser uma direção do movimento estudantil aqui na universidade e da geografia nacional, e vou militar realmente e me tornar um militante dentro da universidade bastante conhecido, de dirigir mesmo o movimento. E, pra isso, eu vou ter que atrasar a minha vida acadêmica e trancar a universidade, perder matérias... Tanto que eu sempre peguei pouca matéria, nunca peguei mais de seis matérias, era quatro, três... aí, pegava e trancava. Então, eu investi realmente na carreira de militante, eu investi nisso, né, eu queria militar. (Norberto, PSOL)

Ele conseguiu realizar seus planos e ainda mais, tornando-se militante ativo de uma associação de moradores na comunidade popular onde estabeleceu residência, depois do despejo promovido da residência que servia de alojamento para estudantes universitários. Diante das afirmações de que, para militar do jeito que gostaria, era preciso abrir mão dos estudos – ao mesmo tempo em que reafirmava o desejo de fazer mestrado –, Norberto explicou que a militância, realmente, prejudicava a carreira acadêmica, mas ele esperava poder conciliar as duas coisas, ainda que o tenha afirmado com um sorriso de incredulidade nos lábios¹⁰⁴.

Se você realmente tem essa intenção de ser militante estudantil, de fazer militância estudantil, militar, ela prejudica bastante. Porque pra você seguir uma carreira acadêmica, você tem que se dedicar, tem que ler muito, tem que estudar muito. Se você quiser ser um acadêmico bom, você tem que se dedicar na academia, tem que ler muito. (Norberto, PSOL)

O prolongamento do percurso estudantil, devido a reprovações por faltas ou por baixo rendimento em disciplinas, costuma reduzir a credibilidade dos militantes diante de seus colegas estudantes. Como pode um estudante que está há mais de 7 anos fazendo faculdade ser uma liderança? Como é possível conhecer as demandas universitárias, se estão o tempo

¹⁰⁴ No final do ano de 2010, encontrei com Norberto na rua. Ele informou que tinha, finalmente, concluído sua graduação e que acabara de entregar a monografia de final de curso a seu orientador.

todo participando de reuniões, assembleias, congressos e pouco estão em sala de aula para ver o que acontece no cotidiano da vida universitária? Difícil responder a essas perguntas, na medida em que elas, em geral, são elaboradas e respondidas por aqueles que não estão engajados. No entanto, os jovens entrevistados não se referiram a qualquer tipo de constrangimento entre colegas de faculdade quanto à sua longa permanência em seus cursos.

Cíntia tinha pouca atuação no movimento estudantil e, talvez por isso, estivesse imune a esse tipo de questionamento. Mas Julião e Norberto participaram do DCE, fizeram parte da direção da UNE e eram, portanto, representantes dos estudantes da universidade. Não se consideravam, contudo, menos habilitados a representar seus colegas, devido à menor frequência à sala de aula e, se havia críticas às suas condutas, elas não chegaram a eles ou não foram absorvidas por eles. Os colegas de militância que não atrasam seus estudos tampouco referem problemas ou tensões com esses companheiros com percursos estudantis prolongados.

Luciano (PSOL), Ademir (PSOL), Núbia (PT) e Denise (PSTU) disseram que não atrasariam a conclusão de seus cursos universitários; todos concluiriam nos tempos previstos para cada curso – História, Economia e Ciências Sociais.

Luciano afirmou que, depois de ter atrasado bastante a conclusão do ensino médio e ter retardado a entrada na universidade, em função de sua militância, decidiu que não atrasaria mais os estudos. Segundo seu depoimento, era muito comum que o seu curso fosse concluído em tempo maior que o mínimo proposto, especialmente porque o curso de História reuniria, tradicionalmente, muitos militantes, mas que ele estava se esforçando para manter o ritmo e concluir no tempo esperado.

É pouco comum [concluir no tempo mínimo], a maioria das pessoas sempre se atrasam. Mas eu já me atrasei muito no segundo grau. Então, esse foi um combinado que eu fiz comigo mesmo. Não são escolhas fáceis [de atrasar ou não atrasar o curso em função da militância] e, muitas vezes, as pessoas nem fazem, não são nem conscientes. (Luciano, PSOL)

Assim como ele, Ademir e Núbia também afirmaram que faziam de tudo para manter os estudos no ritmo previsto pela universidade. Todos investiram muito tempo na militância secundarista e atestaram não querer abrir mão da regularidade dos estudos em nome da militância. Preferiam perder noites de sono ou sacrificar o tempo de lazer para estudar e, assim, também não abrir mão da militância. Mas todos afirmaram que, quando o tempo ficava

muito exíguo para os estudos, avisavam aos companheiros de militância que teriam um momento de reclusão, para garantir notas mínimas nas provas e a entrega de trabalhos nos prazos estabelecidos pelo calendário universitário.

Luciano referiu-se ao atraso nos estudos como algo que não é necessariamente consciente ou planejado. Deixou claro que, em alguns momentos, o desinvestimento nos estudos devido à dedicação ao engajamento simplesmente acontece; são engolidos pelas atividades e isso nem sempre é uma opção: *“não são escolhas fáceis e, muitas vezes, as pessoas nem fazem, não são nem conscientes”*. Sobre a mesma questão, Ademir afirmou que a maioria é atropelada pelos fatos e se dá conta disso apenas algum tempo depois de os estudos terem sido negligenciados.

Eu acho que as pessoas são muito inconsequentes, poucas foram as pessoas no movimento estudantil que reprovaram e que perderam um ano ou dois na escola de maneira consequente, sabiam o que estava fazendo... pouquíssimas que eu vi, pouquíssimas, a grande maioria é aquele vulcão que explode, o cara quer militar e aí se enrola. (Ademir, PSOL)

Entre atrasos, aumentos e reduções de ritmos de estudo e militância e planos de continuidade dos estudos, os jovens militantes vão negociando suas vontades e necessidades com o tempo que têm disponível para militar, para estudar e para as demais atividades de seus variados cotidianos. Cada qual faz um arranjo próprio, que articula vontades e necessidades que são produzidos por aquilo que almejam para a militância e para sua vida profissional, assim como refazem arranjos com os pais pela manutenção da ajuda financeira enquanto continuam os estudos. Ainda que os pais façam algum tipo de pressão pela conclusão dos estudos, não há registro de qualquer caso de encerramento da ajuda financeira aos filhos que se demoram a concluir os estudos.

A moratória para a conclusão dos estudos, contudo, nem sempre é garantida pela ajuda financeira dos pais. A autonomia financeira conquistada por empregos obtidos por meio dos partidos em que militam também garante essa negociação de tempo de conclusão dos estudos. Vale lembrar que a grande maioria dos jovens que ainda não se sustenta por conta própria complementa a renda recebida dos pais com bolsas acadêmicas, o que aumenta o poder de “negociação” em relação ao tempo dos estudos.

Se, por um lado, há atrasos nos prazos de conclusão da educação básica ou dos cursos universitários, por outro, há jovens que prolongam a vida universitária através da continuidade dos estudos em nível de mestrado.

Alguns jovens entrevistados já estavam no mestrado e outros delineavam planos de continuidade para logo depois da conclusão da graduação. Erivelto (PDT), Tuco (PDT) e Marina (PSOL) estavam fazendo mestrado quando foram entrevistados em 2009 – os dois primeiros já em fase de conclusão e Marina em fase inicial. Em 2010, Cláudio (PSOL) também iniciou o mestrado. Entre os jovens que ainda estavam na graduação, Ademir, Núbia, Guinevere, Welington e Julião revelaram que o mestrado fazia parte de seus planos para quando concluíssem seus cursos.

Os jovens mestrandos já trabalhavam e, entre os quatro, apenas Marina era bolsista, sendo também a que tinha o trabalho mais precário do ponto de vista da estabilidade e dos rendimentos. Erivelto disse não pretender seguir carreira acadêmica, mas queria, segundo ele, aprofundar o estudo teórico sobre o partido no qual militava, dando continuidade aos estudos realizados por ocasião da monografia de conclusão de curso. Os outros 3 jovens mestrandos tinham a carreira acadêmica como uma das possibilidades em sua vida profissional.

Para Núbia (PT), Ademir (PSOL) e Welington (PCdoB), o mestrado estava no horizonte de realizações após a conclusão do curso universitário. Os três planejavam emendar a graduação com o mestrado e, tanto Ademir quanto Núbia, já desenvolviam trabalhos de iniciação científica, com vistas a fundamentar seus projetos de mestrado. Era comum aos 3 jovens o plano de seguir os estudos também em nível de doutorado, para seguir carreira acadêmica em universidade pública, ainda que Ademir também vislumbrasse outras possibilidades de trabalho, voltadas para os movimentos sociais. Ele tinha a intenção de colocar seus conhecimentos a serviço de sua militância. *“Eu estou pensando já na militância pra uma perspectiva pós-universidade, que tem passado muito pela militância junto com os movimentos sociais, movimentos populares, urbanos, entendeu?”* Disse que Economia *“é uma ciência completamente burguesa”* e que aquilo que estudam no curso – *“a teoria da empresa, do consumidor, não das pessoas”* – precisa ser ressignificado para que seja colocado a serviço dos movimentos populares.

Não é economia solidária, é economia popular, ou seja, é usar o mesmo instrumental que a gente tem aqui, sob uma outra perspectiva, é uma perspectiva que a gente tem... as questões que os movimentos populares, os movimentos sociais estão colocando. (Ademir, PSOL)

E o mestrado aparece como possibilidade, segundo Ademir, de aprofundar os estudos da maneira que ele avalia adequada, para utilizar o instrumental da Economia de maneira a auxiliar as ações de seu engajamento no partido e junto a movimentos sociais.

Então, eu tenho dedicado meu tempo mais a fazer essa transição, entre o movimento estudantil, a juventude e o movimento popular. Sei lá, fazer mestrado aqui e trabalhar nisso daí. Essa é a etapa que eu estou na minha vida agora. (Ademir, PSOL)

Para alguns desses jovens, o mestrado foi motivado pelo desejo de aprofundar seus conhecimentos em determinadas áreas e conteúdos – tal como foi para Erivelto e Tuco. Para outros, o mestrado significaria um passo a mais na direção de uma carreira acadêmica almejada.

Aqueles que vislumbravam e desejavam a carreira acadêmica são justamente os jovens representantes das elites intelectuais, cujos pais seguiram carreira acadêmica – pais de Ademir, Núbia e Marina. Apenas os pais de Cláudio e Welington tinham menor escolaridade e os filhos pretendiam e já seguiam os estudos além da graduação.

Associam-se, assim, influências familiares, capital social e cultural e experiências de engajamento na escolha pelo prosseguimento dos estudos. Ao capital familiar, que estimula os jovens a seguir carreira como fizeram os pais ou a superar os limites vividos por eles, somam-se projetos que foram gestados no âmbito da militância política – tal como colocar seus conhecimentos a serviço da militância (Ademir) ou conhecer melhor o partido em que milita para qualificar sua militância e sua atuação política (Erivelto).

Um tema que poderia ser alvo de tensionamentos dos jovens estudantes militantes relaciona-se com a própria formação acadêmica. As falas dos jovens militantes de partidos, no entanto, não apontaram críticas à formação universitária que recebem. Ainda que a maioria deles milite também no movimento estudantil universitário, onde a formação ofertada estaria em debate, as narrativas não apontaram para deficiências ou carências dos cursos universitários em que estão matriculados. Oliveira (2005), em sua pesquisa com militantes ambientais no Rio Grande do Sul, ouviu deles que a formação recebida na universidade dava pouco suporte ao trabalho que realizavam como profissionais engajados. Os militantes ambientais se

referiram a cursos muito técnicos, que pouco dialogavam com a realidade de preocupação ambiental que desenvolveram depois da formação acadêmica. No caso dos jovens universitários militantes de partidos, muitos falaram sobre a importância das leituras e dos estudos realizados no âmbito de seus cursos universitários para a sua atuação militante. Os jovens não se referiram a problemas de qualidade do ensino ofertado – possível carência de professores ou infra-estrutura das universidades – nem a uma possível inadequação de seus currículos à realidade que enfrentarão no mercado de trabalho quando concluírem seus cursos. Isso não significa, contudo, que eles estejam satisfeitos ou que não tenham críticas ao ensino recebido. Quer dizer, apenas, que o tema não ganhou a mesma relevância de outros temas tratados por eles nas entrevistas.

As tensões relativas ao período de formação se direcionam, portanto, à questão do tempo gasto para a conclusão das diferentes etapas de escolarização. A questão do tempo se associa a uma forte pressão dos pais pela conclusão dos estudos quando os jovens estão no ensino básico, mas essa pressão diminui, significativamente, depois que os jovens chegam à universidade. A qualidade do ensino ofertado na universidade não foi referida pelos jovens, nem a adequação dos conteúdos aprendidos às expectativas profissionais produzidas por eles.

Escolhas profissionais influenciadas pela militância

No momento da escolha do curso universitário, a militância estudantil do ensino médio e as experiências vividas através desse engajamento parecem ter tido influência sobre as escolhas dos jovens. Além disso, o conhecimento sobre a diversidade de cursos disponíveis, os gostos por matérias específicas, influência de pais e amigos e possibilidades profissionais também compõem o conjunto de fatores que ajudaram na escolha do curso superior.

Só é possível falar da influência da militância na escolha do curso superior entre jovens que iniciaram seu engajamento no ensino médio – à exceção de Denise, cuja escolha pelo segundo curso universitário derivou de seu engajamento partidário. É significativo, portanto, que 6 jovens, entre os 11 que se engajaram no ensino médio, se refiram à militância como fonte de inspiração para suas escolhas.

É entre os jovens que experimentaram com mais intensidade o movimento estudantil secundarista que a militância é mais referida como uma importante influência na escolha do curso universitário. Além disso, a possibilidade de colocar sua formação profissional a serviço

da militância aparece como fator que influenciou as escolhas profissionais desses jovens. Julião (PT), Cíntia (PT) e Núbia (PT) se referem à experiência militante do ensino médio como uma fonte de inspiração para a escolha de seus cursos em nível superior.

Núbia, por exemplo, disse que foi por influência dos estudos desenvolvidos em sua corrente que escolheu fazer Ciências Sociais. Imaginava-se dando continuidade às leituras de Marx e Gramsci: *“não tinha entendido nada né? só o que era aparelho de Estado, coisas assim”*. Pensava que discutiria *“a sociedade e seus problemas”*. Não encontrou exatamente o que imaginava. Viu os clássicos, mas viu muitas outras coisas além deles. *“A minha imagem na faculdade era outra, mas deu tudo certo também. Eu gostei do novo também... Então, eu sou muito realizada no meu curso”*.

Ademir (PSOL) afirmou que a escolha pelo curso universitário foi influenciada pelas possibilidades que teria de colocar sua formação acadêmica à disposição da militância. O jovem associou, segundo seu depoimento, a vontade de problematizar sua atuação militante com a de colocar sua profissão a serviço de seu engajamento partidário: *“eu gosto de Economia mesmo, assim, acho que é uma ciência libertadora, entendeu? A Economia é a mais maravilhosa de todas, você entende de fato como o troço funciona, entendeu?”* Foi nos estudos realizados na corrente partidária que ele se interessou pelo tema da Economia, notadamente pela abordagem marxista sobre o assunto.

Oliveira (2005) estudou a reconversão profissional dos militantes do movimento ambiental do Rio Grande do Sul, investigando as maneiras como os militantes adaptaram ou converteram suas profissões, a fim de que lhes garantissem a possibilidade de militar no trabalho, ou, melhor dizendo, colocar o trabalho a serviço de sua militância ambiental. Segundo o autor, as escolhas profissionais acabam por se dirigir para o âmbito de interesse da militância, como forma de atender demandas pessoais e dar consequência financeira, de sustento, ao gosto pelo cuidado com o meio ambiente. Não é o caso de dizer que os jovens escolheram seus cursos universitários planejando uma atuação profissional militante, mas as escolhas foram influenciadas, entre outros fatores, por vivências, valores e preceitos que orientam suas práticas militantes em seus partidos.

Os cursos universitários frequentados pelos militantes de partidos concentram-se na área de Ciências Humanas. Os jovens entrevistados reafirmam essa tendência, dizendo que os cursos de História, Geografia, Letras, Ciências Sociais, Psicologia e Pedagogia agrupam um grande número de militantes em sua universidade. Já os cursos de Ciências Exatas e Aplicadas, em

geral, concentram poucos militantes. Os jovens Welington (PCdoB) e Tuco (PDT) – cursando Estatística e formado em Engenharia, respectivamente – e Erivelto (PDT) e Poliana (PSTU) – formado e cursando Direito, respectivamente – confirmam essa observação, dizendo que quase não há militantes de partidos políticos em seus cursos. Oliveira (2005) percebeu fato semelhante, mas com concentração de formação em áreas que se direcionavam ao campo de atuação dos ambientalistas. No caso dos militantes ambientais, a concentração se dava nos cursos de Direito, Jornalismo, Biologia, Agronomia e Veterinária.

Militância projetada no tempo

Os jovens que estão cursando a graduação fazem planos de continuidade da militância, planos que já estão em andamento para aqueles que concluíram o ensino superior. Nem todos os jovens pensam no que fazer quando terminarem a faculdade, mas alguns já perseguem seus planos de futuro, como a entrada no mestrado ou a realização de um concurso público, por exemplo. Há, contudo, um aspecto comum quanto aos projetos de futuro próximo: nenhum deles pensa em deixar de ser militante. O futuro próximo seria incerto quanto ao espaço de inserção militante, depois que o movimento estudantil não for mais uma opção – como já não é para alguns –, mas não havia nenhum jovem que dissesse pensar que o tempo de militante se esgotaria com o término dos estudos superiores.

A maioria dos jovens que estava na iminência de se graduar já havia iniciado processos de transição de suas atividades e tarefas junto ao movimento estudantil, planejando seu afastamento e, gradualmente, transmitindo tais tarefas para militantes mais recentes na universidade e que ainda tinham mais tempo pela frente até a conclusão dos estudos. Julião (PT), Norberto (PSOL), Ademir (PSOL) e Mariano (PSOL) são exemplos de jovens que estavam realizando a “passagem do bastão” para militantes mais novos e realizando um gradativo afastamento de atividades e de cargos de gestão do movimento estudantil. Julião não se candidatou à reeleição na eleição da UNE de 2009 e também no DCE estava diminuindo sua atuação. Mariano já não era mais, em 2010, a principal liderança de seu partido em seu núcleo universitário – tinha passado a tarefa para Roberto e Fernanda; Norberto dedicava-se cada vez mais a atividades na comunidade onde morava e no partido e menos no ME. Ademir estava construindo um espaço alternativo ao ME para sua militância – participava, como representante do DCE, de um Fórum de Movimentos Sociais no Rio de Janeiro e pretendia se mobilizar em atividades desse tipo quando concluísse sua graduação,

sempre através do partido. Todos esses jovens estavam ampliando seus espaços de atuação dentro de seus partidos – ocupando cargos de direção ou consultoria (cargos em diretórios municipais ou executivas municipais eram mais comuns, mas cargos em nível estadual e nacional também eram ocupados por alguns jovens militantes) nos partidos ou em suas correntes, ocupando cargos públicos para melhor exercer sua militância partidária etc.

Mariano, contudo, apontou para um planejamento que não incluía apenas suas vontades e expectativas em relação ao futuro, mas um plano direcionado pelo partido para suas ações, depois de concluído o curso superior. Na entrevista de 2009, disse que o partido tomaria, junto com ele, a decisão sobre qual o melhor caminho a seguir após a conclusão da graduação. Na época, ele afirmava que poderia, por exemplo, se tornar operário de fábrica em São Paulo caso isso fosse necessário para o partido, ainda que sua graduação fosse em Ciências Sociais. Nesse caso, sua inserção no mercado de trabalho ocorreria em uma atividade profissional que em nada se relacionava com a formação acadêmica e se concretizaria, apenas, para seguir estratégias de inserção do partido em lugares estratégicos para sua ação.

Esse grau de interferência das práticas militantes sobre os planos futuros caracterizaria uma *militância total*, quando projetos pessoais são deixados de lado para que se assuma um projeto do partido, mesmo que, para isso, vontades e planos pessoais sejam contrariados. Nesses casos, todas as ações e os diferentes aspectos da vida – estudo, trabalho, relacionamentos pessoais – são definidos a partir dos princípios e projetos do partido, do coletivo, sem preservar as preferências ou características individuais. Contudo, no que se refere às amizades, já foi apontado anteriormente que Mariano é um dos jovens que fazem questão de se relacionar com pessoas não-engajadas ou mesmo de posições políticas opostas às suas. Além disso, em 2010, os planos de Mariano tinham se alterado. Segundo Mariano, ele mantinha planos articulados com um planejamento estratégico do partido, mas tal plano se baseava em sua formação profissional e em planos pessoais de realização profissional:

o plano estratégico, o objetivo era entrar no movimento sindical e continua sendo, hoje até com uma definição maior. Estamos focando mais em professores, em militar mais na categoria docente estadual, digo docente do ensino médio, não docente de universidade, esse continua sendo o plano estratégico que é daqui há um ou dois ou três anos, o tempo que demore até eu conseguir passar em um concurso. (Mariano, PSOL)

Mariano riu, ao lembrar-se de que, um ano antes, tinha dito que poderia se tornar operário em São Paulo. Ele disse que aquela era uma alternativa bastante irreal, que não havia razão para

desconsiderar sua formação acadêmica. Disse gostar muito da idéia de ser professor e que a militância no sindicalismo dessa categoria era o que combinava com ele. Tentaria concurso para professor de “*sociologia do ensino médio, até porque eu tenho muita vontade de ser professor também, isso ajuda bastante*”.

Jovens como Cláudio (PSOL), Marina (PSOL), Cíntia (PT), Erivelto (PDT) e Tuco (PDT) já tinham construído caminhos militantes que não passavam mais pelo movimento estudantil, desde muito antes da conclusão de suas graduações. Mas, assim como os outros jovens militantes, também contruíram aos poucos novas possibilidades de militância. Cláudio e Marina encontraram novos espaços, na medida em que a constituição de família e o nascimento do filho os afastou temporariamente da universidade e, conseqüentemente, do ME. Ao retomarem os estudos, a realidade estudantil já não os atraía, seu foco estava voltado para o trabalho e para temas que, naquele momento de suas vidas, lhes parecia mais relevantes – notadamente a preocupação de Marina com temas ligados à educação e ao debate de gênero. Entre esses 5 jovens, apenas Cíntia ainda cursa a graduação e, entre os formados, todos continuavam militando e afirmaram não se imaginar desengajados. Os 4 jovens já formados estão trabalhando ou estenderam os estudos para o nível de mestrado e associam sua militância com suas atuais práticas de trabalho ou seus temas de estudo.

As experiências narradas pelos jovens e seus planos para o futuro próximo indicam que o engajamento partidário terá continuidade no tempo com novos espaços de inserção. A proximidade do fim da graduação faz com que os jovens criem estratégias e ações de transição das atividades que desenvolvem junto ao movimento estudantil. Fazem tal transição a fim de dar continuidade ao trabalho realizado, que, do contrário, poderia se perder, com a sua saída da universidade. Aqueles jovens que se desligaram do ME antes mesmo de concluir o ensino superior, devido à falta de afinidade ou outras razões, tiveram seu momento de transição enquanto buscavam outros espaços onde sua militância pudesse se realizar. A volta gradativa aos estudos para as mulheres que tiveram filhos e a experimentação de novos espaços de militância – como narrado por Ademir, por exemplo – constituem-se, também, em momentos de transição.

Militância e formação profissional: ser professor e militar em sindicato

Os planos de continuidade dos estudos se associam, na maioria das vezes, com o projeto de ser professor. Ser professor, contudo, também é projeto para jovens que não pretendem seguir

carreira universitária; eles pretendem ser professores de ensino fundamental ou médio e começar a atuar assim que terminarem a graduação.

Tuco (PDT), Marina (PSOL) e Cláudio (PSOL) já trabalhavam como professores de ensino fundamental e médio, sendo Cláudio concursado de rede pública municipal e os outros dois professores de escolas privadas. Welington (PCdoB), Núbia (PT), Ademir (PSOL), Mariano (PSOL), Guinevere (PT), Norberto (PSOL) e Julião (PT) falaram da possibilidade de se tornarem professores prestando concursos públicos para redes de ensino fundamental, médio ou de nível superior. Em todos esses casos, há uma idéia – solidamente elaborada para uns ou apenas vislumbrada para outros – de associar a carreira docente com a militância em sindicatos profissionais.

Fernanda (PSOL) e Tamara (PSTU) não pensam em se tornar professoras, mas também planejam se tornar funcionárias públicas e, igualmente, vincular-se a sindicatos profissionais, para neles militar. Fernanda se vê atuando na área de saúde pública como enfermeira e Tamara em algum órgão público ligado à implementação de políticas sociais. Todos os jovens que afirmaram planejar a realização de concursos públicos o fazem pensando em suas áreas de formação universitária.

Cláudio já realiza aquilo que é planejado por outros militantes: prestou concurso para a rede municipal de ensino e começou a militar no sindicato de professores. Em 2009, disse que estava conhecendo a dinâmica sindical e, em 2010, começou a ter algum tipo de interferência, ainda modesta, no sindicato dos professores; contava que seu envolvimento aumentaria gradativamente, especialmente depois de passar em um segundo concurso – na rede estadual – e aumentar, portanto, sua presença na rede pública de ensino.

Welington afirmou não saber o que faria se não militasse *“porque eu não ia aguentar ficar parado ali, o dia todo, fazendo só conta e não fazer nada, entendeu? Não se mobilizar para nada...”*. É por isso que disse já fazer planos para a continuidade de seu engajamento após o término do curso de graduação: *“eu pretendo ser professor universitário, na área de demografia possivelmente, e militar com os professores na Universidade”*. Núbia também admitiu não imaginar sua vida sem a militância e disse que sempre estará à disposição, mas estabelecendo limites para sua entrega ao partido: seus planos são de seguir carreira acadêmica e é para isso que ela estuda.

Ainda que o trabalho apareça associado a possibilidades de militância, ou seja, os planos de trabalho se voltam para espaços onde a militância partidária possa ocorrer, em alguns casos o

trabalho atual dos jovens não se associa à vida militante. No capítulo 4, foram apresentados os jovens que trabalham em postos ligados aos partidos – assessorias parlamentares etc. Mas há um grupo de jovens que trabalha em outros postos, notadamente para complementar a renda familiar ou se sustentar. É marcante, entre esses jovens, o trabalho como assistente de *telemarketing*.

Quatro jovens revelaram ter trabalhado nessa função e, em pelo menos dois casos – Mariano (PSOL) e Silvano (PSOL) – o emprego foi conseguido com a intermediação de pessoas ligadas ao partido. Guinevere (PT) disse que trabalhou em muitos tipos de atividades “comecei como atendente do McDonald’s, depois fui trabalhar em escritório, cinema também – fazia muita pipoca. Eu trabalhei em lanchonete, com telemarketing”, sendo essa última a sua ocupação no momento da entrevista realizada em 2009. Tamara (PSTU) também trabalhava nessa função em 2009, mas atuava para que fosse demitida, em função de diversos problemas de saúde provocados pelas condições de trabalho. A “opção” pela demissão se dava no sentido de garantir maior valor indenizatório no momento da rescisão do contrato de trabalho, o que acabou conseguindo.

Tamara foi quem revelou mais claramente as tensões e os problemas relativos a esse trabalho. Referiu-se a uma carga horária excessiva, com extremo desgaste da voz, péssimas condições de trabalho, com enorme pressão por produtividade e controle do tempo de trabalho – controle do tempo de ida ao banheiro, de paradas para o lanche e dificuldades, até mesmo, para beber água, em função da necessidade de preservar as cordas vocais, que sofreriam grande desgaste com 6 horas seguidas de uso da voz. Mariano também revelou dificuldades no trabalho, igualmente referidas ao controle excessivo e à pressão pelo cumprimento de metas difíceis de serem alcançadas, além do estresse produzido pelas reclamações frequentes ouvidas de quem está do outro lado da linha telefônica¹⁰⁵.

Curiosa sobre a relação que se estabelecia entre a situação de trabalho explorado, narrado pelos jovens, e a militância em partidos políticos, que têm na luta contra a exploração do trabalho uma de suas principais bandeiras, questionei os jovens sobre a maneira como suas situações de trabalho eram problematizadas no partido. Tamara (PSTU) e Mariano (PSOL) deram respostas bastante parecidas. O trabalho de *telemarketing* não é sindicalizado nem desperta interesse de atuação de seus partidos, porque as condições de trabalho dificultam sobremaneira a mobilização dos trabalhadores. Segundo Tamara, a rotatividade de

¹⁰⁵ Os serviços de *telemarketing* ouvem reclamações de clientes insatisfeitos ou tentam vender produtos que, muitas vezes, são indesejados por aqueles que recebem as chamadas.

funcionários é grande, havendo constantes contratações e demissões, notadamente devido à referida exploração da mão-de-obra – a média de permanência nesses postos de trabalho seria de 6 meses. Tamanha rotatividade de trabalhadores dificultaria a organização deles em torno de pautas coletivas de luta. Além disso, o controle sobre o tempo do trabalhador também seria tão rígido que não sobriam espaços para uma mínima convivência e sociabilidade que proporcionasse alguma empatia entre os trabalhadores para a mobilização e ação coletiva.

Mariano afirmou que, por todas essas razões, se alguém tentasse mobilizar os trabalhadores, seria imediatamente demitido. Há, portanto, segundo os jovens entrevistados, dois fatores que concorrem para a pouca mobilização dos partidos em torno dessa categoria profissional: falta de interesse estratégico, dadas as dificuldades de mobilizar trabalhadores dessas áreas, e a dificuldade de organizar trabalhadores que ficam pouco tempo em seus postos de trabalho. Os jovens militantes disseram que não poderiam correr o risco de perder seus postos de trabalho, pois perderiam seu sustento e, assim, não deixavam que os princípios de militante permeassem suas práticas laborais. Ou seja, se a tentativa de mobilizar os trabalhadores de *telemarketing* colocava em risco seus próprios empregos, melhor manter os empregos e direcionar o foco de mobilização partidária para outros espaços, mais porosos ou favoráveis a ela.

O que chama a atenção é a inexistência de articulação entre a experiência concreta de trabalho dos jovens e as ações de mobilização dos partidos. As projeções dos jovens para o futuro contemplam tal articulação, mas a experiência presente dissocia trabalho e espaços de mobilização. Os jovens aqui referidos são militantes de 3 diferentes partidos e, em todos os casos, as ações e reações são muito parecidas. O discurso não penetrou nas práticas – ao menos não nessa.

Carreira política no horizonte dos militantes

Quanto à possibilidade de disputar cargos eletivos, apenas Joana se refere concretamente a isso como um projeto de militância. Ela foi a única a afirmar que gostaria de disputar um cargo eletivo e que buscará realizar tal projeto.

Eu tenho planos de continuar dentro da política, de, de fato, conseguir construir um trabalho pra eu vir tentar um executivo, tentar um legislativo. É uma coisa que eu tenho vontade, não pra agora, mas pra daqui a uns dez anos. Eu sou muito nova ainda, estou com 24 anos. Vinte e quatro anos

dentro da política não é nada, 24 anos de vida, você ainda tem muita coisa pela frente ainda, eu posso construir muita coisa, formar muita coisa. (Joana, PDT)

Ela referiu-se à sua juventude como um impedimento a uma candidatura naquele momento, ao mesmo tempo em que apoiava e se mobilizava em favor de um jovem vereador de seu partido, que foi eleito vereador quando era ainda mais jovem do que ela. Mas, a postergação da candidatura parecia estar ligada ao desejo de se formar, fazer o curso superior, criar mais vínculos com o partido e, então, se lançar ao projeto de uma candidatura.

Por isso que hoje em dia eu paro, penso e vejo que realmente eu tenho que terminar a minha faculdade, porque uma pessoa que depende financeiramente da política, vai ter que se sujeitar a muita coisa e muita coisa que eu não estou disposta a me sujeitar. Eu quero ter a minha independência, fazer política porque eu gosto, porque eu tenho os meus objetivos, não pra política ser um meio de vida, pra eu ganhar minha vida financeiramente. (Joana, PDT)

Panebianco (2005) cunhou dois termos para distinguir, apenas analiticamente, militantes cuja participação “depende predominantemente, de incentivos coletivos de identidade” – a esses chamou de militantes “crentes” –, e militantes “cuja participação depende, predominantemente, de incentivos seletivos, materiais e/ou status”, denominando-os de militantes “carreiristas” (p. 53). Os primeiros seriam responsáveis por tentar alcançar os objetivos oficiais do partido e não deixar que eles sejam alterados ao sabor das tendências eleitorais. Os carreiristas representariam a área de turbulência, ao menos potencial, dos partidos, pois “fornecem a principal massa de manobra para os jogos faccionários”, é em torno deles que ocorrem as cisões, mas também é do grupo de carreiristas que sairão “por escalonamento ou por cooptação, os futuros líderes dos partidos” (p. 54), segundo Panebianco.

De acordo com os relatos dos jovens, ainda que Joana (PDT) tenha sido a única a verbalizar o desejo de se candidatar a cargos eletivos no executivo ou legislativo, seu colega de partido, Erivelto, também se aproxima da definição de *carreirista* elaborada por Panebianco. Ambos estão interessados nas disputas internas de poder e por alcançar espaço nos lugares de tomada de decisão do partido como forma de ascender nas hierarquias partidárias. Os demais jovens, inclusive Tuco, do PDT, parecem estar mais próximos da definição de militantes *crentes*, que buscam alcançar e manter a integridade dos princípios e objetivos do partido.

Julião (PT) e Mariano (PSOL) também cogitaram concorrer a cargos eletivos, mas apenas como uma possibilidade remota, caso algo de extraordinário acontecesse e os levasse a isso – notadamente, caso o partido demandasse suas candidaturas como uma questão estratégica. A participação em uma eleição como candidatos a cargos não figurava em seus planos principais. Núbia (PT) também disse que não se imaginava concorrendo a algum cargo eletivo, nem mesmo ocupando cargos em administrações públicas, mas que nunca fecharia portas a esse tipo de possibilidade, reiterando que a carreira acadêmica e a continuidade dos estudos eram sua prioridade.

(...) posso até ser secretária municipal de alguma coisa, porque eu tenho formação acadêmica nisso, não tem nenhum problema, mas eu não me imagino vivendo da política como político profissional, você entende?
(Núbia, PT)

Julião e Mariano também disseram que não consideravam a concorrência a um cargo eletivo algo ruim, mas particularmente investiriam em outros caminhos para os seus futuros militantes. Julião afirmou interessar-se muito mais pelos bastidores da política e pela organização de campanhas de seus colegas militantes do que em ser o próprio candidato.

Norberto (PSOL), por sua vez, parecia estar aberto a todas as possibilidades: concurso público para professor do ensino básico, carreira acadêmica ou mesmo carreira política. Como dito anteriormente, ele pretendia fazer mestrado, pensava em fazer concurso para professor do ensino fundamental ou médio, ao mesmo tempo em que pretendia manter sua militância em comunidades populares tal qual faz hoje e, para isso, poderia assumir qualquer tipo de emprego ou trabalho que lhe garantisse a subsistência. Além disso, não descartava a possibilidade de concorrer a um cargo eletivo, caso essa fosse a vontade do coletivo político do qual fazia parte.

Os jovens pesquisados elaboram projetos de futuro em que a militância política se mantém ativa, pensam em suas carreiras a partir de sua formação acadêmica, desenvolvem tais projetos articulados com eventuais necessidades do partido, mas, em geral, não abrem mão de suas individualidades nessa relação com os partidos. Mariano foi o único a relatar uma interferência maior do partido em seus planos profissionais, mas essa interferência foi reduzida com o passar do tempo, entre uma entrevista e outra.

Os relatos sobre os relacionamentos – amizades e relações afetivas – também demonstram que os jovens não estão tendo suas vidas circunscritas às práticas militantes, fechando-se em torno dos colegas de militância, respirando o partido e nada mais. Os jovens se abrem para outras experiências e se inserem em espaços variados de convivência social, ainda que relatem pouco tempo para tal. O engajamento partidário consome grande parte do tempo dos militantes, mas não ocupa todo o espaço social por onde transitam esses jovens. Suas narrativas corroboram, assim, os estudos mais atuais sobre a militância de jovens que dizem não haver uma *crise* – como fim da militância –, mas uma alteração dos padrões e modelos de engajamento (CICCHELLI, 2009; MÜXEL, 2008, 2005, 2002; ESTANQUE, 2001; MOREIRA, 2000; PAULA, 2004; HAMMES, 2005). Se, para a geração anterior, tal como afirmam Cicchelli (2009) e Müxel (2008, 2005), o engajamento era sinônimo de estabilidade, duração e devoção a algum grupo de interesse, a nova geração está construindo um novo padrão. O que parece ter mudado de fato, segundo Cicchelli, não é o engajamento em si, mas a forma como as pessoas se conectam com as tradicionais agências de socialização e regulação (família, escola, sindicatos, partidos). A tradicional militância estável, duradoura, quase exclusivamente dedicada a um único tema de interesse vem sendo substituída por uma participação mais efêmera, pontual, eletiva.

Jovens são provavelmente mais parecidos com os adultos em relação à esfera política do que se possa imaginar, mas eles desenvolvem uma atitude menos conformista, mais crítica e talvez mais instrumental em relação a ela. O modo de engajamento dos jovens é certamente mais pragmático (CICCHELLI, 2009: 106)

Há jovens que receberam fortes valores políticos por meio da socialização familiar, outros foram socializados para a política através das interações estabelecidas na escola, com professores e com seus pares de idade. Em alguns casos, entram em conflito com a socialização familiar, como no caso de Luciano (PSOL), mas, na maioria das vezes, os jovens ampliaram ou modificaram de maneira mais sutil os valores internalizados na família.

A experiência militante, que altera valores e comportamentos dos jovens, incide sobre as relações familiares e também sobre amizades. Jovens relataram a ampliação de redes sociais, mas também o fim de algumas amizades anteriores ao engajamento. A saída de um partido e a filiação em outro também foram razões para abalos nas amizades, mas esses foram casos menos comuns.

As tensões familiares vividas devido à dinâmica de engajamento partidário geralmente se referiam à organização da dinâmica doméstica (horário de chegada em casa), à pressão para conclusão dos estudos e inserção no mercado de trabalho. Ainda que para os jovens de camadas populares essa pressão possa ser mais sentida, pela maior dificuldade dos pais de manterem os suportes financeiros, para os jovens de classes médias ou elites intelectuais ela também se apresentava. Ainda no caso das famílias de camadas populares, o fato de chegar à universidade acaba por garantir maior moratória também; o jovem é considerado o vencedor da família e recebe todos os investimentos para que cumpra seu percurso acadêmico sem necessidade de se preocupar com a reprodução material da vida. Esse parece ser o caso de Wellington, que informou o desejo do pai para que se formasse logo, mas não a pressão ou cobrança para que isso ocorresse.

Em alguns casos, a militância é origem e também solução de conflitos e tensões. Em relação aos jovens que conseguiram se inserir no mercado de trabalho, seja em cargos comissionados de executivos municipais, seja como assessores de parlamentares, a questão do trabalho se resolvia e as tensões se arrefeciam.

O trabalho é alvo de preocupações de todos os jovens e os planos de carreira profissional sempre aparecem associados a possibilidades de continuidade da militância partidária, seja através da atuação em sindicatos profissionais, seja na ocupação de cargos públicos que permitam realizar trabalhos voltados para o social – como o trabalho na área de saúde pública ou o de elaboração e implementação de políticas públicas governamentais.

Considerações finais

A pesquisa se orientou na percepção da existência de um processo de transformação da militância política, que se torna visível, especialmente, pela emergência de novas formas de engajamento, notadamente entre os jovens. As novas formas deixam de lado práticas dos espaços tradicionais de militância, como os partidos e os sindicatos, e engendram novas estratégias. As novas formas de engajamento incluem movimentos não institucionalizados e ações pontuais e focadas em temas específicos (como os movimentos ambientais, anti-globalização, e outros). Apesar da existência dessas novas formas de mobilização e engajamento, e dos deslocamentos dos jovens para elas – revelados por pesquisas apresentadas na introdução desta tese –, há jovens que persistem no tradicional engajamento em partidos políticos, ainda que sejam um grupo pequeno entre o segmento militante. Assim, foi a persistência desses jovens nos espaços tradicionais que interessaram e se tornaram objeto de pesquisa.

Diante da ausência de pesquisas sobre a presença de jovens nesses espaços tradicionais de engajamento, interessou questionar de que maneira a socialização familiar, escolar e outras instâncias de socialização política contribuíram para o engajamento dos jovens, que experiências foram vividas pelos militantes de partidos políticos, e como tais experiências incidiram sobre os demais aspectos e espaços de suas vidas. Uma pergunta de fundo se referia à possibilidade de as novas práticas, engendradas em outros espaços de engajamento, estarem presentes nesses espaços.

Entre as décadas de 1960 e 1970, pesquisas sobre socialização política – que pode ser traduzida como a transmissão de atitudes, escolhas, preferências, símbolos, comportamentos políticos e representações do mundo – revelavam a centralidade da família; ou seja, a transmissão entre pais e filhos seria a única ou mais importante forma de produzir socialização política. A escola também contribuía fortemente com a socialização política, mas, de acordo com Tournier (1997) era preciso considerar que a escolha pela escola onde os filhos estudariam era feita pelos pais, que a selecionavam conforme os valores que desejavam ver reforçados na escola ou, ainda, de acordo com possibilidades referidas às suas posições de classe.

Os estudos de Dubar (2005) e Lahire (2002, 2004) sobre a construção de *disposições* ajudaram a agregar novos aspectos à socialização política ao situar todas as experiências vividas ao longo da vida como proporcionadoras de socialização política.

No estudo dos engajamentos, contudo, os conceitos de socialização e disposição não são suficientes para explicar como os sujeitos efetivamente se tornam militantes, ou seja, como transformam as disposições adquiridas através da socialização política em ação militante.

Articula-se, portanto, à análise diacrônica dos engajamentos, uma dimensão sincrônica, que se revela nas interações vividas pelo sujeito no presente ou no passado próximo. As redes de interação seriam os agentes da ativação e transformação das disposições em prática. As redes de relacionamentos construídas na escola, na universidade, no trabalho, entre o grupo de amigos e na prática religiosa apareceram como os elementos que ativaram as disposições.

No caso dos jovens militantes de partidos políticos entrevistados para a pesquisa, vimos que a socialização familiar teve peso significativo para aqueles jovens cujos pais também eram militantes e, nesses casos, todos os engajamentos familiares se realizavam em partidos políticos. Nesses casos, a escola apareceu como espaço de continuidade de uma socialização política fortemente realizada no âmbito da família¹⁰⁶. O grupo de jovens, filhos de pais militantes, é pequeno dentro do grupo de jovens entrevistados – 4 dos 21 jovens. A maioria deles está agregada num grupo que contempla uma socialização política familiar aberta ao tema da política, mas que não consolidou fortes valores e comportamentos políticos e uma socialização escolar que aprofundou valores, preferências e comportamentos em relação à política – 11 jovens. Essas famílias não tinham históricos de engajamento político, mas denotavam permeabilidade ao tema da política, que era explicitada por participação familiar em momentos pontuais de campanhas eleitorais, na discussão e defesa a candidatos de determinados partidos, mobilizações pontuais em torno de ações em ONGs, entre outros. Nesses casos, os jovens absorveram, no âmbito familiar, alguns valores que se tornaram a base para que experiências vividas na escola ajudassem a construir disposições ao engajamento. Os outros seis jovens reúnem-se num grupo marcado pela aparente

¹⁰⁶ As famílias de classes médias parecem ter escolhido escolas para seus filhos levando em conta questões de qualidade escolar e, a maioria das classes populares, “escolheu” conforme possibilidades; mas, uma família popular escolheu matricular seus filhos em escola particular como estratégia de ascensão e outra buscou a escola pública federal - passando pelos exames necessários e altamente concorridos - para garantir maior qualidade.

inexistência¹⁰⁷ de socialização política familiar e uma socialização política que se realizou na escola ou em outros espaços.

A escola – de ensino fundamental, médio ou superior – representou, para os jovens entrevistados, tanto espaço de socialização política e construção de disposições ao engajamento quanto lugar de transformação dessas disposições em ação. Klandermans e Oegema (1987) afirmam que as redes de relacionamento são fundamentais para que as disposições sejam acionadas e transformadas em ação e McAdam (1993) afirma que, além disso, são necessárias condições estruturais para o engajamento, ou seja, se não houver estruturas que exponham os sujeitos à participação (espaços, grupos organizados localizáveis), as disposições terão pouca importância porque permanecerão inativas. A escola ou a universidade, para a maioria dos jovens, ofereceu as estruturas que expuseram os jovens ao engajamento – o movimento estudantil e sua interface com os partidos políticos.

A escolha metodológica que levou a estabelecer o campo de estudos em uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro se deu pela percepção – demonstrada correta ao longo da pesquisa – de que aquele era um espaço privilegiado de mobilização de jovens. Se, por um lado, esse recorte permitiu reunir um grupo diverso do ponto de vista da origem socioeconômica dos jovens, por outro, circunscreveu o espectro partidário ao chamado campo da esquerda. Todos os jovens entrevistados militam em partidos de esquerda – ainda que consideradas as diferenças conceituais que permeiam o debate sobre o tema nas ciências políticas.

As experiências escolares significativas para o engajamento, em geral, se associaram à existência de grêmios estudantis que, articulados a partidos políticos, colocavam os jovens imediatamente em contato com essas instituições. Além dos grêmios foram significativos os professores que, em suas disciplinas e pelo modo como lecionavam, se tornaram referências políticas para os jovens. Não foram relatadas práticas institucionalizadas da escola que estimulasse práticas democráticas ou valores associativos; as influências sempre vieram de sujeitos – professores, em particular – ou pela prática gremista, que não é, propriamente, prática institucional da escola na medida em que se organiza – ao menos os grêmios descritos por esses jovens – de maneira significativamente autônoma em relação à escola. Quanto aos

¹⁰⁷ É preciso tomar cuidado com a afirmação de inexistência de socialização política no âmbito da família na medida em que se trabalha apenas com os relatos dos jovens, relatos que tinham como foco principal as experiências militantes no presente. É possível que elementos familiares tenham contribuído para a construção de disposições mas não tenham sido referidos pelos jovens, por não os perceberem como importantes ou por não recordarem deles.

professores, chama atenção à predominância daqueles que ministram disciplinas das áreas de humanas – história, geografia, literatura – entre as referências dos jovens; poucos foram os professores de matemática ou ciências, por exemplo, referidos como pessoas que estimularam o debate, expressaram opiniões políticas em sala de aula ou orientaram os jovens em suas curiosidades políticas.

Apenas três jovens relataram experiências significativas para a construção de disposições ao engajamento que não se centraram na família e/ou na escola. Para eles, foram experiências de trabalho ou práticas religiosas que contribuíram para o engajamento. De toda forma, em todos os casos as influências e referências se cruzam e se complementam. Mesmo entre aqueles que tiveram pais militantes – para quem o engajamento foi apontado como algo natural – se não fossem as interações produzidas no âmbito da escola e o contato com as estruturas de engajamento, provavelmente as disposições não tivessem sido acionadas e transformadas em ação. McAdam (1993) afirma que a prova disso é que há muito mais pessoas com disposições ao engajamento do que pessoas efetivamente engajadas.

Além das estruturas de engajamento e das redes de relacionamento constituídas antes e ao longo do processo de engajamento, fatos específicos também foram responsáveis por ativar o engajamento dos jovens. Greves de professores foram citadas por ao menos cinco jovens e foram relacionadas com o momento de início do engajamento, dois quando estavam no ensino fundamental e três quando estavam na universidade. Para outra jovem, foi o sentimento de ter sido injustiçada, junto com boa parte de sua turma na universidade, que a levou a buscar o DCE a fim de solucionar um problema específico. Ao ser acolhida em sua demanda e ver seu problema resolvido, construiu amizades e descobriu afinidades que a levaram a continuar frequentando o espaço de encontro dos estudantes, participando de atividades até se ver engajada em um partido político.

O percurso desta jovem denota outra característica da maioria dos engajamentos: ele *vai acontecendo*, ou seja, trata-se de um processo que apresenta continuidades, tensões e rupturas. O movimento estudantil foi a porta de entrada de 19 dos 21 jovens e o momento de aproximação dos jovens com o ME é bastante claro, marcado pelo início da participação no grêmio estudantil ou em diretórios de estudantes dos cursos universitários. Os jovens relatam que grupos partidários estavam, desde sempre, articulados aos grupos de estudantes, mas o momento de consolidação do engajamento nos partidos políticos é mais difuso.

Ainda que a porta de entrada para os partidos políticos seja o movimento estudantil, na imensa maioria dos casos, os caminhos trilhados ao longo do percurso militante são diversos. Há jovens que se engajaram em partidos quando ainda estavam no ensino fundamental e nem tinham alcançado a idade mínima para a filiação oficial ao partido, outros iniciaram no ensino médio e alguns só se engajaram quando estavam na universidade. O momento do engajamento é determinado pelo encontro com as estruturas às quais se refere McAdam.

Alguns jovens se engajaram em partidos de maneira quase imediata ao engajamento no movimento estudantil, mas alguns jovens circularam entre diferentes grupos, experimentando suas dinâmicas, conhecendo seus princípios, até decidir a que partido se filiarão. As experimentações são a marca dos novos modos de fazer política (MÜXEL, 2003); a ausência de nítidos marcadores ideológicos, em oposição à sua presença nas gerações anteriores, seria a razão de tal experimentação. Também concorreria para a experimentação a mudança dos modos de se engajar. Se para as gerações anteriores o engajamento significava permanência e devoção (CICCHELLI, 2009) para as atuais gerações o engajamento seria algo mais fluido, que não implicaria adotar todas as obrigações e objetivos políticos da organização, onde haveria espaço para negociar posições intermediárias entre as consolidadas do partido e as dos jovens. *“Eles provavelmente querem se manter mais livres, inclusive para participar de acordo com suas próprias visões, ideias e métodos”* (MÜXEL, RIOU e LEHAY, 2005: 36, tradução nossa).

Assim, a jovem lésbica que iniciou sua militância no PCdoB percebeu que as posições do partido eram incompatíveis com seus posicionamentos naquilo que diz respeito às orientações sexuais. E, mais do que se incomodar com a posição consolidada do partido, ela se ressentiu da falta de disposição para se debater o tema em seu partido de origem. Desfilou-se do partido e filiou-se ao PT. Outros jovens também experimentaram, não gostaram e buscaram outros partidos. O que chama atenção nesse ponto é que nenhum jovem se desengajou de partidos, ou seja, não deixou de militar em partido, mas deslocou-se de uma legenda partidária para outra. No que tange aos deslocamentos partidários eles sempre ocorreram dentro do mesmo espectro político. Os jovens disseram que, apesar de conflitos, continuavam vendo no partido um importante instrumento de conquista de mudanças sociais – instrumento não do ponto de vista utilitário, como se fizesse uso do partido para angariar benefícios particulares, mas ferramenta aglutinadora de forças e com capacidade de negociação e disputa no campo político. Seu posicionamento era partilhado pelos demais jovens.

A experimentação, portanto, não se apresentou como forma de incluir ou excluir jovens da militância partidária, mas para incluir neste ou naquele partido ou desfiliar deste ou daquele.

Entre aqueles que não fizeram experimentações – permanecendo filiados ao primeiro partido no qual se engajaram – destacam-se os jovens herdeiros de filiações familiares e, entre os que buscaram conhecer diferentes partidos antes de se filiar, destacam-se aqueles cuja socialização política familiar e escolar foi incipiente e que pouco contribuiu para a consolidação de valores e práticas políticas que orientassem suas escolhas partidárias. Esses últimos parecem ter transitado por diferentes partidos, ainda que perifericamente, até consolidar seus próprios valores políticos para somente, então, se engajar naquele que melhor se enquadrava em seus princípios. Outro aspecto significativo da análise dos deslocamentos partidários é que a grande maioria deles ocorreu com jovens de percursos longevos de militância; apenas uma de nove jovens que mudou de partido tinha percurso recente de engajamento em partido.

Dois casos foram caracterizados aqui como *self-made-man*, ou seja, são jovens que, na ausência de uma socialização familiar ou escolar forte, que fosse capaz de construir disposições ao engajamento e consolidar valores e comportamentos políticos, buscaram espaços de socialização e engajamento *por conta própria*. Um foi à sede do partido – partido escolhido pela análise que fez sobre candidatos a governador em uma determinada eleição – e solicitou sua filiação e assim foi sendo incorporado às atividades do partido. Outro entrou na universidade com o firme propósito de conhecer grupos de diferentes partidos de esquerda a fim de escolher em qual deles se engajaria; isso depois de ter percebido que queria poder se expressar livremente e que a igreja não permitia isso. Contou também o conhecimento que travou com professores ligados ao PT e ao PCdoB e o fato de não se “afinar” com suas idéias políticas, apesar de gostar muito das pessoas. O exemplo deste jovem mostra também que as interações têm papel fundamental mas não determinante das escolhas de engajamento.

Ao longo do período da pesquisa não ocorreram desengajamentos. Todos os jovens entrevistados pela segunda vez continuavam militando nos mesmos partidos. As mudanças de partido foram todas relatadas nas primeiras entrevistas feitas com os 21 jovens. Foram notadas, entre a primeira e a segunda entrevista realizada com 10 jovens, apenas mudanças de investimento militante. Alguns jovens estavam mais envolvidos em atividades que já realizavam no ano anterior, alguns mudaram de atividade.

Os jovens expressaram, na segunda entrevista, tensões e conflitos internos aos partidos relacionados com os debates em torno das campanhas eleitorais para governador e presidente. Isso ocorreu pela proximidade com as eleições de 2010, que não eram mobilizadoras dos partidos quando da realização das primeiras entrevistas, em 2009. Mas tensões também foram referidas dentro dos partidos e para além dos temas eleitorais. Notadamente questões geracionais e de gênero foram apontadas pelos jovens como limitações programáticas e de práticas em suas instituições partidárias.

A presença dos jovens nos partidos – instituições tradicionalmente adultas e masculinas – é estimulada e bem vista nos documentos partidários e também nos discursos, segundo os jovens, mas no cotidiano essa presença seria produtora de tensões. Os jovens afirmaram que são acionados para as tarefas, para a mobilização e também para “arejar” debates partidários, mas que, nos momentos e espaços de decisão, são, muitas vezes, desconsiderados.

As diferentes inserções partidárias produzem “camadas de experiências” simultâneas e sucessivas, que têm importâncias distintas. A análise dos percursos militantes se inspirou na definição de *carreiras* elaborada por Becker (2009) e amplamente utilizada por Fillieule em suas análises sobre o engajamento. Para a análise dos engajamentos dos jovens militantes de partidos optou-se por usar o termo *percurso*. A compreensão é a de que, no caso de engajamentos mais curtos e experiências juvenis que ainda não comportavam diferentes etapas da vida, assim como contempla o conceito desenvolvido e utilizado por Fillieule, essas experiências ainda não poderiam ser consideradas efetivamente carreiras. Em seu estudo sobre a militância contra a AIDS, Fillieule (2001) demonstra que várias carreiras operam na construção dessa militância: a carreira militante propriamente dita (atual e anterior), a carreira profissional (entrada na vida produtiva, mobilidade profissional), a carreira sexual e afetiva (início da vida sexual, vida amorosa, rupturas biográficas, lutos) e a carreira da doença (contaminação, diagnóstico, desenvolvimento da síndrome). Os jovens, em sua maioria, ainda se encontram em processo de formação e, apesar de a maioria trabalhar, seus espaços de trabalho ainda não são vinculados às profissões na quais se formarão, ou seja, seus postos de trabalho ainda são provisórios, visto que todos planejam trabalhar em atividades diretamente ligadas às suas formações profissionais. Entretanto, alguns percursos se caracterizam por tal longevidade, permanência e alto investimento que já permitiriam, mesmo referindo-se a jovens, defini-las como carreiras militantes.

A relação com os diferentes espaços, normas e lógicas de ação, os conflitos e as diversas valorações atribuídas pelos sujeitos a essas experiências configuram um repertório de esquemas de ação e atitudes que os ajudam a lidar com tais tensões.

Por um lado, os jovens reclamam e denunciam a falta de espaço dentro dos partidos, por outro, reconhecem nos adultos maior experiência e capacidade de liderança. Assim, esperam que os adultos continuem liderando, mas gostariam de poder ser mais presentes nas decisões partidárias.

No que se refere à presença das mulheres nos partidos, pode-se perceber dois eixos claros de mobilização delas em relação às questões de gênero: a denúncia do machismo dentro dos partidos e sua mobilização, em espaços próprios ou junto ao todo partidário, a fim de minimizar as desigualdades que ainda se perpetuam nesse espaço político apesar do discurso amplamente difundido da igualdade de gênero. Os jovens homens, em geral, reconheceram práticas machistas em si mesmos afirmando que antes do engajamento eram mais machistas, mas que a militância ainda não tinha sido capaz de desfazer práticas tão internalizadas por nossa cultura. As autocríticas e estudos realizados, especialmente por ocasião de atos machistas são relatados como as principais ações partidárias que fizeram com que esses jovens começassem a mudar suas práticas. Para as mulheres, a possibilidade de reunir-se e debater as questões relacionadas às desigualdades de gênero, aprofundar questões e elaborar estratégias de ação, somente entre mulheres, tem sido apoiada pela maioria delas. Contudo, são unânimes em considerar que, além do espaço exclusivamente feminino, é preciso criar espaços de integração e debate entre homens e mulheres a fim de incidir sobre os valores e práticas masculinas.

Segundo os jovens militantes, o engajamento incidiu sobre práticas preconceituosas de vários tipos. Para alguns, o engajamento partidário produz experiências que alteram valores da socialização primária e permitem que os jovens internalizem novos valores e práticas de acordo com aquilo que é vivido e aprendido no partido e junto aos pares de militância. Relações familiares foram alteradas, amizades criadas ou desfeitas; relacionamentos afetivos também foram influenciados pelo engajamento. Apenas uma jovem disse que nunca namorou nem conseguiria namorar uma pessoa não engajada; no outro extremo também foi apenas um jovem que relatou seu esforço em manter a esposa longe de seus espaços de militância por considerar que o engajamento conjunto enfraqueceria sua posição no partido. Todos os demais jovens disseram não fazer questão absoluta sobre uma ou outra possibilidade, sendo

que a maioria já se relacionou afetivamente com militantes e com não militantes. Unanimidade parece ser a afirmação de que cada casal precisa encontrar formas de manter esses dois espaços claramente delimitados, sem que militância e namoro/casamento se misturem e interfiram um no outro. Se o ditado diz que “amigos, amigos, negócios à parte”, no caso dos engajamentos poder-se-ia dizer “partidos, partidos, namoros à parte”. Todos os jovens que relataram namorar com parceiros também engajados em partidos o fazem com pessoas militantes do mesmo partido que eles; não foi encontrado qualquer casal “divergente”, ou seja, em que cada um militasse em partidos situados em lados opostos do campo das disputas de alianças e do espectro partidário.

A revelação de não haver preferências predominantes por se relacionar com militantes ou não militantes, os relatos que dão conta de redes de amizades ampliadas – que vão além, das redes partidárias e a presença de projetos de futuro que contemplam gostos e vontades pessoais marcam ainda outra característica do engajamento da nova geração. Os militantes não aderem completamente à vida partidária; o engajamento é apenas um aspecto de suas vidas que mantém diálogo, mas preserva independência dos demais aspectos da vida privada. Os engajamentos não são totais, não absorvem e determinam todas as decisões importantes sobre o andamento da vida, tais como relacionamentos, inserção profissional, embora exerçam alguma influência.

O cenário dos engajamentos é de transformação e o engajamento dos jovens em partidos políticos mostra que ao menos algumas características forjadas nos novos movimentos sociais e nas novas formas de associativismo estão sendo absorvidas pelos partidos. A existência de setoriais temáticos demonstra a permeabilidade dos partidos aos temas que emergiram nessas novas práticas – mulheres, negros, meio ambiente etc. A não adesão absoluta aos valores e práticas partidárias também denota a adesão dos partidos a novas práticas de engajamento.

Referências Bibliográficas

- ABAD, J. M. Crítica política às políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez Editora/Ação Educativa/FES, 2003.
- _____. e BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- AGRIKOLIANSKY, E. Carrières militantes, et vocation à la morale: les militants de la Ligue des droits de l'homme dans les années 1980. **Revue française de science politique**, Année 2001, Volume 51, Numéro 1. p. 27 – 46
- ALMEIDA, Loriza L. **O jovem estudante universitário: um estudo sobre o comportamento sócio-político**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- ASTELARRA, Judith (org). **Participación de mujeres y hombres en la toma de decisiones**. Análisis de cinco organizaciones europeas. Diciembre 2003-Febrero 2005. Institut d'Edicions de la Diputació de Barcelona: Barcelona, 2005. Obtido em <http://webs.uvigo.es/pmayobre/06/3profesorado06.htm#judith>, acessado em 08 de abril de 2011.
- ATTIAS-DONFUT, C. Jeunesse et conjugaison des temps. **Sociologies et sociétés**. V. 28, n° 1, 1996, p. 13-22. Obtido em <http://www.erudit.org/revue/socsoc/1996/v28/n1/001014ar.html?vue=resume>, acessado em 12 de abril de 2011.
- BAQUERO, M. Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, Marcelo (org). **Reinventando a sociedade na América Latina – cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre e Distrito Federal: Editora da UFRGS e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001. p. 19-49.
- _____. Um caminho alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: _____ (org). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2004.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. Notes on the Concept of Commitment. **The American Journal of Sociology**, Vol. 66, No. 1 (Jul., 1960), pp. 32-40. The University of Chicago Press. Extraído de <http://www.jstor.org/stable/2773219>
- BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTAUX, D. Mobilité sociale biographique. Une critique de l'approche transversale. **Revue française de sociologie**. Volume 15, Numéro 3, 1974. p. 329 – 362.
- BLONDEL, J. Partido Político. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Comp.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1996. p. 560-561.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand/ Difel, 1989.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

- _____. A ilusão biográfica. 1986. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.
- _____. **A Miséria do Mundo**. Vários tradutores. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Meditações Pascalianas**. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010, pp. 43-73.
- BRANDÃO, C. de S. O processo de socialização política dos universitários: a importância da universidade e do movimento estudantil. **24ª Reunião Anual da Anped**, GT 03. 2001. Obtido em www.anped.org.br/reunioes/24, acessado em 21 de março de 2011.
- BRANDÃO, Z. e LELLIS, I. Elites Acadêmicas e escolarização dos filhos. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 509-526, agosto 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em 21 de março de 2011.
- CASTRO, M. e ABRAMOVAY, M. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a juventude. Brasília: RITLA, 2009.
- CICCHELLI, V. The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping. **Italian Journal of Sociology of Education**, 2, 2009.
- DEMAZIÈRE, D.; DUBAR, C. **Analyser les entretiens biographiques**. L'exemple des récits d'insertion. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 2004
- DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- _____. Des jeunes et des sociologies: les cas français. **Sociologie et sociétés**. Paris, v.28, n.1, 1996.
- _____. **El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos em la modernidad**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2006.
- _____; MARTUCCELLI, D. **En que sociedad vivimos?** Tradução para o espanhol de Jacques Algasi. Buenos Aires: Editorial Losada, 2000.
- ESTANQUE, E. e NUNES, J. A. **A universidade perante a transformação social e as orientações dos estudantes: O caso da Universidade de Coimbra**. Universidade do Minho: Braga, 2001.
- FEIXA, C. La ciudad invisible. Territorios de las culturas juveniles. In: **Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1998. P. 83 - 109.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. **Revue française de science politique**, Année 2001, Volume 51, Numéro 1. p. 199 – 215
- _____. Travail militant, action collective et rapports de genre. In: FILLIEULE, O e ROUX, P. **Le sexe du militantisme**. Paris: Presses de Sciences Po, 2009.
- FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972
- _____. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- _____. **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Hucitec, 1982.

- GAXIE, D. Appréhensions du Politique et Mobilisations des Expériences Sociales. **Revue française de science politique**. vol. 52, n° 2-3, avril-juin 2002, p. 145-178.
- HALL, G. S. **Adolescence**. Internet: www.dominiopublico.com.br [capturado em 08.08.2006]
- HAMMES, L. J. **Aprendizados de convivência e a formação de capital social**: um estudo sobre grupos juvenis. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- LAHIRE, B. **Retratos Sociológicos**. Disposições e Variações Individuais. São Paulo: Artmed, 2004.
- _____. **O Homem Plural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- IANNI, O. O jovem radical. IN: **Sociologia da Juventude, I**. Da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- ION, J. Quand se transforment les modes d'engagement dans l'espace public. In: BEQUET e LINARES. **Quand les jeunes s'engagent**. Entre expérimentations et constructions identitaires. L'Harmattan: Paris, 2005.
- KATZ, R. R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy. The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**. January, 1995. Vol 1, n°1, 5-28.
- KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n° 57, fevereiro/2005.
- _____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, n° 54. Fev, 2004.
- _____. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.
- _____; BORIN, I. e MARTINS Jr, J. P. Padrões de competição eleitoral na disputa para a câmara paulistana. **Novos Estudos. CEBRAP**. N° 65, março/2003.
- KLANDERMANS, B. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilizations theory. **American Sociological Review**, Washington, v. 49, p.583-600, out. 1984.
- _____; OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations and barriers: steps towards participation in social movements. **American Sociological Review**, Washington, v. 52, n. , p.519-531, ago. 1987.
- LAPEYRONNIE, D. L'engagement à venir. In: BEQUET e LINARES. **Quand les jeunes s'engagent**. Entre expérimentations et constructions identitaires. L'Harmattan: Paris, 2005.
- McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between Social Network and Activism. **The American Journal Of Sociology**, Chicago, v. 99, n. 3, p.640-667, nov. 1993.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. IN: **Sociologia da Juventude, I**. Da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARGULIS, M. e URRESTI, M. La construcción social de la condición de juventud. IN: **Vivindo a toda**. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé del Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998.
- MAURER, S. Ecole, famille et politique: socialisations politiques et apprentissage de la citoyenneté. Bilan des recherches en science politique. **Dossier d'Etude n° 15**. Dec, 2000.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5 e 6, ANPED, 1997.
- MOREIRA, M. A. **Grêmios estudantis**: contestação e distinção social. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

- MORENO, G. G. **Jovens e experiência social na Educação de Jovens e Adultos**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MORENO, R. C. **As mutações da experiência militante: um estudo a partir do movimento hip hop de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- MÜXEL, A. Continuidades y rupturas de la experiencia política juvenil. **Revista de Estudios de Juventud**. Junio, nº 81, 2008. Pág. 31-44.
- _____. La participation politique des jeunes: soubresauts, fractures et ajustements. **Revue française de science politique**. Volume 52, Numéro 5, 2002. p. 521 – 544
- _____; RIOU, Cécile; LEHAY, Viviane. **Political Participation of Young People in Europe – Development of Indicators for Comparative Research in the European Union (EUYOUPART) WP8/ D15. National Report: France**. FNSP (Fondation Nationale des Sciences Politiques) - CEVIPOF, March/ 2005.
- NORRIS, P. New feminist Challenges to the study of political engagement. In: DALTON, R. and KLINGEMANN, H-D. **Oxford handbook of political behavior**. Oxford: University Press, 2007.
- OFFERLÉ, M. **Les partis Politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.
- OLIVEIRA, W. J. **Paixão pela Natureza**. Atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000. Tese (Doutorado em Antropologia – UFRGS), 2005.
- PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- _____. **Vida cotidiana: enigmas e revelações**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2005.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partidos: organizações e poder nos partidos políticos**. Tradução de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PASSERON, J.-C. e de SINGLY, F. Différences dans la différence: la spécification sexuelle des socialisations de classe. **Revue Française de Science Politique**. vol. 34, nº 1, 1984. p. 49-78
- PAULA, Lucília A. L. **O movimento estudantil na UFRuralRJ: memórias e exemplaridade**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PÉCHU, C. Les générations militantes à Droit au logement. **Revue française de science politique**. Volume 51, Numéro 1, 2001. p. 73 – 103
- PONCELA, A. M. F. **Cultura Política y Jóvenes en el Umbral del nuevo milenio**. San Rafael: Instituto Mexicano de la Juventud, 2003.
- PUDAL, B. Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo. Entrevista concedida a Kimi Tomizaki. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 129-138, maio/ago. 2009
- REIS, E. **Contestação, engajamento e militantismo**. Da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política), 2007.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, nº 48, fevereiro/2002.
- ROUDET, B. Les jeunes, les valeurs de la démocratie et l'école. In: BEQUET e LINARES. **Quand les jeunes s'engagent**. Entre expérimentations et constructions identitaires. Paris: L'Harmattan, 2005.

- SANTOS JUNIOR, O. A. **Capital social e gestão das grandes cidades**: associativismo e participação sócio-política nas regiões metropolitanas do Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- SAWICKI, F. Les temps de l'engagement. À propos de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. In: LAGROYE, J. **La Politisation**. Paris: Belin, 2003. P. 123-146.
- SCARROW, S. Political activism and party members. In: DALTON, R. and KLINGEMANN, H-D. **Oxford handbook of political behavior**. Oxford: University Press, 2007.
- SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil**. A socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil: 1945-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- SCHUTZ, A. **The Phenomenology of the Social World**. Evanston: Northwestern University Press, 1972.
- SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Vol. 91, No. 5 (Dec., 1986), pp. 1053-1075. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila obtida em http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html, acessada em 01.09.2009.
- SEIDL, E. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- _____. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. **Pro-Posições**, Campinas, maio/ago. 2009. Vol. 20, nº 2, p. 21-39.
- SEILER, D-L. **Os partidos políticos**. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SETTON, M. G. J. Um novo capital cultural: pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 77-105, Jan./Abr. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em 21 de março de 2011.
- SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v.5, n. 1-2, p.161-178, novembro, 1994.
- _____. (Coord.) **Juventude e escolarização: 1980-1998**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- _____. (Coord.) **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. 2 v. Disponível em: www.observatoriojovem.org
- _____, BRENNER, A. K., FRANCO, F. Estudos sobre jovens na interface com a política. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 2. p. 175-212. Disponível em: www.observatoriojovem.org
- TARTUCE, G. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho**: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, 2007.
- THOMPSON, E. P. **Miseria de la Teoria**. Tradução ao espanhol de Joaquim Sempere. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.
- TOMIZAKI, K. **Ser metalúrgico no ABC**: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora. Tese (Doutorado em Educação), 2005.
- _____. e ROMBALDI, M. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 93-112, maio/ago. 2009.

- WAUTIER, A. Para uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**. Ano 5, nº 9, 2003. p. 174-214.
- WESOLOWSKI, W. E SLOMCZYNSKI, K.M. Classe. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Comp.). **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 92-97.
- ZUCCO Jr, C. **Esquerda, Direita e Governos**: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. Seminário apresentado no “Legislator Views of Brazilian Governance”, realizado na Universidade de Oxford em setembro de 2009. Acessado em <http://www.princeton.edu/~zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf> em 06.03.2011.

Sites consultados:

- http://www.vermelho.org.br/pcdob/secretarias/juventude/part_juven.asp, consultado em 30.05.2007.
- Retirado de <http://www.pcdob.org.br/secretarias/secretaria-juventude/>, em 21.02.2011.
- <http://psol50.org.br/files/2010/03/Estatuto-PSOL-Registrado-1.pdf> em 07.03.2011
- http://www.pcdob.org.br/documento.php?id_documento_arquivo=2 em 07.03.2011
- [http://www.tse.gov.br/internet/partidos/arquivos/pstu/ESTATUTO PSTU.pdf](http://www.tse.gov.br/internet/partidos/arquivos/pstu/ESTATUTO_PSTU.pdf) em 07.03.2011
- <http://www.pt.org.br/portalpt/dados/bancoimg/c091003181315estatutopt.pdf> em 07.03.2011
- <http://www.pdt.org.br/index.php/pdt/estatuto> em 07.03.2011

Apêndices

Apêndice A – Perfil dos jovens entrevistados - Mulheres

Nome	Idade	Partido	Ano de filiação	Cor	Trabalha?	Curso (seletividade)	Reside com	Escolaridade dos pais	Renda familiar R\$
Joana	24	PDT	2000	Branca	sim	Ensino Médio	pais	Pai: Médio completo Mãe: Médio completo	Até 2 SM
Fernanda	22	PSOL	2006	Preta/parda	não	Enfermagem (C)	república	Pai: Médio completo Mãe: Médio completo	7-10 SM
Marina	28	PSOL	2006	Branca	sim	Mestranda	pais	Pai: Pós-graduação Mãe: Pós-graduação	11 ou mais SM
Poliana	25	PSTU	2005	Branca	não	Direito (A)	filha	Pai: superior completo Mãe: superior incompleto	3-6 SM
Tamara	27	PSTU	2002	Preta/parda	sim	Serviço Social (C)	marido	Pai: Médio completo Mãe: Médio completo	3-6 SM
Denise	29	PSTU	2001	Amarela	sim	Ciências Sociais (B)	pais	Pai: Superior Completo Mãe: Superior completo	3-6 SM
Núbia	21	PT	2005	Branca	não	Ciências Sociais (B)	pais	Pai: Pós-graduação Mãe: Pós-graduação	11 ou mais SM
Cíntia	25	PT	1997	Preta/parda	sim	Serviço Social (C)	pais	Pai: Superior completo Mãe: Superior completo	Mais de 10 SM
Guinevere	28	PT	2007	Branca	sim	Pedagogia (C)	pais	Pai: Superior completo Mãe: Superior completo	não sabe a renda da mãe
Antônia	22	PT	2009	Preta/parda	não	História (B)	república	Pai: Pós-graduação Mãe: Médio completo	11 ou mais SM

Apêndice B – Perfil dos jovens entrevistados - Homens

Nome	Idade	Partido	Ano de filiação	Cor	Trabalha?	Curso (seletividade)	Reside com	Escolaridade dos pais	Renda familiar R\$
Wellington	22	PCdoB	2006	Preta/parda	não	Estatística (C)	pais	Pai: fundamental incompleto Mãe: Médio Completo	Até 2 SM
Erivelto	29	PDT	1999	Branca	sim	Direito (A)	esposa	Pai: Médio completo Mãe: Fundamental incompleto	7-10 SM
Tuco	27	PDT	2000	Branca	sim	Engenharia (A)	pais	Pai: superior completo Mãe: superior completo	11 ou mais SM
Roberto	21	PSOL	2006	Branca	não	Psicologia (B)	pais	Pai: Médio incompleto Mãe: Médio incompleto	3-6 SM
Mariano	24	PSOL	2004	Preta/parda	sim	Ciências Sociais (B)	república	Pai: Médio completo Mãe: Médio completo	3-6 SM
Silvano	27	PSOL	2003	Preta/parda	sim	Letras (B)	república	Pai: fundamental completo Mãe: Médio incompleto	3-6 SM
Ademir	22	PSOL	1999	Branca	não	Economia (A)	pais	Pai: pós-graduação Mãe: pós-graduação	11 ou mais SM
Luciano	24	PSOL	2002	Branca	sim	História (B)	namorada	Pai: Superior completo Mãe: Superior completo	3-6 SM
Cláudio	28	PSOL	1997	Branca	sim	História (B)	sozinho	Pai: Superior completo Mãe: Médio completo	3-6 SM
Norberto	29	PSOL	2005	Branca	sim	Geografia (B)	sozinho	Pai: Superior completo Mãe: Superior completo	(por não morar com os pais desconhece sua renda)
Julião	23	PT	1997	Preta/parda	sim	História (B)	sozinho	Pai: Médio completo	3-6 SM

Apêndice C - Perfil dos jovens entrevistados

Joana – PDT

Tinha 24 anos e residia com a mãe. Convivia pouco com o pai que saiu de casa quando ela era criança. Os pais têm ensino médio completo, sendo que o pai foi pescador e depois motorista de van (transporte público alternativo) e a mãe ocupava um cargo comissionado em administração pública municipal. Não sabia a renda do pai; a renda da mãe não chegava a dois salários mínimos e a dela estava na faixa de 3-6 salários mínimos. Sua renda era oriunda do cargo que ocupa em administração pública municipal. Não tem irmãos e é kardecista, religião compartilhada por sua mãe. Filiou-se ao PDT em 2000, depois de participar, junto com a mãe, de inúmeros eventos de campanha e festas do partido ao longo da infância e juventude. Sua filiação ocorreu durante a festa de aniversário de um político local transformada em evento político em um clube da cidade. Estudou em escolas públicas durante quase toda sua educação básica, transitou entre escolas públicas e privadas na irregular passagem pelo ensino médio, que ainda não concluiu o ensino médio por ter parado de estudar e repetido de ano sucessivas vezes devido às faltas, atribuídas à militância partidária. Pretende terminar os estudos em 2010 e prestar vestibular para Serviço Social. Sua ação militante esteve ligada às panfletagens de rua, campanhas eleitorais e encontros e reuniões da juventude do partido, que não tem presença marcante no movimento estudantil, seja no município em que reside, seja no estado do Rio de Janeiro. Participava da executiva de juventude estadual e nacional. Os amigos que não são militantes estariam negligenciados, quase só convive com os militantes.

Fernanda – PSOL

Tinha 22 anos e morava em república de estudantes com o namorado. Os pais moravam na região norte do país e têm ensino médio completo, sendo pai e mãe funcionários públicos estaduais. Fernanda não trabalhava e recebia mesada dos pais para seu sustento. A renda familiar se situava na faixa de 7-10 salários mínimos. Tinha um irmão mais velho e duas irmãs mais novas que moravam com os pais. De família católica continuava indo à igreja, mas com pouca frequência. Não tinha filhos. Filiou-se ao PSOL em 2006, através do movimento estudantil da universidade onde estudava no norte do país. Terminou o namoro com um militante do partido quando este mudou-se para o estado do Rio de Janeiro devido à militância. Um ano depois decidiu mudar-se também, em busca de melhor qualidade de ensino e para reatar o namoro. Militava no movimento estudantil universitário, era responsável pelo contato, orientação e acompanhamento dos novos militantes. Os amigos da cidade em que reside atualmente são militantes do partido e colegas da faculdade não militantes; mantém contato com amigos de infância não militantes, especialmente através de comunidades virtuais.

Marina – PSOL

Tinha 28 anos, formada em História e mestranda em História. Os pais são pós-graduados e funcionários públicos, sendo o pai pesquisador do IBGE e professor da faculdade ligada ao Instituto e a mãe professora de uma universidade federal no Rio de Janeiro. Tinha um filho e voltara a morar com os pais depois de se separar do companheiro, que voltou a morar com ela algum tempo depois. A renda dos pais era superior a 11 salários mínimos. Tinha outras 3 irmãs mais novas. Estudou em escola particular ao longo de toda a educação básica. Trabalhava como professora de história em uma escola particular e sua renda como professora não chegava a 2 salários mínimos, por isso contava com a

ajuda dos pais para seu sustento. Largou a faculdade por 3 anos, após o nascimento do filho, no momento em que militava no movimento estudantil. Esteve próxima da militância petista até meados do curso superior, sem nunca se filiar ao partido. Pais eram filiados ao PT. Filiou-se ao PSOL em 2006 quando voltou a estudar, mas o movimento estudantil não lhe atraía mais; participou, então, do movimento de mulheres do partido e depois passou para um grupo de discussão sobre educação. A maioria dos amigos é militante, não necessariamente do PSOL, mas algumas amizades do PT foram desfeitas depois de sua filiação ao PSOL.

Tamara – PSTU

Tinha 27 anos, era casada, tinha uma filha. Residia com o marido – em 2009 – e, em 2010 estava separada e morando com a filha na região metropolitana do Rio de Janeiro. É natural do estado do Ceará. Os pais têm ensino médio completo, sendo o pai motorista de ônibus e a mãe desempregada. Pais ficaram separados por alguns anos e reataram o casamento. Depois de conhecer o marido, militante do PSTU em um congresso de estudantes, Tamara mudou-se para a região metropolitana do Rio de Janeiro, casou-se em seguida e mais tarde a mãe acabou por juntar-se novamente ao pai, no Rio de Janeiro. A renda familiar está entre 3 e 6 salários mínimos, juntando-se os ganhos da jovem e de seu marido. Estudou em escola particular durante o ensino fundamental e em escola pública no ensino médio. Foi católica até cerca de 15 anos de idade, quando passou a frequentar um grupo kardecista, onde teve as primeiras aproximações com o PT. Filiou-se ao PSTU em 2002, quando estava na universidade. Iniciou curso de Letras-Português em universidade do Ceará, fez novo vestibular quando mudou-se para o Rio de Janeiro para Letras-Grego, transferindo depois para Letras-Espanhol; abandonou o curso para fazer Serviço Social. Em 2009 trabalhava como atendente de telemarketing mas foi demitida – essa era sua vontade – entre a primeira e segunda sessão de entrevistas da primeira fase. O movimento estudantil da universidade em que estuda é seu principal espaço de militância mas também participa de atividades sindicais. Os amigos são militantes do partido, moradores da comunidade em que reside e mães de amigas de sua filha¹⁰⁸.

Denise – PSTU

Tinha 29 anos e residia com a mãe. Morou bastante tempo em repúblicas de estudantes, enquanto a mãe morava no interior do estado do Rio de Janeiro. Conheceu o pai biológico em 2009, quando este voltou do Japão, para onde viajou logo depois de Denise nascer. Ela chama de pai o ex-marido da mãe, que a adotou afetivamente mas não oficialmente. O pai (adotivo) tem ensino superior incompleto e é assalariado com carteira assinada; a mãe tem ensino superior completo e também é assalariada com carteira assinada. A renda da mãe situa-se entre 3 e 6 salários mínimos e a da jovem é menor que dois salários mínimos, somando-se o que ganha como atendente de telemarketing e trabalhos de consultoria. Cursou o ensino fundamental em escola pública e o ensino médio em escola particular. É formada em Nutrição e voltou à universidade para cursar Ciências Sociais. Faz consultorias em Nutrição para pessoas conhecidas, mas não queria continuar vinculada à profissão. Mãe não é religiosa, nem Denise. Tem um irmão mais novo que mora com ela e a mãe, além de uma irmã e um irmão por parte do pai biológico, a quem também acabara de conhecer. Filiou-se ao PT em 2001 quando cursava o ensino superior; no período da crise que levou à fundação do PSOL filiou-se ao

¹⁰⁸ No fim do ano envie e-mail para Tamara para confirmar sua idade; ela respondeu que havia se separado do marido, estava sem emprego e morando novamente com os pais na Ilha do Governador, bairro da cidade do Rio de Janeiro.

PSTU por considerar que o novo partido estava ficando parecido demais com o PT. Tem maior proximidade com o grupo de mulheres do partido, mas também milita no movimento estudantil. Ela mantém amigos em sua cidade natal – no interior do estado do Rio de Janeiro, colegas de faculdade não militantes, amigos músicos que conheceu pelos bares da cidade, amigos militantes do PT e do seu atual partido.

Núbia – PT

Tinha 21 anos, residia com a mãe e uma irmã mais velha em cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Pais estão separados. Tanto o pai quanto a mãe têm pós-graduação, o pai é professor civil na Marinha e a mãe professora de uma universidade federal. A renda familiar ultrapassa 11 salários mínimos. Núbia tem bolsa de iniciação científica na faculdade e conta com ajuda financeira dos pais. É católica, assim como a mãe, mas é pouco praticante. O pai foi do PCB e viveu por 12 anos na União Soviética nos anos 1970; na volta ao Brasil desistiu da militância para, segundo a jovem, se dedicar à família; a mãe morou no país soviético mas não foi militante. Não tem filhos. Estudou em escola particular ao longo de toda a educação básica, em instituição católica. Foi nesta escola que iniciou sua militância no movimento estudantil. Filiou-se ao PT em 2005, quando completou 16 anos e militava no movimento estudantil secundarista, mas já era próxima do partido antes disso. Atualmente está mais próxima do movimento estudantil universitário, das atividades da juventude do partido, que tem centrado suas discussões nas políticas públicas de juventude e tem se aproximado do setorial de mulheres. Os amigos são quase todos militantes; não tem tido tempo para amizades fora do partido.

Cíntia – PT

Tem 25 anos e mora com os pais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os pais têm ensino superior completo, sendo o pai assalariado com carteira assinada e a mãe funcionária pública estadual. Morou com sua companheira durante alguns anos, mas voltou para a casa dos pais em 2009, quando o relacionamento terminou. Trabalhava numa prefeitura municipal da região metropolitana, ocupando um cargo comissionado no qual tinha a atribuição de contribuir para a consolidação do partido. A renda dos pais ultrapassava 11 salários mínimos e a renda de Cíntia está entre 3 e 6 salários mínimos. Apesar de morar com os pais vivia de sua própria renda. Pais são evangélicos pouco praticantes e a jovem não professa qualquer religião. Estudou em escola particular até a 6ª série do ensino fundamental, concluiu os estudos básicos em escolas públicas. Iniciou militância estudantil no ensino fundamental – na escola pública e filiou-se ao PT em 1997 quando estava no ensino médio. Militou intensamente no movimento estudantil secundarista; por razões diversas passou por 3 escolas públicas até o final dos estudos e em todas ajudou a criar grêmios estudantis. Na universidade aproxima-se do movimento estudantil apenas na medida da necessidade do partido; investia a maior parte de seu tempo militante no movimento LGBT, no grupo de mulheres e nas discussões mais amplas do partido. Faz parte do diretório municipal do PT. Os amigos são todos militantes, de diversos partidos identificados por ela como de esquerda, pois não “tolera partidos de direita” nem consegue se relacionar com pessoas desengajadas.

Guinevere – PT

Tem 28 anos e mora com a mãe. O pai faleceu há muitos anos e tinha ensino superior completo. A mãe também tem ensino superior completo e é funcionária pública aposentada. Não sabe informar a

renda da mãe. Apesar de morar com a mãe vive com os próprios recursos obtidos com o trabalho de atendente de telemarketing, onde auferir pouco menos de 2 salários mínimos. Tem 3 irmãs (uma falecida) e um irmão, todos de mães diferentes e com os quais não se relaciona bem. Saiu da casa da mãe, onde morava também com a avó, aos 18 anos; a família não convivia bem com a homossexualidade de Guinevere e ela quis viver por conta própria. Foi jogadora de futebol em São Paulo, mas encontrou enormes resistências e preconceitos nesse espaço voltando para o Rio de Janeiro e para a casa da mãe. Parte da família é católica e parte evangélica, mas a jovem não professa qualquer religião. Iniciou militância no movimento estudantil na UJS, vinculado ao PCdoB. Afastou-se do partido por considerar que a ideologia comunista era incompatível com a homossexualidade. Passou alguns anos afastada de qualquer militância vindo a se filiar ao PT em 2007, quando já estava na faculdade e dirigia uma ONG voltada para a defesa dos direitos do público LGBT. Foi da equipe que coordenou a campanha eleitoral de um jovem candidato a vereador em 2007 onde enfrentou desentendimentos; desiludiu-se com o partido, por isso tem investido pouco na militância partidária, dedicando-se quase exclusivamente ao grupo de mulheres e LGBT do partido. Coordena uma ONG LGBT só de mulheres depois de ter tido problemas em outra ONG que coordenava. Tem poucos amigos, todos do movimento LGBT, alguns com militância partidária.

Antônia – PT

Tinha 22 anos e morava em república de estudantes. Pais moravam no interior do estado de Minas Gerais. Pai tem ensino superior completo e é professor universitário – assalariado com carteira assinada. A mãe tem ensino médio completo e é trabalhadora autônoma. Não trabalha e recebe ajuda de custo dos pais que se aproxima de 2 salários mínimos. A renda dos pais ultrapassa 11 salários mínimos. Pai é simpatizante do PT, não é filiado mas ocupa cargo de confiança em uma prefeitura petista. A família é protestante e Antônia frequenta cultos todas as semanas. Estudou em escolas particulares durante todo o ensino básico e não teve qualquer tipo de engajamento naquele período. Foi indicada como militante do PT por outros militantes mas não é formalmente filiada ao partido. Procurou o movimento estudantil universitário pois considerava que tinha obrigação de se engajar pois esta seria uma ação típica de estudantes universitários e por cursar História; milita em um grupo petista do movimento estudantil. Participa das reuniões do grupo militante, de discussões e debates em sala de aula. Os amigos são colegas da faculdade, militantes e não militantes do PT, amigos da igreja, além de manter contato com amigos de infância e adolescência em sua cidade de origem.

Wellington – PCdoB

Tinha 22 anos e residia com os pais na Baixada Fluminense. O pai tem ensino fundamental incompleto e é assalariado com carteira assinada; a mãe tem ensino médio completo e é do lar. Wellington não trabalhava, mas tinha bolsa de extensão da universidade para ajudar em seus custos; a renda familiar era de cerca de dois salários mínimos. Tem um irmão mais velho que também morava com os pais e trabalhava. Já foi católico e evangélico, mas não professava mais qualquer religião desde os 18 anos de idade. Não tinha filhos. Filiou-se ao PCdoB em 2006 quando estava no 3º ano do ensino médio. Estudou em escolas públicas ao longo de toda a educação básica. O movimento estudantil universitário é o principal espaço de atividade militante partidária, além disso circulava por outras universidades, especialmente particulares, para eleger delegados para congressos estudantis. Seus amigos são os colegas de militância, além de alguns poucos amigos dos tempos de escola em sua cidade de residência.

Erivelto – PDT

Tinha 29 anos, era casado e residia com a esposa. O pai tem ensino médio completo e é militar aposentado, a mãe tem ensino fundamental incompleto e é do lar. É policial civil, mas estava cedido para a assessoria parlamentar de um vereador. Sua renda ultrapassava 11 salários mínimos e a renda dos pais está entre 7 e 10 salários. Tinha uma irmã do casamento do pai e da mãe e um irmão mais velho filho de sua mãe com outro homem. Tinha pouco contato com o irmão que ficou na Paraíba com os avós quando a mãe se mudou para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Não professava qualquer religião. Estudou em escola pública durante toda a escolaridade básica, tendo estudado em colégio de aplicação de uma universidade pública 5ª à 8ª séries e em colégio público federal durante o ensino médio. Iniciou a militância no movimento estudantil no ensino médio, em 1999, estando ligado ao PCB, sem, no entanto, filiar-se. Teve problemas com as lideranças partidárias e afastou-se do partido. Filiou-se oficialmente ao PDT dois anos depois, no final do último ano de ensino médio. Militou no movimento estudantil universitário como forma de criar redes para conquistar espaço no interior do partido. A maioria dos amigos é militante do PDT; além desses tem amigos policiais civis e lutadores de jiu-jitsu, esporte que ele praticava. Criou barreiras à aproximação da esposa à militância partidária porque considerava que isso enfraqueceria sua posição no partido.

Tuco – PDT

Tinha 27 anos e residia com os pais. Os pais têm ensino superior completo, sendo o pai bancário aposentado e a mãe assalariada com carteira assinada. Trabalhava como professor de física em diversas unidades de um curso pré-vestibular e como professor voluntário no pré-vestibular popular de Engenharia da universidade onde estudou. Formou-se recentemente em Engenharia e fazia mestrado em Engenharia de Telecomunicações. Sua renda girava em torno de 7 a 10 salários mínimos e a dos pais ultrapassava 11 salários mínimos. Tem um irmão mais novo que apenas estuda. De família católica, avó muito religiosa mas pais pouco frequentes à igreja, deixou de professar a fé depois de fazer 1ª comunhão e antes de terminar o ensino médio. Não tinha filhos. Filiou-se ao PDT em 2000, depois de passar no vestibular. Tinha interesse de militar desde o ensino médio mas não encontrou espaço para mobilização em sua escola (não havia grêmio, grupos partidários, etc). Usou os 6 meses de espera para início das aulas na universidade para pesquisar partidos, especialmente PT e PDT, e decidiu se engajar no PDT. Seu espaço principal de militância é o cursinho pré-vestibular de Engenharia que ele coordenou e ajudou a consolidar. O movimento estudantil não lhe atraía e era inexistente em seu curso. A juventude pedetista, que passou a coordenar em 2010, também é um espaço importante de investimento militante. Muitos amigos são militantes do partido, mas também há amigos remanescentes dos tempos de escola, ex-alunos do cursinho e ex-colegas de faculdade.

Roberto – PSOL

Tinha 21 anos e morava com os pais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os pais têm ensino médio incompleto, pai foi taxista e está aposentado por invalidez devido a doença crônica; mãe é trabalhadora autônoma. Não trabalhava e era sustentado pelos pais. A renda familiar estava entre 3 e 6 salários mínimos, renda alcançada com a aposentadoria do pai. Tem uma irmã mais velha, que morava sozinha. Pais e irmã são batistas, ele frequentava a mesma igreja, até os 16 anos, deixando de

frequentá-la, gradativamente, por não concordar com os controles e o conservadorismo da igreja. Aproximou-se de partidos políticos durante o cursinho pré-vestibular, mas iniciou a militância política apenas depois de entrar na universidade e aproximar-se do movimento estudantil. Filiou-se ao PSOL em 2006 depois de conhecer diversos partidos organizados no movimento estudantil da universidade. Sua militância partidária ocorre no movimento estudantil universitário, num núcleo de base que ele ajudou a criar em seu município de residência e no apoio à organização sindical na região metropolitana do Rio de Janeiro. Seus amigos são militantes da corrente partidária da qual faz parte e do movimento estudantil, além de poucos ex-colegas do ensino médio.

Mariano – PSOL

Tinha 24 anos e morava em república de estudantes. Os pais residiam na região norte do país, têm ensino médio completo e ambos são trabalhadores autônomos. A renda dos pais situava-se na faixa de 3 a 6 salários mínimos. Trabalhava como atendente de telemarketing e sustentava-se por conta própria auferindo renda de menos de dois salários mínimos. Tem 3 irmãs mais velhas que vivem no norte do país. A família é muito religiosa – católica – mas Mariano foi deixando de frequentar a igreja à medida que aprofundava seu engajamento político. Até o ingresso na universidade – ainda no norte do país – não tinha qualquer tipo de engajamento político mas depois seu engajamento se consolidou rapidamente. Filiou-se ao PSOL em 2003. Mudou-se para o estado do Rio de Janeiro em 2005, num “giro político”¹⁰⁹ para ajudar a consolidar o novo partido. Mudou-se primeiro para depois tratar da transferência de matrícula entre universidades, perdendo um semestre do curso. Participou da campanha eleitoral de 2004 no Rio de Janeiro e foi esta experiência que o credenciou a ser solicitado pelo partido a mudar-se de cidade. A mudança proporcionou-lhe estudar em universidade de melhor qualidade, seu desejo antigo, mas fez com que terminasse o namoro com uma militante que ficou no norte (mas mudou-se também um ano depois, reatando o namoro). A militância era intensa e se vinculava com o movimento estudantil universitário, com movimentos sindicais da região metropolitana do Rio de Janeiro, com a coordenação da corrente partidária da qual fazia parte em seu município de residência e participação na executiva estadual do partido. Seus amigos eram de perfis diversos, de um nacionalista a militantes do partido e colegas não engajados da universidade.

Silvano – PSOL

Tinha 27 anos, morava em república de estudantes e é natural do norte do Pará. O pai tem ensino fundamental completo e é assalariado com carteira assinada; a mãe tem ensino médio incompleto e também é assalariada com carteira assinada. Os pais eram separados e a renda da mãe situava-se entre 3 e 6 salários mínimos. Silvano não recebia ajuda dos pais; sua renda se aproximava de 2 salários mínimos e era resultante de seu trabalho como atendente de telemarketing. Tem 3 irmãos e 3 irmãs, todos mais velhos que ele, morando em Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. Toda a família é católica, mas o jovem não professa qualquer religião. Sua homossexualidade foi muito reprimida, ainda que nunca tenha sido assumida abertamente na família. Estudou em escola pública durante toda a escolarização básica. Iniciou militância no movimento estudantil, no ano de 1996, quando estava no ensino fundamental. Atrasou a conclusão do ensino fundamental e médio em vários anos devido à intensa militância na UBES, que o levava a viajar constantemente para estados da região sudeste. Em 2001 mudou-se para o Rio de Janeiro, a fim de ficar mais próximo do centro de mobilização estudantil

¹⁰⁹ Nome dado às mudanças que um militante produz em sua vida para realizar sua militância ou para assegurar que as demandas do partido sejam atendidas.

e concluir o ensino médio. Filiou-se ao PSOL em 2003 junto com seu grupo militante por desiludir-se com o governo Lula. Sua militância estava mais dedicada ao movimento estudantil e à organização local do partido, participando de reuniões e grupos de estudos, além de acompanhar a organização sindical na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os amigos são de origens variadas: militantes do movimento estudantil e do partido, antigos vizinhos e ex-colegas de escola, militantes e não militantes.

Ademir – PSOL

Tinha 22 anos e morava com o pai. Pais são separados, ambos têm pós-graduação e ambos são funcionários públicos. A renda familiar ultrapassa 11 salários mínimos e Ademir vive com o auxílio dos pais, sem trabalhar. É filho único. Mãe é kardecista, assim como o jovem. Estudou em escola pública federal ao longo de toda a educação básica. Pai foi do PCB e filiou-se ao PT pouco tempo depois de sua criação. Iniciou militância no movimento estudantil quando ainda estava no ensino fundamental. Esteve próximo do PT desde os 13 anos de idade, mas só pode se filiar depois de completar 16 anos, em 2000. Participou da UMES no Rio de Janeiro e da UBES. Participou também das mobilizações de rua pela garantia do direito ao passe livre em 2002. Filiou-se ao PSOL em 2005, junto com a segunda onda de migração do PT. Na universidade continuava militando no movimento estudantil, mas buscava de novos espaços de militância. Seus amigos são ex-colegas de escola – militantes e não militantes –, além de colegas de faculdade não militantes e militantes do partido. Fazia questão de cultivar amizades fora do partido para manter a diversidade dos relacionamentos sociais.

Luciano – PSOL

Tinha 24 anos e morava com a namorada em república de estudantes. A namorada também era militante do mesmo partido. Os pais têm ensino superior completo e ambos são assalariados com carteira assinada. A renda dos pais situa-se entre 3 e 6 salários mínimos. Luciano trabalhava, sustentava-se por conta própria e sua renda aproximava-se de 2 salários mínimos. Tem um irmão mais novo que mora com os pais. Pais não são religiosos e o jovem se declara ateu. Coursou ensino fundamental em escola particular e o ensino médio em escola técnica federal. Iniciou a militância no movimento estudantil secundarista, filiando-se ao PT em 1999, um ano depois de entrar no ensino médio. Enfrentou forte resistência dos pais à sua militância e saiu de casa quando passou a receber ajuda de custos do partido para se dedicar com mais intensidade às atividades militantes. Isso ocorreu no final do ensino médio e adiou sua entrada na universidade. A ajuda de custos durou cerca de dois anos e já tinha sido encerrada quando ingressou na faculdade, em 2004. Para poder militar trancou a matrícula e iniciou o curso efetivamente em 2005, ano em que migrou de partido, filiando-se ao PSOL. Tem se dedicado à militância estudantil e à consolidação do programa do partido, participando de reuniões e grupos de estudos. Os amigos são militantes do partido e colegas de faculdade não militante; acha difícil separar a vida militante das relações de amizade, busca fugir dos assuntos do partido com os amigos não engajados, mas não consegue deixar de conversar sobre política.

Cláudio – PSOL

Tinha 28 anos e morava sozinho desde que se separou da companheira no início de 2009; voltando a morar com ela em 2010. Tem um filho e a companheira também era militante do PSOL. A renda dos pais se situa na faixa de 3 a 6 salários mínimos. O pai tem ensino superior completo e é funcionário

público; a mãe tem ensino médio completo e é do lar. Formou-se em História no início de 2009. Trabalhava como chefe de gabinete de um vereador do PSOL – havia se desligado da função em 2010 – e como professor concursado da rede municipal de ensino, estando sua renda situada na faixa de 3 a 6 salários mínimos. De família ligada ao PTB e PDT – um tio-avô foi senador da república – recorda-se de discordar das posições conservadoras e populistas dos parentes e, ao mesmo tempo, de não haver debates políticos em família. De família pouco religiosa o jovem se declarou ateu. Não tem irmãos. Estudou na mesma escola particular ao longo de toda a educação básica. Aproximou-se do PT ainda no ensino fundamental por influência de um professor de História; participava do grêmio, mas este não realizava atividades políticas. Entrou para a universidade em 2000, militou no movimento estudantil e passou a trabalhar como assessor parlamentar de um vereador petista quando sua companheira engravidou. Trancou faculdade por cerca de 4 anos e voltou em 2008 para concluir, não militando mais no movimento estudantil. Migrou para o PSOL em 2006. O vereador de quem era assessor à época filiou-se ao novo partido alguns meses mais tarde. Participava da executiva municipal do partido e da executiva estadual - em 2010 estava no Diretório Nacional do partido – além de participar de reuniões nacionais para definir as diretrizes do partido. O deslocamento para o novo partido produziu o rompimento de algumas amizades, mas ainda mantém amigos no PT, além dos amigos que migraram com ele para o PSOL e novos amigos de militância. Tem buscado novas amizades junto a colegas professores mas reconhece que não tem tempo para investir em amizades e relacionamentos fora do círculo partidário.

Norberto – PSOL

Tinha 29 anos e morava sozinho. Os pais moravam em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais e têm ensino superior completo, sendo o pai aposentado e a mãe funcionária pública. Por não morar com os pais desconhece sua renda. Trabalhava na reitoria da universidade em que estudava onde ocupava um cargo comissionado. Sua renda situava-se entre 3 e 6 salários mínimos. De família católica, compartilhava da mesma religião, mas não era praticante. Tem duas irmãs mais velhas. Pais são filiados ao PT mas não são militantes; participou de algumas reuniões do partido quando adolescente, mas não se filiou na época. cursou todo o ensino básico em escola pública, sendo o ensino médio em escola técnica federal. Ao concluir o ensino médio mudou-se para o Rio de Janeiro, a contragosto e sem o apoio dos pais, em busca de novos horizontes. Para sobreviver distribuiu panfletos, foi atendente de lanchonete e acabou se tornando vendedor ambulante – camelô – nas ruas do subúrbio do Rio de Janeiro. Mobilizou-se junto com outros ambulantes para garantir seus direitos no comércio informal, sem aproximação com partidos. Na faculdade aproximou-se do movimento estudantil, através de uma corrente do PT que, em 2005 migrou para o PSOL. O jovem foi junto. Militava na associação dos estudantes de Geografia, fez parte de direções do CA, do DCE e da UNE. Era mobilizador de projetos na comunidade onde mora, buscando parcerias com a universidade para desenvolver projetos de extensão universitária de atendimento e formação dos moradores de uma comunidade popular na região metropolitana do Rio de Janeiro. Fazia parte da direção colegiada da associação de moradores daquela comunidade. O partido desejava que ele se formasse, fizesse concurso para professor e militasse em sindicato, mas ele preferiu adiar o fim da graduação em nome da mobilização comunitária. Suas amizades têm origens diversas: militantes do partido, colegas de faculdade militantes e não militantes e moradores da comunidade onde mora.

Julião – PT

Tinha 23 anos e morava sozinho. Os pais têm ensino médio completo, sendo o pai trabalhador autônomo e a mãe do lar. A renda dos pais situava-se na faixa de 3 a 6 salários mínimos. Tem uma irmã mais velha, formada, que não morava mais com os pais. Pais são católicos e há muitos anos se mobilizavam em torno de comunidades eclesiais. Julião foi da Pastoral da Juventude, compartilhava da religião dos pais, mas não dedicava muito tempo às idas à igreja. Pais eram militantes do PT, participavam da associação de moradores do bairro onde residiam. Julião estava trabalhando como assessor parlamentar de um deputado federal do PT e isso lhe deu autonomia financeira para sair da casa dos pais. Estudou em escola particular ao longo de toda sua formação básica, tendo bolsa de estudos. Aproximou-se da militância estudantil, ainda no ensino fundamental, e usou sua militância política como forma de distinção entre os colegas, já que não tinha a mesma condição socioeconômica. Participou do grêmio, foi da UBES e destacava-se como liderança estudantil na escola. A militância sempre esteve vinculada ao PT, filiando-se ao partido em 1997, em corrente distinta da compartilhada pelos pais. Terminou o ensino médio e não prestou vestibular imediatamente. Na universidade engajou-se no movimento estudantil, compôs chapas do DCE e da UNE. Dedicou-se também ao movimento comunitário de seu bairro até 2009. Buscava novas lideranças estudantis petistas para assumir seu lugar na universidade a fim de poder se dedicar mais à militância específica do partido e terminar os estudos, que estavam atrasados devido ao engajamento político. Julião tem amigos no bairro onde residiu por muitos anos, colegas skatistas com os quais mantém contato, além de colegas de faculdade militantes e não militantes, militantes do PT e de outros partidos ideologicamente próximos ao PT.

Apêndice D - Questionário

Jovens e partidos: a experiência da socialização política

Boa tarde, meu nome é... estamos fazendo uma pesquisa sobre a militância política de jovens estudantes. Esta pesquisa faz parte do doutorado em Educação de Ana Karina Brenner. Você poderia responder a algumas perguntas? Levará cerca de 7 minutos. Você é filiado a algum partido ou grupo político?

1. Nome: _____ 2. Data de nascimento: _____

3. Sexo: () F () M

4. Cor/Raça: () Branca () Preta/Parda () Amarela () Indígena () não informado

5. Religião: _____ () não informado

6. Bairro onde mora: _____ () não informado

7. Fez Ensino Fundamental em:

() escola pública () escola particular () não informado

8. Fez Ensino Médio em:

() escola pública () escola particular () não informado

9. Fez curso pré-vestibular?

() Não () Sim a. () comunitário b. () particular () não informado

10. Qual o curso em que está matriculado? (anotar se forem cursos de outras cidades)

11. Está em que período?

() 1º ou 2º () 3º ou 4º () 5º ou 6º () 7º ou 8º

() 9º ou 10º () mais () não informado

12. É filiado a algum partido ou grupo político?

() não () sim () não informado

a. () partido b. () grupo político

12. a. A qual partido é filiado? _____

12. b. A qual grupo político é filiado?

() Anarquistas () marxistas () outro. Qual? _____

13. Quando você se filiou ao partido/grupo?

a) Ano: _____

b) escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Universidade () não informado

14. Já foi filiado a outro partido? () sim () não Qual? _____

15. Com que frequência você participa de atividades ligadas à militância política?

() semanalmente () quinzenalmente () mensalmente () outra frequência () não informado

16. O que marcou a escolha pela filiação partidária?

() Influência dos pais () Militância estudantil no Ensino Médio
() Militância estudantil na Universidade () Filiação sindical
() Amigos da escola/universidade () Outra. Qual? _____
() não informado

17. Como mora?

() Pais () República () Parentes () Namorada(o)/esposa(o) () não informado

18. Você trabalha?

a. () sim

a.1. Que tipo de trabalho realiza? _____

a.2. Qual a sua jornada semanal (em horas)? _____

b. () não

b.1. Você já trabalhou? () sim () não

b.2. Está procurando emprego neste momento?

() sim () não

19. Como você se sustenta?

() Pais ou parentes () por conta própria () conta própria com ajuda () não informado

20. Qual a sua renda mensal?

() até 2 SM () 3-6 SM () 7-10 SM () 11 ou mais SM () não informado

SOBRE OS PAIS/FAMÍLIA

21. Qual a profissão do pai?

() Assalariado com carteira () Assalariado sem carteira () Funcionário público

assinada

Trabalhador autônomo/por
conta própria

Aposentado/Pensionista

assinada

Produtor Rural

Desempregado

()
Qual?_____

Ambulante

Militar

Outro. não informado

22. Qual a profissão da mãe?

Assalariada com carteira
assinada

Trabalhadora autônoma/por
conta própria

Aposentada/Pensionista

Assalariada sem carteira
assinada

Produtora Rural

Desempregada

()
Qual?_____

Funcionária pública

Ambulante

Do lar

Outro. não informado

23. Qual a escolaridade do pai?

Analfabeto

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós-Graduação

não informado

24. Qual a escolaridade da mãe?

Analfabeto

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós-Graduação

não informado

25. Qual a renda média da família?

até 2 SM
informado

3-6 SM

7-10 SM

11 ou mais SM

não

26. Seu pai é filiado a: Não

Partido Político

Associação profissional

Sindicato

Associação de Moradores

Outros. Qual?_____

27. Sua mãe é filiada a: Não

Partido Político

Associação profissional

Sindicato

Associação de Moradores

Outros. Qual?_____

28. Desejaria continuar/teria disponibilidade para participar da pesquisa através de entrevistas em outro momento?

sim não

29. Telefone de contato: _____

30. e-mail: _____

31. Endereço: _____

Apêndice E – Roteiro de Entrevista para 1ª etapa

Perfil¹¹⁰

- Nome
- Sexo
- Quando nasceu
- Onde e com quem mora (e os pais, caso não more com eles)
- Curso e período em que se encontra
- Cor/ raça
- Faixa de renda
- Partido no qual milita
- Religião
- Trabalha: () sim () não Em quê?_____

❖ Fale sobre sua vida até o momento de sua militância em partido político.

- Onde começou a militância – diretamente no atual partido, houve outra militância anterior ou concomitante?
- Houve algum evento significativo?
- Alguma pessoa ou grupo teve influência?

- FAMÍLIA
 - Os pais são militantes de partido? De algum outro tipo de organização política ou profissional? Como é a militância deles? A militância dos pais teve alguma influência sobre sua militância?
 - Qual a formação e atuação profissional dos pais? Mora com eles? Com quem mora? Renda familiar e individual (diferenças entre aqueles que moram com os pais e os que moram sozinhos – com companheiros ou em repúblicas)?
 - Houve estímulo, encorajamento ou desaprovação dos pais ou de outros membros da família?
 - Algo mudou na relação com pais ou familiares depois do início da militância/engajamento político?

- ESCOLA

¹¹⁰ Será constituído por questões já levantadas no questionário aplicado anteriormente e servirá de referência para a realização das entrevistas. Caso o jovem a ser entrevistado não tenha sido abordado através do estudo exploratório, mas por indicação de outro jovem, a entrevista se iniciará com a aplicação do questionário a fim de que todos tenham os dados de perfil coletado através do mesmo instrumento

- A escola proporcionou algum tipo de experiência significativa para a militância política? (Grêmios, projetos sociais, grupos de amigos organizados, bandas ou outras atividades esportivas ou culturais – a escola tanto pode ter influência direta na oferta ou estímulo à organização/militância como pode se constituir em espaço que apenas abriga grupos que se organizam para além da escola ou “apesar dela”. É importante perceber essas variações)
 - Percebe distinções entre o tempo do ensino fundamental e do ensino médio em relação à experimentação de possibilidades de militância/engajamento? Quais as diferenças notadas?
 - Fez cursinho pré-vestibular que estimulasse algum tipo de ação social ou política?
 - Como o momento da vida de universitário se relaciona com a militância política (espaço privilegiado de militância? Tempo de militância e tempo de estudos – estariam em oposição?)
- OUTRAS EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS PARA MILITÂNCIA
 - Quem compõe o grupo de amigos? São os mesmos da militância política? Há outros? Os amigos de militância são os mesmos do começo da militância? O que mudou em relação às amizades (ampliação/restrrição da vida social)?
- O GRUPO DE MILITÂNCIA POLÍTICA
 - Quem são as pessoas com as quais você milita (jovens, universitários, adultos, homens/mulheres, negros/brancos)
 - Como foi a entrada neste grupo? Como se aproximou, como foi a recepção dos outros integrantes do grupo, houve algum tipo de ritual de apresentação ao grupo?
 - Do que gosta e do que não gosta na militância partidária?
 - Quais são as atividades do partido, como ele se organiza (reuniões, periodicidade). De que atividades participa? Há diferentes integrantes em diferentes tipos de atividades do partido?
 - Como é ser jovem num partido político? Como é a relação com os adultos do partido? Há tensões, quais?
 - Há cobranças do partido em relação à militância, participação em reuniões, etc... Com se relaciona com essas cobranças, o que pensa sobre elas?
 - Como é ser militante fora do partido? Como é o relacionamento com outras pessoas que não são militantes (colegas universitários, amigos de outros grupos de relação, colegas de trabalho)?
- MUDANÇAS E CONTINUIDADES NOS MODOS DE SER APÓS A MILITÂNCIA POLÍTICA
 - O que mudou na vida depois da militância política?
 - O que permanece inalterado (amizades, valores, comportamentos, dinâmicas de vida)?
- Há diferenças relativas a ser homem ou mulher na militância partidária?

Apêndice F – Roteiro de Entrevista para 2ª etapa

Pergunta inicial para retomar a conversa: **O que aconteceu de mais importante na sua militância nos últimos meses?** (atividades partidárias, cursos, reuniões, conflitos e tensões, recrutamentos, projetos futuros, como ficou a vida pessoal na relação com a militância – trabalho, família, vida afetiva, estudo. Quais as maiores tensões, conflitos, angústias?)

- a) **As concepções de militância e valores políticos:** porque considera importante se engajar? É a mesma coisa militar no partido, no sindicato, no movimento gay ou no movimento ambientalista, por exemplo? Porquê? Porque você se engaja em diferentes espaços? Como o partido encara o seu engajamento nesses outros espaços? Em que tipo de assunto você já discordou da posição da maioria do partido? Como agiu nesses momentos? Há temas específicos de controvérsia entre suas posições e as práticas do partido? Como define a sua militância. No que ela é diferente da militância dos adultos.

Os valores do militante: em que acredita?

O que prevalece: a posição do partido ou a posição do coletivo do qual participa (gênero, meio ambiente...)

- b) Você milita em algum setorial do partido (gênero, meio ambiente, raça...)? Esses espaços têm trazido novas práticas ou introduzido novos valores aos partidos? Você vê diferenças no modelo de militância do seu grupo e do partido? Diferenças entre militantes antigos e os de hoje?

Solidariedade, respeito à hierarquia, autoridade, respeito à individualidade/coletivismo, práticas de democracia (escolha dos dirigentes...)

- c) **Como é ser homem militante do partido? E como é ser mulher militante?** Como você se faz ouvir nos diferentes espaços do partido: reuniões setoriais, assembléias gerais, momentos de realização de tarefas, etc.... Como se inserem os diferentes militantes do partido nesses momentos (os mais velhos, os mais jovens, os mais antigos, as mulheres, os homens).

- d) **O grupo militante:** onde e quando o grupo se reúne, quem são as pessoas que compõem esse grupo? Quais as pautas? No movimento estudantil, a pauta ultrapassa o universo acadêmico? Como se mobilizam e recrutam novos militantes?

Solicitar exemplos, fatos, cenários. Pedir que situe as práticas, e que faça hierarquias de valores (do mais ao menos importante) e dar exemplos de como essas questões dos valores políticos afetam a prática.

Apêndice G – Termo de consentimento livre e esclarecido

Concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa intitulado **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários** que tem como pesquisador responsável **Ana Karina Brenner** da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada por **Marilia Pontes Spósito** que podem ser contatados pelo e-mail____ ou telefone _____. O presente trabalho tem por objetivos: investigar as experiências de jovens militantes em partidos políticos dado que a presença de jovens em espaços tradicionais de participação – como partidos, sindicatos, etc – vem decrescendo como aumento de sua presença em outras formas de participação. Pretende-se saber que experiências estão sendo construídas nesse espaço e como elas incidem sobre os demais aspectos da vida desses jovens.

Minha participação consistirá em fornecer dados sobre minha vida militante, aspectos relativos às vivências familiares e escolares bem como sobre minha formação acadêmica e projetos de trabalho. Compreendo que este estudo possui finalidade de pesquisa, que os dados obtidos serão divulgados seguindo as diretrizes éticas da pesquisa, com a preservação do anonimato dos participantes, assegurando, assim minha privacidade. Sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Nome	Assinatura
------	------------

(cidade), ____ de _____ de 2009.